

OTTO LEOPOLDO WINCK

**MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA:
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SISTEMA LITERÁRIO NA GALIZA**

CURITIBA

2012

OTTO LEOPOLDO WINCK

**MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA:
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SISTEMA LITERÁRIO NA GALIZA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras, pelo curso de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Estudos Literários, do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia da Silva Cardoso

CURITIBA

2012

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Winck, Otto Leopoldo

Minha pátria é minha língua: construção da identidade e sistema literário na Galiza / Otto Leopoldo Winck. – Curitiba, 2012.

299 f.

Orientadora: Profª. Drª. Patrícia da Silva Cardoso

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Língua galega. 2. Literatura galega. 3. Filologia. 4. Identidade cultural. I. Título.

CDD 869

[TERMO DE APROVAÇÃO]

*À Maria José,
Matheus e Nathan,
pela cumplicidade.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao sistema público federal de educação superior do Brasil, sem a gratuidade do qual, aliado às bolsas de estudo do CAPES, eu não teria condições de concluir esse doutorado. Agradeço também aos professores do curso de pós-graduação em Letras da UFPR, de maneira especial a Nylcéa, que participou de minha banca de qualificação, com preciosas sugestões, ao Marcelo Sandmann e ao Paulo Soethe, que fizeram parte da banca de defesa, com contribuições que me foram utilíssimas para a revisão final. Ao professor Paulo Mota Oliveira, da USP, vai também a minha gratidão por ter aceito e participado de minha banca de defesa. Agradeço, ainda, ao professor Benito Rodriguez, que acompanhou minha pesquisa desde praticamente o começo: foi o parecerista do meu projeto final, além de ter participado, com importantes comentários, das bancas de qualificação e defesa. À Patrícia Cardoso, minha orientadora, vai também meu reconhecimento, sobretudo pela paciência com respeito às minhas indecisões, teimosias e protelações. E, claro, ao Odair e ao Ernani, da secretaria, sempre prestativos, aos meus colegas de pós-graduação, aos meus alunos de graduação, durante o período em que trabalhei como professor substituto, e a todos que, de uma forma ou outra, direta ou indiretamente, acompanharam as idas e vindas de minha pesquisa, deixo aqui o meu muito obrigado. Agradeço igualmente àqueles que da Galiza (e na Galiza, quando lá estive em uma breve estadia em janeiro de 2010) me auxiliaram com dicas e o envio de livros, como os professores Ramón Villares e António Gil Hernández, além do Valentim Rodrigues Fagim, presidente da AGAL. Mas principalmente quero externar aqui meu profundo agradecimento ao Carlos Quiroga, um dos “objetos” de minha tese, pela extrema paciência e gentileza com que me respondeu perguntas por email, me enviou material e, na Galiza, me ciceroneou pelas ruas e bares da mítica Santiago de Compostela.

A Terra é a Mãria.

Castelao

*a língua é minha pátria
e eu não tenho pátria, tenho mátria
e quero frátria*

Caetano Veloso

*Em primeiro lugar, e como já o notou João de Castro Osorio,
Portugal não é propriamente um paiz europeu: mais
rigorosamentese lhe poderá chamar um paiz atlantico – o paiz
atlantico por excellencia. (...) Além d'isso, Portugal, neste caso,
querer dizer o Brasil também. Como o impherio, neste schema, é
espiritual, não há mister que seja imposto ou construido por uma
só nação: pode sel-o por mais de uma, desde que espiritualmente
sejam a mesma, que o são se fallarem a mesma língua.*

Fernando Pessoa

RESUMO

Situada no Estado espanhol, no noroeste de Península Ibérica, a Galiza, junto com o norte de Portugal, já foi definida como a “célula matricial da lusofonia”. Foi lá que nasceu a língua que, por meio de Portugal, iria se difundir pelo restante do mundo. Não obstante os laços culturais e linguísticos que nos unem à Galiza, é grande o desconhecimento no Brasil a respeito da cultura, história e literatura galegas. O presente trabalho se volta para as estratégias de construção da identidade e a constituição do sistema literário na Galiza. Para isso, primeiramente, debruça-se sobre a noção de identidade cultural e suas mutações na (pós)modernidade. A seguir, rastreia o surgimento e as transformações dos conceitos de nação e nacionalismo, suas implicações na ascensão dos Estados nacionais modernos e a situação das nações sem Estado, detendo-se sobre o conceito de “comunidade imaginada” cunhado por Benedict Anderson. A partir daí, depois de um mergulho na história da Galiza e nas origens de seu nacionalismo, problematiza-se, à luz da teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar, o conceito de sistema literário e sua aplicabilidade à literatura produzida na Galiza e em galego. Então, após um olhar sobre a história da literatura galega, desde o seu aparecimento com a lírica trovadoresca até os seus desdobramentos mais recentes, e dos problemas concernentes a sua língua e sua relação com o português, o trabalho se debruça de maneira especial sobre três narrativas: os romances *Arredor de si*, de Ramón Otero Pedrayo, de 1930, *Periferias*, de Carlos Quiroga, de 1999, ambos autores galegos, e o relato de viagens *Chão galego*, do brasileiro de pai galego Renard Perez, de 1972. Nessas análises procura-se flagrar o processo (ou não) de construção de uma identidade cultural de matriz nacional (nas duas primeiras narrativas) ou regional (na última).

Palavras chaves: Galiza. Construção da identidade. Comunidade imaginada. Sistema literário. Lusofonia.

ABSTRACT

Northwest of the Iberian Peninsula, united to the Spanish State, Galicia has been defined, together with the northern section of Portugal, as the 'Lusophone matrix cell'. Portuguese language was born there, which by Portugal would spread to the rest of the world. Despite the cultural and linguistic ties binding Brazil to Galicia, our country lacks much knowledge on the culture, history and literature of Galicia. This work is devoted to the strategies of identity construction, and the constitution of the literary system in Galicia. First, it focuses on the notion of cultural identity and its mutations at (post) modernity. Following, it traces the emergence and the mutations of the concepts of nation and nationalism, its implications in the rise of modern nations, and the situation of Stateless nations, focusing on the concept of 'imagined community', coined by Benedict Anderson. After investigating the history of Galicia and the origins of its nationalism, it discusses the concept of literary system, from the polysystem theory of Itamar Even-Zohar, and its applicability to the literature produced in Galicia and Galician. Then, after a glance at the history of Galician literature, since its origins to its latest developments – and issues concerning Galician and Portuguese languages – the work focuses especially on three narratives: the novels *Arredor de si*, by Ramon Otero Pedrayo (1930); and *Periferias*, by Carlos Quiroga (1999) – both authors Galicians –; and the traveling account *Chão galego*, by Renard Perez (1972) – a Brazilian whose father was Galician. These analyses seek to catch the process (or not) of constructing a cultural identity, from a national matrix (in the former two narratives), or a regional one (in the latter one).

Keywords: Galicia. Construction of identity. Imagined community. Literary system. Lusophony.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 IDENTIDADE CULTURAL: UMA NARRATIVA	16
3 O ESTADO DA NAÇÃO	26
3.1 O CAPITALISMO TIPOGRÁFICO	33
3.2 FILOGIA, HISTÓRIA E NAÇÃO	37
3.3 UMA NAÇÃO, UMA LÍNGUA, UMA LITERATURA.....	40
3.4 AS FASES DO MOVIMENTO NACIONAL	46
3.5 ENTRE CENTRO E PERIFERIA.....	49
3.6 IMAGI-NAÇÃO.....	55
4 GALIZA: ENTRE ESPANHA E PORTUGAL	60
4.1 A TERRA DOS MIL RIOS.....	61
4.2 CELTAS, ROMANOS, SUEVOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA ETNIA.....	63
4.3 O APOGEU MEDIEVAL	68
4.4 A “DOMA Y CASTRACIÓN” DE GALIZA.....	72
4.5 ENTRE AVANÇOS E RECUOS, ENFIM A MODERNIDADE.....	78
5 O DESPERTAR DE UMA CONSCIÊNCIA	82
5.1 O PROVINCIALISMO	82
5.2 O REGIONALISMO	85
5.3 O NACIONALISMO	88
5.4 A GERAÇÃO NÓS, O PARTIDO GALEGUISTA E O ESTATUTO DE 1936.....	90
5.5 A LONGA NOITE DE PEDRA.....	94
5.6 O NOVO ESTATUTO DE AUTONOMIA	96
6 LÍNGUA E LITERATURA GALEGAS: UM OLHAR DE TRAVÉS	99
6.1 LITERATURA GALEGA E SISTEMA LITERÁRIO	99
6.1.1 A Teoria dos Polissistemas.....	101
6.1.2 Os Fatores do Sistema Literário	104
6.1.3 Cânone e Transformação	109
6.1.4 O Sistema Literário Galego: Sub ou Protossistema?.....	112
6.1.5 Literatura Galega: entre o Nacional e Regional	116
6.1.6 Critérios de Pertença: Normas Sistêmicas e Normas Repertoriais.....	118
6.2 O ESPLENDOR MEDIEVAL	123
6.2.1 A Lírica Profana	124

6.2.2 A Lírica Religiosa.....	130
6.2.3 O Crepúsculo da Lírica e a Prosa Medieval	132
6.3 OS SÉCULOS ESCUROS	137
6.3.1 O Declínio de uma Língua Literária.....	138
6.3.2 Poesia: um Tênuo Fio na Alma Popular	141
6.3.3 Luzes na Escuridão	142
6.4 O REXURDIMENTO	144
6.4.1 O Prerrexurdimento	144
6.4.2 Os Precursores	146
6.4.3 Primavera Galega	147
6.4.4 Na Virada do Século.....	152
6.5 UM NOVO RENASCIMENTO	154
6.5.1 As Vanguardas e a Literatura Galega: a Geração de 1925	160
6.6 DA GUERRA CIVIL AO NOVO SÉCULO	162
6.6.1 A Poesia.....	164
6.6.2 A Narrativa	168
6.6.3 O Teatro.....	175
6.7 A LÍNGUA: ENTRE O CASTELHANO E A LUSOFONIA	178
6.7.1 Rasuras na Memória	180
6.7.2 Diferença na Identidade.....	183
6.7.3 Identidade na Diferença.....	187
6.7.4 Em Demanda da Lusofonia	194
6.7.5 O Poder da Norma	200
6.7.6 Etnocídio?.....	202
7 A GALIZA EM TRÊS MOMENTOS	207
7.1 O PATRIARCA DA LÍNGUA.....	207
7.1.1 Uma Odisseia Galega	209
7.1.2 Cenas da Vida na Aldeia	217
7.1.3 O Luzir do Lar Étnico.....	222
7.2 UM GALEGO NA LUSOFONIA	239
7.2.1 Três Viagens, um Destino	240
7.2.2 Língua e Império	242
7.2.3 On the Road.....	245
7.2.4 À sombra da Floresta, o Futuro do Passado	253

7.3 EM BUSCA DA IDENTIDADE PERDIDA	259
7.3.1 Viagem, Memória, Resgate	260
7.3.2 Em Busca do Pai.....	274
7.3.3 O “Vazio Galeguista”	277
8 A GUIA DE (IN)CONCLUSÃO	280
REFERÊNCIAS	286
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS	299

1 INTRODUÇÃO

Em sua primeira viagem à Galiza, em agosto de 1932, Manuel Rodrigues Lapa não imaginou que fosse se emocionar tanto. Apesar de natural de Anadia, nos limites do velho reino da *Gallaecia*, o filólogo português, cuja tese de doutorado fora justamente sobre a lírica galego-portuguesa, nunca estivera na Galiza. Agora ele se encontra em Lugo, cercado de galeguistas, numa homenagem ao escritor e artista visual Daniel Castelao. Depois da recepção no Palácio Municipal, os convidados, às centenas, dirigiram-se ao vasto restaurante do hotel Méndez Núñez, onde Rodrigues Lapa teve a sorte de sentar-se próximo do homenageado, encantado com a sua simplicidade. De repente, irrompe na sala um coro galego. Eis como Lapa descreve a cena e os seus efeitos sobre ele:

Não sei o que tem a gaita que me revolve todas as fibras da sensibilidade. Aquele *aturuxo* [grito gutural, agudo e prolongado], sorte de clamor guerreiro, alegre e irônico, não consegue, muito ao contrário, distrair a minha comoção, que me vai, a meu pesar, molhando os olhos. Castelao diz-me: – *É moi ledo, non é?* Respondo-lhe: – *Pra min é moi triste*. E logo ele: – *Pra min tamén*.

Começam os discursos. O Dr. Cadarso, reitor da Universidade de Santiago, Otero Pedrayo, Soárez Picallo, Paz Andrade saúdam com eloquência Castelao. Estou pasmado, parece-me estar em Portugal: porque tudo aquilo é puro lirismo, que flui, ligeiro e fácil, da boca untuosa de Pedrayo, forte e retumbante do negro vozeirão de Picallo. Afirmacões de fervoroso galeguismo. Castelao agradece. Tem a sedução das palavras simples, pitorescas, que vão direitinhas ao coração. Quando se diz, imitando Ortega y Gasset, *um galego quimicamente puro*, todo dedicado à causa da Galiza autónoma, uma tempestade de aplausos abafa-lhe as palavras. Há lágrimas em muitos olhos. Acaba o banquete. E eu, que tencionava apenas ser naquela festa um espectador atento, venho derreado das emoções da famosa jornada. Senti-a como se fosse galego. Um meu companheiro de camioneta, vendo-me silencioso, ruminando o meu sonho interior, compreende-me e diz-me melancolicamente esta maravilhosa cousa: – *Andamos desviados...* Assim é, irmão galego, andamos estúpida e incompreensivelmente separados, nós, que tão bem nos entendemos e tanta falta fazemos uns aos outros!¹

E de certa forma também nós, frutos da aventura marítima lusitana, na América, na África, na Ásia, também andamos *desviados* da Galiza, ignorando sua história, suas lutas, sua cultura.² Com efeito, no que diz respeito ao Brasil, reina um quase completo desconhecimento

¹ LAPA, Manuel Rodrigues. Castelao e a Galiza. p. 6. In: _____. *Estudos galegos-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 5-16. Lisboa: Sá da Costa, 1979. Publicado originalmente em *Seara nova*, n. 309, 1932. p. 327-330.

² O nome da região, em português, é Galiza. Galícia, ainda que recorrente no Brasil, é um castelhanismo, portanto inadequado para referir-se à região, além de causar confusão com a Galícia, região histórica hoje dividida entre a Polónia e a Ucrânia. As duas formas, porém, Galiza e *Galicia*, são consideradas historicamente legítimas pela Real Academia Galega, ainda que seja somente a segunda a que detém a condição de oficialidade.

sobre essa “célula matricial da lusofonia”, como a definiu o filósofo português Eduardo Lourenço. Nos departamentos de história e literatura de nossas universidades quase não se encontram estudos – e muito menos pesquisadores – sobre essa pequena nação situada ao norte de Portugal, no noroeste do Estado espanhol, salvo quando o assunto são as origens de nossa língua e literatura. E não obstante isso, nós, brasileiros, falamos, escrevemos e pensamos numa língua que nasceu e se desenvolveu inicialmente ali. E não só: muitos de nossos traços culturais, perdidos nas entranhas do Brasil – na música, no folclore, nos ditos populares –, vieram de lá. Não é à toa que os emigrantes portugueses eram com frequência chamados de galegos, não só refletindo a semelhança etnográfica entre a Galiza e (o norte de) Portugal mas também o fato de que muitos desses portugueses eram descendentes de galegos, pois sempre houvera um forte fluxo migratório de galegos para Portugal. Valentín Paz-Andrade, citado por Lapa na homenagem a Castela, num estudo sobre a obra de Guimarães Rosa, ficou impressionado com a profusão de elementos galegos na obra do escritor mineiro.³ Com efeito, ao resgatar os modos e falares arcaicos do sertão profundo, Guimarães Rosa deparou-se com certeza com os veios ancestrais da cultura galega.

Conhecer a Galiza e a sua história, portanto, longe de mero diletantismo, é uma viagem de retorno às nossas origens linguístico-culturais, um périplo de volta à fonte onde pela primeira vez soaram as palavras que hoje ouvimos e falamos. E se, como cantou Caetano Veloso, citando Fernando Pessoa, *minha pátria é a minha língua*, nada melhor para esta odisseia identitária do que partir em busca do solo onde originalmente germinou essa “última flor do Lácio”.

Engastada entre Espanha e Portugal, ligada àquela por vínculo estatal e a este por antigos laços históricos e culturais, a Galiza é um desses exemplos de como a ascensão e configuração dos Estados modernos nacionais deixou alguma coisa pelo caminho. A Espanha, por sua vez, agrupa debaixo de sua unidade política uma pluralidade de povos com um conjunto de características culturais consideravelmente distintas, entre as quais se destaca a língua. Além do castelhano, língua oficial em todo o Estado, gozam de co-oficialidade as línguas próprias das comunidades autônomas da Catalunha, Galiza e País Basco. Todavia, outros idiomas ou dialetos românicos são também falados, como o asturiano, o leonês, o extremeño, o aragonês, o aranês, e o valenciano, variedade do catalão, testemunhando a diversidade linguístico-cultural do território espanhol,⁴ não obstante “a fúria centralizadora,

³ PAZ-ANDRADE, Valentín. *A galeguidade na obra de Guimarães Rosa*. São Paulo: Difel, 1983.

⁴ Nenhuma dessas falas, no entanto, goza de oficialidade, salvo o aranês, variante do provençal, considerado co-oficial na comarca do Vale de Arão, na Catalunha, junto com o castelhano e o catalão. Nos enclaves de Ceuta e Merilha, por sua vez, são falados por minorias o árabe e o berbere.

codificadora, uniformizadora de Castela”.⁵ Com efeito, se à unificação espanhola sucedeu uma violenta limpeza étnica, com a expulsão de mouros e judeus, não foi sem um projeto ideológico profundamente opressor que se foi constituindo o moderno Estado espanhol, como o atesta o extermínio dos povos autóctones da América. A língua, o veículo por excelência da interação humana, foi um dos principais instrumentos deste projeto:

(...) o ano de 1492, que já havia visto a notável coincidência da vitória sobre os árabes, do exílio imposto aos judeus e da descoberta da América, é também o ano da publicação da primeira gramática de uma língua europeia moderna, e é a gramática do espanhol, por Antônio de Nebrija. O conhecimento da língua, nesse caso teórico, demonstra uma atitude nova, não de veneração mas de análise, e de tomada de consciência de sua utilidade prática; e Nebrija escreveu em sua introdução estas palavras decisivas: “A língua sempre foi a companheira do império.”⁶

Quanto à Galiza, segundo um historiador contemporâneo galego, desde muito tempo o seu povo “sofre a opressão nacional através da colonização espanhola que o desorienta e descompom, fortalecendo a desnacionalização.”⁷ E isto não é apenas um fato do passado, dos tempos do franquismo ou dos remotos Séculos Escuros: em 2002, na província de Samora, vizinha à Galiza, duas crianças foram punidas por falarem em galego nas aulas, obrigadas a escrever duzentas vezes: “No hablaré gallego em clase.”⁸

Não obstante séculos de opressão, a Galiza conservou, não sem contradições, fissuras e sacrifícios, a sua identidade, e a tem expressado sobretudo através da língua e de suas construções culturais. Do mesmo modo, a Galiza é um exemplo “europeu”, e não o único, de alteridade e diversidade cultural dentro de uma Espanha “unificada”. Descobrir e mapear os elementos dessa construção – sempre em processo – é o principal objeto desse trabalho, além de lançar um olhar sobre a constituição, deficitária ou não, de seu sistema literário.

É evidente que um trabalho sobre a construção da identidade na literatura galega revelar-se-ia irrealizável. É necessário, portanto, proceder a alguns cortes a fim de obtermos um enquadramento mais exequível. Assim, dentro do arco da prosa de ficção do século XX, quando justamente se (re)avivam o interesse e a necessidade, na Galiza, de sua re/construção

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 116.

⁶ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 179.

⁷ FERREIRO, Borja Colmenero. Galiza e o direito à autodeterminação, p. 169. *AGÁLIA*. Ourense: Associação Galega da Língua, n. 85/86, p. 155-172, 1. sem. 2006. Conservamos, neste trabalho, a ortografia original das citações em galego, a qual, por sinal, sofre várias alterações conforme a época e a posição ideológica-identitária do autor. Só atualizamos a ortografia de citações em português. Também optamos, por motivos óbvios, por não traduzir os excertos em galego, salvo algumas palavras ou expressões quando fora do nosso léxico habitual, colocando sinônimos ou expressões similares entre colchetes. Servimo-nos do mesmo procedimento para as muitas citações em espanhol, para não truncar o texto.

⁸ *AGÁLIA*. Ourense: Associação Galega da Língua, n. 85/87, p. 294, 1. sem. 2006.

identitária, elegemos duas obras, duas narrativas ficcionais, que tem como tema justamente a procura/descoberta da identidade, sobre as quais recairá nossa análise: *Arredor de si*, de Ramón Otero Pedrayo, de 1930,⁹ e *Periferias*, de Carlos Quiroga, de 1999.¹⁰ Como contrapartida, escolhemos ainda uma terceira obra, *Chão galego*, relato de viagens do brasileiro Renard Perez,¹¹ o qual, ainda que filho de galego, lança sobre a terra de seu pai um olhar *de fora*. A escolha dessas obras se deu não tanto por critérios representativos (ainda que *Arredor de si* seja considerada um dos clássicos do galeguismo e da literatura galega) mas antes pelo fato de que elas ilustram, a nosso ver, três tendências de abordagem do problema identitário galego, como veremos ao longo do trabalho.

Com esse recorte, está claro, são excluídos de antemão os universos poemático e não-ficcional (antropológico, historiográfico, sociológico etc.), os quais, sem dúvida alguma, seriam extremamente rentáveis em vista da descrição dos expedientes de engendramento identitário. No entanto, por conta da natureza de nossa pesquisa, não deixaremos de recorrer às ciências sociais, às vezes até de maneira excessiva, dado a necessidade de apreensão de um conceito tão fluído e de margens semoventes – constantemente urdido e re-urdido na trama histórica – como o de nação. Por outro lado, estamos conscientes que tal abordagem corre o risco de reduzir o *corpus* estudado a mero *documento* de uma realidade extraliterária, deixando à sombra sua relativa autonomia estética. Levaremos em conta tal perigo, ainda que, a nosso ver, perigo maior se encontra em ignorar que toda prática discursiva, inserida como está em precisas coordenadas espaço-temporais, mantêm estreitas e complexas relações dialógicas com outros campos sociais. Além do mais, o nosso intento não é uma análise literária *stricto sensu*, extensiva ou não, das narrativas selecionadas, mas sim lançar um olhar, se bem que simpático e interessado, sobre as estratégias de construção da identidade no e do sistema literário galego. E como as obras elencadas são catalogadas como literárias, e portanto suas estratégias discursivas pertençam, embora não exclusivamente, ao campo literário, o nosso olhar não deixará de contemplar uma visada (meta)literária – lembrando sempre que o conceito de literário não é *imane*nte mas sempre construído na história por agentes igualmente interessados.

Entretanto, como foi sugerido, antes de nos debruçarmos sobre o *corpus*, é necessário alguns recuos teóricos, de modo a dispormos de uma visão mais ampla do problema em tela. Para tanto é imprescindível clarificar o conceito de nação e seus correlatos nacionalidade e

⁹ PEDRAYO, Ramón Otero. *Arredor de si*. 5. ed. Vigo: Galáxia, 1985.

¹⁰ QUIROGA, Carlos. *Periferias*. Santiago de Compostela: Laivento, 1999.

¹¹ PEREZ, Renard. *Chão galego*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

nacionalismo, e avaliar o grau de sua valência em tempos de mundialização e crise das grandes narrativas que, para falar como Lyotard, serviram de travejamento do projeto da modernidade. Mas, antes ainda, é necessário encarar a questão da identidade cultural, outrora dada como certa e estável, hoje igualmente em crise e em estado de negociação contínua. Só depois de aplainado esse terreno, será possível abordar o problema principal, a saber, os modos de percepção e construção (ou não) da identidade galega a partir da análise das três obras elencadas. Mas para que o texto não vire pretexto é preciso situá-lo em seu contexto: a história da Galiza, sua cultura, sua literatura, sua língua, sua luta por autodeterminação. E seu sistema literário – arena de debates e embates de forças externas e internas.

2 IDENTIDADE CULTURAL: UMA NARRATIVA

A cultura é a natureza humana. Ou, por outra, a natureza humana é cultural. Isto não significa que o ser humano não possua um suporte biológico, próprio da espécie *Homo sapiens sapiens*, que lhe outorga condições gerais de possibilidade, a partir das quais sua carga genética específica é responsável por algumas de suas particularidades (quanto à extensão e determinação das mesmas não há consenso). Mas este suporte *inato* é de tal maneira revestido pelas características humanas historicamente *adquiridas* que se torna praticamente impossível distingui-lo e isolá-lo. Podemos portanto afirmar que no ser humano a natureza se encontra de tal forma recoberta por camadas e camadas de cultura que esta passa a se confundir com aquela, ou melhor, a natureza humana passa a ser a cultura. *Animal cultural* (depois de Freud é difícil sustentar sem mais que o ser humano é um animal racional), sem a cultura, entendida esta do modo mais abrangente, o ser humano nada mais é do que um animal: um mamífero, um primata, um homínídeo que seja – ou, segundo a célebre definição de um filósofo grego, um bípede implume. Aliás, sem pelo, sem garras, sem presas, se não fosse pela cultura, graças a qual produzimos roupas, lanças e facas, nossa espécie teria tido grandes dificuldades em sobreviver, como diz, com a ironia que lhe é peculiar, Terry Eagleton:

Corpos humanos são do tipo que só pode sobreviver e florescer através da cultura. A cultura é que nos é natural. Sem ela, morreríamos rapidamente. Por nossos corpos serem materialmente equipados para a cultura – visto que significados, simbolismo, interpretação e similares são essenciais para o que somos – podemos entrar em acordo com os de outras culturas de um modo que não nos é possível conseguir com as doninhas.¹²

Ora, sem cultura, não há consciência, e sem consciência não há sujeito. Da mesma forma, sem *sociedade*, não há indivíduo, já que este é um construto social, o resultado potencial de relações sociais determinadas historicamente. No entanto, quanto mais complexa é uma dada sociedade, mais complexos e diversificados são os indivíduos e os grupos de indivíduos que a constituem. E qual é o processo que opera a diferenciação social desses indivíduos e desses grupos de indivíduos dentro da malha mais vasta da sociedade? Este processo pode ser compreendido através do conceito de *identidade cultural*. Segundo Teixeira Coelho, este conceito “aponta para um sistema de representação (elementos de simbolização e

¹² EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 216.

procedimentos de encenação desses elementos) das relações entre indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo.”¹³ Este processo, longe de ser estático, é dinâmico, contínuo e permanentemente inacabado: os indivíduos estão sempre negociando, reformulando e atualizando, consciente ou inconscientemente, suas identidades individuais e coletivas, servindo-se para tanto dos elementos que encontram disponíveis em suas relações sociais. “Ela [a identidade] permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”.¹⁴ Por este motivo, para Stuart Hall, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento.”¹⁵ A identidade cultural é uma *opera aperta*.

Este processo de constituição do *eu* se dá sempre em contato e em previsão do *outro*. É o outro que me constitui como eu. Em outras palavras, sem alteridade não há identidade. Segundo Lacan, é no espelho do olhar do outro que a criança, que ainda não consegue ver a si mesma como um ser inteiro, constrói uma auto-imagem unificada.¹⁶ “Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.”¹⁷ Daí a importância do reconhecimento para a constituição da identidade. Eu só me conheço ao me *re-conhecer* no olhar do outro. Eu só me identifico ao constatar a identificação que fazem de mim. Assim, “o não re-conhecimento ou o reconhecimento inadequado pode prejudicar e constituir uma forma de opressão, aprisionando certas pessoas em um modo de ser falso, deformado ou reduzido.”¹⁸ É como expressou Fernando Pessoa num verso do memorável *Tabacaria*: “Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me.”¹⁹ Assim, a identidade é fruto de um diálogo, um *dialogismo*, cujos enunciados não são meus mas tomados de empréstimo, ou de certa forma impostos, a partir dos discursos circundantes, pois “não adquirimos as linguagens necessárias para a autodefinição do nosso eu, somos antes levados a elas por interação com as linguagens daqueles com quem convivemos.”²⁰

¹³ COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 201.

¹⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 38.

¹⁵ *Ibid.*, p. 39. O grifo é nosso.

¹⁶ LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: Zizek, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 97-103.

¹⁷ HALL, op. cit., p. 39.

¹⁸ TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme: différence et démocratie*. Paris: Flammarion, 1994. p. 41-42. Apud FIGUEIREDO, Eurídice; JOVITA, Maria Gerheim Noronha. Identidade nacional e identidade cultural. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 189-190.

¹⁹ PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 299.

²⁰ TAYLOR, op. cit., p. 190.

A identidade, portanto, não é algo dado *a priori*, como consequência imediata de onde se nasce ou onde se vive, nem é algo inerte, essencialista, metafísico, uno, imutável. Não obstante sua origem ter um uso ontológico, sua definição agora, de contornos mais porosos, circula num universo que vai do antropológico ao político, passando pelo sociológico, pelo psicológico, pelo cultural e por outras áreas afins, de limites igualmente interseccionáveis. Assim, hoje, o conceito de identidade e a prática da identificação apontam antes para uma *construção discursiva*, uma representação histórica e cultural permanentemente transacionada e remodelada, na qual é decisivo o papel da *narrativa*. Ou, como disse Canclini, “a identidade é uma construção que se narra.”²¹ Construir uma identidade é contar (para os outros e para si mesmo) a história do eu, é partilhar a narrativa das vicissitudes que levaram à configuração deste eu “singular”. A vantagem desta conceituação é acentuar o aspecto dinâmico e processual das criações identitárias, obra esta sempre em processo, dialógica, inacabada e inacabável – pelo menos enquanto não se der o fechamento da morte. Além desta perspectiva se aproximar das teorizações de Bakhtin, ela é confirmada pela psicoterapia recente:

(...) Os seres humanos sempre contaram coisas entre si e escutaram o que os demais lhes contavam; e sempre compreendemos o que somos e quem somos a partir das narrações que nos relatamos mutuamente. Na melhor das hipóteses, não somos mais que co-autores de uma narração em permanente mudança que se transforma em nosso si mesmo. E como co-autores dessas narrações de identidade estivemos imersos desde sempre na história de nosso passado narrado e nos múltiplos contextos de nossas construções narrativas.²²

Logo, podemos afirmar que a identidade possui uma estrutura narrativa, ou melhor, parodiando Lacan: *a identidade se estrutura como narrativa*. Talvez por isso um dos meios mais apropriados de aproximação e compreensão dos processos de construção identitária sejam os estudos da narrativa, já que as narrativas – orais ou escritas, verbais ou não-verbais – operam com os mesmos procedimentos (ou parte deles) com que os indivíduos e os grupos de indivíduos constroem suas identidades.

Além de narracional, isto é, engendrada ao longo do tempo, já que segundo a definição de Todorov a narrativa é um *texto referencial com temporalidade representada*,²³ a

²¹ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 104.

²² GOOLISHIAN, Harold A.; ANDERSON, Harlene. Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. p. 193. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 191-199.

²³ TODOROV, Tzvetan. DUCROT, Oswald. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: perspectiva, 1972. p. 283. O grifo é dos autores.

identidade é também *ficcional*, ainda que com raízes no real, já que toda ficção, mesmo as mais *irrealistas*, almeja ser verossímil, veraz, *verdadeira*. Eis o que diz um autor galego:

Quere isto dicir que a identidade, antes que ser uma realidade, é un “mito”, entendéndoo no sentido que esta palabra ten hoxe na linguaxe ordinaria, a saber: un conto, ou máis precisamente, unha “ficción” na que nos esquecemos das diferencias e nos quedamos coas coincidencias, sexan estas reais, virtuais, ou simplemente “ficticias”.²⁴

Identidades, portanto, têm mais a ver com invenção, criação, imaginação do que com fatos, dados e constatações. Aproximam-se da arte, ainda que um ou outro, com catastróficos efeitos, tenha querido aferrá-la à ciência. Mas se por um lado a identidade é *quase memória e quase romance*, para aludir ao romance de Carlos Heitor Cony, rememoração que tem muito de invenção, por outro lado é esquecimento, obliteração, *oblivium*. Algumas lembranças ela aviva, emoldura, edulcora: outras ela apaga, recalca, ignora. Todavia, esquecimento e imaginação não tornam a identidade algo etéreo, diáfano. Muito pelo contrário: o mito, longe de miragem, é uma árvore cujas raízes não apenas se nutrem da realidade como a penetram, fecundando-a e sendo por ela fecundada, ao mesmo tempo em que, agarrando-se a ela, mito e realidade se unem numa união hipostática:

Pero, unha vez “ficcionalizada”, á identidade pásalle como á madeira que se utilizou para tallar a imaxe dun santo: os crentes esquecense da árbore de que está feita e pasan a facerlle peticións e promesas. O que empezou sendo mito em sentido actual (un “fictun”, un imaxinario) pasa a selo em sentido clásico de orixe fundante da realidade. Ou, o que é o mesmo, o que era mito da identidade, pasa a ser a identidade como mito.²⁵

Essas identidades – e suas respectivas narrativas – são sempre plurais; na verdade cada consciência individual é perpassada por um feixe de narrativas identitárias, muitas vezes conflitantes e contraditórias. Segundo José Jiménez são três os níveis ou os planos em que se organiza a identidade humana. Em primeiro lugar, situa-se a “identidade *individual*: a que se configura no processo de constituição do ‘eu’ (que não é um dado ‘natural’, nem uma ‘substância’ espiritual), num contexto cultural determinado.”²⁶ Em seguida vem a “identidade *particular*. É a que recobre um conjunto de indivíduos cuja identidade se estabelece como

²⁴ BARREIRO, José Luís Barreiro. *Pensar em Galicia: identidade na diferença*. A Corunha: Edicións do Castro, 2001. p. 178.

²⁵ BARREIRO, op. cit., p. 178.

²⁶ JIMÉNEZ, José. Sem pátria: os vínculos de pertinência no mundo de hoje – família, país, nação. p. 138. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 138-144.

diferença cultural frente ao grupo.”²⁷ É neste nível que se estabelecem as identidades de gênero, geração, clã ou classe social. “Mas, além desses dois planos, os seres humanos forjam em sua experiência vital, em sua inserção numa tradição de cultura determinada e em algumas relações sociais concretas, outras pautas *mais gerais* de identidade.”²⁸ É aqui que entram as identidades coletivas: étnicas, religiosas, políticas.

O autor basco Francisco Letamendía apresenta, de passagem, numa nota de rodapé do seu livro *Nacionalismos no mundo*, uma metáfora gráfica dos níveis de identificação cultural cujo mérito é seu excepcional poder de síntese. Para ele, a identidade de uma pessoa se forma da *intersecção* de duas linhas de identificação: “(...) a dimensión horizontal comunitaria e a dimensión temporal formada pola serie de sucesivas pertenzas individuais.”²⁹ Assim, no primeiro plano, o *horizontal*, encontram-se as identidades particulares e coletivas referidas por Jiménez; no segundo, o *vertical*, isto é, temporal, localiza-se a identidade singular, aquela que institui uma continuidade entre os diversos estágios temporais de um indivíduo: sua infância, sua juventude, sua fase adulta. Que vínculo substancial pode haver entre o encantador Bentinho e o desencantado Dom Casmurro senão esta frágil linha do tempo? Da cruz tensa e móvel entre as hastes vertical e horizontal da pertença comunitária atual e da história das variações dessas pertenças ao longo do tempo é que se funda a identificação sempre em trânsito de um indivíduo na sociedade.

Outro fator que se veio somar para debilitar ainda mais o enraizamento identitário e a compreensão que fazemos dele foi a transição da modernidade para aquilo que lhe sucedeu ou lhe está sucedendo, seja este novo momento entendido como prolongamento ou superação da mesma. Ainda que a expressão pós-modernidade/pós-modernismo tenha começado a circular no decênio de 1950, primeiramente no circuito da arquitetura, é somente no final da década de 1970 que ela viria a se cristalizar nos debates culturais.³⁰ Um marco nessa discussão, sem dúvida alguma, é o lançamento em 1979 de *La condition postmoderne*, de Jean-François Lyotard.³¹ A fórmula aí apresentada “para a emergência do pós-modernismo, ‘a suspeita das metanarrativas’ – os princípios orientadores e mitologias universais que um dia pareceram controlar, delimitar e interpretar todas as diferentes formas da atividade discursiva do mundo

²⁷ Ibid., p. 139.

²⁸ Id.

²⁹ LETAMENDÍA, Francisco. *Nacionalismos no mundo*. Compostela: Laidvento, 1997. p. 32., n. 1. (Tradução galega.)

³⁰ Sobre a história do conceito de pós-moderno cf. ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

³¹ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

– conseguiu um amplo acordo.”³² Embora divirjam na interpretação e na terminologia – alguns preferem a expressão modernidade tardia,³³ outros hipermodernidade,³⁴ ou ainda modernidade líquida,³⁵ realçando mais a continuidade do que a ruptura entre a contemporaneidade e a época que lhe precedeu –, vigora certo consenso sobre alguns aspectos de sua caracterização fenomenológica. Na pré-modernidade prevaleceram os grandes relatos mítico-sagrados de explicação do mundo. Por força deles o universo era coeso e o sentido imanente à realidade. A identidade estava assegurada e o seu conteúdo era sólido. Na modernidade, metanarrativas secularizadas sobrepõem-se ao discurso religioso e a voz do sacerdote é substituída pela palavra do cientista e o discurso do dileteante pelo arrazoado do especialista. O cosmos se “desencanta”, explicações mais “duras” tomam o lugar do mito. No entanto, como antes, relatos totalizantes – a “história”, o “progresso”, a “humanidade” – fornecem chaves de interpretação global dos fenômenos do mundo. Na pós-modernidade, por sua vez, estes mesmos discursos entram em crise, se fragmentam, se atomizam – e o maior deles, o marxismo, parece, aos olhos de muitos, dissolver-se no ar após a *débâcle* do socialismo real.³⁶

Com efeito, uma das características principais – senão a determinante – desta época é a aceleração vertiginosa da velocidade das mudanças já em curso na modernidade. No *Manifesto comunista*, ainda nos albores da modernidade, Marx já acentuava esta característica:

Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que as sustente. Tudo o que era sólido e estável evapora-se, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.³⁷

Com a pós-modernidade, a roda da história acelera ainda mais, levando de roldão velhos e novos ícones. O tempo se comprime; passado e futuro se esgarçam, deixando apenas

³² CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

³³ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

³⁴ LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004. p. 85.

³⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³⁶ Com a crise financeira mundial, precipitada pela quebra do banco de investimento Lehman Brothers em setembro de 2008, o capitalismo (neo)liberal, que tem como pressuposto a desregulamentação dos mercados, parece ter entrado na mesma crise de legitimidade.

³⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 10 ed. São Paulo: Global, 2006.

no horizonte um longo presente contínuo. O poder se pulveriza em múltiplos centros e inclusive os conceitos de história e ciência, basilares na modernidade, são profundamente questionados. Apesar do esquematismo deste modelo – na verdade os imbricamentos desses três momentos, pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade são muito mais sutis e complexos do que à primeira vista possam parecer, e não são necessariamente sucessivos mas às vezes, numa dada conjuntura, simultâneos –, ele nos ajuda a compreender não só as modificações de que nossa época é palco como sobretudo as raízes dessas mesmas modificações.³⁸

Talvez nada tenha mudado tanto com esta crise do que a compreensão da identidade. O sujeito moderno que emerge no Ocidente após o impacto da Reforma, que libertou a consciência individual da tutela eclesiástica, do Humanismo, que alçou o ser humano ao centro do universo, e do Iluminismo, ancorado na imagem do indivíduo racional, liberto do dogma e da intolerância, esse sujeito do *cogito* cartesiano, centrado e unívoco, entrou em erosão como consequência dos próprios desdobramentos da modernidade. Marx, Nietzsche e Freud – os “mestres da suspeita”, segundo expressão de Paul Ricoeur – foram alguns dos que apontaram as fissuras dessa imagem. Marx mostrou que muito mais do que o resultado da ação de indivíduos, a história é fruto das alterações da infra-estrutura econômica; Freud revelou-nos que nossas ações, mais que o resultado de decisões racionais, são reflexos de pulsões inconscientes; e Nietzsche, com sua “filosofia do martelo”, ajudou a desmascarar a construção histórica do sujeito universal, senhor de si e do mundo. O indivíduo que atravessa, portanto, o “breve século XX”,³⁹ é um indivíduo fragmentado, descentrado, deslocado, e os projetos emancipatórios que muitas vezes lhe serviram de bússola, alento e esteio, após o eclipse das utopias, estão desacreditados ou pelo menos com seu poder de persuasão e mobilização visivelmente diminuído.⁴⁰

Com isso, a antiga identidade unitária entrou em colapso e em seu lugar assomaram identidades mutantes, múltiplas, híbridas. O sujeito, longe de sentir-se pertencente a uma

³⁸ É verdade que depois que se decretou com certo triunfalismo o fim da história, ela deu novamente o ar da sua graça no dia 11 de setembro de 2001 – o que, para alguns, com o retorno feroz de um discurso nacionalista e religioso de cunho fundamentalista (não só no Oriente mas também no Ocidente), assinalaria a exaustão do pós-moderno. “Não muito depois de alguns pensadores culturais terem proclamado que as grandes narrativas da história estavam finalmente esgotadas, uma dessas narrativas, especialmente feia, foi lançada na guerra entre o capital e o Alcorão – ou uma caricatura daquele texto.” EAGLETON, op. cit., p. 82.

³⁹ HOBBSAWM, Eric John. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁰ Ainda, há quem detecte o surgimento de novas formas de resistência e militância: as velhas massas oprimidas tornando-se “multidão” por meio de uma organização fluida de redes conectadas globalmente. Cf. NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

única e exclusiva comunidade, seja esta nacional, étnica ou religiosa (na maioria das vezes uma mescla variável dessas três), passou a identificar sua pertença a inúmeros núcleos igualmente mutáveis. Ou, nas palavras de Stuart Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.⁴¹

Com isso, as identidades individuais e coletivas sofreram e têm sofrido uma brutal fragmentação, tornando-se amiúde como que o significante vazio de uma série de significados provisórios.

Além disso, a crise das identidades se vê acirrada pelo fenômeno da globalização, o qual, segundo Anthony McGrew, “se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo”.⁴² Não é só o tempo que ficou comprimido; o espaço, por conta do tempo cada vez mais exíguo, igualmente encolheu. Ou seja, não houve apenas a contração dos horizontes temporais (passado e futuro reunidos no presente contínuo), mas os horizontes espaciais (Ocidente e Oriente, longe e perto) da mesma forma se contraíram na virtualidade das novas tecnologias. No entanto, esta “aldeialização” do globo não se dá sem uma feroz assimetria. Antes que uma livre troca de informações e bens materiais e simbólicos, a globalização se caracteriza pela hegemonização de determinadas formas de vida e padrões comportamentais, a saber, aqueles enformados nos países do centro pelas relações de produção do capitalismo tardio. Como consequência, toda a riqueza “ecológica” da diversidade cultural do planeta, entre as quais as línguas minoritárias, corre o risco de ser substituída paulatinamente por uma “monocultura” em que o único bem é o seu valor de troca.

Tal processo de globalização assimétrica, porém, não se efetua sem resistências. Paralelamente a uma reação em escala planetária, protagonizada pelos chamados movimentos “altermundistas”,⁴³ muitas culturas locais e/ou tradicionais têm reafirmado e/ou recriado suas identidades, e fenômenos recentes como o fundamentalismo e o terrorismo são apenas a face

⁴¹ HALL, op. cit., p. 13.

⁴² McGREW, Anthony. A global society? In: HALL, Stuart; HELD, David; MCGREW, Anthony Ibid. (orgs.) *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992. p. 61-116. Apud HALL, op. cit., p. 67.

⁴³ AMIN, Samir; HOUTART, François. *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.

mais estridente de algumas delas. Com efeito, “erradicar diferenças é um negócio violento, e aqueles cujas identidades são ameaçadas por isso tendem a responder na mesma moeda manchada de sangue.”⁴⁴ Por isso, ao contrário de uma passiva e pacífica mundialização, encenada num ambiente de assepsia mercadológica, assiste-se, concorrendo e às vezes em negociação com as forças homogeneizadoras, a uma proliferação carnalizada de velhas e novas identidades. “Nossa época, longe de encerrar-se num presente trancado em si mesmo, é palco (...) de uma investida das identidades nacionais e regionais, étnicas e religiosas.”⁴⁵ Sem dúvida, dentro do espectro dessa reação, há fenômenos de todos os matizes, desde os de afirmação de identidades minoritárias aos de defesa de culturas majoritárias que se sentem ameaçadas pela irrupção do outro, do novo, do “impuro”. No arco das colorações políticas, há grupos situados à esquerda, como por exemplo os zapatistas, em Chiapas, no México, ou à direita, como a Liga do Norte, na Itália, ou o *Tea Party*, nos Estados Unidos. Entre os movimentos independentistas, os quais, por força do nosso tema, receberão nossa atenção, há igualmente uma grande gama de orientações e motivações. Há alguns movidos por interesses econômicos de poderosas elites locais, como os do departamento de Santa Cruz, na Bolívia, ou os da Padânia, no norte da Itália, e há também os que se inspiram em demandas étnicas, linguísticas ou religiosas (muitas vezes um amálgama cambiante de dois ou três destes elementos), como os situados no Curdistão, Caxemira, Quebec, Tibete, Chechênia, Irlanda do Norte, Córsega, só para citarmos os mais conhecidos, e, na Espanha, os do País Basco, da Catalunha e, é claro, da Galiza.

Não foram poucos os que, por força da lógica e das dimensões avassaladoras da globalização em curso, declararam que com o fim da história muitas quinquilharias similares estavam condenadas ao limbo – entre elas o nacionalismo, resíduo tóxico do século XIX. Entretanto, o anjo da história mais uma vez moveu suas asas e uma onda de nacionalismos provocou como que uma nova primavera dos povos em vários cantos do planeta. Efetivamente,

O Ressurgimento do nacionalismo e de outras formas de particularismo no final do século XX (...), constitui, obviamente, uma reversão notável, uma virada bastante inesperada dos acontecimentos. Nada nas perspectivas iluministas modernizantes ou nas ideologias do Ocidente (...) previa um tal resultado.⁴⁶

⁴⁴ EAGLETON, op. cit., p. 219.

⁴⁵ GIDDENS, op. cit., p. 85.

⁴⁶ Hall, op. cit., p. 97.

É mais ou menos o que afirmava, ainda em 1983, portanto antes da explosão nacionalista que teve lugar após a desintegração do socialismo real, um dos mais conceituados estudiosos atuais da questão nacional:

A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o “fim da era do nacionalismo”, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [nation-ness] é o valor de maior legitimidade universal na política de nossos tempos.⁴⁷

Além disso, desde antes da atual crise do capitalismo, cuja solução ainda não se avista no horizonte, alguns analistas vêm falando de *desglobalização*, um processo – momentâneo? – de refluxo do capitalismo global, no qual o nacionalismo e a questão nacional, entre outros atores, voltam ao centro da ribalta.⁴⁸ Todavia, ao contrário do que se possa pensar, este recente *revival* nacionalista não representa a exumação de vetustas ideologias, pois, como veremos, nação, nacionalismo e nacionalidade são conceitos de extração bem mais recente do que costumamos imaginar.

⁴⁷ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. O grifo é nosso.

⁴⁸ BELLO, Walden. *Desglobalização: idéias para uma nova economia mundial*. Petrópolis: Vozes, 2003.

3 O ESTADO DA NAÇÃO

Nação/nation/nación/nazione vem do latim *natio*, de *natus*, que significa nascido. Hoje, ao ouvirmos falar em nação, vem-nos à mente quase imediatamente o conceito de Estado-nação, e lembramo-nos da ONU, a Organização das Nações Unidas, à qual não são admitidas, por exemplo, as nações indígenas, justamente por não constituírem Estados. No entanto, até inícios do século XIX, e às vezes até bem mais tarde, nação tinha a acepção de lugar de origem/nascimento, conforme a frase do cronista medieval Jean Froissart: “ ‘Je fus retourné au pays de ma nation en la conté de Haynnau’ (Eu retornei à terra de meu nascimento, no condado de Hainault).”⁴⁹ Nação também podia indicar o grupo de indivíduos que viviam numa mesma região ou que compartiam uma descendência comum, aproximando-se do conceito contemporâneo de etnia. Ou então o termo era usado para designar grandes grupos fechados, como guildas e corporações. Segundo Eric Hobsbawm, no *Dicionário da Real Academia Espanhola*, os termos Estado, nação e língua não aparecem em seu sentido moderno até a edição de 1884. Antes disso

(...) a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo (...).⁵⁰

De um sentido de terra mãe, rincão, local de nascença, ou ainda conjunto de habitantes de determinada região ou que partilham uma origem étnica ou geográfica comum, o termo nação foi posteriormente associado quase que indelevelmente ao de Estado, governo e território (e muitas vezes língua e religião). Quais foram as circunstâncias e os agentes que operaram este deslocamento?

Para o Círculo do Bakhtin, “(...) a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais”.⁵¹ Se se detecta uma transformação na superestrutura, neste caso na linguagem, é porque alguns elementos da infraestrutura sofreram alteração. Ora, esta evolução semântica do vocábulo nação não se deu por acaso. Na segunda metade do século

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric John. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro; paz e terra, 2008. p. 28.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 27.

⁵¹ BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 41. O grifo é do autor.

XVIII, as revoluções americana e francesa, ápice e efeito das profundas mudanças sociais e econômicas que vinham se desenrolando, ajudaram a criar as condições para que o termo começasse a assumir as conotações que hoje nos são familiares. Efetivamente, desde pelo menos o século XIII, assistia-se à gradual emergência de uma nova classe social, a burguesia, a qual, em luta com a aristocracia fundiária, iria empreender uma longa e dura jornada pela conquista da hegemonia político-econômica. Em meados do século XVIII, esta classe, tendo já se apoderado de boa parte do poder econômico, estava na iminência de consolidar sua posição com a tomada do aparelho do Estado (já o havia feito na Inglaterra), e a construção da nação, do Estado-nação, com todas as suas demandas de centralização administrativa e formação de uma força de trabalho homogeneizada, era uma das principais estratégias e consequência deste assédio. Contra o velho feudalismo e os privilégios de classe do *Ancien Régime*, a constituição do Estado-nação, então uma novidade, é um dos eixos do ideário liberal promovido pelas revoluções burguesas:

O *nacionalismo* é um projeto político e, em termos históricos, bastante recente. Ele afirma que os grupos definidos como “nações” têm o direito de formar e devem formar Estados territoriais do tipo que se tornou padrão desde a Revolução Francesa. (...) Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos. Ou, antes, de acordo com Manzini, ele inclui a totalidade dessa população: “A cada nação um Estado, e apenas um Estado para a nação inteira”.⁵²

Mas a transformação das estruturas políticas não foi o único indutor do novo conceito de nação. A revolução industrial, desencadeada na década de 1780 na Grã-Bretanha, mas que só atingiu o continente por volta de 1830,⁵³ e que deflagrou uma inédita e radical modificação dos meios de produção, foi igualmente importante. Segundo Ernest Gellner a passagem das sociedades agrárias às sociedades industriais foi decisiva para o surgimento do nacionalismo, já que estas últimas, por força da divisão social do trabalho, demandam uma legião de trabalhadores educados e disciplinados. Para ele,

o nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de facto se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente

⁵² HOBBSAWM, Eric John. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje, p. 272-273. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

⁵³ HOBBSAWM, Eric John. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 49-82.

interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado.⁵⁴

Em outra parte, Gellner expõe as diferenças entre a sociedade agrária e a industrial avançada, e por que foi apenas nesta última que foram criadas as condições para o surgimento das nações modernas. Primeiramente, ele descreve o primeiro tipo de organização social:

A sociedade agro-letrada define-se por diversas características. Trata-se de uma sociedade baseada na agricultura (incluindo o pastoreio), ou seja, na produção e armazenagem de alimentos. É dotada de uma tecnologia bastante estável: embora de tempos em tempos possam ocorrer, e de fato ocorram, inovações e aperfeiçoamento, eles não fazem parte de um processo contínuo de descoberta e invenção. (...) Esse tipo de sociedade é dotado não só de uma base agrícola mais ou menos estável, mas também de alfabetização. (...) A sociedade agrária não tem recursos nem incentivos para disseminar amplamente essa habilidade, e menos ainda para torná-la universal. A posse dessas aptidões distingue os que as detêm dos que não as detêm. A alfabetização torna-se uma insígnia do posto, além de constituir um mistério das guildas. (...) A sociedade agrária gera hierarquias, castas, guildas, toda sorte de condições sociais, as quais requerem uma expressão cultural. A homogeneidade cultural, em contraste, tem pouca ou nenhuma função nela. (...) A conclusão global há de ser que, nessas sociedades, a cultura comum raramente constitui uma base plausível para a formação de unidades políticas. (...) As pessoas desse tipo de sociedade têm compromissos e lealdades plurais, grupais e entrecruzados, alguns deles, quem sabe, vagamente relacionados com o que mais tarde passaria a ser chamado de “nacionalidade”.⁵⁵

Em seguida, ele passa a descrever a sociedade industrial:

O preço do crescimento é a inovação e a transformação perpétua e contínua da estrutura ocupacional. Essa sociedade não pode organizar-se em torno de um sistema estável de atribuição de postos, como fazia na época agrária: os postos importantes estão nas burocracias, produtivas e de outra natureza (...). (...) Além disso, o alto nível de habilidade técnica exigido por uma parcela significativa dos cargos (...) significa que esses postos têm que ser preenchidos “meritocraticamente”, pela competência, e não da antiga forma habitual, ou seja, por nascimento e atribuição (...). O sistema educacional padronizado que processa todo o material humano formador da sociedade (...) é imenso e extremamente dispendioso. Grande parte de seu custo tende a ser absorvido pelo Estado ou por suas subunidades locais. (...) Esta se torna uma de suas principais tarefas. A sociedade tem que ser homogeneizada, *gleichgeschaltet*, e o único órgão capaz de executar, supervisionar ou proteger essa operação é o Estado central. Dada a competição de vários Estados pelas áreas superpostas de captação, a única maneira pela qual uma determinada cultura pode proteger-se da outra que já tenha seu Estado protetor específico é conseguir um para

⁵⁴ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993. p. 77.

⁵⁵ GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe, p. 108-114. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

si, caso ainda não o possuía. (...) Dito de maneira ainda mais sucinta: uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura.⁵⁶

Desse modo, nação e Estado, que no passado costumavam andar separados (um Estado podia conter várias nações, como o império russo, e não poucas nações não possuíam Estado, como foi o caso da Polônia durante boa parte dos séculos XVIII e XIX),⁵⁷ acabam confluindo numa nova formação política, em muitos aspectos inédita. Desse modo, fruto da industrialização e da tomada do poder por um novo estamento social, o nacionalismo e as nações são um fenômeno tipicamente moderno: “a unidade a que se chama nação no mundo moderno não se parece com coisa alguma que se conhecesse anteriormente.”⁵⁸ Servindo-nos da nomenclatura de Lyotard, podemos afirmar que, mais ainda que o liberalismo ou o marxismo, produtos típicos do século XIX (ainda que o primeiro tenha suas raízes no século anterior), o nacionalismo é a metanarrativa por excelência da modernidade, e, enquanto os outros sofreram os reveses da crise dos grandes relatos, este não só sobreviveu como cobrou forças e tem ganhado desde então cada vez mais alento, como o demonstram os novos Estados nacionais surgidos no leste europeu e da desintegração da antiga União Soviética. Portanto, o nacionalismo, e a rede de lealdades e identificações que ele articula, é um fenômeno verdadeiramente novo no mundo, não a reformulação ou o renascimento de identidades ancestrais, ainda que seja exatamente esta a imagem que ele, paradoxalmente, pretenda induzir.

Em épocas pré-modernas, com efeito, a consciência de pertença a uma determinada nação – não um Estado-nação, que ainda estava por ser inventado – não participava do núcleo vital do complexo identitário do indivíduo.

Durante a Baixa Idade Média e o início da Renascença, a “nação” – assim como a religião, a família, a propriedade e o estrato social – proporcionava um dos meios em comum pelos quais as elites politicamente ativas se identificavam e organizavam ações colaborativas. Entretanto o sentimento de pertencer a uma nação não constituía o mais importante desses vínculos. Nem mesmo uma identidade nacional

⁵⁶ GELLNER, *O advento do nacionalismo...*, p. 117-119. Esta teoria, exposta no livro *Nações e nacionalismo* e resumida neste artigo, recebe a seguir, da parte do autor, pequenos reparos, de forma a matizar e a escalonar melhor a ascensão do nacionalismo na passagem do estágio agrário ao estágio industrial avançado.

⁵⁷ É bom lembrar que o Estado sofreu inúmeras alterações, adquirindo novas atribuições e concentrando cada vez mais poderes, nesse meio tempo: “Houve um enorme aumento no tamanho e alcance do Estado nos últimos três séculos. Antes do século XVIII, as entidades a que chamamos ‘Estados’ haviam compartilhado as funções políticas com outros agentes, como senhores locais, igrejas e outros órgãos corporativos. Faixas inteiras da vida social não eram penetradas pelo Estado nem, a rigor, por nenhum órgão político.” MANN, Michael. *Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer*, p. 312. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 311-334.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 124.

comum unia o abastado e o necessitado, o senhor e o camponês, em uma forte comunhão de interesses.⁵⁹

Na França absolutista, por exemplo, a realidade do Estado era inquestionável, mas não havia a consciência da existência de um povo exclusivamente francês. Ao contrário, na Alemanha, falava-se de um povo alemão, “mas, não havendo um Estado alemão unificado, a identificação de uma tradição cultural alemã não implicava necessariamente uma tradição política correspondente.”⁶⁰ Havia mais identificação, por exemplo, entre um nobre escocês e um senhor prussiano do que entre estes e os camponeses de suas respectivas propriedades. Nessas condições a lealdade do indivíduo não se voltava para um ainda inexistente Estado nacional, mas se dispersava na classe social, nas guildas, na vassalagem ao suserano e sobretudo na religião. Para Benedict Anderson, a força do apelo emocional que o nacionalismo adquiriu só pode ser compreendida se ele for alinhado “não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los,”⁶¹ a saber, a comunidade religiosa e o reino dinástico, isto é, a monarquia absoluta de direito divino. Isto é perfeitamente perceptível ao nos depararmos com os cenotáfios e os túmulos do soldado desconhecido presentes em quase todos os países. Se há toda uma *civil religion* em torno dos heróis que morreram pela pátria, não encontramos nada parecido, para citar Anderson, a “um túmulo do ‘marxista desconhecido’ ou um cenotáfio para os ‘liberais que tombaram em combate’.”⁶² A própria guerra ao invasor nazista do primeiro Estado socialista da história viria a se chamar “a grande guerra patriótica”, e a afirmação com a qual Fidel Castro costumava encerrar seus discursos era “*patria o muerte*”, ainda que muitos dos protagonistas da Revolução Cubana fossem estrangeiros, como Che Guevara. “Se o imaginário nacionalista se importa tanto com elas [a morte e a imortalidade], isso sugere sua grande afinidade com os imaginários religiosos.”⁶³

No entanto, protótipos dos futuros povos, que serviriam de paradigma e inspiração para a construção dos Estados nacionais, não deixaram de existir antes da ascensão das nações modernas. Herdeiros de uma tradição que remonta a Heródoto, os historiadores romanos distinguiam basicamente dois tipos de povos: os bárbaros e os romanos. Os primeiros, que não falavam latim ou grego, eram povos “naturais”, isto é, definidos estritamente por suas etnias e seu território (embora nem sempre a descrição dos historiadores correspondesse à verdade).

⁵⁹ GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção dos nacionalismos*. São Paulo: Conrad, 2005. p. 31.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 32.

⁶¹ ANDERSON, op. cit., p. 39.

⁶² *Ibid.*, p. 36.

⁶³ *Id.*

Além disso, estes povos não eram afetados por vicissitudes históricas; a ciência sobre eles, portanto, aproximava-se da história natural. Ao contrário, ao povo romano era concedido um *status* completamente diferente:

Apenas aos romanos era atribuída uma noção de desenvolvimento histórico, fluidez e complexidade. A etnogênese do povo romano, sacralizada nas obras de Virgílio e Tito Lívio, criou o *populus* a partir de *gentes* díspares. Para Lívio, a identidade romana era o resultado de um processo contínuo de fusão política. (...) nesse caso, não se questiona a suposta unidade da ancestralidade, geografia, cultura, língua ou tradição. Em toda a sua longa história, pertencer ao *populus romanus* era uma questão de lei constitucional, e não lei natural, portanto teoricamente qualquer um poderia ser romano.⁶⁴

Hoje, os Estados modernos flutuam entre estes dois possíveis polos de autocompreensão nacional. “Logicamente, os dois conceitos de nação – um corpo de cidadãos e uma coletividade cultural – são conflitantes”, afirma John Breuilly.⁶⁵ No século XIX, por exemplo, enquanto era possível a um judeu ser plenamente cidadão francês, na Alemanha era-lhe vedada a carreira no serviço público e na hierarquia militar, por mais que sua família vivesse na região há tantos séculos quanto as famílias “alemãs”. Com efeito, “o argumento de que Dreyfus não podia ser ‘realmente’ francês porque descendia de judeus foi corretamente entendido como um desafio à própria natureza da Revolução Francesa e à sua definição de nação francesa.”⁶⁶

Entretanto, os povos naturais ou constitucionais do passado – o povo unido por presumíveis laços de sangue e cultura ou o conjunto de cidadãos de origens as mais variadas congregados livremente debaixo do mesmo código de leis – não guardam relação orgânica ou de continuidade com as nações “naturais” ou “constitucionais” do presente. Na verdade, elementos destes dois tipos de constructos nacionais costumam estar presentes, seleccionados e intercambiados, na auto-imagem das nações contemporâneas. Israel, um Estado de matriz inegavelmente étnica, contempla também cidadãos palestinos (ainda que com direitos reduzidos). Nos Estados Unidos, um Estado reconhecidamente multiétnico e multicultural, até há pouco tempo os afrodescendentes não gozavam dos mesmos direitos que os demais cidadãos, e mesmo hoje não apenas grupos extremistas mas também parcela considerável da população advoga o recrudescimento das leis contra a imigração, quando se sabe que boa

⁶⁴ GEARY, op. cit., p. 66-67. Os inúmeros imperadores de origem não-romana do Império atestam este fato.

⁶⁵ BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo, p. 175. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 155-184. Com base num relatório francês do tempo da Revolução, Eric Hobsbawm, por sua vez, chama a estes dois tipos de nação de “nacionalista” e “revolucionário-democrático”. HOBBSAWM, *Nações e nacionalismo*, p. 34-35.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 34.

parte dos novos imigrantes são de não-brancos (ou pelo menos considerados como tais). Todavia, entre os romanos e bárbaros da Antiguidade e os americanos e alemães de hoje não há uma linha contínua no conceito de nação. Ao contrário, foi necessário a irrupção de novos elementos para a emergência de uma organização sócio-política absolutamente nova. Afinal, ainda que as nações contemporâneas costumam ver-se a si mesmas como a culminância natural de correntes antiquíssimas, o nacionalismo, como estamos vendo, é um fenômeno recentíssimo na história das civilizações. Sem as revoluções política e industrial, do tempo em que a burguesia ainda era uma classe revolucionária, os Estados nacionais não teriam vindo à luz, pelo menos não com a configuração que assumiram a partir do século XIX. Mesmo no Oriente, o nacionalismo oitocentista é fruto da influência e da colonização europeia.⁶⁷ O mesmo pode ser dito das novas nações que emergiram da descolonização do continente africano. Germinado na Europa moderna, o Estado-nação é o hoje o padrão da organização política mundial.

“O nacionalismo, como tantas outras características do mundo moderno, é filho da revolução dupla”, sintetiza Eric Hobsbawm.⁶⁸ Afinal, sem a ascensão da burguesia e a revolução industrial, origens da atual configuração sócio-econômica global, não teríamos, por exemplo, uma Organização das Nações Unidas. Eis como o historiador britânico explicita uma das consequências da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789:

“A fonte de toda a soberania”, dizia a Declaração, “reside essencialmente na nação”. E a nação, conforme disse o Abade Sieyès, não reconhecia qualquer direito acima do seu próprio e não aceitava qualquer lei ou autoridade que não a sua (...). “O Povo” identificado com “a nação” era um conceito revolucionário; mais revolucionário do que o programa liberal-burguês que pretendia expressá-lo.⁶⁹

Se a Revolução Francesa preparou o caminho para o advento do nacionalismo por meio da associação dos conceitos de povo, nação e soberania, a revolução industrial criaria as condições para uma melhor e mais rápida irradiação dessas ideias. Com efeito, muito antes dos modernos meios de comunicação social, o processo de compressão tempo-espaço teve início com a ferrovia. Por conta dela, em meados do século XIX, os custos de transporte caíram abruptamente. Novos mercados são criados; pessoas, bens e informações passam a circular numa velocidade nunca antes imaginada. De repente, as localidades se aproximam, propiciando a extensão da consciência de uma identidade comum para além dos limites da

⁶⁷ HOBBSAWM, *A era das revoluções*, p. 204.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 205.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 92.

aldeia. Contudo, antes mesmo que os efeitos da dupla revolução se fizessem sentir, outro aspecto foi igualmente decisivo para estrumar a terra na qual brotaria a consciência nacional: a disseminação da imprensa.

3.1 O CAPITALISMO TIPOGRÁFICO

Com o aperfeiçoamento da impressão com tipos móveis, feita por Gutenberg em 1450, uma nova era de difusão do conhecimento estava sendo inaugurada. Antes dele, a leitura era um ofício quase arcano, objeto apenas de monges e um que outro diletante. Não era para menos, devido ao custo altíssimo dos livros produzidos então artesanalmente. Com a imprensa, este universo podia agora ser franqueado a um público de dimensões impensáveis até há pouco, justamente numa época em que, entre os estratos de nobres letrados e a massa de camponeses analfabetos, emergia a burguesia, com suas próprias demandas de ilustração e cultura.

A inovação causou um impacto muito mais imediato do que, em geral, se imagina. Em 1450, apenas uma prensa estava em operação em toda a Europa. Em 1500, cerca de 1.700 prensas em mais de 250 centros de impressão já haviam publicado por volta de 27 mil títulos em mais de *dez milhões* de cópias. Em apenas duas gerações, o número de leitores na Europa passou de dezenas de milhares para centenas de milhares.⁷⁰

A Reforma Protestante seria impossível antes disso. Aliás, o projeto teológico-eclesiástico de Martinho Lutero não tinha em si nada de novo. O fim da supremacia papal, a condenação das indulgências, o livre exame das Escrituras já haviam sido preconizados tanto pelo inglês John Wyclif (1320-1384) quanto pelo tcheco Jan Huss (1369-1415). O dado novo era agora justamente a existência de um poderoso veículo de divulgação: a palavra impressa. Quinze dias após Lutero haver fixado suas 95 teses na porta da igreja do castelo de Wittemberg, elas já eram conhecidas em todas as partes da Alemanha e em breve em toda a Europa. Mais tarde, todos os seus livros e panfletos experimentariam semelhante recepção. “Com efeito, Lutero se tornou o primeiro autor de *best-sellers conhecido como tal*.”⁷¹

Num primeiro momento, o mercado editorial se ateu a publicações em latim. De fato, “no Ocidente, em países tanto protestantes quanto católicos, o latim era a língua da

⁷⁰ FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 190. O grifo é do autor.

⁷¹ ANDERSON, op. cit, p. 74.

‘comunidade dos eruditos’, como o mestre-escola Richard Mulcaster o chamou, ou, para citar um estudioso sueco, ‘a língua materna dos letrados’ (*lingua eruditorum vernacula*).⁷² Todavia, em cerca de 150 anos esgotou-se o potencial deste público. Além disso, pouco a pouco, o latim foi perdendo o prestígio e o espaço ante as novas línguas vernáculas, algumas das quais cada vez mais iam se tornando também a língua administrativa dos novos Estados. “Assim, a lógica do capitalismo dizia que, saturado o mercado em latim para a elite, seria a vez dos mercados potencialmente monoglotas.”⁷³ Dessa forma, aos poucos, de maneira aleatória e irregular, não ainda com a política de uniformização linguística dos futuros Estados burgueses, algumas línguas vernáculas foram sendo escolhidas como veículo preferencial para a exploração deste novo público.

Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, e acima de tudo, elas criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que achariam difícil ou mesmo impossível se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo tempo percebendo que apenas estas centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíam, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade imaginada [isto é, o futuro Estado-nação].

Em segundo lugar, o capitalismo tipográfico conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação. (...)

Em terceiro lugar, o capitalismo tipográfico criou línguas diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Inevitavelmente, alguns dialetos estavam “mais próximos” da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais.⁷⁴

Todo este processo descrito por Anderson não ocorreu de imediato nem de maneira planejada. Ocorre que as línguas das cortes, situadas nos centros dinásticos, acabaram muitas vezes gozando de primazia, como aconteceu por exemplo com o castelhano, a língua de Castela, dando prosseguimento a um processo de unificação linguística que vinha em curso desde o século XIII.

No entanto, a primeira grande explosão da consciência nacional não se deu no velho continente, mas na América. De fato, a primeira nação moderna nasceu em 1776, com a proclamação da independência das Treze Colônias da América do Norte. E a seguir uma série de nações emergiu das ex-colônias espanholas e portuguesa. De onde teria despertado a

⁷² BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 68.

⁷³ ANDERSON, op. cit., p. 73.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 80-81.

consciência nacional nesses jovens Estados se, nesse caso, a língua não era um elemento que os distinguisse de suas respectivas metrópoles?

Por um lado, temos o recrudescimento da opressão metropolitana, por meio do aumento da já opressiva carga tributária e de um controle cada vez maior do monopólio comercial, e por outro a difusão das ideias políticas do Iluminismo que pululavam na Europa. Todavia, ainda segundo Anderson, isto não explica por que ao invés de uma única nação hispano-americana assistimos ao nascimento de dezoito entidades políticas independentes. Um princípio de resposta pode estar no fato de que cada uma das novas nações tinha sido uma unidade administrativa desde o século XVI.

A moldagem inicial das unidades administrativas americanas foi, em certa medida, arbitrária e fortuita, marcando os limites espaciais de conquistas militares específicas. Mas com o correr do tempo, elas adquiriram uma realidade mais firme sob a influência de fatores geográficos, políticos e econômicos.⁷⁵

Porém, por mais estável que tenha sido, uma unidade geográfica ainda é insuficiente para o pleno surgimento de uma consciência nacional. Aqui, Benedict Anderson vai emprestar do antropólogo Victor Turner o conceito de “jornada”. Para Turner, a “ ‘jornada’ – entre tempos, condições e lugares – [é] (...) uma experiência que cria significado.”⁷⁶ O modelo deste conceito está na peregrinação religiosa, trajeto cujo centro – Roma, Jerusalém, Meca – era vivenciado como doador de sentido para uma multidão heterogênea de peregrinos, os quais, provenientes de classes e regiões as mais distintas, não possuíam outro vínculo entre si a não ser a marcha com o mesmo fim. Embora de apelo emocional menor, os impérios europeus criaram também as suas “jornadas” por meio das carreiras dos funcionários de seu aparato estatal, cuja trajetória era tanto vertical (o ascenso na hierarquia) quanto horizontal (os deslocamentos espaciais por conta das transferências e promoções). Com efeito, contra a nobreza, os regimes absolutistas, em aliança com a burguesia ascendente, precisaram criar um novo corpo de funcionários, dócil, leal e unificado.

A unificação significava uma intercambialidade intrínseca de homens e documentos. A intercambialidade humana foi alimentada pelo recrutamento – em graus variáveis – de *homines novi*, os quais, justamente por esta razão, não dispunham de poder independente próprio, e podiam servir como emanações da vontade dos seus senhores. (...) Nessa jornada, não há nenhum descanso garantido; toda pausa é provisória. A última coisa que quer o funcionário é voltar para casa, pois ele *não tem* uma casa com qualquer valor intrínseco. E mais: na sua ascensão em espiral, ele

⁷⁵ Ibid., p. 7-91.

⁷⁶ Ibid., p. 92. Anderson se refere ao livro *Floresta de símbolos: aspectos do ritual ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005. (A edição original é de 1967.)

encontra os colegas de funcionalismo, companheiros de percurso tão ávidos quanto ele, oriundos de lugares e famílias que mal ouviu falar e certamente espera nunca ter de conhecer. Mas, ao conhecê-los como companheiros de viagem, brota uma consciência de interligação (...), principalmente quando todos falam a mesma língua oficial.⁷⁷

Todavia, se o absolutismo instituiu no continente, em vista da eficiência administrativa, todo um aparelho estatal baseado mais no mérito do que no berço, isto não se reproduziu, a não ser ocasionalmente, nas possessões ultramarinas. Dificilmente um funcionário *crioulo*⁷⁸ concluía sua jornada funcional na metrópole. Além disso, sua peregrinação não era barrada somente no sentido vertical.

Se os funcionários espanhóis podiam ir de Saragoça a Cartagena, a Madri e Lima, e voltar a Madri, o crioulo “mexicano” ou “chileno” geralmente servia apenas nos territórios coloniais do México ou do Chile: os seus movimentos laterais eram tão restritos quanto a sua ascensão vertical. Assim, o auge da sua carreira, o centro administrativo mais elevado para o qual ele poderia ser designado, era a capital da unidade administrativa em que ele se encontrava. E no entanto, nessa peregrinação tão limitada, ele encontrava companheiros de viagem e passava a sentir que esse companheirismo se baseava não só naquele trecho específico da peregrinação, e sim na fatalidade comum do nascimento naquele lado do Atlântico.⁷⁹

De toda forma, esse companheirismo entre funcionários crioulos impedidos de atingirem o topo de suas carreiras na metrópole não era também suficiente para a criação de uma consciência nacional dentro das respectivas unidades administrativas. Foi necessário, aí também, o advento do capitalismo tipográfico. Ao contrário do Brasil, a imprensa chegou cedo na América espanhola, ainda que tenha permanecido por quase três séculos sob a propriedade exclusiva da Coroa e da Igreja. Na América do Norte, por sua vez, o século XVIII foi cenário de uma verdadeira explosão editorial. “Entre 1691 e 1820, foram editados nada menos que 2.120 ‘jornais’, sendo que 461 duraram mais de dez anos.”⁸⁰ Não por acaso uma das principais lideranças da independência estadunidense foi um impressor e jornalista: Benjamin Franklin.

Uma das características destes jornais era sua dimensão local: não obstante algumas notícias da metrópole, seu círculo de interesse e abrangência não ia além dos limites da unidade administrativa a que pertenciam. Assim, com o tempo, os leitores dessas gazetas

⁷⁷ Ibid., p. 95.

⁷⁸ Crioulo (*creole, criollo*) é o descendente de europeu nascido fora da metrópole, numa de suas colônias. Nas Américas, o movimento independentista é protagonizado quase que exclusivamente pelas elites crioulas, à exceção do Haiti, cuja independência foi levada a termo, em 1804, por ex-escravos.

⁷⁹ Ibid., p. 97.

⁸⁰ ANDERSON, op. cit, p. 102. Ele se refere a dados extraídos de FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *The coming of the book: the impact of printing –1450-1800*. Londres: New Left Books, 1976. p. 208-211.

coloniais foram tomando consciência da existência de uma multidão de outros leitores semelhantes a eles, isto é, impossibilitados de alcançarem o cume da carreira imperial, os quais, numa simultaneidade de tempo, tomavam contato com as mesmas notícias e os mesmos reclames. Todavia, devido à distância espaço-temporal, os colonos mexicanos, ainda que recebessem – evidentemente com meses de atraso – as notícias do sul do continente, podiam até julgá-las “semelhantes” àquelas que liam nos jornais de sua região, “mas não ‘partes’ integrantes deles”.⁸¹

Nesse sentido, o “malogro” da experiência hispano-americana em criar um nacionalismo permanente em toda região reflete tanto o nível geral do desenvolvimento capitalista e tecnológico no final do século XVIII quanto o atraso “local” do capitalismo e da tecnologia espanhóis em relação à extensão administrativa do império.⁸²

Assim, impressores crioulos e funcionários-peregrinos foram essenciais para a configuração do formato da luta anti-metropolitana nas Américas como uma luta de independência de *Estados nacionais*.

O fim da descolonização americana (1776-1828) coincide com o início da vaga nacionalista que durante quase um século (1830-1920) alteraria profundamente a ordenação sócio-política do Velho Mundo. Agora, na Europa, para estas lutas de independência ou unificação nacional, havia um modelo pronto e vitorioso do outro lado do Atlântico.⁸³ Mas, segundo Benedict Anderson, existe uma diferença fundamental entre o novo nacionalismo europeu e o americano: para este, a língua nunca fora relevante na luta contra a metrópole – ainda que possamos acrescentar que, no caso do Brasil, o português foi decisivo para o desenho e a manutenção de suas atuais fronteiras.

3.2 FILOGIA, HISTÓRIA E NAÇÃO

Além do capitalismo tipográfico, a filologia e a história moderna, duas criações dos séculos XVIII e XIX, foram igualmente essenciais para o advento do nacionalismo europeu. A primeira, mãe da linguística, é filha direta do expansionismo europeu. Na esteira da conquista britânica de Bengala, o orientalista William Jones afirmou em 1786 que o sânscrito,

⁸¹ ANDERSON, op. cit, p. 104.

⁸² Id.

⁸³ Com efeito, depois da Restauração (1814), a França tornara-se um contra-modelo.

o grego e o latim partilhavam uma origem comum. Em 1822, como consequência da expedição napoleônica ao Egito, Champollion logrou finalmente decifrar os hieróglifos egípcios. Se, por um lado, desde as descobertas de ultramar, vinham-se alargando as dimensões do mundo conhecido, a interpretação de línguas perdidas abria igualmente aos europeus as portas de um novo e mais extenso universo. Não tardou que os antigos idiomas europeus se tornassem objeto preferencial de pesquisa e que, para além da Antiguidade clássica, a atenção se voltasse para as tribos bárbaras que estavam na origem dos povos da Europa contemporânea.

Resultante do mesmo interesse, nascia na época a história moderna, com suas lentes igualmente focadas na origem e na formação dos povos europeus. Por conta do Romantismo, veículo de uma nova sensibilidade, este conhecimento não se restringiria ao âmbito erudito, mas em breve, em prosa e verso, ganharia a alma do público letrado, público este formado sobretudo pelos extratos médios cada vez mais amplos da sociedade. Todavia, este olhar retrospectivo tinha interesses muito vivos no presente:

Em certo sentido, não apenas o nacionalismo étnico como o entendemos atualmente é uma invenção desse período, mas também (...) as próprias ferramentas da análise com a qual temos a pretensão de praticar história científica foram inventadas e aperfeiçoadas em um ambiente mais amplo de inquietações nacionalistas. Os métodos modernos de pesquisa e escrita da história não são instrumentos neutros da academia, mas ferramentas desenvolvidas especificamente para favorecer os propósitos nacionalistas.⁸⁴

A Alemanha, que como Estado-nação inexistia até 1871, é um exemplo claro desta construção histórico-filológica – além de ter desempenhado um papel crucial na invenção e exportação do novo modelo de nação. No final do século XVIII, Johann Gottfried Herder (1744-1803) já declarava: “Assim, *cada* povo é um povo; tem a *sua* formação nacional como a *sua* língua.”⁸⁵ Em busca do espírito do povo alemão, o seu *Volksgeist*, e com o fito de traçar sua história, uma legião de eruditos – historiadores, filólogos, gramáticos, lexicógrafos, folcloristas – impôs-se a tarefa de mapear os marcos documentais dessa trajetória, a começar pela *Germânia*, de Tácito, do primeiro século, o mais antigo testemunho escrito dessa trajetória. Acontece que a Alemanha, ao contrário da França, que há muito era um Estado unificado mas cujos cidadãos não falavam somente o francês (mas também o bretão, o provençal, o basco, o catalão, o flamengo, o alemão), nunca fora uma nação unificada, mesmo

⁸⁴ GEARY, op. cit., p. 27-28.

⁸⁵ Apud ANDERSON, op. cit., p.108. O grifo é de Anderson.

ao tempo do Sacro Império Romano-Germânico, mais uma aliança de Estados e microestados do que um reino coeso, que inclusive abrangia regiões eslavas e românicas.

Em Herder, porém, assim como em Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803) e Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), este nacionalismo não era ainda de caráter político, mas apenas cultural. Ele só tomava colorações políticas, e ainda assim timidamente, na era napoleônica, como reação à ocupação francesa da Renânia – e isto por conta dos britânicos, “que tentavam formar uma oposição popular aos franceses no leste para pressionar Napoleão.”⁸⁶ Ao mesmo tempo, Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), desejoso de fortalecer a insurgência alemã, fazia a analogia entre a resistência da Germânia ao Império Romano e a de seus contemporâneos às tropas napoleônicas, servindo-se para tanto da descrição das virtudes germânicas elencadas por Tácito. Em comparação com os franceses, e também com os eslavos, seus vizinhos do leste, a identidade alemã radicava, segundo Fichte, em sua “continuidade geográfica e sua língua.”⁸⁷

Não obstante o Congresso de Viena, em 1815, após a derrota de Napoleão, haver retrocedido as fronteiras europeias aos limites anteriores à Revolução, o espírito (proto)nacionalista, agora não apenas cultural, já havia sido liberado. Em 1819 foi criada a *Sociedade para o Conhecimento da História Alemã*, que se dedicou a editar e publicar a *Munumenta germaniae historica* (Monumentos históricos da Alemanha), isto é, uma coleção dos principais documentos literários da cultura germânica, o que implicava necessariamente todo um processo de seleção do que podia ser considerado ou não “germânico”. “A filologia – tanto a clássica, com foco em textos gregos e latinos, como a mais recente filologia germânica – estava no coração do ímpeto metodológico do novo empreendimento científico da *Monumenta*.”⁸⁸ Assim, após uma busca “arqueológica” dos elementos fundacionais da Alemanha, as condições estavam postas para a gestação do Estado alemão moderno. E não só: estavam dados os instrumentos para a invenção das nações europeias.

Essas ferramentas irmãs utilizadas pelo nacionalismo alemão – textos e análise filológica – não criaram apenas a história *alemã*, mas também, indiretamente, *toda* a história. Elas constituíam um produto altamente exportável, que poderia ser facilmente aplicado a qualquer *corpus* textual em qualquer outra língua. (...) O estudo da história e o nacionalismo se fundiram em um único elemento.⁸⁹

⁸⁶ GEARY, op. cit., p. 37.

⁸⁷ Ibid., p. 38.

⁸⁸ Ibid., p. 41.

⁸⁹ Ibid., p. 43.

Assim, a partir do momento em que o método histórico-filológico alemão se tornou modelo nas universidades europeias, movimentos nacionalistas começaram a pipocar em todos os recantos do continente. Mas para que os ideais nacionalistas, nascidos nos recintos acadêmicos e formulados não raro num jargão hermético, atingissem as massas populares – ou pelo menos as elites influentes – outro processo foi necessário que se operasse para servir de correia de transmissão. Da conjunção de filologia e historiografia, aplicadas a um conjunto de textos referentes e/ou provenientes da nação, surgiu a literatura nacional, a qual, com o seu poder de evocar sonhos e invocar mitos, gozou de muito mais facilidade – e felicidade – na conquista de mentes e corações. Se os trabalhos eruditos informaram o ideário de pequenos grupos de intelectuais, foram os romancistas e os poetas, não raro leitores desses trabalhos, que souberam levar ao crescente público letrado essas pesquisas transformadas em imagens.

3.3 UMA NAÇÃO, UMA LÍNGUA, UMA LITERATURA

O processo de *aldeialização do globo* – isto é, o processo de unificação cultural que começa reunindo clãs e tribos e tem por fim a consolidação de um sistema-mundo, para nos servirmos da terminologia de Immanuel Wallerstein – nem sempre foi contínuo e linear.⁹⁰ Antes da emergência das culturas nacionais, houve na Europa ocidental e central um sistema cultural relativamente homogêneo, assentado sobre os pilares da herança judaico-cristã e greco-romana. Neste vasto espaço social os intelectuais e literatos, por cima de suas diferenças étnicas e regionais, compartilhavam um repertório comum de regras e materiais. Por toda a Idade Média, as fronteiras políticas, extremamente flexíveis, porosas e retalhadas por conta do feudalismo, não guardavam relação com as fronteiras muito mais amplas e nítidas desta cristandade de vocação universalista, onde o outro, ou estava do lado de fora (os muçulmanos), ou segregado em guetos (os judeus). Neste grande aldeia europeia não era incomum que alguém, nascido em Castela e morto em Bolonha, como São Domingos, fundador da ordem dos dominicanos, fizesse pregações na Dinamarca, circulasse constantemente por Roma e Paris, e mandasse seus discípulos fundarem conventos em lugares tão díspares como Inglaterra, Escandinávia, Alemanha e Polônia. Mais tarde, na Idade Moderna, essa *respublica clericorum* é substituída por uma *respublica litterarum*. O holandês Erasmo de Roterdã, por exemplo, lecionou com a mesma desenvoltura em centros como

⁹⁰ Sobre o conceito de sistema-mundo (*World System*) cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Paris, Lovaina, Veneza, Basileia e Cambridge, e em suas muitas viagens esteve inclusive em Portugal. O substrato cultural de todos os membros desta república é praticamente o mesmo. Longe de localismos, a literatura é “universal”. As cartas que trocam entre si – primeiramente em latim e depois em francês – atestam este fato. Com a emergência do nacionalismo, todavia, esta unidade se fragmenta e, em vez da *Weltliteratur* [literatura mundial], como pretendia Goethe, irrompem as literaturas nacionais, de modo que a literatura *em* alemão, *em* francês, *em* português vão se transformar aos poucos nas literaturas *da* Alemanha, *da* França, *de* Portugal, as quais, junto com suas respectivas historiografias e estudos filológicos, vão contribuir na configuração dessas novas identidades nacionais.

Num artigo sobre a importância das atividades literárias para a formação das nações da Europa, Itamar Even-Zohar se pergunta se a literatura – entendida como “uma actividade durante a qual são recitados ou lidos textos para seus membros, ou por eles, pública ou individualmente”⁹¹ – não seria um fenômeno inerente à realidade europeia. A resposta não é simples. “Não há, talvez, nenhuma sociedade organizada por nós conhecida que não tenha uma espécie de ‘literatura’ (...)”⁹² Todavia, embora as atividades literárias não sejam uma exclusividade da história europeia, ele pensa que

(...) os papéis que elas desempenharam na organização da vida europeia podem, de facto, ser únicos. Quando estes fenómenos se verificam em países não europeus durante os séculos dezanove e vinte, constata-se que não se trata de uma continuação de actividades literárias previamente existentes nesses países, mas antes de uma actividade nova, resultante do contacto com as nações europeias.⁹³

Para compreender a origem desta função talvez única que a literatura exerceu na sociedade europeia a partir do século XVIII, é preciso retroceder não só às origens da Europa mas aos albos da própria civilização. A primeira cultura letrada de que se tem notícia floresceu entre os sumérios na Mesopotâmia, onde a relação com os textos, tanto escritos quanto recitados, desempenhou um papel de destaque. Não somente a elite tinha acesso diretamente ao repositório textual, como produtores e intérpretes, mas também boa parte da população, em ocasiões festivas, tomava contato com o acervo de textos. O Código de Hammurabi, as inúmeras estelas, as minuciosas descrições dos feitos dos governantes, tudo

⁹¹ EVEN-ZOHAR, Itamar. O papel da literatura na criação das nações da Europa. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (ed.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. Ponte Guimarães (Portugal): Opera Omnia, 2011, p.77-99. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/IEZ_2011--O%20Papel%20da%20Literatura.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012. A conceituação de sistema cultural e literário, segundo a teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar, abordaremos na seção 6.1.

⁹² Id.

⁹³ Ibid., p. 79.

isto, embora não possa provar a acessibilidade dos textos, demonstra sua centralidade na vida social. Ao mesmo tempo, ao estabelecer a escola como uma instituição de poder, os sumérios também criaram o cânone: um conjunto de narrativas por meio das quais o mundo era interpretado.

Estas narrativas tornaram-se muito poderosas no momento de transmitir sentimentos de solidariedade, de pertença e, fundamentalmente, de submissão a leis e decretos, que deste modo não precisavam de ser impostos apenas através da força física. Assim, a cultura suméria foi a primeira sociedade a introduzir as actividades textuais como uma instituição indispensável, usando-a com o objectivo de criar uma coesão sócio-cultural.⁹⁴

As características desenvolvidas pelos sumérios são assumidas pelos povos que gradualmente os substituíram, como os acádios, os babilônios, os hititas, os assírios e uma série de tribos e cidades-estados que se espalham entre o Eufrates e o Mediterrâneo, para não falar do Egito, que se desenvolveu de uma maneira relativamente autônoma. Com exceção dos cananeus e dos fenícios, nenhum deles abandonou o sistema de escrita cuneiforme elaborado pelos sumérios, ainda que o tenham adaptado e simplificado.

Por conta das novas pesquisas, os laços entre essas sociedades e a Europa vão se clarificando cada vez mais. Como os próprios gregos reconhecem, o seu alfabeto tem origem fenícia. Ainda que não se tenha certeza, pode-se afirmar com alguma probabilidade, que a “literatura”, entendida aqui como atividade textual, “encontrou o seu caminho a partir da Mesopotâmia, tendo os hititas (e talvez os lúvios) como intermediários, até à cultura grega, através da qual se propagou, ao longo do tempo, às várias sociedades europeias, num processo em cadeia.”⁹⁵ Enquanto não se pode medir o grau de coesão social produzido pela literatura nessas sociedades do Crescente Fértil, é na Grécia que se observa pela primeira vez, aparentemente, evidências dessa função. Pode-se falar, nesse caso, com as devidas reservas, de uma viragem – ainda que ela provavelmente não tivesse ocorrido sem a invenção do alfabeto em Canaã. O repertório literário, até então propriedade de um pequeno círculo de dirigentes e de seus assessores, passa a ser partilhado por camadas mais amplas, ainda que não abarquem mais do que uma parcela da sociedade. E mais:

As actividades textuais têm agora lugar ao ar livre e não se limitam a hinos públicos ou a estelas com inscrições inacessíveis, mas alcançam uma audiência cada vez maior. Permitem inclusivamente uma certa crítica social e um tratamento menos reverente dos governantes (em particular na tragédia e na comédia). Além disso, as

⁹⁴ Ibid., p. 80.

⁹⁵ Ibid., p. 81-82.

histórias dos tempos passados formam gradualmente um cânone amplamente aceite e convertem-se em elementos básicos de ensino e de auto-diferenciação para grupos cada vez mais amplos. (...)

Além disso, através destes textos, a *Koiné* grega alcançou muito mais êxito do que qualquer outra língua precedente (em comparação, o caso assírio foi antes um fracasso; quando o Império caiu, ninguém continuou a falar assírio: a maior parte da população já tinha passado a falar arameu). Talvez tenha sido na Grécia que se constituiu um modelo através do qual uma língua de índole literária conseguiu substituir gradualmente as variantes locais, para além de transmitir coesão sócio-cultural através dos textos. (...)

Talvez deva ser atribuída à Grécia outra mudança crucial, a saber, a clara proliferação de sistemas culturais e “literários”. Enquanto que os textos na cultura suméria (inclusive os que eram recitados em ocasiões públicas) eram compostos por membros de uma elite e os textos na Babilónia, Assíria ou nos reinos hitita e egípcio eram compostos pelos homens de letras, a Grécia proporciona-nos culturas textuais tanto de elite como de carácter popular. (...) A origem da noção moderna de “literatura” como algo relacionado com textos escritos situa-se claramente na Grécia.⁹⁶

Como se sabe, etruscos e romanos, e posteriormente, todas os demais povos europeus, beberam da cultura grega. Enquanto a cultura grega, ou melhor, helenística, foi adotada como parte da cultura romana dominante, esta produziu um repertório próprio, decalcado das regras do protótipo grego. Virgílio não teria escrito a Eneida se não existisse antes o modelo grego.

Ainda que na Idade Média vigesse na Europa uma grande variedade étnica, a herança greco-romana, aliada aos interesses centralizadores da Igreja e dos governantes, não permitiram a eclosão de entidades locais. No entanto, quando foi preciso “inventar” as nações, todo um conjunto de regras e operações já estava potencialmente à disposição.

As “nações” ou identidades francesa, alemã e italiana, do ponto de vista da coesão social, são invenções tardias. Para construí-las, foram mobilizados e utilizados processos já consagrados pelo tempo, naturalmente ampliados e adaptados às circunstâncias locais. Os textos, produzidos numa língua nova ou uniformizada de novo, funcionaram em todos estes casos como um destacado veículo de unificação para pessoas que não se considerariam necessariamente “pertencentes” a uma determinada entidade para além da sua localidade.

Na França, o ponto crucial foi a Revolução Francesa, como já foi dito, quando a burguesia, que já constituía uma parcela significativa da população, não somente amealhou o poder político da aristocracia como também se apropriou dos seus bens simbólicos. Ao mesmo tempo, ao ampliar o sistema escolar, delegou à literatura uma saliente missão na organização sócio-cultural do novo Estado. É bom lembrar que até então boa parte dos franceses não falavam francês. “Tiveram de ser persuadidos, gradualmente, a adquirir este

⁹⁶ Ibid., p. 84-85.

conhecimento, o que não teria sido possível sem os muitos textos que foram utilizados como instrumentos deste empreendimento (...).”⁹⁷ Ou seja, a literatura, a “nova” literatura nacional, não só *descreve* a nação como a *escreve* – e, ao *re-escrever* seu passado, a *inscreve* na modernidade.

Nos casos alemão, italiano, búlgaro, servo-croata, checo e talvez mesmo no grego moderno, a “literatura” foi mesmo indispensável para a criação das respectivas “nações”. Em cada um dos casos, um pequeno grupo de pessoas, (...) conhecidos popularmente como “escritores”, “poetas”, “pensadores”, “críticos”, “filósofos” e similares, produziram um enorme *corpus* de textos para justificar, sancionar e sustentar a existência (ou o seu desejo) e a pertinência de tais entidades – as nações alemã, búlgara e italiana, etc.

O caso da Alemanha, como já vimos quanto à historiografia e à filologia, é sintomático, também no que diz respeito à literatura. Even-Zohar evoca o exemplo do pequeno Estado de Luxemburgo, um grão-ducado que estranhamente escapou ao processo de unificação alemã. Sua principal língua é o luxemburguês, um “dialeto” germânico que ascendeu ao *status* de língua nacional apenas pelo fato de ser a língua oficial de um Estado independente. Tal como ele, antes de 1871, havia inúmeros ducados e principados no atual território do Estado Alemão. Não houve nada de “natural” na anuência desses diminutos Estados em se unirem à Prússia,

tendo em vista a criação da união alemã, nem houve nada de “natural” na sua aceitação de uma língua denominada “Alto alemão” (*Hochdeutsch*), unilateralmente uniformizado (...). Mas foi a reputação dos textos produzidos nesta língua pela geração de Goethe, Schiller e outros que afinal criou a nova nação alemã.⁹⁸

Este pacote – “uma nação, uma língua, uma literatura”⁹⁹ – já não era, quando da unificação alemã, uma novidade. Mas de toda forma ele teve que ser deliberadamente planejado e implementado. Como no caso dos *patois* na França, todas as demais variantes linguísticas que não se conformavam ao novo modelo do alemão foram descartadas ou reduzidas ao estatuto de “dialetos”.

Um processo semelhante ocorreu à Itália, cuja unificação foi concluída em 1870. Com efeito, não havia nos habitantes dos vários Estados que retalhavam a península itálica nada que os tornassem “italianos”. Todavia, um conjunto de ativistas, tal como os seus equivalentes alemães, “utilizaram a reputação de textos escritos numa língua que quase

⁹⁷ Ibid., p. 90.

⁹⁸ Ibid., p. 90-91.

⁹⁹ Jocosamente, Even-Zohar chama este conjunto de três itens de *package deal*. Ibid., p. 91.

ninguém falava, para popularizar o mesmo gênero de proposta (...).”¹⁰⁰ A língua a que hoje chamamos italiano estava praticamente morta: dos 22 milhões de habitantes da península, somente cerca de 600 mil o compreendiam em 1860.¹⁰¹ Mesmo os maiores escritores em italiano, como Alessandro Manzoni (1785-1873), tinham mais fluência em francês.

Não obstante, foi graças aos esforços intelectuais e literários de Manzoni e de um grupo de intelectuais (gradualmente apoiados e mobilizados pelo inteligente Primeiro-Ministro de Piemonte-Sardenha, Cavour) que a ideia de uma “nação” italiana, baseada na língua utilizada pelos grandes fundadores da sua tradição literária, Dante, Bocaccio e Petrarca, ganhou terreno com êxito entre partes da população cada vez [mais] amplas. (...)

Do mesmo modo que na Alemanha, nenhuma língua vernácula pôde converter-se na língua comum. O italiano, embora historicamente baseado na língua florentina, domesticada e uniformizada por Dante e pelos seus seguidores, já não tinha correspondência com a língua que realmente se falava na Toscana, e mais especificamente em Florença, na época da unificação. Manzoni, cuja tarefa oficial foi a de elaborar recomendações sobre a língua que o Estado devia adoptar, se bem que tivesse contemplado a hipótese, por um momento, de adoptar a variante florentina contemporânea como a base da língua moderna, afastou esta ideia para defender antes uma fabricação híbrida, baseada na selecção e combinação de várias normas locais.¹⁰²

Com efeito, este modelo de construção nacional revelou-se extremamente exitoso na Europa – e em seguida foi replicado com igual sucesso nos demais continentes.¹⁰³ Na América, como não havia o diferencial da língua em relação às metrópoles, foi exigido ainda mais da literatura a construção de uma identidade diferenciada. No Brasil, basta ver José de Alencar, às voltas com seus índios, sertanejos e gaúchos, em seu empenho de configuração da identidade brasileira. Assim, da ancestral Suméria à Itália unificada, passando por uma infinidade de povos, impérios e nações, o arcabouço de atividades textuais a que chamamos literatura foi de grande relevância para a coesão social de grandes entidades coletivas – e na modernidade, junto com invenções mais recentes como a filologia e a historiografia, “criou” as nações modernas.

No entanto, sem outros fatores, dificilmente essas “inovações” teriam produzido resultados expressivos para além de um pequeno círculo de eruditos e literatos. Não basta inventar a nação, descrevê-la, narrá-la, imaginá-la. É preciso propagá-la, apregoá-la, inculcá-la. De fato, a partir de meados do século XIX, a Europa assistiu a um grande incremento dos gastos públicos. Aumentou-se a burocracia estatal, oportunizando a possibilidade de carreira

¹⁰⁰ EVEN-ZOHAR, op. cit., p. 92.

¹⁰¹ Ibid., p. 93. Os dados são retirados de MAURO, Tulio de. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Roma: Laterza, 1963. Somente em 1980 o italiano tornou-se a língua falada pela maioria da população.

¹⁰² EVEN-ZOHAR, op. cit., p. 93.

¹⁰³ Even-Zohar aponta os exemplos da criação do Estado de Israel e das nações árabes modernas. Cf. Ibid., p. 95.

para segmentos paulatinamente mais amplos da sociedade. Expandiu-se a rede de ensino, padronizando a formação nacional, antes privilégio de uma minoria de eleitos. Ainda que em ritmo desigual, conforme o estágio de desenvolvimento de cada país, assomou uma burguesia mercantil e industrial cada vez mais poderosa. Desse modo, o incremento geral da alfabetização, do acesso às universidades, da indústria editorial, a par da expansão dos extratos médios letrados, criaram um público para absorver as lições da filologia, da história e da literatura nacional. Ao mesmo tempo este público tomava contato, pela imprensa, com os movimentos de independência nacional das Américas. Com efeito, “do tumulto americano brotaram essas realidades republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras e hinos nacionais etc.”¹⁰⁴ O modelo de Estado-nação estava pronto. Era só aplicar.

3.4 AS FASES DO MOVIMENTO NACIONAL

Antes que se pudesse aplicar de maneira eficaz o modelo de Estado-nação às nações potenciais, era necessário que esta ideia, presente a princípio numa reduzida elite, fosse disseminada pelo maior número possível de pessoas, para o que foi de grande contribuição, como já salientamos, a imprensa e a universalização do ensino. Mas como esse processo se deu? Como o resultado de pesquisas filológicas, literárias e historiográficas de um grupo restrito viria a se transformar num programa político capaz de mobilizar as massas? Quais foram as etapas dessa transição? O historiador tcheco Miroslav Hroch – quem, segundo Hobsbawm, “abriu uma nova era para a análise da composição dos movimentos de libertação nacionais”,¹⁰⁵ – propôs uma teoria em três fases. Primeiramente ele define *nação* como “(...) um grande grupo social, integrado não por uma mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva.”¹⁰⁶ De todos esses laços possíveis, três são indispensáveis:

(1) A “lembança” de algum passado comum, tratado como um “destino” do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais; (2) uma densidade de laços linguísticos ou culturais que permitam um grau mais alto de comunicação social

¹⁰⁴ ANDERSON, op. cit., p. 125.

¹⁰⁵ HOBSBAWM, *Nações e nacionalismo...*, p. 13.

¹⁰⁶ HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional da Europa. p. 85. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 85-105.

dentro do grupo do que fora dele; e (3) uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil.¹⁰⁷

Dirigindo suas pesquisas para a Europa Central e Oriental, onde “uma classe dominante ‘exógena’ dominou grupos étnicos que ocupavam territórios compactos, mas aos quais faltavam uma nobiliarquia, uma unidade política ou uma tradição literária contínua ‘próprias’,”¹⁰⁸ Hroch vai focar seu interesse no momento da instauração dos processos de construção nacional. Segundo ele, esse início se dá quando, dentro da comunidade étnica dominada, alguns grupos começam a pensar sua etnia e a imaginá-la como uma nação em potencial. Hroch dá “a esses esforços organizados de conquistar todos os atributos de uma nação plena (que nem sempre tiveram êxito em toda parte) o nome de *movimento nacional*.”¹⁰⁹ Usualmente, o projeto do movimento social clássico abrange três grandes demandas:

(1) O desenvolvimento de uma cultura nacional, baseada na língua local, e seu uso regular na educação, no governo e na vida econômica; (2) a conquista de direitos civis e de autogestão política, a princípio sob a forma de autonomia e, por fim (em geral muito tarde, como uma demanda expressa), de independência; (3) a criação de uma estrutura social completa a partir do grupo étnico, incluindo elites instruídas, um oficialato e uma classe empresarial (...).¹¹⁰

Entre o deflagrar das atividades de um movimento nacional e sua eventual conclusão com sucesso, Miroslav Hroch distingue três fases – e aqui está o núcleo da sua tese:¹¹¹

Durante um período inicial, que chamei Fase A, as energias dos militantes eram sobretudo dedicadas à investigação culta e à disseminação de uma consciência dos atributos linguísticos, culturais, sociais e, às vezes, históricos do grupo não dominante [politicamente] – mas, de modo geral, sem insistir em demandas especificamente nacionais para remediar as deficiências (alguns sequer acreditavam que seu grupo pudesse transformar-se numa nação). Num segundo período, ou Fase B, surgia uma nova gama de ativistas, que então procuravam atrair o maior número possível de membros de seu grupo étnico para o projeto de criar uma futura nação, através da agitação patriótica para “despertar” entre eles a consciência nacional (...). Quando a maior parte da população passava a conferir um valor especial a sua

¹⁰⁷ Id.

¹⁰⁸ Ibid., p. 87.

¹⁰⁹ Ibid., p. 87-88.

¹¹⁰ Ibid., p. 88.

¹¹¹ O artigo que estamos citando é uma condensação de seu livro *Social conditions of national revival in Europe: a comparative analysis of the social composition of patriotic groups among the smaller european nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Este livro, por seu turno, é a recombinação de dois trabalhos publicados anteriormente em Praga pelo autor, em 1968 e 1971. Ainda sobre Hroch, há uma excelente entrevista em português: *Tensões mundiais*: revista do Observatório das Nacionalidades. Fortaleza: v. 3, n. 4, p.10-33, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.ufc.br/artigos/Revista%20No%204/Entrevista.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2010.

identidade nacional, formava-se um movimento de massa, ao qual chamei Fase C. Só nessa fase final podia surgir uma estrutura social plena (...).¹¹²

Combinando a transição para a Fase B e C com a série de mudanças históricas a que se costuma chamar de revolução burguesa, Hroch identificou quatro tipos básicos de movimento nacional:

1. No primeiro, o começo da agitação nacional (Fase B) ocorreu sob o antigo regime do Absolutismo, mas adquiriu um caráter de massa num momento de mudanças revolucionárias no sistema político, quando um movimento trabalhista organizado também começou a se afirmar. Os líderes da Fase B elaboraram seus projetos nacionais em situações de sublevação política (...).
2. No segundo, a agitação nacional também se iniciou sob o antigo regime, mas a transição para um movimento de massas, ou Fase C, foi adiada até depois de uma revolução constitucional. Essa mudança da sequência podia ser causada quer pelo desenvolvimento econômico desigual (...), quer pela opressão estrangeira (...).
3. No terceiro tipo, o movimento social adquiriu um caráter de massa já no antigo regime e, portanto, antes do estabelecimento de uma sociedade civil ou de uma ordem constitucional. Esse padrão produziu insurreições armadas e se restringiu às terras do império otomano na Europa (...).
4. No último tipo, a agitação nacional iniciou-se em condições constitucionais, num contexto capitalista mais desenvolvido, característico da Europa Ocidental. Nesses casos, o movimento social pôde chegar muito cedo à Fase C, como nas terras bascas e na Catalunha, ao passo que, noutros, só o fez após uma longuíssima fase B, como em Flandres, ou nem sequer o conseguiu – como em Gales, na Escócia ou na Bretanha.¹¹³

Hroch termina por afirmar que tanto esses estágios quanto sua periodização e tipologia não explicam automaticamente as origens e o desfecho dos movimentos nacionais. São apenas pontos de partida para a análise causal. A partir deles é preciso proceder-se a um estudo pormenorizado de cada caso em especial. De toda forma, são utilíssimos tanto para ajudar a esclarecer o êxito ou o fracasso desses movimentos em transformar suas regiões linguístico-culturais em modernos Estados-nações quanto para realçar, neste processo de construção nacional, o protagonismo fundamental de uma pequena *intelligentsia* proto-nacionalista.

¹¹² HROCH, *Do movimento nacional...*, p. 88-89.

¹¹³ *Ibid.*, p. 89-90.

3.5 ENTRE CENTRO E PERIFERIA

Se a língua vernácula, difundida pelo capitalismo tipográfico, foi decisiva para o arranque de boa parte dos movimentos nacionais europeus, ela todavia não foi suficiente para levar a termo a equação *uma língua/uma nação*. Países herdeiros do absolutismo ou decorrentes de vitoriosas revoluções burguesas, como a França e Grã-Bretanha, há muito já haviam iniciado o processo de uniformização linguística. Além disso, muitas das línguas vernáculas foram absorvidas na órbita das novas línguas nacionais, desaparecendo ou tornando-se não mais do que pitorescas variações dialetais das mesmas, como por exemplo o alemão falado na Alsácia-Lorena. Todavia, muitas línguas ficaram a meio caminho, ou seja, nem se viram reduzidas a meros dialetos nem tiveram os territórios em que são faladas convertidos em Estados nacionais.

Para compreender o conflito entre as nações que vieram a constituir um Estado e os movimentos nacionais que (ainda) não lograram esse objetivo, muitos autores têm se servido da fórmula que opõe *centro e periferia*.¹¹⁴ A díade centro/periferia, proposta pela Teoria da Dependência, pretende explicar a distribuição assimétrica dos resultados do capitalismo mundial como uma consequência das grandes diferenças de desenvolvimento tecnológico, acumulação de capital e poder político entre as regiões do globo, em função sobretudo da divisão internacional do trabalho. Eis como Immanuel Wallerstein explica, de maneira didática, a dinâmica dessas relações:

A partir de qualquer diferencial real no mercado [mundial], por causa da escassez (temporária) de um processo de produção complexo ou por uma eventual escassez artificial criada *manu militari*, as mercadorias se deslocam através das regiões de tal modo que a região do artigo menos escasso vende seus bens para outra região a um preço que incorpore mais insumo real (custo) do que um bem de preço que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de “periferia” e a área ganhadora de “centro”, nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos.¹¹⁵

¹¹⁴Por exemplo: ROKKAN, Stein. Dimensions of state formation and nation-building: a possible paradigm for research of variations within Europe. In: TILLY, Charles (ed.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975. p. 562-600. SEILER, Daniel-Louis. Peripheral nationalism between pluralism and monism. *International political science review*, v. 10, n. 3, p. 191-207, 1989.

¹¹⁵WALLERSTEIN, op. cit., p. 29-30.

Assim, o par centro/periferia explicitaria a desigual distribuição espacial das riquezas, podendo-se falar neste sentido de países *centrais* e países *periféricos*, com significado homólogo a de outros binômios assemelhados, como Norte/Sul, desenvolvimento/subdesenvolvimento, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo.¹¹⁶ Todavia, é necessário levar em conta que, na realidade, essa divisão geopolítica é menos esquemática e muito mais matizada, com a existência de países semiperiférios e semicentrais entre uma ponta e outra, além do fato de que essa gradação é dinâmica e não estática, como o demonstram a recente emergência dos países agrupados sob o acrônimo de BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, revelando um deslocamento, ainda que sutil, do centro do sistema do Oeste para o Leste e do Norte para o Sul.¹¹⁷

Do mesmo modo, o nacionalismo pode também se manifestar em um ou outro desses polos ou assumir um ponto tenso e variável entre eles. Sob esta perspectiva, o nacionalismo dos Estados nacionais é central, ou tende a sê-lo, ao passo que nacionalismo das nações sem Estado é, ou tende a ser, periférico.¹¹⁸ Segundo Francisco Letamendía, esta polarização – o choque entre dois nacionalismos intra-estatais com pesos diferentes em termos de capital político – é de certo modo incontornável.

A socialización nacionalista, que ten por obxecto crear unha cultura política nacional, esixe converter a lealdade nacional en prevalente, asegurándose, sobre todo, para conseguir tal fin, o control estatal do sistema de ensino. (...) A construción estado-nacional pode ser rexeitada por sectores sociais determinados, ora porque prexudica os seus intereses, ora porque as diferencias étnicas impiden ou dificultan o seu acceso ao proceso de nacionalización, o que as fai vítimas da centralización e a alienación culturais. Dado que son rarísimos os Estados monoétnicos, este conflito é suscetível de activar movementos etnonacionais en case todo o mundo.¹¹⁹

¹¹⁶ Cf. SANTOS, Theotonio dos. *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹⁷ Formulada inicialmente por Jim O'Neil, economista-chefe do banco Goldman Sachs, em 2001, o conceito dos BRIC's cedo se consolidou como categoria de análise nos meios acadêmicos, econômicos e jornalísticos. Em 2006, o conceito deu lugar a um agrupamento propriamente dito, incorporado à política externa dos respectivos países. Em 2011 a África do Sul passou a fazer parte oficialmente do agrupamento, cuja sigla deixou de ser BRIC's para se transformar em BRICS, com o S de *South Africa*.

¹¹⁸ Mas não necessariamente: “Nom é esse o caso de Euskal Herria [País Basco] e a Catalunha que nom fam parte da periferia em termos econômicos”. PAÇOS, Bernardo Valdês. *A Constituição Europeia e nós*. Ourense: AGAL, 2005. p. 119.

¹¹⁹ LETAMENDÍA, *Nacionalismos no mundo...*, p. 10.

Os pares centro/periferia e direita/esquerda não podem ser automaticamente sobrepostos.¹²⁰ Embora o centro normalmente se localize na órbita da direita política, nem sempre um nacionalismo periférico situa-se à esquerda, como foi o caso do movimento africâner na África do Sul, promotor do *apartheid*, ou, mais recentemente, o separatismo do Departamento de Santa Cruz, na Bolívia, fomentado por latifundiários e grandes empresários. Todavia, tanto nestes como em casos semelhantes, podemos afirmar que são *enclaves* do centro tentando se desprender da periferia, o que se confirma pelo apoio que estes grupos não raro recebem das forças centrais. Em todo caso, fica sublinhado que nem todo movimento secessionista dentro de um Estado nacional é de carácter necessariamente periférico. Ademais, um nacionalismo periférico pode mudar de sinal ou vir a atuar como títere do centro. Se o nacionalismo da Geórgia é periférico em relação à Rússia pós-soviética, torna-se central com respeito à postura independentista da Abecásia e da Ossétia do Sul. Na verdade, muitas vezes é difícil precisar a natureza periférica ou central de um determinado movimento etnocultural, devido à complexidade de fatores envolvidos e aos interesses em jogo de atores externos.

Além disso, conforme Letamendía, há outros aspectos que influem nas características dos nacionalismos periféricos.

Os movimentos nascidos na periferia variam segundo a natureza do centro contra o que reaxen, que pode ser un Estado-Nación, como é norma na Europa Ocidental, un Imperio, caso habitual na Europa Oriental, quer arcaico (os Imperios ruso, austrohúngaro, otomano), quer moderno (o Imperio soviético),¹²¹ ou ben pode tratarse dunha potencia colonial, contexto este no que xorden inicialmente os nacionalismos do Terceiro Mundo. Así mesmo, a dirección e intensidade dos nacionalismos periféricos variará segundo as tres dimensións do centro – política, económica e cultural – estean concentradas nun punto (como o están en Paris, capital de Francia), ou dispersas (en Italia, onde o centro político se encontra en Roma, o cultural na Toscana e o económico no Val do Po).¹²²

¹²⁰ Apesar do apelo feito por Giddens por uma superação da dicotomia direita-esquerda (GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005), continuamos julgando pertinente a distinção entre os dois conceitos, no que acompanhamos Bobbio, que localiza na postura diante do princípio da igualdade sócio-econômica o âmago da diferença entre os dois alinhamentos – a esquerda tendente a valorizar (e, portanto, a buscar meios de maximizar) o que conduz à igualdade de condições entre os seres humanos; a direita, por sua vez, objetivando naturalizar essas mesmas diferenças. Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma razão política*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001. Por outro lado, no aspecto cultural, enquanto a esquerda procura valorar a diversidade de expressões, a direita prefere sua homogeneização.

¹²¹ Agora sucedido pela Federação Russa: moderna ou arcaica?

¹²² LETAMENDÍA, op. cit., p. 10.

Além do mais, os movimentos etnonacionais da periferia costumam originar-se de duas matrizes. Por um lado, podem resultar da crise e da fragmentação das instâncias centrais, como as novas repúblicas da ex-Iugoslávia. Por outro, podem surgir como reação a um Estado nacional centralizador, como na Espanha oitocentista. Neste caso, assim como os movimentos sociais, com os quais mantém vínculos, possuem amiúde uma dupla vertente, a identitária e a instrumental-racional.

No primeiro caso, ainda segundo Letamendía, a identidade nacional é objeto de construção a cargo de uma elite cultural (filólogos, historiadores, literatos), a qual, servindo-se ao mesmo tempo de elementos do imaginário coletivo e de novos componentes ideológicos (a ideia de Estado-nação), opera uma reescritura da história, criando com isso um novo conjunto discursivo, uma narração nacional-identitária, com o qual é realçada a oposição eles/nós (conforme a tipologia de Miroslav Hroch, corresponderia à passagem da Fase A para a Fase B).

No segundo caso, a vertente instrumental-racional se manifesta num programa de reivindicações e nos meios pelos quais se pretende alcançá-las. Estas reivindicações, num primeiro momento, se restringem a questões linguístico-culturais. Porém, “é o salto às reivindicações político-territoriais, é decir, á reclamación das institucións proxetadas para salvagardar as características étnicas, o que transforma un movemento etnocultural num movemento nacional”¹²³ (aqui, estariámos em plena Fase B, segundo Hroch). É verdade que a forma concreta com que se revestem estas demandas políticas – que podem variar de uma maior autonomia à secessão completa – está condicionada pelo

xogo dun conxunto de factores, entre os que hai que destacar a contigüidade do territorio étnico, a forza da súa identidade colectiva, a súa capacidade de resistencia ás actuacións contrarias do Estado, o seu grao de cohesión social, o seu nivel de organización política, así como o contexto internacional favorábel ou non aos seus fins.¹²⁴

Estes fatores determinam também os instrumentos a serem empregados para a consecução de tais fins, os quais podem situar-se dentro dos marcos democráticos do Estado de direito (abaixo-assinados, panfletagens, manifestações de massa), nas margens do mesmo (invasão de prédios públicos, protestos violentos), ou além de seus limites legais (atentados, sequestros, luta armada). É claro que este arco de opções vai depender do espaço legal concedido pelo Estado central, espaço este cujas dimensões são condicionadas evidentemente

¹²³ Ibid., p. 11.

¹²⁴ Id.

pelas variáveis das forças políticas em jogo. Todavia, para Letamendía, a escolha da via armada pode resultar em perda das dimensões identitária e instrumental, por conta da radicalização da oposição nós/eles e do esgarçamento dos vínculos com a comunidade etnocultural da qual o núcleo armado pretendia ser a vanguarda.

As estruturas supranacionais – supraestatais como a União Europeia e o Mercosul, ou ideológico-culturais como o pan-eslavismo e a Ummah islâmica – mantêm uma “ambigua relación tanto cos centros estatais como coas súas periferias, reforzando ou debilitando uns e outras segundo os casos.”¹²⁵ Assim, num jogo de pesos e contrapesos, teríamos, num nível supraestatal, um pan-nacionalismo, ou melhor, um supranacionalismo (europeísmo, latino-americanismo, iberismo); no nível estatal, os nacionalismos de Estado (lusitanismo, hispanismo, germanismo); e, finalmente, num nível infraestatal, os nacionalismos *sem* Estado (galeguismo, catalanismo, basquismo). Os supranacionalismos articulam-se *acima* e *entre* os centros; o nacionalismo estatal, como já foi dito, nos centros, muitas vezes em tensão entre si; e os nacionalismos sub-estatais, também como já foi frisado, nas periferias etnoculturais. No entanto, assim como pode haver periferias “centrais”, ou afinadas com o centro (Liga do Norte na Itália, Santa Cruz na Bolívia), podem existir supranacionalismos “periféricos”, como o arabismo, ou que flutuam entre centro e periferia, conforme as posições dos agentes políticos, como o celtismo.

De toda forma, o europeísmo hodierno – hoje presentificado pela União Europeia – é um supranacionalismo central, articulado (em relação de subordinação) com o outro grande centro do mundo, os Estados Unidos da América. Todavia, não é por ser central que a sua relação com os nacionalismos periféricos seja necessariamente de dominação/marginalização, como o demonstra Letamendía:

A construción comunitaria na Europa Occidental está erosionando a soberanía dos seus Estados membros por cima (desde as instancias comunitarias) e por baixo (facendo emerxer un novo actor no ámbito europeo, a Rexión). Mais este proceso é ambiguo a respecto dos nacionalismos periféricos. Os suxeitos formais da construción europea seguen a ser os Estados-Nacións. E aínda que a rexión económica (ou eurorrexión), con frecuencia transfronteiriza, fai abstracción dos limites dos Estados, a Rexión política que as instancias comunitarias teñen en conta segue sendo a definida como tal polo ordenamento territorial de cada Estado, polo que o seu espazo difire, con frecuencia, do territorio étnico defendido polos nacionalismos históricos.¹²⁶

¹²⁵ Ibid., p. 12.

¹²⁶ Ibid., p. 13. A atual crise financeira, por seu turno, ameaça arrefecer ou fazer retroceder o processo de integração europeu. Ainda é cedo, porém, para dimensionar o alcance de seus efeitos.

De certa forma, o que ocorreu foi um deslocamento do centro, criando ou acentuando novas zonas periféricas.

Por outra banda, a Unión Europea xerou un novo centro, o eixo lotharinxio [lotaríngio, referente à Lotaríngia, reino da Europa ocidental decorrente da tripartição do Império Carolíngio] que enlaza o Sudeste inglés, a través da Europa rhenana, co Val do Po, centro este que periferiza e subdesenvolve os outros dous eixos, o Atlántico e o Mediterráneo, alén dos Estados, Rexións e territorios etnonacionais que se encontran neles, tanto máis canto máis alonxados estean do eixo centroeuropeo.¹²⁷

Independente de um eventual deslocamento do centro e de uma nova ênfase dada a regiões transfronteiriças, a União Europeia não representou, pelo menos até agora, uma mudança institucional significativa no que diz respeito aos nacionalismos periféricos:

A Constituição Europeia, como todo o processo de construção da UE até agora, nom é um texto neutro a respeito das nações sem estado. Ignorando o facto nacional, admite a opressão nacional; negando as línguas das nações sem estado, participa da uniformização; e, afirmando no art. I-5 que a *Uniom respeitará as funções essenciais do Estado, nomeadamente as que se destinam a garantir a integridade territorial...* tenta, evidentemente, fechar qualquer porta que poda levar à liberdade das nações sem estado.¹²⁸

De todo modo, a nova realidade supraestatal da União Europeia coloca em novas bases a relação entre os nacionalismos estatais e sub-estatais. Longe de superada, a díade centro/periferia continua pertinente, desde que matizada dentro de uma nova realidade em que se complexifica ainda mais o embate entre centro e periferia, assim como as dicotomias direita e esquerda, mundialização e localismo, Estado e nação, soberania e dependência, identidade e diferença, nós e eles. Mais do que nunca, centro e periferia estão disseminados, atomizados, pulverizados, mas não abolidos; interpenetrados, interseccionados, misturados, mas não confundidos; mudam de lugares, disfarces, máscaras, representações, mas não de função. Ainda não é avistável, salvo nas utopias altermundistas, o horizonte de sua superação.

¹²⁷ Id.

¹²⁸ PAÇOS, *A Constituição Europeia e nós...*, p. 115. O grifo é do autor.

3.6 IMAGI-NAÇÃO

Depois deste esboço genealógico da nação moderna, chegou a vez de de nos determos sobre a célebre definição de Benedict Anderson, a qual endossaremos com ligeiros ajustes, não só porque esta definição, de cunho antropológico, se revela de maior operacionalidade para os nossos propósitos como também porque é a que tem gozado de maior aceitação (ainda que com reparos) nos estudos sobre nação e identidade nacional. Para o historiador sino-britânico, portanto, a nação moderna é:

(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (...)

Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. (...)

Imagina-se a nação soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. (...) A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano.

E, por último, ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal.¹²⁹

Se por um lado o Estado nacional é um organismo político, o que implica um território, um governo e um corpo de cidadãos, por outro ele é um *discurso*, isto é, um dispositivo discursivo de construção de sentidos. É este discurso que estabelece a coesão de um povo, muitas vezes um conjunto variável e móvel de etnias e línguas, com classes sociais distintas e antagônicas. Este discurso, ademais, constitui a legitimidade do governo deste(s) povo(s); e, caso não seja suficientemente verossímil, poderá dar azo ao surgimento de contra-discursos que questionarão sua legitimidade. É também este discurso que sustenta a ideia de soberania, mais uma “invenção” num mundo de Estados interdependentes onde as decisões políticas estão condicionadas não raro pelos interesses do grande capital. Além disso, é este discurso que costura a unidade deste território constituído geralmente de modo arbitrário através de conquistas, aquisições, acordos e pactos; de uma colcha de retalhos, ele faz uma túnica inconsútil, pela integridade da qual vale a pena matar ou morrer.

¹²⁹ ANDERSON, op. cit., p. 32-34.

Este dispositivo discursivo, que aciona a imaginação, opera com narrativas – como toda identidade, que, como vimos, se estrutura narracionalmente. E a narrativa, “texto referencial com temporalidade representada” (Todorov), como também vimos, joga com a projeção do tempo. Assim, a nação, como comunidade imaginada, é uma comunidade *narrada* no tempo, uma coletividade que se narra a si mesma na história:

Em primeiro lugar, há a *narrativa* da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação.¹³⁰

A história veiculada por esta narrativa tem, naturalmente, um princípio, um início. Embora a nação moderna seja uma criação recente, seus narradores – filólogos, historiadores, literatos, governantes – vão buscar lá onde a história se confunde com o mito os eventos fundacionais da nação. Aqui entra o processo de invenção de tradições, tão bem descrito por Hobsbawm:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.¹³¹

O nacionalismo, planta ainda frágil nos seus albores, carecia urgentemente de símbolos e práticas de coesão social que substituíssem os velhos laços do *Ancien Régime*. Bandeira, hino, brasão, heróis e datas nacionais foram algumas das tradições inventadas a partir do final do século XVIII. O Dia da Bastilha, por exemplo, a festa máxima do civismo francês, foi criado somente em 1880.¹³²

Portanto, a nação, produto da modernidade burguesa, precisa projetar sua temporalidade num passado distante, remoto. Não é à toa que, em vista da extrema juventude do Brasil, nossos românticos foram buscar nas lendas indígenas que se perdem nas brumas do tempo as origens primeiras da nação. Ora, a historicidade, a capacidade de sofrer transformações, é uma conquista da modernidade, fruto da “era das revoluções”. Povos

¹³⁰ HALL, op. cit., p. 52.

¹³¹ HOBBSAWM, Eric John. Introdução: a invenção das tradições, p. 9. In: *A invenção das tradições*. HOBBSAWM, Eric John; RANGER, Terence (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. p. 9-23.

¹³² HOBBSAWM, Eric John. A produção em massa de tradições: Europa, 1780 a 1914, p. 279. In: *A invenção das tradições*. HOBBSAWM, Eric John; RANGER, Terence (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. p. 271-316.

tradicionais não conhecem revoluções, não experimentam mudanças, saltos, recuos, avanços. O eterno retorno não é moderno. Ele só se torna compreensível sob categorias pré ou pós-modernas – daí Nietzsche ser visto como um arauto da pós-modernidade. Ao contrário, Marx, o maior intérprete da modernidade, dizia que a história só se repete como farsa. Por isso, não obstante *moderna*, a história da nação passa-se por *pré-moderna*, arcaica, mítica. Isto é, a nação, como a conhecemos hoje, é um construto histórico, porém um construto histórico que, ideologicamente, intenta negar-se como história, naturalizar-se: cultura que se oculta com o manto da natureza. Aquilo que é hoje é o que era desde todo o sempre. “Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, ‘imutável’ ao longo de todas as mudanças, eterno.”¹³³ A Alemanha de Herder, Lessing, Fichte e Bismarck é a mesma Germânia descrita por Tácito.

Todavia, nem todos os elementos “ancestrais” são suscetíveis de serem atualizados na construção da nação. Assim como nossas identidades, toda nação é o resultado de um amálgama desigual de lembrança e esquecimento, memória e amnésia. Renan – outro historiador e filólogo – já o afirmava em 1882: “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham *esquecido* coisas. (...) todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres dos países meridionais no século XIII.”¹³⁴ Com efeito, se toda memória é seletiva, mais ainda o é a memória dos narradores da nação. Desse modo, a imagem pública da nação é o resultado de uma clivagem de componentes “lembrados” e “inventados”.

Quem opera esta clivagem? Quem faz sua exegese? E, finalmente, quem se encarrega de narrar o seu resultado diegético, apregoando os seus grandes feitos, celebrando os vultos de sua história? Ora, a *intelligentsia* é o núcleo do movimento nacional. Com efeito, a emergência de uma consciência nacional inicia-se, geralmente, no seio de um pequeno grupo de intelectuais: “(...) o discurso das elites nacionalistas activa calquera dos elementos étnicos – língua, história, costumes, relixión, adscripción a un território –, nas súas mais variáveis combinacións, dándolles nova forma e ‘recreandoos’ nun novo construto ou ‘gestalt’ identitario.”¹³⁵ Esta elite não raro tem consciência de formar uma vanguarda. É o que afirmou numa carta o galeguista Vicente Risco ao seu companheiro Viqueira, nos idos de 1922: “O

¹³³ HALL, op. cit., p. 52.

¹³⁴ RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> Acesso em 27 fev. 2009. O grifo é nosso.

¹³⁵ LETAMANDÍA, op. cit., p.34.

nosso movimento é realmente um movimento de elite, de escolhidos, e nele, portanto, a qualidade deve contar tanto ou mais do que a quantidade.”¹³⁶

Todavia, como vimos, acompanhando Miroslav Hroch, o passo seguinte é a conversão desse movimento de elite num movimento de massas. E depois que os pais da pátria, os libertadores, os heróis da liberdade alcançam o seu intento, isto é, a emancipação da nação, não poucos intelectuais que militaram na luta independentista não hesitam em assumir cargos diretivos do novo Estado, como, por exemplo, o poeta Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola.¹³⁷ Contudo, a imaginação no poder ainda é imaginação, figuração afetiva, representação: a jovem nação, embora real, com fronteiras definidas e poderes constituídos, reconhecida oficialmente pelas demais nações, continua sendo *imaginada*, sonhada, construída: imagem e ação, projeto e desejo, *imagi-nação*, pois a tarefa de construção nacional é perene, aberta, *u-tópica*, um *work in progress*, assim como a identidade nunca é dada, acabada, concluída para sempre. Quem nos conclui, quem nos dá o acabamento definitivo, para citar o jovem Bakhtin,¹³⁸ é a morte. A nação, não obstante prognósticos à esquerda, dos internacionalistas, e à direita, dos globalizantes, vai bem, obrigado.

No entanto, o fato de a nação ser uma comunidade imaginada não significa que os seus elementos – selecionados pelas elites a partir do repositório disponível – sejam arbitrários ou frutos de *uma creatio ex nihilo*. Quanto a isso, afirma Anthony Smith: “A ‘invenção’ deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes.”¹³⁹ Da mesma maneira, conforme Hroch, “os intelectuais só podem ‘inventar’ comunidades nacionais se já existirem algumas precondições objetivas para a formação de uma nação.”¹⁴⁰ Com o que também concorda Patrick Geary:

(...) seria absurdo sugerir que, pelo fato de essas comunidades serem em certo sentido “imaginadas”, elas devam ser descartadas ou trivializadas, ou deduzir que “de certa forma imaginadas” seja sinônimo de “imaginárias” ou “insignificantes”. (...) Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política.¹⁴¹

¹³⁶ Apud VILLARES, Ramón. *História da Galiza*. Lisboa: Horizonte, 1991. p. 164.

¹³⁷ Também não deixa de ser significativo que o primeiro presidente da Tchecoslováquia pós-comunista e, depois, o primeiro presidente da República Tcheca, seja o dramaturgo Vaclav Havel.

¹³⁸ BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-192. Especialmente p. 93-102.

¹³⁹ SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores, p. 202. In: In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-208.

¹⁴⁰ HROCH, op. cit., p. 86.

¹⁴¹ GEARY, op., cit., p. 28. Sobre alguns reparos críticos a tese de Benedict Anderson, Cf. BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 209- 225.

Comunidades imaginadas, não imaginárias, discursivas, não fictícias, os elementos que compõe o seu discurso estão enraizados num passado coletivo, o qual, ainda que amorfo, pode ser reativado e transmutado – desde que a elite “pioneira” saiba acionar os mecanismos adequados – numa identidade nacional efetiva. O resto fica por conta de um grupo maior e mais diversificado de narradores: educadores, jornalistas, escritores, legisladores, compositores, dramaturgos, cineastas, encarregados de disseminarem o cântico novo da “sempiterna” comunidade imaginada.

4 GALIZA: ENTRE ESPANHA E PORTUGAL

A Galiza é um território de dimensão e população relativamente modestas: 29.574 Km² e 2.797.653 habitantes.¹⁴² Para se ter uma ideia, seu tamanho é ligeiramente superior ao do estado de Alagoas (27.779 Km²),¹⁴³ o segundo menor do Brasil, e sua população não chega à da Região Metropolitana de Curitiba (3.168.980).¹⁴⁴ Situada no extremo noroeste da Península Ibérica, no Estado espanhol, a Galiza se limita a leste com as regiões de Astúrias e Castela e Leão, a oeste com o Oceano Atlântico, ao norte com o Mar Cantábrico e ao sul com Portugal. É formada por quatro províncias, a Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra. Sua capital é a mítica Santiago de Compostela, localizada na província da Corunha. Vigo, ao sul, na província de Pontevedra, é a cidade mais populosa, com quase 300 mil habitantes.

O nome deriva de *callaici*, a tribo dos galaicos, a mais numerosa entre as que habitavam o noroeste da península antes da chegada dos romanos. Daí *Gallaecia*, o nome com que Roma designou um vasto território, hoje abrangendo, além da própria Galiza, o norte de Portugal e as províncias espanholas de Astúrias, Leão e Zamora. Aliás, junto com Portugal, Galiza é a região mais ocidental do continente europeu. Antes das explorações ultramarinas, o cabo Fisterra – do latim *finis terrae* –, na província da Corunha, era considerado a margem mais extrema do mundo conhecido. Quando as legiões de Décimo Júnio Bruto alcançaram as praias galegas, em 137 a. C., conta-nos o historiador Lúcio Floro, elas quedaram estupefactas, contemplando com “religioso horror” o espetáculo do poente no oceano, esse *mare tenebrosum* que tanto temor inspirava aos romanos: “Chegaban ós confins do lonxincuo Ocidente, o Fisterra,” diz Otero Pedrayo, “de onde o mundo espreitava o misterio a través dunha costa de graves promontórios graníticos.”¹⁴⁵

Assim, se por um lado, diante das dimensões continentais do Brasil, a Galiza se nos afigura pequena, quase irrelevante, por outro lado sua extensão temporal, de mais de dois milênios, se agiganta aos nossos olhos, e no meio de sua trajetória de conquistas, catedrais, peregrinações e trovadores, nossa história – através de nossa língua – encontra suas mais antigas raízes. No entanto, mais que história, objeto de arqueólogos e eruditos, a Galiza é, e continua sendo, uma cultura viva, singular:

¹⁴² INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/tabla.do>> Acesso em: 01 ago. 2011.

¹⁴³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>> Acesso em: 01 ago. 2011.

¹⁴⁴ WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Curitiba> Acesso em: 19 jan. 2011.

¹⁴⁵ PEDRAYO, Ramón Otero. *Ensaio histórico sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia, 1982, p. 17.

A Galiza é um povo situado secularmente num mesmo território, com umha língua própria e umha cultura genuína, produto de umha formaçom sócio-econômica definida, dotado de um desenvolvimento histórico singular, com umha história própria e apesar do longo processo assimilador ainda mantém os traços que objectivamente a caracterizam.¹⁴⁶

Hoje a Galiza é uma comunidade autônoma, com *status* de “nacionalidade histórica” segundo a constituição espanhola de 1978 e o seu próprio Estatuto de Autonomia, aprovado em 1981. Pela primeira vez, em seu território, a língua galega goza de oficialidade, junto com o castelhano. As toponímias estão em vernáculo: Rúa do Vilar, Praza da Quintana, Ruela das Fontiñas... Entrando-se nas livrarias, dá-se conta da existência de um significativo mercado editorial em galego. Olhando-se as bancas de revistas e zapeando a televisão, deparamo-nos com manchetes e programas nessa língua ao mesmo tempo estranha e familiar. Com efeito, as ruas são *rúas* (ainda que com este acento) e não *calles*. *Árvore é árbore*, e não *árbol*. *Onda é onda*, e não *ola*. Mas água não é *agua*, como em castelhano, é *auga*, como nos cancioneiros dos trovadores galego-portugueses. E além disso encontramos palavras ausentes tanto no português quanto no castelhano: *ronsel*, *brétema*, *lóstrego*... O que nos chama atenção, porém, é a abundância de palavras com “X”: *Xunta de Galicia*, *páxaro*, *hoxe*... Ademais, quando galegas e galegos estão à vontade, e não entretidos conosco, turistas, ouve-se com frequência essa língua esquisita, que não é castelhano, e – se atentarmos bem – parece-nos muito mais com um português falado com sotaque espanhol. Mas nem sempre o galego gozou dessa visibilidade pública – e mesmo hoje essa realidade não encobre um processo mais sutil e não menos letal de assimilação.

4.1 A TERRA DOS MIL RIOS

A um olhar de fora, a Galiza, não obstante a diversidade interna, é dotada de uma inequívoca identidade espacial, o que a singulariza sob o ponto de vista geográfico não só na península como também em todo o âmbito atlântico. Viajantes de todos as épocas são unânimes na descrição de seus traços físicos mais peculiares:

(...) una tierra de predominio granítico, viejas colinas y escasas sierras montañosas, extensas y acogedoras costas y abundância de valles y ríos, que cruzan llanuras

¹⁴⁶ FERREIRO, op. cit., p. 167. Note-se os elementos básicos – território, língua, cultura – do processo de construção identitária da nação, como vimos na seção anterior.

[planicies] y depresiones y demoran su encuentro con la mar oceána en rías y estuarios.¹⁴⁷

Por outro lado, devido à sua rica e variadíssima rede hidrográfica, a Galiza é conhecida como a terra dos mil rios. O Minho, o mítico pai de todos os rios galegos, é o mais importante, não apenas pelo seu volume e extensão (350 km), como sobretudo pelo simbolismo de haver se constituído na divisa entre os dois reinos oriundos da mesma *Gallaecia* histórica, a Galiza propriamente dita e seu irmão mais novo, Portugal:

Serás épica tuba
e forte sen rival,
que chamarás aos fillos
que aló o Miño están,
os bos fillos do Luso,
apartados irmáns
de nós por un destino
envexoso e fatal.
Cos robustos acentos,
grandes, os chamarás,
¡verbo do gran Camoens,
fala de Breogán!¹⁴⁸

Enquanto a primeira submergiria, depois de dias de glória, numa dura obscuridade, o segundo constituiria por um longo tempo um império em quatro continentes. No entanto, algo da Galiza permaneceria na jovem e arrojada nação, e seu legado, desse modo, não deixaria de se espalhar pelo mundo, do Brasil a Macau, de Goa a Timor-Leste, de Guiné-Bissau a Moçambique.

A abundância de cursos fluviais – além de uma precipitação pluviométrica igualmente abundante, o que torna o país uma terra não só de mil rios mas também de muitas chuvas, névoa e garoa – não é o único motivo da vocação hidrófila da Galiza. Com um litoral de mais de 1.600 km, bastante recortado, com cerca de 700 praias, inúmeras rias e alcantis, a Galiza é um país voltado para o mar. Ao lado dos camponeses, pescadores e marinheiros sempre fizeram parte do grosso de sua população. Essa característica, por sua vez, é responsável pela existência de duas culturas relativamente distintas:

Hay, pues, una Galicia interior, respaldada por vigorosos sistemas de montañas (...) y una Galicia costera, marítima, familiarizada con la navegación, con el comercio,

¹⁴⁷ VILLARES, Ramón. Sobre la identidad histórica de Galicia. p. 49. In: FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001. p. 46-75.

¹⁴⁸ PONDAL, Eduardo. *A fala*. Disponível em: <http://mazaricos.net/_documentos/EDUCACION/Escolma%20de%20textos.pdf> Acesso em: 21 jan. 2011.

con el intercambio. Y este esquema inicial de una Galicia interior – digamos, ‘campesina’ – se mantiene como una constante estructural desde los remotísimos tempos prehistóricos hasta nuestros días. Dualidad ésta que mantiene un equilibrio dinámico entre el arcaísmo y la tradición cultural, por un lado, y la apertura del intercambio por otro lado.¹⁴⁹

Além disso, outro condicionamento geográfico iria marcar indelevelmente a conformação identitária galega: o fato de a Galiza, na extremidade ocidental do continente, haver se convertido em fim de caminho, terra de término: com os romanos, que a consideravam o limite da terra, e mais tarde com as peregrinações ao túmulo do Apóstolo São Tiago, cuja *inventio* tornaria a capital compostelana em um dos maiores centros de romaria da Idade Média. Assim, essa Galiza marinheira e camponesa, atlântica e interiorana, perdida nos confins do mundo habitado, de fim de rota se transformaria em ponto de chegada, igualmente término, mas agora com outra conotação. Mas antes da Galiza cristã, hospitaleira, cosmopolita, houve outras Galizas, muitas Galizas.

4.2 CELTAS, ROMANOS, SUEVOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA ETNIA

Os primeiros sinais da presença humana no território que hoje conhecemos como Galiza remontam a pelo menos 300 mil anos: são instrumentos líticos que se estendem por quase todo o litoral, desde seixos talhados, do Paleolítico inferior, até punhais, arpões e agulhas de sílex e osso, do Paleolítico superior.¹⁵⁰ Todavia, foi entre o Neolítico e a Idade do Bronze que se assistiu a um forte incremento das povoações humanas, através da chamada cultura megalítica.¹⁵¹ Com efeito, o número de megálitos existentes até hoje permite deduzir uma povoação ao mesmo tempo densa e dispersa, baseada numa agricultura ainda bastante arcaica, na atividade pastoril e por restos de práticas extrativistas de tradição mesolítica. Fontes literárias, de autores gregos e romanos, identificam estes primeiros povoadores como *oestrymnios*.

No entanto, “esta população *oestrymnia*, que corresponderia presumivelmente à época do Bronze Final, seria expulsa de seu território por uma invasão de serpentes, *saefes*,

¹⁴⁹ PIÑERO, Ramón. Vicisitudes históricas da cultura galega, p. 24. In: *Cuadernos del Laboratorio de Formas de Galicia*, n. 4. A Corunha: Edicións do Castro, 1975, p. 21-35.

¹⁵⁰ Para uma introdução à história da Galiza: VILLARES, Ramón. *História da Galiza*. Lisboa: Horizonte, 1991. _____. *Historia de Galicia*. Vigo: Galaxia, 2004.

¹⁵¹ O megalitismo consiste na “construção de enormes monumentos de pedra de carácter geralmente funerário e que podem ser de diferentes tipos: círculos líticos ou cromeleques, menires que na Galiza se denominam *pedras fitas*, e sepulcros, que são os mais abundantes e que também recebem as mais diversas denominações: *mamoas, modias, medorras, medoñas*.” VILLARES, *História da Galiza...*, p. 15.

denominação literária da chegada dos celtas.”¹⁵² Originários do Mar Cáspio e das montanhas do Cáucaso, os celtas se deslocaram para o Ocidente em duas grandes levas, em 950 e 650 a. C., sendo que foi em decorrência desta última que se instalaram na Galiza, trazendo entre outras coisas a metalurgia do ferro. Mais tarde, no romantismo, no processo de “invenção” da identidade nacional, os traços culturais do celtismo receberiam grande relevo, sobretudo pela possibilidade de singularização dos galegos em relação aos demais povos da península. Para o historiador Benito Vicetto (1824-1878),

(...) o celtismo ten, dunha parte, unha función xenético-apoloxética, en canto trata de demostrar as grandezas de Galicia, a partir de súa orixe claramente céltica; e, por outra, desempeña – quizais por motivos políticos – unha función reivindicativa, en clave político-galeguista.¹⁵³

De fato, o recurso ao celtismo lograria tal êxito – sobretudo com Murguía, na historiografia, e Pondal, na poesia –, que se converteria no mito fundante da nacionalidade galega.¹⁵⁴ Otero Pedrayo, no seu *Ensaio histórico sobre a cultura galega*, sentenciaria: “A primeira comunidade galega acéndese en fogar [lar] e en verbo celta.”¹⁵⁵

Junto com a penetração celta, a cultura castreja seria igualmente importante para a configuração da região ao tempo da Idade do Ferro. Os castros são fortificações de formato circular ou ovalado, providos de um ou mais muros concêntricos, cada qual geralmente com seu fosso, e localizadas no topo de montanhas ou outeiros. A cultura castreja floresceu ao longo de quase mil anos, entre os séculos VI a. C. e IV d. C., e se espalhou por um amplo leque no noroeste peninsular, entre o rio Douro, no norte de Portugal, e o rio Návía, nas Astúrias. Não se sabe ao certo o número de castros nesta região, mas conforme os especialistas as estimativas variam entre 1300 e 5000, o que de toda forma é um número bastante significativo.¹⁵⁶ A agropecuária era a base de sua economia, com alguma caça, extração de mariscos e mineração, além de intercâmbios comerciais de toda espécie. A religiosidade castreja, com cerca de uma centena de divindades, era muito vívida, mas sem a existência de templos ou grupos organizados de sacerdotes, como os druidas em outras tradições celtas.

¹⁵² Ibid., p. 12.

¹⁵³ BARREIRO, op. cit., p. 196

¹⁵⁴ Não sem encontrar ressalvas da parte de historiadores. Sobre o atual estado da questão Cf. SALGADO, Antonio Balboa. *A Galicia celta*. Santiago de Compostela: Lóstrego, 2007.

¹⁵⁵ PEDRAYO, *Ensaio histórico...*, p. 22.

¹⁵⁶ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 27.

A incorporação da *Gallaecia* ao Império Romano operou-se em data tardia. Foi preciso uma série de campanhas militares, de intensidade e duração variáveis, para que no ano de 19 a.C., sob a supervisão do próprio Augusto, a região fosse finalmente anexada. Ato contínuo, a Galiza foi integrada à província da Lusitânia e depois à Hispânia Citerior, com capital em Tarragona, e foram criadas três cidades em homenagem ao imperador: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti*. Estas cidades, Braga, Astorga e Lugo, constituiriam os núcleos urbanos mais importantes durante a dominação romana e os nós de uma ampla rede viária que aos poucos se foi criando. Todavia, foi somente no século III, no governo de Diocleciano, que a *Gallaecia* adquiriu o *status* de província.

A romanização do território foi, como não podia deixar de ser, um processo complexo, de duas vias. De um lado o elemento romanizador, por força da implantação da administração e do direito romano, da difusão do latim e da religião imperial, e de uma nova organização econômica, sobretudo através da instalação das *villae*¹⁵⁷ e de uma exploração mais sistemática dos recursos mineirais; de outro, a permanência de alguns valores autóctones, como a cultura castreja, a religiosidade de matriz celta e a onomástica local. Desse embate, vai se amalgamando uma nova cultura, a qual irá se exprimir e se inscrever na história graças à língua do colonizador. Com efeito, no curso dos séculos IV-V, a Galiza viverá o seu primeiro momento de fausto cultural:

O esplendor político e cultural da *Gallaecia* tardorromana non deixa de ser sorprendente. Um monllo [feixe] de persoeiros de orixe galaica sobrancea nestes anos finais do Imperio Romano, desde altos funcionarios congregados ao redor do emperador Teodosio, nado [nascido] nas fronteiras máis orientais da provincia galaica, ata unha série de escritores que permiten sustentar a afirmación de, naquela altura histórica, era *Gallaecia* a provincia máis culta das cinco nas que estaba dividida Hispania.¹⁵⁸

Um dos luminares desse período é Paulo Orósio (385-420), historiador, teólogo e apologeta, que travou relações com as grandes personalidades da época, como Santo Agostinho e São Jerônimo. Sua principal obra é *Historiae adversum Paganos*, primeira história universal de índole cristã.

Entretanto, desde finais do século III, o Império Romano havia entrado num período de instabilidade e crise, ocasionando na Galiza uma série de transformações socioeconômicas. Cidades como Lugo, Leão, Astorga e Braga são fortificadas; as *villae* pouco a pouco vão

¹⁵⁷ “As *villae* eran explotacións agrícolas de tipo estable, dirixidas por un grande propietario, altamente romanizado, que dispoñía dun grande instrumental agrícola desenvolvido e que tiña abundosa man de obra que, na *Gallaecia*, non consta que fose de tipo escravista.” VILLARES, *História de Galicia...*, p. 50.

¹⁵⁸ *Ibid...*, p. 72-73.

assumindo o lugar dos velhos castros. Sobre esse cenário, o cristianismo, a princípio sob a roupagem do priscilianismo, inicia sua lenta propagação, bastante tardia em relação ao restante da península. Com efeito, não há notícias, na *Gallaecia*, da presença cristã antes do ano 200. As primeiras comunidades que se conhecem são de meados do século III. Foi só ao longo do século VI que as principais cidades da província foram se tornando sedes episcopais. Todavia, já no final deste século, são numerosos os indícios de uma cristianização avançada, como o fato de Braga haver se convertido num grande centro de difusão intelectual do cristianismo, com contatos frequentes com o Oriente e o Norte da África. O maior sinal disso é a figura de Prisciliano (340-385) e do movimento religioso que dele se origina, no terceiro quartel do século IV, que avança até o período suevo:

A figura de Prisciliano foi na sua época, e continua a sê-lo, altamente controversa começando pela sua proveniência geográfica (embora se afirme ter nascido no território da *Gallaecia*) e terminando na sua doutrina, mais conhecida pelas refutações de que foi objecto do que pela exposição sistemática. Chegou a ser bispo de Ávila, mas mais tarde teve de fugir para as Gálias, onde foi perseguido e executado em Tréveris (...).¹⁵⁹

Caracterizando-se por tendências rigoristas e ascéticas, com vistas a uma reforma no interior da Igreja, o priscilianismo foi talvez a forma mais original de cristianismo no ocidente da península. Em pouco tempo conquistou presbíteros e bispos da Galiza, Lusitânia e até da Gália, mas foi principalmente nas massas rurais que essa corrente logrou se enraizar, o que demonstra sua grande afinidade com as práticas e crenças pré-cristãs da sociedade castreja. Para os futuros galeguistas, Prisciliano, primeiro herege condenado à morte pela Igreja, tornaria-se um dos símbolos da identidade galega. Dirá mais uma vez o autor de *Arredor de si*: “Certo é que os escritos priscilianistas son a primeira expresión literaria do espírito galego.”¹⁶⁰

Em começos do século V, as tribos germânicas, que já vinham pressionando o Império Romano, conseguem romper a fronteira danubiana e um desses povos, os suevos, juntamente com alanos e vândalos, chegam a Hispânia em 406. Cinco anos depois, o Imperador Honório, por meio de um *foedus*, concede aos suevos as regiões mais ocidentais da *Gallaecia*, onde se estabelece o primeiro reino independente nos antigos limites do Império, com a capital em Braga. Não eram muito numerosos, cerca de 30 mil, e se instalam sem resistência, iniciando uma gradual fusão com a sociedade galaico-romana. Como sinal dessa

¹⁵⁹ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 46.

¹⁶⁰ PEDRAYO, *Ensaio histórico...*, p. 74.

assimilação, em 448 convertem-se do arianismo ao catolicismo romano. Todavia, devido à atitude belicosa para com os reinos vizinhos, em 456 são derrotados pelos visigodos, caindo a partir de então na órbita de sua influência (e reconvertendo-se ao arianismo, até que, em 559, retornam ao catolicismo). Em 585, finalmente, encerra-se a existência independente do reino suevo, sendo este incorporado aos reinos visigóticos da Hispânia e Septimânia, com sede em Toledo. Não obstante a perda da autonomia, as particularidades da Galiza já eram suficientes para distingui-la como uma entidade cultural. Assim,

(...) mesmo despois da desaparición do reino suevo, as descrições que se fan da península Ibérica equiparan frecuentemente os termos Hispania e Galia co de *Gallaecia*, como sucede en varias pasaxes de concilios toledanos. Isto demostra que a singularidade da *Gallaecia* sueva e visigoda era percibida con precisión desde fóra.¹⁶¹

O período suevo-visigótico não alterou em essência a fisionomia social da Galiza, ao contrário do que ocorreu em outras regiões sob as invasões germânicas. Além da sedentarização da agricultura, com o abandono definitivo da cultura castreja e o avanço do processo de feudalização da sociedade, o mais notável foi o aprofundamento da cristianização por conta de uma intensa atividade eclesiástica sob a liderança de São Martinho de Braga (520-579), que convocou concílios, fundou mosteiros, criou dioceses e paróquias, ao mesmo tempo em que dirigia esforços no combate às heresias, às práticas paganizantes e aos resquícios de priscilianismo.

Depois da queda e conseqüente fragmentação do Império Romano do Ocidente, outro perigo desponta no horizonte, ameaçando a nascente e instável unidade da jovem cristandade: a expansão do Islã. Em 711, um exército muçulmano, convocado para resolver disputas dinásticas, atravessa o estreito de Gibraltar e, depois de derrotar Rodrigo, o rei dos visigodos, põe termo à monarquia visigótica na Hispânia. Com o casamento de Musa com a viúva de Rodrigo, chamada *reginam Spanie*, a legitimidade dinástica é transferida ao governador mouro. Deste modo, com a conquista de toda *Spania*, os emires de Córdoba passam a ser conhecidos no exterior com o título de *rex Spanie*. A partir desse momento, portanto, Espanha é o nome com que o território muçulmano será designado e Galiza o território cristão.¹⁶²

¹⁶¹ VILLARES, *Historia de Galicia...*, p. 83.

¹⁶² “Con esta visión dos feitos históricos coincide a prestixiosa erudita dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos cando afirma: ‘Houve uma era en que Gallaecia era nome genérico da Hespânia christã, ao passo que Hispania designava a Mouraria.’” MATO, Xosé Ramón Freixeiro. A história e a dignidade do galego: de língua enxalzada a língua mortificada, p. 34. In: NEGRO, Maria Pilar García (ed.). *Sobre o racismo lingüístico*. Bertamiráns: Laidvento, 2009. p. 31-66.

Não obstante as tropas de Musa terem alcançado Lugo em 714, a presença moura na Galiza não passou de episódica, sobretudo ao norte do Minho. A reconquista do território não foi tarefa difícil, ao contrário do restante da península, e se completa já em meados do século VIII. Com o repovoamento, as estruturas senhoriais da sociedade feudal se aprofundam, assistindo-se a uma difusão das antigas vilas romanas, as quais, além de um modelo de exploração da terra, tornam-se também lugar de residência da população, assemelhando-se a aldeias, com suas casas, suas hortas e seus terrenos aráveis. Ao mesmo tempo, avança a concentração da propriedade da terra, opondo cada vez mais uma pequena e poderosa nobreza, composta por condes, bispos e abades, à massa de camponeses despossuídos.

No entanto, em breve ocorreria o fato que se revelaria como o de maior importância para os destinos da Galiza: a *inventio* do corpo do apóstolo Santiago Maior.

4.3 O APOGEU MEDIEVAL

A descoberta da tumba apóstólica aconteceu em princípios do século IX (813 é o ano mais provável), quando, conforme o *Códice Calixtino*, um eremita de nome Pelaio avistou, num bosque próximo a um antigo castro, estranhas luzes noturnas. Avisado do insólito acontecimento, Teodorico, bispo da diocese local, encontrou um túmulo que foi depois identificado com a chamada *Arca Marmorica*, a urna com os restos do apóstolo, o qual, segundo o que se contava, antes de seu martírio em Jerusalém, teria evangelizado na Espanha. A notícia logo se propagou e Afonso II, rei da Galiza, mandou edificar um pequeno santuário, que foi ampliado no reinado de seu pai e consagrado em 893.

Independentemente da certeza ou não da presença dos restos do apóstolo no tal nicho, (...) o mais importante de sublinhar é a rapidez com que se difunde o culto jacobeu. É evidente que não se deve somente a razões religiosas ou de devoção, mas também a directamente políticas. A monarquia asturiana quer libertar-se, por um lado, da dependência da igreja toledana (...); por outro lado o culto a Santiago serve de aglutinante na luta contra o Islão e de factor de integração da minoria nobiliária no reino ásture.¹⁶³

No entorno do templo, com as primeiras peregrinações e fundações monásticas, logo começou a se formar uma aglomeração urbana que em breve romperia com os moldes das pequenas cidades de seu tempo: Compostela, topônimo que poderia vir de *Campus Stellae*, ou

¹⁶³ VILLARES, *História da Galiza*, p. 53.

seja, “campo de estrelas”, ou então, mais provavelmente, de *Composita Tella*, “terras bem ajeitadas”, eufemismo de cemitério, já que na região existira uma antiga necrópole romana. Arrasada pelos mouros em 997, que só respeitaram a tumba apostólica, Compostela é reconstruída e amuralhada, transformando-se no século XII, como ponto final do *Caminho de Santiago*, num dos três maiores centros de peregrinação da cristandade, rivalizando com Roma e Jerusalém. Grande parte de seu esplendor medieval, todavia, é devido ao labor de seu primeiro arcebispo, Diego Gelmírez (1068-1140), o qual, por conta de suas relações com o papado e a poderosa ordem de Cluny, logrou obter para a diocese a dignidade episcopal. Laborioso e enérgico, empreendeu consideráveis obras na catedral e na cidade; organizou uma frota para defender a costa galega das investidas normandas; sob seus cuidados, a escola catedralícia alcançou grande renome no continente, tornando-se Santiago num dos focos culturais do Ocidente. Figura polêmica, seus interesses políticos não raro o fizeram chocar-se com o seu antigo protegido, Afonso VII, a quem havia coroado rei da Galiza, e com a nobreza local e os burgueses compostelanos, os quais, em 1116 e 1136, protagonizaram formidáveis revoltas contra sua autoridade – na primeira das quais fora obrigado a fugir sobre os telhados de Compostela.

Mas não era apenas a cidade jacobea que passava por momentos de fastígio. A Galiza participava, junto a toda Europa ocidental, de um estágio histórico de grande desenvolvimento cultural e econômico. Na Península, prosseguia a expansão cristã; restando por ser reconquistado, no século XIII, apenas o reino de Granada. Por outro lado, as vilas se consolidavam como estabelecimento rural; incrementava-se a produção agrária; muitos camponeses se libertavam da servidão mediante os contratos de foro¹⁶⁴ ou migrando para as cidades, cuja população aumentava, urdindo-se em todo o território uma crescente, ainda que tênue, malha urbana. Com isso, aprofundavam-se os intercâmbios comerciais, tanto internamente, entre o campo e a cidade, quanto com o exterior, por via marítima, pelo *Caminho de Santiago* ou pelas antigas estradas romanas.

É pelo Caminho de Santiago, também, que a arte românica chega à Galiza: uma arte simples, sólida, sóbria, como os blocos de granito das igrejas que a exemplificam. Difundida primeiramente entre as classes dominantes, esta arte sobreviverá ao longo de muito tempo nas formas populares. Mas é a catedral compostelana – o maior monumento construído na Península na Idade Média – a realização mais completa do românico. A partir de 1075,

¹⁶⁴ “O foro, que tanta duração iria ter na história da Galiza, nasce em finais do século XII e tem desde os seus princípios umas características bem demarcadas: supõe uma longa duração (quando não perpetuidade) e estipula o pagamento de uma renda (fixa ou porporcional, mas quase sempre em espécie), além de uma série de serviços de tipo vassálico.” Ibid., p. 61.

iniciou-se a construção de uma nova e arrojada basílica (que nos séculos seguintes receberia contribuições do gótico e do barroco), a qual serviria durante muito tempo de modelo para inúmeras outras igrejas do interior. E é na catedral de Santiago, na chamada cripta velha, que se encontra um dos maiores tesouros da arte românica europeia: o Pórtico da Glória, um conjunto escultural de esplêndida beleza, obra do Mestre Mateus.

Não obstante a complexidade desta sociedade altamente hierarquizada, sua estrutura não é difícil de explicar. A base era composta por uma imensa maioria de camponeses, quase todos *foreiros*; em seguida, vinham os habitantes das cidades, desde humildes artesãos até cambistas e abastados mercadores; acima, finalmente, destacava-se a nobreza, um grupo social bastante reduzido, porém detentor do poder político e da riqueza fundiária, no topo do qual, todavia, situavam-se abades e bispos, a nobiliarquia eclesiástica, característica esta, aliás, que viria a ser bastante saliente na sociedade feudal galega.

No entanto, o esplendor medieval da Galiza não se manifestava apenas na arte e arquitetura românicas. Pelo mesmo Caminho de Santiago por onde chegavam as novidades do continente, apareciam também, entre peregrinos de todas as procedências, cada qual falando sua língua romance, trovadores do país de Oc, ao sul da França. O influxo provençal combinar-se-ia com uma tradição oral local e em breve floresceria a lírica trovadoresca galego-portuguesa, considerada por muitos a segunda mais importante da Idade Média depois da occitana. E não só: por algum tempo, o galego-português tornar-se-ia a língua lírica de todos os reinos cristãos da Península, à exceção da Catalunha, a ponto de o rei de Castela Afonso X, o Sábio (1221-1284), organizar todo um cancionero nesta língua, as *Cantigas de Santa Maria*. É este o momento de maior prestígio da Galiza, de sua língua e de sua cultura.¹⁶⁵

No entanto, se havia uma unidade linguístico-cultural galego-portuguesa, a unidade política fora quebrada. Com efeito, desde a segunda metade do século XI, o reino galego havia se transformado num espaço de intensos embates políticos, afetando tanto o condado portugalense quanto a nobreza leonesa e castelhana. Com a morte de Fernando I, em 1065, o seu reino é dividido entre os herdeiros, cabendo a Galiza a Dom Garcia, o qual, todavia, é deposto seis anos depois. Com isso, a Galiza se converte praticamente numa província do reino leonês, governada por condes, embora gozando de significativa autonomia. Após a

¹⁶⁵ A história da Galiza medieval, no entanto, sofreu um processo de obliteração por parte da historiografia oficial espanhola. Alusões ao Reino da Galiza nos cronistas árabes, por exemplo, são transmutadas, por historiadores espanhóis, em “Galicia y Asturias” ou mesmo “Reino de León”. Afonso III, denominado numa carta do papa João IX como *Adefonsus Regi Gallaeciarum*, transforma-se, simplesmente, nas mãos do historiador Claudio Sánchez Albornoz, em “Alfonso III de Astúrias”. Cf. MURADO, Miguel-Anxo. *Outra idea de Galicia*. Barcelona: Debate, 2008.

morte de Garcia, em 1096, Afonso VI, rei de Leão, divide o território em dois condados. O primeiro, correspondendo à Galiza, é cedido a Raimundo de Borgonha, casado com Dona Urraca, filha de Afonso. O segundo, o condado portugalense, ao sul do rio Lima, cuja origem remonta ao século X, é cedido a Henrique de Borgonha, casado com Dona Teresa, irmã de Dona Urraca. Com a morte de Raimundo, porém, instaura-se uma profunda crise política, envolvendo toda a nobreza galega. Parte dela toma o partido de Dona Urraca, enquanto a outra, mais rebelde aos interesses leoneses, defende os direitos de Afonso Raimundes, filho de Dona Urraca, o qual, tendo sido coroado rei da Galiza, assume mais tarde os reinos de Castela e Leão como Afonso VII, *Imperator totius Hispanie*. Assim, o setor mais rebelde da nobreza galega é integrado na monarquia leonesa.

Ao mesmo tempo, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, proclama-se o primeiro rei de Portugal, em 1128, depois da Batalha de São Mamede, usurpando os direitos de sua mãe, Dona Teresa. Em 1139, Afonso Henriques, após uma importante vitória sobre os mouros, na Batalha de Ourique, é aclamado soberano pelos nobres portugueses. Mais tarde, em 1143, a independência de Portugal é reconhecida por Afonso VII. Finalmente, em 1179, o papa Alexandre III ratifica a independência do Reino de Portugal e Afonso Henriques, agora Dom Afonso I, como o seu primeiro monarca. Assim, depois de séculos de uma história comum, estava selada definitivamente a separação entre a *Gallaecia lucense* e a *Gallaecia bracarense*.

A constituição do reino português obedece, portanto, a causas complexas que remetem para a própria diferença existente, pelo menos desde a época romana, entre a região bracarense e a lucense; e obedece também à incapacidade da nobreza galega para se constituir em reino próprio desde os tempos iniciais da reconquista. Da expansão territorial para o sul e do desenvolvimento atlântico de Portugal encarregar-se-á este reino formado a partir da parte meridional da *Gallaecia*, enquanto que a Galiza lucense, mais virada para si mesma, inserida excentricamente na monarquia castelhana, mas vinculada à Europa através do cordão umbilical do Caminho de Santiago, será capaz, por seu lado, de desenvolver um conjunto de traços específicos que lhe permitirão conservar a sua identidade ao longo da história.¹⁶⁶

A arte românica, a lírica trovadoresca, o Caminho de Santiago são três frutos desse zênite cultural galego. A eles há que se acrescentar ainda o Reino de Portugal, o primeiro Estado moderno da nova Europa, nascido das entranhas da Galiza. Como disse, com extremo lirismo, Otero Pedrayo:

¹⁶⁶ Ibid., p. 67.

Traballar fermosos edificios de eternidade, cantar liricamente, camiñar polo pracer de inventar novos camiños; esa a definición de nosa terra. Pero cronologicamente románico hai outro síntoma de plenitude: o nacemento de Portugal. Unha dor de parto a un tempo melancólica e optimista coma a dor dunha nai [mãe] moza. Só un pobo na súa forte confianza puido enxendrar ese anhelos que se chama Portugal, anhelos dun más alá dos mares e un *além* da conciencia ordinaria da cultura. (...) El cumpriu moitas das intencións case non esbozadas por Galicia (...).¹⁶⁷

A estas palabras pode-se acrescentar aínda outras de Castelao, igualmente poéticas:

Imos supor que houbo dúas Galizas – a que se foi e a que se quedou, a que se axuntou a Castela e a que enxendrou a Portugal –; pero é indubidable que ambas as dúas tiñan un mesmo mecanismo sonoro, un mesmo xeito tonal e rítmico, unha mesma líncoa, unha mesma arte e unha mesma cultura; en fin, unha mesma *alma patria*; e, polo tanto, a división de Galiza en dous Condados, que dispois se convertiron en Reinos diferentes, non autoriza a distinguir dúas modalidades creacionistas, según estas se producen nunha ou noutra beira do río Miño, pois a nación galega chegaba até o Douro, e todo canto se veu chamado “galaico-português” é realmente e unicamente “galego”.¹⁶⁸

Se por un lado, Portugal ousou levantar ferro e singrar por novos mares, moitas veces de costas para a Galiza, por outro ele levou sempre consigo un acento, unha peculiaridade, un xeito de olhar o mundo que nasceu justamente alí, no noroeste peninsular, ao tempo em que as dúas Galizas, a *Gallaecia lucense* e a *Gallaecia bracarense*, formavam unha só comunidade de líncoa, cultura e destino. Mais tarde, no imaginário de moitos galeguistas, Portugal atuaria como un “referente positivo”,¹⁶⁹ sendo visto non raro como a Galiza que deu certo, o fillo que saíu de casa e conquistou o mundo.

4.4 A “DOMA Y CASTRACIÓN” DE GALIZA

Depois de un período de florecemento social e económico, os últimos séculos da Idade Média serían testemuñas de non poucas crises e convulsões. Com efeito, fomes, pestes e guerras assolam as nações do Ocidente. Todavía, aínda que unha burguesía mercantil tenha assomado, trazendo un novo dinamismo social, as velhas estruturas medievais, non obstante algúns sinais de desgaste, continúan firmes. Mas o cenário xeral é de mudançaa,

¹⁶⁷ PEDRAYO, *Ensaio histórico...*, p. 144.

¹⁶⁸ CASTELAO, Alfonso Daniel. *Sempre en Galiza*. Vigo: Galaxia, 2004 (1. ed. 1944), p. 419 (livro III, XX). O grifo é do autor.

¹⁶⁹ VILLARES, Ramón. Portugal, Galicia e o iberismo, p. 25. In: ROMERO, Maria Xosé Agra; RIAL, Nel Rodríguez (ed.). *Galiza e Portugal: identidades e fronteiras: actas do IV Simposio Internacional Luso-galaico de Filosofía*. Compostela: Imprenta Universitaria, 2003. p. 13-28.

mudança que se adivinha no horizonte e gera temor e ansiedade materializados em toda sorte de seitas e correntes milenaristas.

Na península, a Galiza não ficaria incólume a todos esses abalos. A Peste Negra de 1348, embora com intensidade menor que no Mediterrâneo, produz um significativo decréscimo na população rural, acarretando uma diminuição da produção agrária e afetando duramente a nobreza eclesiástica, já por si em conflito com a nobreza laica. Nas cidades, cuja população não chegou a diminuir, a crise se faz sentir através dos choques entre artesãos e mercadores cada vez mais afluentes e os seus senhorios, geralmente bispos.

No entanto, o maior sinal da crise que sacode a sociedade galega são as chamadas guerras irmandinhas, conflitos generalizados que envolvem boa parte da nobreza, clero e campesinato. O próprio nome, derivado de *irmandade*, já dá a ideia do caráter coletivo dessas sublevações. Em geral, os historiadores distinguem duas guerras irmandinhas. A primeira, de 1431, denominada Irmandade Fusquenlla (de *fusquenllos*, “loucos”), aconteceu nos domínios dos Andrades, próximo da Corunha, e chegou às portas de Compostela. Roi Xordo, um dos líderes do movimento, membro da pequena nobreza local, chegou a arregimentar cerca de dez mil homens armados. Derrotados, sofreram violenta repressão, na qual Xordo, inclusive, veio a falecer. A segunda revolta, conhecida como a Grande Guerra Irmandinha – provavelmente a maior rebelião popular europeia do século XV –, ocorreu entre 1466 e 1469, embora os antecedentes e preparativos remontem em uma década. O descontentamento social é ainda mais agudo. À frente dos revoltosos está um número maior de representantes da pequena nobreza e sua estratégia militar é mais apurada. Além disso, os irmandinhos invocam a proteção de Henrique IV, rei de Castela, e seus direitos de homens livres. Animados por uma massiva participação popular, escorraçam os grandes senhores, destroem cerca de 130 fortalezas e castelos, governando a Galiza por mais de dois anos. Todavia, a nobreza logra se reagrupar e agora, com o apoio de Henrique IV, que hesitou em se pôr ao lado dos irmandinhos, e de Afonso V, o monarca de Portugal, restaura a ordem e recupera o controle dos seus antigos domínios.

Não obstante a euforia que se seguiu, foi uma vitória de Pirro para a nobiliarquia galega. Uma guerra sucessória na Coroa de Castela poria termo às suas pretensões senhoriais. De um lado, os partidários de Joana, apelidada a Beltraneja, filha de Henrique IV e Joana de Portugal. De outro, os partidários de Isabel, meia-irmã de Joana. A nobreza galega põe-se majoritariamente ao lado da primeira, temerosa dos projetos políticos da futura Rainha Católica, já casada com Fernando, herdeiro do trono aragonês. Com a vitória do partido isabelino em 1479, os novos monarcas enviam à Galiza a *Santa Hermandad*, uma espécie de

força de ocupação, encarregada de submeter a nobreza e garantir a ordem social no reino. A frente dela está Fernando de Acunha, como *Capitán General* da Galiza. Em 1483 ele manda executar em praça pública a Pardo de Cela, um nobre que havia três anos vinha resistindo em sua fortaleza – mais tarde convertido em herói pelo galeguismo. É a “doma y castración” da Galiza,¹⁷⁰ que doravante passará por um processo ainda mais intenso de inclusão dentro do projeto de construção do Estado absolutista espanhol, acompanhado por uma concomitante decadência cultural (com exceção da arquitetura, que ainda viveria um momento de ouro). É também

(...) o final da velha nobreza laica medieval (...), que agora deve incorporar-se nas empresas da monarquia. Não perde totalmente as suas prevalências territoriais e rentistas estabelecidas na Galiza, mas deixa de ter esse protagonismo que, no meio de revoltas e litígios por vezes enredados, alcançara nos tempos baixo-medievais.¹⁷¹

Como instrumento do nascente absolutismo espanhol, assiste-se a uma nova configuração administrativa, com o desenho das atuais províncias, e ao surgimento de novas instituições de governo, como a *Real Audiência*, em que o Capitão Geral, frequentemente um não-galego, exerce as funções de presidente, e a *Junta del Reino de Galicia*, uma espécie de inócuo parlamento.

Depois do período de esplendor, esta perda da autonomia, junto a um processo de castelhanização das estruturas e das elites, leva a Galiza a um prolongado e melancólico crepúsculo, no qual as lembranças das glórias passadas vão aos poucos se obnubilando na memória coletiva e o sol, declinante, vai tingindo de um dourado velho as fachadas, agora barrocas, das igrejas. Todavia, a arte, na arquitetura e na escultura, ainda experimentaria um momento de opulência, justamente nesse período do barroco, que na Galiza se inicia no século XVII e se estende até o século seguinte, com prolongamentos, no âmbito rural, durante boa parte do século XIX. Como no românico, o centro de irradiação da nova sensibilidade artística é a cidade de Santiago, sobretudo a partir de sua catedral. Mas à diferença daquela época, agora os mestres são quase todos galegos, dos quais se destacam os arquitetos Domingos de Andrade (1639-1711) e Fernando de Casas (1670-1749). O primeiro é autor da impressionante escada helicoidal do convento de São Domingos de Bonaval, assim como da Torre do Relógio da catedral de Santiago; o segundo, por sua vez, erigiu a monumental fachada do Obradoiro, na mesma catedral.

¹⁷⁰ SAAVEDRA, Pegerto. A “doma” do Reino de Galiza. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 41-50, jul./dez. 1995.

¹⁷¹ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 78.

Entre os séculos XVI e XVIII, a população vê-se duplicada, tornando-se a Galiza um dos territórios mais densamente povoados da península. Como a produção agrária não avança no mesmo passo, uma intensa corrente migratória – o que seria uma das mais acentuadas características da Galiza nos séculos seguintes – começa se formar, primeiramente tendo como destino Castela e Portugal. A agricultura, acompanhada da pecuária, continua sendo o eixo do sistema econômico. Dando prosseguimento ao que se vinha assistindo no período anterior, os contratos forais e a aldeia, herdeira das antigas vilas, consolidam-se como a base da vida agrária. A pesca, por sua vez, começa a adquirir relevância em finais do século XVIII, com a vinda de comerciantes catalães, que introduzem novas técnicas pesqueiras e impulsionam a indústria de conservação. De todo modo, o baixo consumo interno impede o assentamento de núcleos industriais – e a malograda experiência da fábrica de Sargadelos, em Ribadeo, apenas exemplifica esta resistência à industrialização na Galiza.

No mais, a sociedade galega da época não se distingue em geral da sociedade do Antigo Regime. De um lado, a nobreza laica e eclesiástica, recebedora de rendas agrárias, com seus privilégios, isenções e honrarias assegurados juridicamente; do outro, os camponeses, com cerca de 80% da população, segundo os censos do final do século XVIII, ligados aos primeiros pelos contratos forais; e de permeio, os que não estavam de forma direta vinculados à terra: os membros de uma pequena burguesia mercantil e os pescadores e artesões urbanos, agrupados em grêmios e confrarias. Porém, se por um lado o clero exerceu o maior domínio durante este período, foi a nobreza laica quem se beneficiou de um aumento da riqueza agrária – e dentro dela, um extrato intemediário, escassamente titulado, a fidalguia, seria o estamento principal dessa Galiza tardo-feudal.

Mas nem tudo era imobilidade e estagnação na Galiza da época. Os ventos do Iluminismo, soprados desde a França e a Inglaterra, alcançam também, ainda que mitigados, a Península Ibérica. Na Galiza, por sua vez, é criada uma série de academias e sociedades, com o objetivo de promover soluções para os problemas mais agudos nas áreas econômica e social, como a *Real Academia de Agricultura* (1765), as *Sociedades Económicas de Amigos del País* (1784) e o *Real Consulado Marítimo de La Coruña* (1785). Mas a maior novidade é que nesse processo um importante número de ilustrados vai descobrir que a Galiza é uma realidade com identidade e características próprias, o que os leva a procurarem respostas específicas para os desafios do país. Assim, pela primeira vez, é esboçado um discurso cultural e literário autóctones, a partir do qual será possível reenvindicar a dignidade da Galiza e de sua língua – o que de fato é feito por figuras como as do Padre Feijó (1676-1764), Padre Sobreira (1746-1805) e Padre Sarmiento (1695-1772).

As veleidades iluministas – afinal, o Século das Luzes só se manifestou na Galiza em parcos reflexos – não foram capazes, porém, de arrancar o território de sua letargia econômica. Não obstante as revoluções que sacudiram o continente no século XIX, com os seus abalos repercutidos na Espanha, as estruturas do Antigo Regime perdurariam arraigadas, ainda que aqui e ali enfraquecidas, até o começo do século XX: fidalgos, foros, rendas, uso comunitário da terra... Apesar disso, sinais do “novo que ainda não nasceu”, para citar Gramsci, não deixam de se fazer sentir nesse interregno, por meio principalmente de dois conjuntos de eventos: a guerra contra o invasor francês, em 1809, e as guerras carlistas, ao longo do século.¹⁷² No primeiro caso – quando ocorre na Galiza uma verdadeira mobilização popular, através da criação da Junta da Galiza, que se converte num governo *de facto* – sinaliza-se a primeira grande crise do Antigo Regime e o primeiro despertar da consciência política do povo galego, quando este de repente se dá conta de que, sem o auxílio das autoridades centrais, é ele mesmo quem deve organizar a defesa de seu território. No segundo caso, a derrota dos carlistas permite a implementação na Galiza de algumas medidas e práticas liberais, como a desamortização da terra, processo este, porém, cheio de vaivéns, que só se completaria no segundo decênio do século XX.¹⁷³ A persistente herança do Antigo Regime, porém, é visível na hegemonia da fidalguia entre as classes sociais galegas:

A fidalguia, com uma árvore genealógica de proclamada antiguidade, é a expressão mais refinada desta sombra do Antigo Regime, que se estende pelo século XIX em diante. Havia perdido algumas de suas atribuições com a crise do Antigo Regime, mas conservava o essencial: o seu próprio nome, os seus paços com lugares ocupados por caseiros e administradores, e uma multidão de rendas cobradas em diversas partes, com os seus pagadores minuciosamente registrados em memoriais e livros de contas.¹⁷⁴

Mas não é apenas a resiliência da fidalguia o indício das dificuldades da Galiza em entrar na modernidade. Na política outro aspecto atestaria este déficit com respeito às instituições liberais do século XIX: a presença do caciquismo, isto é, o conjunto de práticas clientelistas que unem determinadas lideranças políticas locais – os *caciques* – aos eleitores de sua área de influência.

¹⁷² Termo empregado para denominar as três violentas contendas ocorridas no século XIX entre os carlistas, partidários de Carlos de Bourbon, de orientação absolutista, e o governo de Isabel II, sua sobrinha, de índole liberal. A primeira se deu em 1833-1840, a segunda em 1846-1849, e a última em 1872-1876.

¹⁷³ A desamortização consistiu em pôr no mercado, mediante leilão público, as terras e bens não produtivos em poder da nobreza, sobretudo a eclesiástica. Na Galiza, boa parte desses bens, porém, passaram para as mãos de nobres a fidalgos, conservando-se dessa forma a estrutura da propriedade feudal.

¹⁷⁴ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 124.

Tanto os intelectuais da época como os historiadores posteriores consideraram o *caciquismo* (...) uma das características fundamentais do sistema político espanhol e encontraram nele as razões que fizeram fracassar a transição do liberalismo para a democracia no primeiro terço do século XX.¹⁷⁵

Todavia, o maior sinal, e ao mesmo tempo sintoma, do atraso econômico e social da Galiza está na formação, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, de uma enorme diáspora galega. “O pobo galego é un pobo bíblico: todas as maldicións do antigo testamento semellan ter caído sobor dil [sobre ele], e singularmente a que dá o seu nome ao segundo libro [Êxodo].”¹⁷⁶ O atraso das técnicas agrárias, aliado a uma tributação cumulativa e ao minifundismo consequente do sistema foral, mais a ausência de uma indústria e comércio consistentes, capazes de absorver a mão de obra excedente numa população em constante crescimento (embora com menos vigor que no século anterior), são os responsáveis pelas surpreendentes taxas do êxodo galego:

Durante mais de um século, o facto migratório formou parte das vivências dos galegos: numa população que quase não chegou a ultrapassar os dois milhões de habitantes, 1.193.476 foram as pessoas que, de entre o número muito mais elevado dos que partiram, não regressaram à Galiza entre 1860-1970. Trata-se, pois, de uma migração massiva, quase organizada e regulada pelos próprios governos nalgumas ocasiões e dirigida fundamentalmente aos países americanos da periferia capitalista e de cultura ibérica (Cuba, Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela...)¹⁷⁷

De qualquer forma, a emigração galega não pode ser desvinculada de um processo mais amplo que dominou a Europa no mesmo período – embora o que ressalta à vista, na Galiza, é a proporção e duração do mesmo. “Algunos (muy pocos) vuelven ricos. Otros, derrotados. Muchos no regresarán.”¹⁷⁸ Terra de emigrantes (ainda que no final do século XX este fluxo tenha estancado), tal marca ficaria indelevelmente em sua experiência, como o refletem os versos de Rosalía de Castro:

¹⁷⁵ LUZÓN, Javier Moreno. A historiografía sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas. *Análise Social*, Lisboa, vol. 41, n. 178, p. 9-29, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n178/n178a01.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2011.

¹⁷⁶ BEIRAS, Xosé Manuel. *O atraso económico da Galiza*. 3 ed. Santiago de Compostela: Liovento, 1995. p. 39.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 116.

¹⁷⁸ FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001. p. 249.

Éste vaise i aquél vaise,
 e todos, todos se van.
 Galicia, sin homes quedas
 que te poidan traballar.
 Tes, en cambio, orfos e orfas
 e campos de soledad,
 e nais [mães] que non teñen fillos
 e fillos que que non tén pais.¹⁷⁹

4.5 ENTRE AVANÇOS E RECUOS, ENFIM A MODERNIDADE

Século das mudanças, das grandes revoluções – sociais, econômicas, tecnológicas – e das grandes hecatombes, o século XX finalmente arrancaria a Galiza das sombras do Antigo Regime. Nação até então de vocação quase exclusivamente agrária, é na área do regime de propriedade da terra que se dão as primeiras e mais decisivas transformações. E neste sentido, a redenção dos foros, pela importância que esses contratos haviam assumido desde a Baixa Idade Média, é o fato mais significativo. Ao longo do século XIX se intentara, sem resultado, sua solução. Mas agora, ainda que do ponto de vista legal o sistema foral tenha sido abolido somente em 1973, foi no primeiro terço do século que ocorreram a maior parte das redensões forais – as quais se deram por meio do pagamento de uma indenização ao perceptor das rendas por parte do foreiro. Além disso, durante todo o século, teve curso outro processo modernizador: a privatização das terras de uso comum – outro marco do fim de uma sociedade agrária tradicional.

Junto à modernização do campo, desde os finais do século XIX assistiu-se também a um importante impulso industrializador, principalmente na consolidação da indústria conserveira, ao que se soma, no século seguinte, um sólido desenvolvimento comercial e financeiro, motivados sobretudo pelas remessas enviadas pelos emigrados na América Latina.

Esta transformação da infraestrutura econômica nas primeiras décadas do século XX não deixará de ter efeitos na configuração da estrutura social:

Desaparece definitivamente a fidalguia e, em geral, a figura do recebedor de rendas agrário, para surgir com luz própria o campesinato proprietário, a burguesia comercial e industrial, a pequena burguesia urbana e, finalmente, um proletariado melhor definido e progressivamente livre de estruturas gremializadas.¹⁸⁰

¹⁷⁹ VIEIRA, Yara Frateschi (org.). *Antologia de poesia galega*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 48-46.

¹⁸⁰ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 141.

O setor industrial e de serviços, que no final do século XIX representava 5,9 e 8,1% da população economicamente ativa, no começo da década de 1930 alcança, respectivamente, 14,9 e 20%.¹⁸¹ Estas alterações sociais não se processariam, evidentemente, sem reações e contrarreações. E para dar vazão a estes conflitos surgem sindicatos, organizações de trabalhadores e sociedades agrárias. Não é fácil precisar o início do movimento operário na Galiza. Talvez tenha sido em Ferrol, no último terço do século XIX, sob os auspícios da Associação Internacional do Trabalho – a mesma que estaria por trás da primeira greve operária da história da Galiza, ocorrida na Corunha, em 1873. Depois dos primeiros embates, a classe trabalhadora se agrupa em duas grandes organizações, a *União Geral dos Trabalhadores* (UGT), de perfil socialista, com seus principais núcleos em Vigo e Ferrol, e a *Confederação Nacional do Trabalho* (CNT), de orientação anarquista, cujas atividades se concentrariam na Corunha. As lutas pela redução da jornada de trabalho, a melhora das condições laborais e a elevação do nível cultural dos trabalhadores são alguns dos objetivos do movimento operário galego, não obstante sua debilidade, patente até mesmo durante a II República (1931-1936).

O mesmo não se dá no campo, onde despontou um verdadeiro movimento de massas, o *agrarismo*, termo com que se denomina a organização dos camponeses em sociedades agrárias e sindicatos agrícolas. O movimento teve início em finais do século XIX, mas se dinamizou sobretudo a partir de 1907, quando do surgimento da *Solidaridad Gallega*. Em “1923 chegaram-se a calcular 234 sociedades e 801 sindicatos em toda a Galiza.”¹⁸² Seus objetivos, além da renovação técnica do setor agrário, eram a luta contra o sistema foral e o caciquismo. Sua ideologia pode ser definida por uma espécie de catolicismo social, mas depois da chegada da República ocorre uma diversificação ideológica, abrindo um leque que vai do catolicismo ao comunismo, passando pelo galeguismo e pelo republicanismo.

Todavia, a irrupção da Guerra Civil viria decepar toda esta efervescência social, fazendo cair sobre a Galiza uma “longa noite de pedra”, para citar o título de um livro de Celso Emilio Ferreiro. A 19 de julho de 1936 chegam à Galiza as primeiras notícias, ainda desconstradas, do levante da guarnição militar do Marrocos – a qual, por sinal, estava sob o comando de um jovem general galego: Francisco Franco (1892-1975). Quando se conhece o caráter da sublevação, algumas organizações pedem armas para defender a República. Entretanto, o levantamento, iniciado dia 20 nas principais capitais galegas, ocupando pontos estratégicos e detendo as autoridades fiéis à legalidade, logra um êxito fulminante:

¹⁸¹ FREIXAMES, *Galicia...*, p. 280.

¹⁸² VILLARES, *História da Galiza...*, p. 144.

Proclamado o estado de guerra, os soerguidos fixaron unha nova legalidade segundo a cal a lealdade ao goberno da República, proclamada por alcaldes, gobernadores civís e mesmo por algúns militares, como Azarola, foi alcumada de rebelión e suxeita á disciplina do código militar. (...) Dirixida por mandos militares intermedios (de capitáns a coronéis), a rebelión logra controlar a situación grazas á detención e posterior fusilamento dos principais mandos civís e militares, leais ao réxime republicano.¹⁸³

Aos defensores da República ainda soltos non resta outra alternativa senón “escapar para os montes”, isto é, embrenhar-se polo interior do país, vivendo clandestinamente. Estes “fugidos” ou “escapados”, despois de algum tempo, comezan a se organizar en pequenos grupos e a realizar, aquí e alí, accións armadas. Non obstante a súa debilidade, esta guerra de guerrilhas se estenderá até ben despois do encerramento oficial do conflito, en abril de 1939, e mesmo despois do fin da Segunda Guerra Mundial, cando, por conta da derrota do nazifascismo, reacendem-se por un momento as esperanzas de queda do franquismo. Com efeito, sómente en 1965 o último fugido, José Castro Veiga, o Piloto, sería morto na Galiza.

No entanto, para boa parte da oposición ao novo réxime non houve outra saída a non ser se somar no exílio à já numerosa diáspora galega. Através das fronteiras con Portugal e Francia, unha leva masiva, sobretudo de intelectuais – o que en grande medida os diferenciava da emigración anterior –, ganharía as Américas, principalmente México, Uruguai e Argentina. Nesta última, Buenos Aires – aonde, entre tantos outros, radicou-se Castelao –, tornar-se-ía, durante a longa noite franquista, a capital cultural da Galiza “exterior”.

Todavía, o longo período ditatorial (1939-1975) non sería en todos os aspectos uniforme. Os primeiros vinte anos foron os tempos do isolamento político (sobretudo no inmediato pós-guerra), do racionamento, do intervencionismo estatal na economía. A partir de 1959, cando, despois de un momento de reaproximación con as potencias occidentais, inaugura-se un período de abertura económica, preparando o camiño para o “desenvolvimentismo” da década de 1960. Neste contexto é que se debe entender as transformacións económicas e sociais que transfigurarian definitivamente a fisionomía da Galiza. A primeira delas é o fin da agricultura tradicional, de subsistencia, substituída agora por unha agricultura especializada, mecanizada, plenamente integrada na cadea agroindustrial da España e en seguida da Unión Europea. Se nos anos cincuenta 70% da poboación economicamente activa era rural, 20 puntos arriba da media española, no novo milenio esta porcentaxe baixa para 20%.¹⁸⁴ Sob o impacto deste enorme exodo rural, a Galiza finalmente se urbaniza, con os excedentes da poboación agora se dirixindo

¹⁸³ VILLARES, *Historia da Galicia...*, p. 417.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 430.

principalmente para os países da Europa central, além da Catalunha e do País Basco. Além disso, a indústria se amplia e se diversifica, inclusive com a instalação de montadoras de automóveis, dotando a Galiza de uma estrutura industrial mínima. Por outro lado, o país se transforma numa potência pesqueira a nível mundial, correspondendo a metade do setor espanhol. E o setor de serviços, anteriormente atrofiado, depois da redemocratização finalmente deslancharia.

Ao mesmo tempo, na política, não obstante a permanência da índole autoritária do regime durante o período do tardofranquismo, novos sinais de resistência não deixariam de assomar. Na clandestinidade, partidos e sindicatos começam a se organizar. Ao longo da década de 1960 pipocam greves operárias e lutas campesinas, em que participam ativamente tanto o Partido Comunista quanto a recém-fundada União do Povo Galego (UPG). Em 1968, acompanhando as turbulências que abalam o mundo de um lado a outro, o movimento estudantil desperta na Galiza. Mas seria o ano de 1972 o ápice dessas manifestações contra a ditadura, com uma série de greves operárias e estudantis, seguidas de dura repressão.

Com a morte de Franco, em novembro de 1975, e a transição para uma monarquia parlamentar, a Espanha, e com ela a Galiza, entram finalmente na modernidade, ainda que trazendo, vincadas, as contradições de uma conturbada história de avanços e recuos. Com efeito, da periferia do capitalismo à consolidação da União Europeia, a trajetória da Galiza que adentra o século XXI não está livre de paradoxos, mesclando desenvolvimento e subalternidade, atraso e sofisticação. Mas o que há nesta Galiza moderna – plenamente incorporada ao capitalismo mundial, sede de empresas transnacionais como a Zara e a Pescanova –, do ancestral Reino da Galiza, terra de castros e de cantigas trovadorescas, de onde brotaram a sua cultura e a língua que hoje conhecemos como português?

5 O DESPERTAR DE UMA CONSCIÊNCIA

Não havia nações antes do século XVIII – pelo menos nações na acepção moderna. Havia tribos, reinos dinásticos, cidades-Estado, repúblicas, mas não nações. Obviamente, a Galiza não existia como nação. Contudo, para que mais tarde ela pudesse ter sido *imaginada* como nação, é porque a partir de determinado momento alguns elementos *protonacionais* – língua, cultura, história, geografia –, distintivos de uma existência diferenciada da Galiza, passaram a ser acionados num processo de construção identitária, ainda que num primeiro estágio os agentes deste processo não tivessem plena consciência do que pretendiam nem aonde ele poderia chegar. Se estes elementos foram acionados é porque primeiramente eles foram *encontrados*, embora muito desse *encontrar* esteja imbuído de um *inventar*. Todavia, nenhuma invenção no âmbito cultural se produz inteiramente no vácuo. Não há *creatio ex nihilo* na cultura. Para ter ocorrido a *inventio* do corpo do Apóstolo, foi preciso, mais do que a descoberta de um túmulo, a veiculação de lendas a respeito, a necessidade política, a expectativa de um povo. Para a construção de uma Galiza celta, por exemplo, foram necessários, além da própria descoberta/invenção do povo celta e do uso que disto já se fazia no nacionalismo irlandês, alguns indícios da presença de tribos celtas no território galego. A partir disso Pondal pôde (re)criar o mito de Breogán, o grande referente mitológico da Galiza. Mas antes mesmo dos poetas do *Rexurdimento* [ressurgimento], movimento cultural de inspiração romântica de meados do século XIX, outros houve que, diante da particularidade que julgavam vislumbrar na Galiza, empreenderam pesquisas na busca de discriminar e descrever estes elementos diferenciais.

5.1 O PROVINCIALISMO

Este trabalho já começara, ainda que tateante, no Iluminismo, com as pesquisas filológicas dos supracitados Feijó, Sobreira e Sarmiento. Este último, inclusive, chegou a reivindicar a necessidade da escolarização em galego e o domínio do mesmo para os estrangeiros – sobretudo religiosos – que viessem trabalhar na Galiza. O despertar de um sentimento (proto)nacional recebe também um estímulo na guerra contra as forças de ocupação francesas, no começo do século XIX, quando pela primeira vez é usado o galego em textos de propaganda contra o invasor. Mas é por volta de meados do século que este

sentimento, ainda informe e incipiente, adquire forma, como reação à revolução liberal que iniciara, no Estado espanhol, um processo de uniformização e homogeneização, tanto no campo político e econômico, através de uma administração centralizada com vistas à criação de um mercado “nacional”, quanto no campo cultural, por meio da obrigatoriedade da alfabetização em castelhano.

Esta tomada de consciência na década de 1840 parte de supostos muito simples, mas tem o mérito de inaugurar uma corrente ideológica e uma prática política que se prolongará até à actualidade. Corrente e prática que tende a definir-se na historiografia dos últimos anos como galeguismo, entendendo por tal a afirmação do carácter diferente da Galiza frente a outros povos e a luta para conservar e dar forma política a essa diferenciação.¹⁸⁵

Ao primeiro estágio do galeguismo, que é comumente situado entre os anos de 1840 e 1885, é dado o nome de *provincialismo*. O termo deriva da reivindicação da antiga unidade territorial do Reino da Galiza como uma única *província*. Com efeito, o novo regime liberal, com o objetivo de uma reorganização política e administrativa do Estado, decompõe os antigos reinos em províncias. Assim, em 1833, a Galiza é dividida em quatro territórios provinciais, sem nenhuma unidade superior que os aglutinasse.

O surgimento do provincialismo está ligado a um pequeno grupo de jovens – a chamada Geração de 1846 – composto em sua maioria por universitários e profissionais liberais. Seus integrantes, entre os quais se encontram Antolín Faraldo (1823-1853) e Romero Ortiz (1822-1884), desenvolvem suas atividades em tertúlias literárias, liceus e academias, especialmente a Academia Literária de Compostela. Mas é sobretudo na imprensa que se dá a sua militância, com periódicos cujos títulos já são significativos de sua índole combativa: *El Porvenir*, *El Emancipador Gallego*, *La Centinela de Galicia*. Por meio deles, defendem a singularidade da Galiza, exaltam os feitos de sua história e denunciam o opróbrio a que naquele momento se encontraria submetida. De maneira um tanto confusa, mesclam elementos que vão do romantismo ao liberalismo, passando pelo cristianismo social e pelo historicismo. Ainda que não concebiam a Galiza como uma nação, foram os primeiros a estabelecer com clareza o conceito de *unidade galega*, referente este que serviria de base para a construção do galeguismo futuro.

No que respecta á lingua, aínda que reconhecida como elemento de indentificación cultural, non é empregada na escrita, agás [exceto] no caso das primeiras creacións poéticas (Pintos, Añón). O provincialismo da xeración de 1846 é un movemento

¹⁸⁵ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 151.

primordialmente político que fai fincapé na reivindicación dos dereitos de cidadanía e na necesaria rexeneración moral.¹⁸⁶

Este movemento “primordialmente político” teria, contudo, uma trágica consequência. A dois de abril de 1846, em Lugo, sob as ordens do coronel Miguel Solís, tem início um *pronunciamiento* progressista contra o governo autoritário do General Narvaez, que logo se espalha por diferentes cidades galegas, principalmente na costa. Todavia, fora da Galiza, o levante fracassa, adquirindo assim um caráter eminentemente local, que as lideranças provincialistas vão aproveitar para divulgar suas ideias e fazer suas reivindicações. Uma Junta Superior do Governo de Galiza é formada, com sede em Compostela, presidida por Rodríguez Terrazo e Antolín Faraldo. No dia 15 de abril a Junta divulga um manifesto onde está contemplado muito do ideário provincialista:

Galicia, arrastrando hasta aquí una existencia oprobiosa, convertida en una verdadera colonia de la corte, va a levantarse de su humillación y abatimiento. (...) Esta Junta, amiga sincera del país, se consagrará constantemente a engrandecer el antiguo reino de Galicia, dando provechosa dirección a los numerosos elementos que atesora en su seno, levantando los cimientos de un porvenir de gloria.¹⁸⁷

No dia 23 de abril têm início as batalhas entre as tropas de Madri e as de Solís. Devido à grande superioridade das forças do governo central, os rebeldes, às portas de Compostela, são facilmente derrotados. A cidade é invadida e saqueada. Refugiado na igreja de São Martinho Pinário, ao final daquela mesma tarde o coronel se entrega. Três dias depois, após um julgamento sumaríssimo, Solís e doze de seus oficiais são fuzilados na vila corunhesa de Carral. Mais tarde o galeguismo os converteria nos “mártires de Carral”, símbolo da luta autonomista da Galiza, realizando homenagens massivas ao pé do monumento que seria levantado em 1904 no local.

O impacto da repressão que se segue ao desbaratamento do levante logra paralisar o provincialismo por algum tempo. Não por acaso, a geração que surge em seguida, ao mesmo tempo que tem consciência de sua dívida para com os precursores de 1846, assume uma feição mais de corrente de opinião do que de movimento organizado. Tendo como polo novamente uma instituição compostelana, o *Liceo de la Juventud*, concentram da mesma maneira o seu engajamento na imprensa, com a criação de uma quinzena de jornais saídos entre 1846 e 1868, alguns tão longevos e influentes como o *La Oliva*. Mas a novidade, aqui,

¹⁸⁶ QUINTEIRO, Carlos Méixome. *Castelao: unha historia do nacionalismo galego*. Vigo: Cumio, [2001?] p. 14.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 15.

está no aparecimento, pela primeira vez na história, de periódicos redigidos totalmente em galego, como é o caso de *O Tío Marcos da Portela* (1876-1890). Esta “galeguização” da palavra impressa se insere num processo muito mais amplo de recuperação literária da língua galega, movimento este que é denominado *Rexurdimento* e faz parte de uma série de renascimentos culturais e literários que, por força do romantismo, brotaram em toda a Europa.

5.2 O REGIONALISMO

Além do impulso que o *Rexurdimento* deu à (re)criação de uma literatura em vernáculo, igualmente importante foi o estímulo que proporcionou o trabalho de historiadores de índole romântica na recuperação/construção das raízes históricas da Galiza. Como vimos, os historiadores são peças fundamentais no processo de figuração da identidade nacional. Juntos com filólogos e literatos, estão geralmente entre os primeiros que *imaginaram* a comunidade etnolinguística de que fazem parte como uma nacionalidade *histórica*. Afinal, “todo movimento de reivindicación nacionalista nado na Europa do século XIX necesita construír unha historia nacional como elemento cimentador do seu discurso, especialmente cando a comunidade de referencia non ten soberanía política estatal.”¹⁸⁸

Na Galiza, o pioneiro desta historiografia reivindicativa foi José Verea y Aguiar (1775-1843), em sua *Historia de Galicia*, de 1838, aliás o primeiro a introduzir, com intenções apologéticas, o celtismo como elemento diferenciador da Galiza. Seguem-no Martínez Padín (1823-1850) e Benitto Vicetto (1824-1878). Este último – com os sete volumes de sua *Historia de Galicia*, lançados entre 1865 e 1873, e autor também de romances históricos – é o maior representante deste romantismo de matizes populares, onde se fundem história e ficção não apenas no campo literário como também historiográfico. Para estes três historiadores, que não deixaram de pagar o seu óbolo às teorias vigentes na época, o núcleo da identidade galega está na raça, a qual, não obstante as vicissitudes históricas, teria se preservado pura, o que distinguiria os galegos, de origem ariana por conta da ascendência céltica, dos demais povos da península, quase todos em maior ou menor medida contaminados pelo sangue semítico-africano.

Mas seria a obra de Manuel Murguía (1833-1923), com os cinco tomos da sua incompleta *Historia de Galicia*, publicados entre 1865 e 1913, não apenas o coroamento desta

¹⁸⁸ BERAMENDI, Justo G. A visión de Galicia na historiografía galeguista (1840-1940). p. 201. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 201-204, jul./dez. 1995.

primeira historiografia galeguista como também aquela que assentaria as bases da construção da consciência nacional a partir da qual se aglutinarão as mais diferentes correntes do nacionalismo galego. Murguía não é somente o maior historiador galego de seu tempo, com sua sombra avançando sobre as gerações posteriores, mas também o primeiro teorizador sistemático do galeguismo, destacando-se nesse quesito os livros *Los Precursores*, de 1886, e *El regionalismo gallego*, de 1889. Como historiador, Murguía situa-se na transição entre o historicismo romântico e o positivismo:

Do primeiro conserva o pragmatismo galeguista, o gusto pela escrita literariamente emotiva e a consideración das lendas e tradicións populares como fontes históricas; do segundo toma o princípio da xustificación do relato mediante documentos orixinais e a arela [desejo] por estar ó dia sobre “la marcha de las ciencias históricas en Europa”.¹⁸⁹

Na constituição da nacionalidade galega, Murguía não se distingue dos historiadores anteriores, ao fundá-la igualmente no celtismo. Mas, além da raça, ele acrescenta outros fatores nesta construção cultural, como a situação geográfica, os costumes, a consciência da galegidade e a língua:

¡O noso idioma! O que falaron nosos pais e vamos esquencendo, o que falam os aldeáns e nos achamos a ponto de non entendelo; aquel en que cantaron reis e trobadores; o que, fillo maor da pátreia gallega, nola conservou e conserva coma un dom da providencia; o que aínda ten nos nosos labres [lábios] as dozuras eternas e acentos que van ó corazón; o que agora oídes coma se fose un himno relixioso; o hermoso, o nobre idioma que do outro lado dese río é léngua oficial que serve a máis de vinte millóns de homes e ten unha literatura representada polos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garret e de Herculano; o gallego, en fin, que é o que nos dá dereito á enteira posesión da terra en que fomos nados, que nos di que, pois somos un povo distinto, debemos selo; que nos promete o porvir que procuramos, e nos dá a certeza de que ha de ser fecundo en bens pra nós todos.¹⁹⁰

Com Murguía, ademais, o galeguismo dá um salto qualitativo, abandonando o provincialismo e entrando no estágio que seria conhecido como *regionalismo*. Convencionase estabelecer o ano de 1886, data do lançamento de *Los Precursores*, como o marco inicial dessa viragem. Nesta obra, o autor “reclamandose continuador do provincialismo, considera esa fase rematada, e coida necesario abrir unha nova na que o nivel de reivindicación se

¹⁸⁹ Ibid., p. 202.

¹⁹⁰ MURGUÍA, Manuel, Discurso nos Xogos Florais de Tui (1891). In: MURGUÍA, Manuel et al. *A prosa do Primeiro Renascimento: antoloxía*. Vigo: ASPG, 1996, p.129-130. Este foi o primeiro discurso em galego de Murguía.

e leve ao afirmar a necessidade dunha política propia para Galicia (...).”¹⁹¹ Com efeito, o fracasso da Primeira República (1868-1874) provocara a reação centralista da Restauração, e é neste novo contexto que o regionalismo vai se articular, coincidindo no tempo com outros movimentos similares, como o regionalismo catalão e o nacionalismo basco. Engajado no projeto de descentralização do Estado, o regionalismo galego vai abarcar debaixo de seu arco três tendências nem sempre harmônicas. A primeira delas – e a menos influente – é a corrente federalista, liderada por Aureliano Pereira (1855-1906). De viés progressista, oriunda do republicanismo, levanta a bandeira de um pacto federativo entre as diversas comunidades nacionais da Espanha. A segunda, encabeçada por Alfredo Brañas (1859-1900), é a tradicionalista. De matriz católica, rejeita tanto o capitalismo liberal quanto o igualitarismo operário, revelando uma nostalgia do Antigo Regime. Para Brañas, autor do livro *El regionalismo*, de 1889, as estruturas sociais da Galiza são tão constituintes de sua identidade quanto sua história e sua língua. A terceira corrente, a liberal, representada por Murguía, é de longe a mais importante, a que melhor recolhe o legado do provincialismo e a que mais marcas deixará no desenvolvimento futuro do galeguismo. De toda forma, estas três tendências, federalista, tradicionalista e liberal, “coinciden en que Galicia é unha rexión ou nacionalidade que ten dereito a recuperar a súa identidade cultural e lingüística e, polo tanto, a unha autonomía que lle permita realizar este obxectivo.”¹⁹²

Como no provincialismo, o regionalismo terá uma grande atuação na imprensa, não obstante a efemeridade da maioria de suas publicações. O grupo federalista conta com *El Regional*, publicado em Lugo e redigido quase exclusivamente por Aureliano Pereira. Os tradicionalistas dispõem do católico *El Libredón*, dirigido por Brañas em Santiago. E o *La Región Gallega*, também de Santiago, cujo diretor era Murguía, serviu aos herdeiros do provincialismo. Mas a grande novidade do regionalismo está na criação das primeiras organizações políticas exclusivamente galegas. Embora débeis e igualmente efêmeras, representam um avanço significativo em relação à etapa anterior.

A primeira delas, criada em Santiago, em 1891, foi a Asociación Rexionalista Galega. Sob a presidência de Murguía, contava também com a participação ativa de Brañas, que dominava o seu jornal, *La patria gallega*. Por conta das dissensões internas, a associação não foi além de 1893.

Com a mudança de Murguía para a Corunha, ocorre também um deslocamento do núcleo regionalista liberal para esta cidade, onde, em 1897, é fundada a Liga Gallega, também

¹⁹¹ QUINTEIRO, op. cit., p. 23.

¹⁹² Ibid., p. 27.

sob a presidência do historiador, e que tem como principal novidade a bandeira do reconhecimento do galego como língua oficial, em igualdade de condições com o castelhano. Por sua vez, o setor tradicionalista, em Santiago, funda a homônima Liga Gallega, tendo Cabeza de León como presidente e Brañas como secretário. Contudo a morte precoce deste, em 1900, aos 41 anos, desestruturará por algum tempo esta corrente do galeguismo.

Entretanto, de certa forma, na virada do século, todas as tendências do regionalismo vão se encontrar esmorecidas, com poucas realizações, com exceção da fundação da Academia Galega, em 1906, mais uma vez sob a presidência do incansável Murguía, já então um ancião. A *pasmaceira* só seria quebrada em 1907, com a criação da Solidaridad Gallega, aliança eleitoral inspirada pelo êxito de sua homóloga Solidaritat Catalana. Nela confluem os regionalistas da Corunha, liderados por Murguía, um setor do republicanismo da mesma cidade, e alguns católicos da tendência tradicionalista, mas que logo abandonam a aliança ao perceberem o seu viés antiforal. Tendo como portavoz os jornais *Galicia solidaria* e *A nosa terra*, o ideário do movimento

(...) é unha mestura de anticaciquismo electoral, agrarismo antiforista, rexeneracionismo español e afirmación da personalidade de Galicia dentro do Estado unitário. Non é, pois, un movemento *rexionalista*, aínda que nel participen os rexionalistas, e nin sequera está baixo [sob] a hexemonía da corrente galeguista, mais vai provocar unha reactivación da mesma e animará aos seus membros a un activismo político que non desenvolveran con anterioridade.¹⁹³

Porém, a vida da Solidaridad foi igualmente curta, por força não só do antagonismo das correntes internas como também do exíguo resultado nas eleições gerais. Dissolveu-se em 1912, junto com os seus periódicos, mas deixou como herança um legado de organização e combatividade que seria utilíssimo no movimento agrarista, o mais importante na Galiza no século XX, além das sementes do futuro nacionalismo *stricto sensu*.

5.3 O NACIONALISMO

Depois de alguns anos de militância novamente reduzida ao âmbito cultural, o galeguismo foi sacudido pela ascensão do que finalmente será conhecido como *nacionalismo* galego. Em 1915, Aurélio Ribalta (1864-1940), escritor galego radicado em Madri, faz um apelo, por meio da revista *Estudios Gallegos*, em defesa da língua e do estudo dos problemas

¹⁹³ QUINTEIRO, op. cit., p. 28.

econômicos da Galiza. Em resposta, Antón Vilar Ponte (1881-1936), inicia em janeiro do ano seguinte, nas páginas de *La voz de Galicia*, uma campanha em prol da criação de uma entidade de fomento da língua, e em março publica *Nacionalismo gallego: nuestra afirmación*, onde resume suas ideias. O resultado é a fundação, a 18 de maio de 1916, na Corunha, da primeira Irmandade de Amigos da Fala, congregando antigos membros da extinta Solidaridad Gallega, além de republicanos federalistas e regionalistas, sob a presidência do próprio Antón Vilar Ponte. A esta iniciativa, seguem-se rapidamente a criação de vários agrupamentos similares nas principais cidades galegas, a ponto de em 1923 contar-se com um total de 28 irmandades. Além disso, em 1916 reaparece o semanário *A Nosa Terra*, agora convertido em veículo das Irmandades. Um ponto culminante neste processo, porém, foi a celebração da primeira Assembleia Nacionalista, ocorrida em Lugo, em novembro de 1918, onde se consolida a transição do regionalismo para o nacionalismo, como o demonstra a declaração aprovada no encontro:

Tendo Galicia tódalas características esenciais de nacionalidade, nós nomeámo-nos, de hoxe para sempre, nacionalistas galegos, xa que a verba “rexionalismo” non recolle tódalas aspiracións nin encerra toda a intensidade dos nosos problemas.¹⁹⁴

Em 1920, outra contribuição teórica de grande importância vem se juntar à causa galeguista: o livro *Teoría do nacionalismo galego*, de Vicente Risco (1884-1963), que viria a se tornar o principal manual da luta nacionalista nessa etapa. Nele, Risco

Recolle do pensamento murguiano o celtismo, ao que lle engade [acrescenta], poñéndoo a un nivel similar, o concepto de Terra. A interacción desta coa raza é o fundamento do espírito do pobo, do volksgeist, da cerna da nación, que se manifesta a través da creación dunha cultura, expresada nunha lingua propia.¹⁹⁵

Atualmente, no seio do movimento, por trás de suas bandeiras comuns de defesa da língua e busca de maior autonomia política, persistiam as divisões ideológicas herdadas do tempo do regionalismo. Por um lado, o setor liberal, concentrado sobretudo na irmandade corunhesa, batia-se pela participação nos processos eleitorais como um meio de expansão dos ideais nacionalistas, com a conseqüente aliança com os partidos republicanos. Ao contrário, o setor tradicionalista, que tinha agora em Vicente Risco seu principal representante e cujo

¹⁹⁴ VILLARES, *Historia da Galicia...*, p. 384.

¹⁹⁵ MÉIXOME, op. cit., p. 54.

núcleo se encontrava em Ourense, assumia uma postura absenteísta, preferindo concentrar o trabalho na conscientização e na atividade intelectual.

O embate das duas tendências dar-se-ia na IV Assembleia Nacionalista, ocorrida em Monforte, em fevereiro de 1922. Apesar da maioria numérica da Irmandade da Corunha, a corrente de Vicente Risco, por conta de um regulamento redigido por ele mesmo que determinava o voto por delegação e não por participante, saiu vitoriosa. No entanto, a posição de Risco dá origem a uma nova entidade, a Irmandade Nacionalista Galega (ING), de estrutura centralizada, que, não obstante a postura inicial dos tradicionalistas, pretendia-se organizar como partido político, aproximando-se dos agraristas. Mas o golpe de Estado de setembro de 1923, instaurando a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), desbarata as pretensões políticas das correntes galeguistas, obrigando-os novamente a um interregno voltado às atividades culturais, no qual agora o grande protagonismo será desempenhado pelo grupo Nós.

5.4 A GERAÇÃO NÓS, O PARTIDO GALEGUISTA E O ESTATUTO DE 1936

Em 1920, Vicente Risco e Alfonso Daniel Rodríguez Castelao (1886-1950), haviam criado a revista *Nós* – em torno da qual viria a se congregar a Geração Nós, como seria conhecido mais tarde “o grupo de intelectuais mais compacto, homogêneo e fértil” da história cultural da Galiza.¹⁹⁶ Com vocação multidisciplinar, a revista, cujo subtítulo era “boletim mensal da cultura galega”, tinha por objetivo dotar a Galiza de uma forte identidade cultural, ao mesmo tempo que estabelecia laços com as grandes questões estéticas, literárias e filosóficas de seu tempo. “Onde ‘não existe cultura própria, não há povo’, dizia Risco, mostrando assim a identidade entre capacidade cultural de um povo e o seu grau de desenvolvimento histórico (...).”¹⁹⁷ Servindo-se para tanto exclusivamente do galego, os 144 números da revista foram o principal veículo, até o seu fechamento em 1936, da difusão do nacionalismo culto da época, configurando assim um grande conjunto de conteúdos – do literário ao político, do linguístico ao artístico, do etnográfico ao filosófico – que influenciaria profundamente as gerações posteriores. Por suas páginas passariam, além dos citados Risco e Castelao, grandes figuras do galeguismo da época, como Otero Pedrayo (1888-1976), Florentino López Cuevillas (1886-1958), Losada Diéguez (1884-1929), Antón Villar Ponte

¹⁹⁶ VILLARES, *História da Galiza...*, p. 165.

¹⁹⁷ Id.

(1881-1936), Xohán Vicente Viqueira (1886-1924), Lugrís Freire (1866-1940), às quais se juntariam veteranos como Ramón Cabanillas (1876-1959), Victoriano Taibo (1885-1966) e Noriega Varela (1869-1947), e novos como Fermín Bouza Brey (1901-1973), Filgueira Valverde (1906-1996), Xaquín Lorenzo (1907-1989), Carvalho Calero (1910-1990), Luís Seone (1910-1979) e Blanco Amor (1897-1979), só para mencionar os mais conhecidos. Esta geração foi muito bem retratada por Vicente Risco, no ensaio *Nós, os inadaptados*, de 1933, e representada por Otero Predrayo, no romance *Arredor de si*, na figura de Adrián Solobio, como nós veremos mais adiante. Cosmopolita, sofisticada, inconformista, porém de viés conservador (com exceções, como Castela, Villar Ponte e Lugrís Freire), por conta de suas origens na fidalguia declinante, esta geração é testemunha de um mundo moribundo, cuja ordem social, estática e nítida, se vê ameaçada pelo avanço inexorável da história – e daí a sua conversão ao galeguismo vem tingida muitas vezes pelas tons crepusculares da nostalgia.

Ainda nesse espírito de resguardo político e empenho cultural, vem à luz em 1923 outra grande instituição da época: o *Seminário de estudos galegos* (SEG), um centro de investigação cultural e científica, fundado por estudantes da Universidade de Santiago, mas a que vem logo se somar os mestres da Geração Nós e professores da universidade. Sua atividade compreendia diversas áreas do conhecimento – de linguística à história da arte e da literatura, passando por etnografia, história, geografia, pedagogia e chegando às ciências aplicadas, naturais e sociais –, áreas estas que eram abordadas por equipes interdisciplinares. E ainda que nem todos os trabalhos fossem redigidos em galego, o certo é que o SEG foi decisivo para a consolidação do galego em produções científicas.

Entretanto, no final da década de vinte, ante o previsível fim da ditadura, a vida política volta a agitar-se na Galiza, com o reagrupamento das principais forças políticas. Quanto ao nacionalismo, suas duas principais correntes, a liberal e a tradicionalista, vão continuar seguindo por caminhos distintos. A primeira delas opta, cética ante as possibilidades de um nacionalismo até então de poucos resultados eleitorais, por integrar-se no republicanismo autonomista. Assim, a Irmandade da Corunha, com Antón Villar Ponte à frente, participa, em outubro de 1929, do processo de fundação da Organización Republicana Gallega Autónoma (ORGA). Ainda que os galeguistas da Corunha argumentassem que a ORGA era uma plataforma para disseminar as teses nacionalistas, a verdade é que ela desde o começo contemplava o Estado espanhol como um todo, relegando à Galiza não mais do que tímidas reivindicações autonomistas. Em março do ano seguinte, junto a outras agremiações republicanas, é assinado o Pacto de Lestrove, dando início a Federação Republicana Gallega

(FRG), que, por sua vez, em 1934, é incorporada no partido da Esquerda Republicana, de âmbito espanhol.

Por outro lado, o grupo encabeçado por Risco, impulsiona a VI Assembleia das Irmandades da Fala, celebrada na Corunha em abril de 1931, com a participação de integrantes da irmandade local. Nela acorda-se, em meio a não pouca celeuma, a criação de um partido autonomista republicano. Mas é só em dezembro deste ano, numa assembleia em Pontevedra, com a presença de delegados de mais de trinta entidades nacionalistas, que é criado o Partido Galeguista, ao qual irão aderir muitos egressos da ORGA.

Com a nova sigla, pela primeira vez recolhe-se num agrupamento político o legado de pesquisa e construção da identidade nacional das Irmandades da Fala e da Geração Nós. “O Partido Galeguista fonde, pois, as dúas correntes que desde 1920 se manifestaram no decorrer do nacionalismo, pero cunha orientación máis esquerdista sobre todo en propostas relativas ao mundo rural e mariñeiro.”¹⁹⁸ As mudanças não se operaram apenas no campo programático, mas também na dimensão sociopolítica. Sob a direção de novas lideranças, como Alexandre Bóveda (1903-1936), Suárez Picallo (1894-1964) e Castela, o Partido Galeguista se tornou um verdadeiro partido de massas, interclassista e de grande penetração social, integrando desde posições conservadoras até setores próximos do marxismo ou de perfil separatista. Se no tempo das irmandades o militante médio era geralmente urbano, profissional liberal ou artesão, agora o número de camponeses, marinheiros e assalariados hegemoniza o quadro de filiados. No entanto, a inserção no meio operário nunca foi orgânica – daí a relação sempre tensa do Partido Galeguista com os partidos espanhóis de esquerda.

Entrementes, a proclamação da II República, a 14 de abril de 1931, seguida da convocação de um processo constituinte, alentara os núcleos nacionalistas. Mas logo a esperança se transforma em desilusão, pois a nova Constituição, promulgada em dezembro, conserva a visão unitária do Estado. Não obstante as estreitas margens permitidas pelas determinações constitucionais, os galeguistas são a força política que mais se empenharia pela redação e aprovação de um Estatuto de Autonomia. De fato, com o progressivo afastamento dos republicanistas, agora integrados na FRG, da campanha pelo Estatuto, a responsabilidade recai quase que exclusivamente sobre o Partido Galeguista, o qual passa a desenvolver um intenso trabalho de conscientização social, por meio da imprensa partidária, comícios e conferências. Numa assembleia em Santiago, em junho de 1932, alcança-se o consenso sobre um anteprojeto estatutário, o qual é aprovado em dezembro por 77% dos

¹⁹⁸ VILLARES, *Historia de Galicia...*, p. 364.

municípios galegos, representando 84,7% da população.¹⁹⁹ Só restava agora submeter o documento a um referendo popular e apresentá-lo às Cortes da República. No entanto, o governo central, por meio de uma série de atitudes protelatórias, vai postergando a data do referendo, até que em novembro de 1933 as forças conservadoras vencem as eleições gerais – dando início ao chamado biênio negro – e congelam os trâmites das políticas autonomistas. De igual modo, os nacionalistas, entre outros motivos por haverem concorrido sem coligações, não logram conquistar nenhuma cadeira no parlamento. Devido a este impasse, o Partido Galeguista chega à conclusão de que somente num amplo arco de alianças com as forças republicanas teria alguma chance de ver o Estatuto aprovado. A guinada à esquerda, dirigida principalmente por Castelao e Bóveda, leva à inevitável ruptura com o setor tradicionalista, o qual dá origem à Direita Galeguista, a que vai aderir Vicente Risco em 1936. Assim, finalmente, as duas principais correntes do galeguismo, a conservadora e a liberal, encerram uma coabitação que nunca fora de todo pacífica, abrindo-se desse modo para a segunda o caminho para a coalização com as forças de esquerda. Em janeiro do 1936, portanto, é selada a adesão à Frente Popular. A vitória da coalização nas eleições gerais de 16 de fevereiro de 1936 é significativa na Galiza, com os nacionalistas obtendo três cadeiras: Castelao, Suárez Picallo e Vilar Ponte.²⁰⁰ O êxito dos galeguistas não se resume aos deputados eleitos, mas também ao apoio que desta vez foi dado pelos aliados na campanha pela aprovação do Estatuto. A 28 de junho o Estatuto de Autonomia da Galiza é finalmente submetido a referendo, com um resultado surpreendente: 74% dos eleitores votam favoravelmente, num pleito com abstenção de apenas 35%.²⁰¹ A 15 de julho uma comissão da qual fazia parte Castelao apresenta o texto do Estatuto ao presidente das Cortes. Mas a irrupção da Guerra Civil impede a sua discussão. É graças a insistência pessoal de Castelao que o Estatuto dá entrada parlamentar na sessão das Cortes celebrada em fevereiro de 1938, na Catalunha. Mas ele só será aprovado em 1945, no México, numa reunião do governo republicano no exílio.

¹⁹⁹ Ibid. p. 396.

²⁰⁰ A Frente Popular obtém ao todo 26 cadeiras, enquanto os partidos de centro nove e os de direita 14. MÉIXOME, op. cit., p.102.

²⁰¹ “(...) porcentaxe que superaba claramente as esixencias constitucionais (aprobación de pólo menos dous terzos do censo). A existencia dunha manipulación do voto por parte dos partidos da Frente Popular parece evidente, ata o punto de que unha testemuña coetánea, A. Pousa Antelo, ten falado de ‘santo pulcheirazo’ para definir o proceso.” VILLARES, *Historia de Galicia...*, p. 367.

5.5 A LONGA NOITE DE PEDRA

Com a guerra e a “longa noite de pedra” do franquismo, os nacionalismos periféricos na Espanha, em seus processos autonomistas, sofrem não apenas um corte e um congelamento como sobretudo um retrocesso.²⁰² O nacionalismo espanhol, centralista e reacionário, e agora acrescido de colorações fascistas, não hesitará em lançar mão de todos os expedientes no seu intento de “reunificar” a Espanha. Ao mesmo tempo, a guerra determinou destinos muito diferentes aos nacionalistas galegos. Enquanto os dirigentes da Direita Galeguista puderam permanecer no país (Vicente Risco, inclusive, colaborou com a propaganda franquista), lideranças do Partido Galeguista como Bóveda e Anxel Casal (1895-1936), editor e prefeito de Santiago durante a sublevação, foram fuzilados; outros, como Castelao e Suárez Picallo, foram obrigados a exilar-se.

A resistência galega contou algum tempo com a esperança de que a vitória aliada na II Guerra Mundial traria consigo o fim do regime de Franco. Com efeito, em dezembro de 1946, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas fez uma condenação formal do governo franquista. Contudo, com o início da Guerra Fria e a re-estruturação geopolítica daí decorrente, a Espanha passou a ser vista pelas potências ocidentais como um anteparo à expansão comunista, de modo que aos poucos foi se abrandando o isolamento a que o regime fora submetido. Em vista disso, o galeguismo se viu na necessidade de uma profunda reorganização. Desmantelado, o Partido Galeguista decidiu se recompor e buscar, junto a socialistas, anarquistas e aos demais nacionalismos periféricos, a unidade da ação antifranquista no seio da Aliança Nacional de Forças Democráticas (ANFD). De todo modo, foi no exílio sul-americano, sobretudo em Montevideu e Buenos Aires, onde vivia uma numerosa colônia galega, que a maior parte do velho nacionalismo logrou se rearticular. Em 1944, por iniciativa de Castelao, Suárez Picallo, Alonso Ríos (1987-1980) e Edilío Villaverde (1987-1962), os quatro deputados galegos no exterior, é fundado na capital portenha o Conselho de Galiza, órgão que tem como objetivo principal a defesa das aspirações autonomistas da Galiza ante os organismos da República espanhola no exílio. Da mesma forma, em estreita colaboração com os nacionalismos basco e catalão, reedita-se o pacto Galeuzca,²⁰³ já assinado antes da guerra, que tem como meta impulsionar uma nova República federal ou confederal, projeto que conta com o apoio entusiástico de Caslelao. Aliás, dentro

²⁰² Assim como a Galiza, a Catalunha, em 1932, e o País Basco, em 1936, haviam alcançado também seus Estatutos de Autonomia.

²⁰³ De Galiza, Euskara (País Basco) e Catalunha.

deste espírito, é lançado também em 1944, em Buenos Aires, seu livro *Sempre en Galiza*, espécie de Bíblia do galeguismo, que recolhe o legado do nacionalismo anterior à guerra, reelaborando-o e projetando-o no futuro.

Todavia, não seria sem conflitos a relação entre o nacionalismo do exterior e do interior. Enquanto no exílio se reforçava a dimensão mais política, a maioria dos galeguistas do interior decidiram renunciar à identificação nacionalista por entender tratar-se de uma etapa já superada. Em vez de nação, preferiam referir-se à Galiza como “comunidade cultural”; em vez de conscientização das massas, convinha concentrar-se agora na formação das elites. Na verdade, nada mais era do que o retorno à atitude da corrente tradicionalista, com sua ênfase no ativismo cultural. Agora, porém, devido à impossibilidade legal da via política, esta alternativa ganhava força, ao passo que sua liderança renovava-se sob a condução de Ramón Piñero (1915-1990). Com efeito, o ano de 1950 assinala o fim de uma etapa do nacionalismo galego, com a morte de Castelao e a dissolução oficial do Partido Galeguista. Além disso, a criação da Editorial Galaxia, no mesmo ano, realça esta viragem estratégica.

Aliás, o trabalho de recuperação cultural começara anteriormente, no exterior, através de uma série de atividades culturais – como a publicação de revistas, fundação de editoras, programas de rádio, cinema, exposições de arte, companhias de teatro – que vão de Nova York à Argentina, passando por México, Cuba, Venezuela e Uruguai, com conexões europeias em Paris e mais tarde Genebra. O artista visual e ativista cultural Luís Seoane (1910-1979), nascido na Argentina e falecido na Corunha, é a figura emblemática deste período. Mas é com a criação da Galaxia que o patrimônio cultural galego vai experimentar, pela primeira vez no país depois da instauração do franquismo, um forte momento de recomposição e desenvolvimento, constituindo-se no principal foco de expressão da cultura e língua galegas.

No entanto, no começo da década de sessenta opera-se uma nova virada no cenário galeguista. Por influência das lutas de libertação nacional dos países em vias de descolonização, a perspectiva do embate político volta à ordem do dia, aproximando nacionalistas e esquerdistas de variada coloração marxista. Recusando o “piñerismo”, esta nova geração vai se engajar nas lutas operárias e campesinas, organizando grandes greves ao longo da década. É nessas circunstâncias, com as correntes culturalista e política do galeguismo novamente em ebulição, ainda que com pouca penetração no tecido social por conta dos anos de repressão, que o nacionalismo galego vai encontrar novas oportunidades e desafios com a restauração democrática.

5.6 O NOVO ESTATUTO DE AUTONOMIA

Com a morte de Franco, em 1975, um novo cenário se abre. Além da instauração da monarquia parlamentar, a transição política trará consigo duas grandes consequências:

Dunha banda, o establecemento en España dun réxime político de carácter democrático, refrendado coa Constitución de 1978, despois de case corenta anos de ditadura; e, doutra banda, a organización territorial de España en comunidades autónomas, que modifica a estrutura centralista acuñada polo liberalismo do século XIX.²⁰⁴

Na Galiza, por sua vez, desde meados dos anos setenta, dois organismos polarizavam a oposição ao franquismo: a Junta Democrática da Galiza, sob a liderança do Partido Comunista da Galiza (PCG), e o Conselho de Forças Políticas Galegas, encabeçado pela União do Povo Galego (UPG), que congregava as organizações de teor nacionalista. A Junta Democrática opta por um caminho de negociação com o governo, enquanto os nacionalistas, defendendo uma estratégia rupturista, propõem as *Bases constitucionais*, um documento redigido a partir do princípio da autodeterminação e da soberania do povo galego, com vistas à configuração de um pacto federal com o resto das nações do Estado. A Assembleia Nacional-Popular Galega (AN-PG), surgida neste período, foi o principal divulgador desta proposta.

Todavia, os resultados das eleições de junho de 1977 revelam-se frustrantes para as forças nacionalistas:

Os partidos políticos de esquerdas, tanto nacionalistas como “españoleiros”, reciben un escaso apoio nas urnas, mentres que o partido governamental da Unión de Centro Democrático (UCD) logra copar a representación parlamentaria de Galicia con 20 dos 27 deputados nas Cortes de 1977.²⁰⁵

A seguir começam-se os trabalhos de elaboração do anteprojeto do Estatuto de Autonomia, encomendado pela nova assembleia legislativa da Galiza a uma comissão conhecida como Grupo dos Dezesesseis, composto tanto por representantes de partidos com cadeiras no parlamento (12 membros, dos quais oito são da UCD) quanto por integrantes de partidos sem representação parlamentar (quatro membros), entre os quais o Partido Galeguista, reconstituído neste meio tempo. Este grupo de trabalho, que tomou como base

²⁰⁴ VILLARES, *Historia de Galicia...*, p. 441.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 443.

anteprojetos apresentados por diversos partidos políticos, assim como colaborações parciais de várias entidades, concluiu seus trabalhos em abril de 1979. Todavia, o texto aprovado ainda sofreria inúmeras alterações durante sua tramitação parlamentar, ao cabo da qual o projeto de Estatuto foi de toda forma considerado inferior em competências aos similares basco e catalão. Depois de uma série de discussões ao longo do ano seguinte, que mobilizaram toda a sociedade galega, a revisão do Estatuto foi concluída em setembro de 1980, com a participação agora da Aliança Popular (AP), partido de centro-direita, que se mantivera reticente até então. O texto final foi acordado pela maioria das forças políticas galegas, com exceção do Bloco Nacional-Popular Galego (BN-PG), formado pela UPG e AN-PG, que continuava a defender as Bases constitucionais.

No entanto, o resultado do referendo do Estatuto, marcado para 21 de dezembro de 1981, foi decepcionante. Se cerca de 73% dos votos foi favorável à aprovação, a abstenção foi de mais de setenta por cento, a mais alta em qualquer eleição na Galiza. “A autonomía de Galicia naceu, pois, com plena forza legal, pero orfa da calor popular.”²⁰⁶ Entre a aprovação do Estatuto de 1936 e o contemporâneo, portanto, não obstante todas as lutas dos nacionalistas, tanto no *front* político quanto no cultural, os quarenta anos do franquismo não deixaram de legar um pesado fardo de alienação identitária. De toda forma, a aprovação do Estatuto de Autonomia constituiu-se numa vitória para esta velha nação cuja construção da identidade conquistou novamente, e desta vez com mais estabilidade, um suporte legal (ainda que insatisfatório para muitos setores do galeguismo), como está expresso no artigo primeiro do texto estatutário: “Galicia, nacionalidade histórica, constitúese en Comunidade Autónoma para acceder ó seu autogoberno, de conformidade coa Constitución Española e co presente Estatuto, que é a súa norma institucional básica.”²⁰⁷

Desse modo, o “Estatuto de 1980 (aprobado polas Cortes españolas em marzo de 1981) é a Carta Magna da autonomía de Galicia, no que se deseñan as dúas institucións básicas do Poder Galego.”²⁰⁸ Em primeiro lugar o Parlamento Galego, órgão do poder legislativo, composto atualmente por 75 membros, eleitos por sufrágio universal e segundo um sistema de representação proporcional. “A segunda institución é a Xunta de Galicia, como ámbito do poder executivo e cabeza da administración autonómica,”²⁰⁹ composta por um presidente – eleito pelo Parlamento, a quem corresponde a suprema representação da

²⁰⁶ Ibid., p. 445.

²⁰⁷ XUNTA DE GALICIA. *Estatuto de Autonomía de Galicia*. Disponível em <<http://www.xunta.es/titulo-preliminar>> Acesso em: 8 mar. 2011.

²⁰⁸ VILLARES, *Historia de Galicia...*, p. 445.

²⁰⁹ Id.

Comunidade e a representação ordinária do Estado na Galiza –, um vice-presidente e doze conselheiros.

Atualmente a política eleitoral na Galiza é polarizada em grande parte pelos dois maiores partidos de expressão espanhola. No espectro ideológico, ocupando do centro à direita, o Partido Popular da Galiza (PPdeG), ramo do Partido Popular espanhol (PP), fundado em 1989 e herdeiro da Aliança Popular. Suas raízes remontam ao franquismo, e seu ideário oscila entre o conservadorismo e o liberalismo. Ocupando posições que vão do centro à centro-esquerda, encontra-se o Partido Socialista de Galiza (PSdeG), federado ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), partido este que, ao longo de mais de um século de existência, migrou do marxismo à social-democracia e desta a um liberalismo mais ou menos envergonhado. A terceira força política na Galiza é o Bloco Nacionalista Galego (BNG), herdeiro da BN-PG. Situado na esquerda moderada, define-se como uma frente de partidos, aglutinando uma ampla gama do nacionalismo galego. Ainda que seja a principal corrente política do galeguismo contemporâneo, o BNG não tem conseguido apanhar mais que 20% dos votos e cadeiras no Parlamento. Nas eleições de 2009 para o Parlamento, por exemplo, obteve apenas doze cadeiras entre as setenta e cinco. À esquerda do BNG, pululam uma miríade de siglas de pequenas agremiações políticas, as quais, mesclando marxismo-leninismo e independentismo, posicionam-se em graus diferentes de radicalismo, como a Nós-Unidade Popular (Nós-UP), criada em 2001. Ainda que sem muita penetração social, logram alguma publicidade devido à sua combatividade e inserção em setores dos movimentos estudantis e sindicais. Além disso, na extremidade desse lado do espectro, agrupamentos minoritários não hesitam em lançar mão, ocasionalmente, da ação direta em prol da plena independência da Galiza. Em 2005, por exemplo, vários militantes da Assembleia da Mocidade Independentista (AMI), que se desligou da Nós-UP no mesmo ano, foram detidos pela polícia, acusados de atos terroristas. Ainda em 2005, por meio da publicação de um manifesto, vem à luz a existência de um grupo denominado Resistência Galega, ao qual tem sido atribuída, desde então, a autoria de diversos atentados de pequeno porte. No entanto, não se tem certeza se a Resistência Galega é de fato uma organização real ou se não passaria de uma “bandeira” sob a qual jovens independentistas reivindicariam suas ações.²¹⁰

²¹⁰ Cf. LÓPEZ, P. La Guardia Civil detiene a tres independentistas con una bomba. *El País*, Madrid, 15 dez. 2007. Disponível em <http://elpais.com/diario/2007/12/15/galicia/1197717488_850215.html> Acesso em: 20 abr. 2012.

6 LÍNGUA E LITERATURA GALEGAS: UM OLHAR DE TRAVÉS

A língua que ao longo da história veio a ser conhecida como português, veículo de não poucas literaturas nacionais e regionais, não nasceu exatamente em Portugal, mas um pouco acima, na *Gallaecia* romana, região que hoje abrange, em linhas gerais, a moderna Galiza e o norte de Portugal, como vimos. Por meio dela, vicejou também uma literatura que conheceu momentos de fastígio e decadência, glória e opróbrio, e expressou os sentimentos e a visão de mundo de um povo que, situado na periferia da hispanidade, está na matriz da lusofonia. Nesta trajetória, o galego, de língua culta nas principais cortes da península, exilou-se dos livros durante quase três séculos, e se não fosse custodiado por lavradores e marinheiros ágrafos não teria experimentado, a partir do romantismo, um novo e vigoroso florescimento, não de todo imune a problemas, controvérsias e armadilhas. É a esta história conturbada de primaveras e invernos, podas e ceifas, que nos voltaremos agora.

6.1 LITERATURA GALEGA E SISTEMA LITERÁRIO

Antes de um mergulho pela história da literatura galega, é necessário a colocação de algumas questões prévias. Quando se fala de *literatura galega*, a que se está referindo? Ou, em outras palavras, a literatura galega é uma *literatura nacional*? Constitui um *sistema literário* próprio ou não passa de uma literatura regional ou subsistema do sistema literário espanhol? Todavia, antes mesmo de tentarmos esboçar respostas para essas questões, precisamos definir o que entendemos por sistema literário e literatura nacional.

Na introdução de *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido apresenta o conceito de sistema literário que está na base de sua historiografia literária:

Para compreendermos em que sentido é tomada a palavra formação, e porque se qualifica de *decisivos* os momentos estudados, convém principiar distinguindo *manifestações literárias*, de *literatura* propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de

comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade.

Quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária, — espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização.²¹¹

Sob esta ótica, para haver *literatura* numa dada comunidade (Estado, nação, região), é preciso mais do que a existência de um agregado de produtos literários, os quais, isolados, não constituiriam mais do que “manifestações literárias”, sem ligação orgânica entre si. Antes, é premente a concretização de um “triângulo de ‘autor-obra-público’, em interação dinâmica”,²¹² ao qual se acrescenta ainda um quarto elemento, uma cadeia transmissora, a tradição. Assim, a literatura, entendida como um sistema simbólico numa dada organização social, é constituída por um conjunto de produtores, de um lado, e um conjunto de receptores, do outro, entre os quais circulam as obras literárias, mediadas por uma instância de transmissão. Além disso, na compreensão de Candido, a ideia de sistema literário é como que *conditio sine qua non* para o desenvolvimento de uma literatura nacional; com efeito, “quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional”.²¹³

Como *Formação* “é sobretudo um estudo de obras”,²¹⁴ o autor não se aprofunda mais no esmiuçamento do conceito de sistema literário, nem tampouco traz o aporte de alguma referência teórica ou citação bibliográfica (somente no prefácio à segunda edição, em nota de rodapé, ele faria menção a uma possível influência: a obra de Thomas Clark Pollock, *The Nature of Literature*, de 1942.)²¹⁵ Como o livro foi lançado em 1959, mas concluído dois anos antes, não é possível afirmar que Antonio Candido tenha tido contato com as ideias de Tynianov e Eikhenbaum sobre sistema literário, já que as traduções dos formalistas russos só começaram a chegar no Ocidente a partir de 1955.²¹⁶

²¹¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009. p. 25-26. Os grifos são do autor.

²¹² Ibid., 17-18.

²¹³ CANDIDO, *Formação...*, p. 20.

²¹⁴ Ibid., p. 17.

²¹⁵ Ibid., p. 18.

²¹⁶ É de 1955 a primeira análise sistemática sobre o Formalismo Russo: *Russian formalism*, de Victor Erlich. Em francês a primeira coletânea de textos dos formalistas russos só apareceu em 1965, com Todorov, *Théorie de la littérature*. É verdade que o clássico *Theory of literature*, de Austin Warren e René Wellek, de 1949, já trazia informações sobre o formalismo russo.

Num estudo sobre *Formação*, Luiz Costa Lima aponta o funcionalismo antropológico inglês como uma das influências decisivas na concepção de sistema.²¹⁷ Aliás, no prefácio à terceira edição de *Literatura e sociedade*, o próprio Antonio Candido confessaria sua dívida à antropologia social inglesa.²¹⁸ Todavia, tirante menções ligeiras e laterais, somente quase quatro décadas depois do lançamento de *Formação* ele voltaria a se ocupar com o conceito de sistema literário:

Entendo aqui por *sistema* a articulação dos elementos que constituem a atividade literária regular: *autores* formando um conjunto virtual, e veículos que permitem seu relacionamento, definindo uma *vida literária: públicos*, restritos ou amplos, capazes de ler ou de ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; *tradição*, que é o reconhecimento de que obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar.²¹⁹

De toda forma, no Brasil, as discussões sobre sistema literário não avançaram muito além desse esboço de Antonio Candido, não obstante algumas polêmicas desencadeadas pelo livro, como o “sequestro” do barroco ou o início propriamente dito da literatura brasileira.²²⁰

6.1.1 A Teoria dos Polissistemas

A ideia de compreender a literatura como um sistema, aventada primeiramente pelos formalistas russos, não obstante algumas considerações aqui e ali, como no caso de Antonio Candido, só seria plenamente retomada e desenvolvida décadas mais tarde. Foi no Departamento de Poética e Literatura Comparada da Universidade de Tel Aviv, em Israel, que um grupo de pesquisadores provenientes da Universidade Hebraica de Jerusalém, sob a liderança de Benjamim Hrushovski, fundou em 1975 o *Porter Institute for Poetics and Semiotics*. Tomando como ponto de partida teorias originárias sobretudo do leste europeu, o instituto propunha-se a elaboração de uma teoria descritiva dos fenômenos literário e comunicacional. Foi nesse contexto que Itamar Even-Zohar começou a formular as suas

²¹⁷ LIMA, Luiz Costa. A concepção de história literária na *Formação*, p. 160-162. In: _____. *Pensando nos trópicos: dispersa demanda II*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 149-166.

²¹⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. p. XII.

²¹⁹ CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999 (1. ed. 1997), p. 15. Os grifos são do autor.

²²⁰ CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador: FCJA, 1989. COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. 2. ed. Petrópolis: 2008.

propostas, as quais se encontram basicamente sintetizadas em dois trabalhos, *Polysystem theory* e *The literary system*, publicados em um número monográfico da revista *Poetics today* em 1990.²²¹ Desde então, não poucos estudiosos, em vários quadrantes do mundo, incluindo aí a Galiza, têm se dedicado a explorar, alargar e aplicar a abordagem desenvolvida pela *teoria dos polissistemas*, como foi chamada por Even-Zohar.²²²

Não é de se estranhar a significativa semelhança entre as proposições de Antonio Candido e as de Even-Zohar, se levarmos em conta que as raízes de ambas as conceituações se encontram no funcionalismo. Com efeito, na teoria dos polissistemas, o termo sistema “supone ya un compromiso con el cocepto de ‘sistema’ del funcionalismo (dinámico), esto es, la red de relaciones que pueden hipótetizarse (proponerse cómo hipótesis) respecto a un conjunto dado de observables (“hechos” [fatos] / “fenómenos”) asumidos.”²²³ Todavia, é bom frisar que a análise funcionalista não é uniforme. Há, por um lado, o que Even-Zohar denomina de “teoria dos sistemas estáticos”, para a qual o sistema é concebido como uma rede estática – ou *sincrônica* – de relações. Infelizmente, esta linha é não raro tomada como o único enfoque funcional – ou estrutural – existente. Mas há, por sua vez, a “teoria dos sistemas dinâmicos”, a qual, incorporando a diacronia, compreende o sistema como uma estrutura heterogênea, dinâmica, versátil e aberta. Na verdade, o sistema assim concebido raramente é um *monossistema*. Antes, trata-se de um *polissistema*, isto é, um sistema múltiplice, um sistema de sistemas, uma rede de redes, “con intersecciones y superposiciones mutuas, que usa diferentes opciones concurrentes, pero que funciona como un único todo estruturado, cuyos miembros son interdependientes.”²²⁴ Se a visão estática da primeira

²²¹ EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoría de los polisistemas. In:____. *Polisistemas de cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Primeira versão publicada sob o título de *Polysystem theory* em *Poetics today: internacional journal for theory and analysis of literature and communication*, Durham, vol. 11, n. 1, p. 9-26, abr./jun. 1990. EVEN-ZOHAR, Itamar. El “sistema literário”. In:____. *Polisistemas de cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Primeira versão publicada sob o título de *Polysystem theory* em *Poetics today: internacional journal for theory and analysis of literature and communication*, Durham, vol. 11, n. 1, p. 27-44, abr./jun. 1990. Ambos os textos acham-se disponíveis em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf> Acesso em 10 jan. 2012. Boa parte das publicações deste autor está disponível na internet em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/>>.

²²² Em Israel podemos citar Gideon Toury e Zohar Shavit, entre outros colaboradores do *Porter Institute*. Na Galiza, Xoán González-Millan, Antón Figuerola, Elias J. Torres Feijó e Roberto López-Iglesias Samartim – estes dois últimos pertencentes ao Grupo Galabra, da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela. Ainda, na Espanha, podemos mencionar Monteserrat Iglesias Santos, organizadora do livro *Teoría de los polisistemas*. Madri: Arco, 1999. No Brasil a recepção à teoria dos polissistemas é relativamente recente e ainda bastante incipiente, desenvolvendo-se mais nos estudos da tradução. No entanto, ainda antes de sua consagração, já haviam chegado notícias das pesquisas de Even-Zohar e outros investigadores israelenses: BEM-PORAT, Ziva; HRUSHOVSKI, Benjamin. *Poética e estruturalismo em Israel*. São Paulo: Perspectiva, 1978. Sobre Even-Zohar cf. p. 75-79; 95-98.

²²³ EVEN-ZOHAR, *El “sistema literário”...*, p. 25.

²²⁴ EVEN-ZOHAR, *Teoría de los polisistemas...*, p. 3. Por este motivo Even-Zohar prefere o termo *polissistema*, mas se por *sistema* se entender um conjunto de relações e/ou uma rede de redes, que deixe espaço a eventuais “desordens”, o termo *sistema* – jamais confundido com *sistemático* – também é apropriado.

vertente é derivada de Saussure, a perspectiva dinâmica tem suas origens, por incrível que pareça, nos formalistas russos e nos estruturalistas tchecos.²²⁵

Quanto ao sistema literário propriamente dito, a teoria dos polissistemas o define da seguinte maneira:

La red de relaciones hipotetizadas entre una cierta cantidad de actividades llamadas “literárias”, y consiguientemente esas actividades mismas observadas a través de esta red.

O:

El complejo de actividades – o cualquier parte de el – para el que pueden proponerse teóricamente relaciones sistémicas que apoyen la opción de considerarlas “literárias”.²²⁶

Com base nessas duas formulações, cabe indagar quais seriam essas atividades consideradas literárias para as quais se pode propor o estabelecimento de relações sistêmicas. Desde logo, é preciso afirmar que o sistema literário não existe fora ou para além das relações que nele operam, isto é, não existe *a priori* um conjunto de fenômenos que faça parte necessariamente desse sistema. Para Tynianov, a quem Even-Zohar credits a paternidade do enfoque sistêmico, o arco de elementos pertencentes ao sistema literário estava atrelado à idéia de textos. A noção pré-textual de “modelos” aparecia em seus trabalhos apenas de maneira implícita. Seria o seu colega Bóris Eikhenbaum quem daria o passo adiante. Para ele, a literatura, compreendida agora de modo claramente funcionalista, já não é constituída somente de textos, “como en los primeros años del Formalismo, ni, de modo vago, ‘textos cuya producción está contreñida [constrangida] por normas que rigen la actividad literaria dominante’, sino la totalidad, o más bien la red, de esas actividades.”²²⁷ Não poucos analistas consideraram essa inflexão de Eikhenbaum como uma traição aos princípios do formalismo ou, quando muito, uma concessão ao “marxismo vulgar” da época. Na verdade, Eikhenbaum não fez mais do que levar os seus pressupostos às suas consequências lógicas.

Aunque Tynjanov [ainda que Tynianov] dejó claro que la “literatura” es tanto autónoma como heterónoma, esto es, que a la vez se regula a sí misma y está condicionada por otros sistemas, no prestó atención suficiente a la formulación de esta heteronomía. Para Eixenbaum [Eikhenbaum], éste es precisamente el punto que puede arrojar más luz sobre las regularidades de la literatura. Así pues, lo más

²²⁵ Lamentavelmente, segundo Even-Zohar, a noção de sistema aberto e dinâmico, afetado pela evolução diacrônica, foi amplamente ignorada pelo estruturalismo francês, o qual, enfrentando os mesmos problemas, não logrou mais que vagas formulações pós-estruturalistas, desconhecendo que na década de 1920 estas propostas já haviam sido claramente formuladas por parte dos formalistas russos. Cf. EVEN-ZOHAR, *El “sistema literário”...*, p. 30-32.

²²⁶ *Ibid.*, p. 25-26.

²²⁷ *Ibid.*, p. 27.

importante para él fue la clase de relaciones existentes entre las leyes que rigen la producción de textos literarios, en tanto que [na medida que] extraíbles de tales textos, y las fuerzas que generan estas leyes, las promueven o las hacen desaparecer. (...) Desde el verdadero punto de vista de Ejxenbaum, el “sistema literário” comprende de este modo una gama de hechos/factores mucho mayor de lo que se acepta normalmente en los estudios literarios estándar.²²⁸

Assim, são as leis específicas do sistema literário, em constante intersecção e sobreposição com outros sistemas (culturais, políticos, sociais), as que definem quais atividades e quais agentes devem ser incluídos ou excluídos de sua rede de relações – e estas leis não são imanentes mas social e historicamente determinadas. Epopeias, romances de formação, rondós, peças de teatro, ensaios, memórias, relatos de viagem, mas também biografias, poemas-piada, narrativas policiais, letras de música, reportagens jornalísticas, roteiros de cinema e cartas podem ser classificados entre as atividades consideradas literárias. “Y no hay posibilidad de determinar de antemano qué actividad de entre éstas es, en un período dado, ‘la’ literaria por excelencia”²²⁹

6.1.2 Os Fatores do Sistema Literário

Para situar os fatores implicados no sistema literário, Even-Zohar toma emprestado de Roman Jakobson seu célebre esquema da comunicação verbal, a saber:²³⁰

CONTEXTO
MENSAGEM
REMETENTE DESTINATÁRIO
CONTATO
CÓDIGO

Ao adaptar esse quadro à literatura, teríamos, segundo o teórico israelense, o seguinte:²³¹

²²⁸ Ibid., p. 28.

²²⁹ Ibid., p. 29.

²³⁰ JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. p. 123. In: _____. *Linguística e comunicação*. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2003. p. 118-162.

²³¹ EVEN-ZOHAR, *El “sistema literário”...*, p. 29.

INSTITUIÇÃO
 PRODUTO
 PRODUTOR CONSUMIDOR
 MERCADO
 REPERTÓRIO

Com efeito, não há uma correspondência automática entre os fatores de Jakobson e as substituições de Even-Zohar, como a introdução de *instituição* no lugar de *contexto* o demonstra. Mas não obstante eventuais distinções, o que atrai Even-Zohar no modelo de Jakobson é a sua visão de que a “língua deve ser estudada em toda a variedade de suas *funções*”,²³² ao contrário das concepções reducionistas que vigoraram durante longo tempo para as quais todo sistema de signos é uma estrutura pura ou pelo menos deveria ser estudada como tal.

Neste enfoque, todos os fatores que direta ou indiretamente influem no conjunto de atividades alcunhadas de literárias devem ser compreendidos como internos. O texto não só não é o único como também não é necessariamente o aspecto mais importante do sistema literário. Além disso, esse esquema não requer hierarquias de importância entre os seus fatores. Basta reconhecer que nenhum deles funciona de modo isolado e que as relações que podem estabelecer perpassam todos os possíveis eixos do esquema.

Así, un CONSUMIDOR puede “consumir” un PRODUCTO producido por un PRODUCTOR, pero para que se genere el “producto” (el “texto”, por ejemplo), debe existir un REPERTORIO común, cuya posibilidad de uso está determinada por una cierta INSTITUCIÓN. Debe existir un MERCADO en que este bien pueda transmitirse.²³³

Para evitar toda a sorte de imagens que julga inapropriadas, Even-Zohar prefere, em vez de escritor, o termo mais técnico de *produtor*. Infelizmente, depois que o escritor foi alijado do centro dos estudos literários e o texto empossado em seu lugar, os velhos modelos investigativos acabaram contaminando os novos métodos “textocêntricos”, de modo que muitas das prerrogativas outrora conferidas ao escritor pela tradição histórico-biográfica foram transferidas agora ao outro polo do processo comunicacional, o destinatário, sob os mais variados ângulos: o leitor implícito, o leitor real, o público, a comunidade interpretativa, o horizonte de expectativas... Todavia, à medida que os velhos problemas pré-textuais

²³² JAKOBSON, op. cit., p. 122. O grifo é nosso.

²³³ EVEN-ZOHAR, *El “sistema literário”...*, p. 32.

insistiam em voltar à baila, foi preciso incorporar novamente a figura e as funções do produtor literário para intentar respostas mais convincentes. Por outro lado, ainda que seja útil entender o produto textual como o resultado último e objetivado da atividade literária, o papel em si do produtor individual de textos, no âmbito geral da produção, pode ser bastante reduzido, como em determinadas épocas em que ele não passava de um compilador ou intérprete de textos da tradição ou mesmo quando os textos em si obliteravam seus eventuais autores individuais ou coletivos (fábulas, canções de gesta, escritos sagrados). Com efeito, todo escritor/produtor está inserido num certo sistema cultural e político, o qual, por sua vez, é enformado por um determinado discurso – ou feixes de discursos – do poder e regido por um repertório específico de leis e regras consensuadas. Por esse motivo não faz sentido desatrelar o produtor literário, tanto no passado quanto hoje, das demais instâncias de poder em uma dada comunidade. Se por um lado não é fácil encontrar um produtor que tenha alcançado uma posição de prestígio no cânone sem produzir textos, por outro, “el numero de textos y su circulación se han vuelto secundarios respecto a otros parámetros que rigen el sistema.”²³⁴ Além dos produtores não exercerem um único e exclusivo papel no sistema literário, mas antes um conjunto de atividades inclusive conflitantes (um escritor pode ser ao mesmo tempo crítico literário, editor e/ou acadêmico, entre outras coisas, como costuma acontecer), não nos deparamos apenas com um único produtor, nem com grupos de produtores individuais, mas com

grupos o comunidades sociales, de personas involucradas [envolvidas] en la producción, organizadas de diferentes formas y, en cualquier caso, no menos interrelacionadas unas con otras que con sus consumidores potenciales. Como tales, constituyen ya parte tanto de la institución literaria como del mercado literario.²³⁵

Por outro lado, assim como foi preciso avançar além do fetichismo do texto, é preciso avançar também além de seu sucedâneo especular mais recente: o leitor ou a leitura. Da mesma forma como não existe um produtor literário unívoco, é inadequado pensar o funcionamento da literatura do lado de seus usuários, isto é, dos seus *consumidores*, somente em termos de leitura. O consumo de literatura não está exclusivamente ligado à leitura ou mesmo à audição de textos, como era mais comum em tempos anteriores à consolidação da galáxia gutenberguiana.

²³⁴ EVEN-ZOHAR, *El “sistema literário”...*, p. 32. Compare-se, por exemplo, no sistema literário brasileiro, o *status* alcançado por Augusto dos Anjos, autor de um único livro, com a miríade de poetas de nossa *belle époque* com inúmeras obras publicadas.

²³⁵ *Ibid.*, p. 34.

Para empezar [começar], para la mayor [maioria] de los consumidores de “literatura” “directos”, por no hablar de los “indirectos”, el consumo directo de textos íntegros ha sido y sigue siendo periférico. Todos los miembros de cualquier comunidad son al menos consumidores “indirectos” de textos literarios. En calidad de tales, nosotros, como miembros de la comunidad, consumimos sencillamente [simplesmente] una cierta cantidad de fragmentos literarios, digeridos y transmitidos por variados agentes culturales e integrados en el discurso diario. Fragmentos de viejas narraciones, alusiones y frases hechas, parábolas y expresiones acuñadas, todo esto y mucho más, constituye el repertorio vivo depositado en el almacén [armazém] de nuestra cultura.²³⁶

Quanto aos consumidores diretos, isto é, aqueles que se interessam voluntária e deliberadamente pelas atividades literárias, não se está bem certo até que ponto o seu foco principal é o ato de ler propriamente dito ou a participação em vários outros níveis no sistema literário. Os consumidores de literatura geralmente consomem mais a função sócio-cultural relativa à atividade literária do que o produto textual *stricto sensu*. Afinal, o consumo de textos não é mais do que um aspecto do consumo literário mais amplo, da mesma forma como não se consome um produto puro, homogêneo, mesmo nos casos do consumo direto de obras literárias por parte de aficcionados. Ademais, não existem apenas consumidores individuais, mas também consumidores coletivos, grupos de consumidores, os quais integram por sua vez um conjunto maior comumente denominado “o público”.

Para a teoria dos polissistemas, a *instituição* literária é constituída pelo conjunto de fatores que sustentam a literatura como atividade sócio-cultural. Ao mesmo tempo é ela que rege suas normas, sancionando umas, rechaçando outras. Junto às demais instituições sociais dominantes, com as quais configura a cultura oficial, premia e pune seus produtores e agentes, determinando também quem e quais produtos serão celebrados e recordados na comunidade.

En términos específicos, la institución incluye al menos parte de los productores, “críticos” (de cualquier clase), casas editoras, publicaciones periódicas, clubs, grupos de escritores, cuerpos de gobierno (como oficinas ministeriales y academias), instituciones educativas (escuelas de cualquier nivel, incluyendo las universidades), los medios de comunicación de masas en todas sus facetas, y más. Naturalmente, esta enorme variedad no produce un cuerpo homogéneo, capaz – por así decirlo – de actuar armónicamente y con éxito seguro a la hora de imponer sus preferencias. Dentro de la institución misma hay luchas por el dominio, de modo que en cada ocasión uno u otro grupo logra ocupar el centro de la institución, convirtiéndose en el estamento rector [diretivo].²³⁷

Como se vê, a instituição não é um organismo unificado nem homogêneo. E desse modo, qualquer decisão, em qualquer instância, tomada por qualquer agente do sistema

²³⁶ Ibid., p. 34-35.

²³⁷ Ibid., p. 34-36.

literário, depende do jogo de legitimações e restrições operado por segmentos ou conjunto de segmentos da instituição. Com efeito, a natureza e as condições da produção, assim como as do consumo, são em certa medida determinadas pela instituição – desde que, é claro, na correlação com os demais fatores do sistema, ela tenha sucesso em seus esforços.

Segundo Even-Zohar, o *mercado* não é apenas o aglomerado de fatores envolvidos na comercialização de produtos literários – como livrarias, editoras, feiras do livro, agentes literários ou bibliotecas –, mas também todos os fatores que de uma forma ou outra incidem no intercâmbio semiótico promovido por essas entidades. Naturalmente, os agentes da instituição e do mercado muitas vezes se entrecruzam, como no caso dos salões literários. Ou não: como numa escola, onde o estabelecimento de ensino pertence à instituição e os professores ao mercado. É claro que essas posições não são estáticas nem rígidas, mas antes flexíveis e intercambiáveis. Ademais, para o fortalecimento e a consolidação de um sistema literário, é necessário a constituição de um mercado amplo e pujante: “un mercado restringido restringe naturalmente las posibilidades de la literatura de desarrollarse como actividad socio-cultural.”²³⁸

Em vez do termo código, adotado por Jakobson, a teoria dos polissistemas prefere a expressão *repertório*, significando não apenas o conjunto de regras mas também os materiais (elementos, unidades, padrões) que regem tanto a criação quanto o consumo de qualquer produto.

Cuanto mayor sea la comunidad que confecciona y usa ciertos productos, tanto mayor debe ser el acuerdo sobre semejante repertorio. Aunque [embora] los interlocutores (“emisor” o “receptor”) en una situación específica de intercambio (comunicación) no necesitan obligatoriamente un grado absolutamente idéntico de familiaridad con un repertorio específico, sin un mínimo de conocimiento compartido no habrá virtualmente intercambio. “Pre-conocimiento” y “acuerdo” son, pues, las nociones clave del concepto de “repertorio”.²³⁹

Se os textos são o produto mais evidente da literatura, o repertório é o complexo de normas e elementos sem os quais não se produz nem se consome textos específicos. Por outro lado, se um sistema literário possui vários níveis (um nível renovador, um nível conservador), para cada um desses níveis existe um repertório literário específico. Do mesmo modo, para cada agente do sistema pode haver um repertório particular: assim, o repertório exigido de um escritor não é exatamente o mesmo de um crítico literário, nem o de ambos coincide com o de um simples leitor.

²³⁸ Ibid., p. 37.

²³⁹ Ibid., p. 38.

Se um sistema literário é novo, seu repertório é presumivelmente reduzido, o que pode levá-lo a servir-se de outros sistemas disponíveis em seu entorno, como literaturas em outras línguas. Se ele é velho, pode haver acumulado um amplo repertório, de maneira que em momentos de mudança ou crise pode valer-se de métodos de reciclagem. Todavia, um sistema velho com um amplo repertório pode não conseguir reciclar-se dentro de suas próprias opções, se os outros fatores do sistema não o permitirem – como ocorreu, na Europa ocidental e central, com o sistema literário em latim, que entrou em colapso em torno do século XVIII.

Finalmente temos o *produto*, entendido aqui como qualquer conjunto de signos realizado (ou realizável), o que muitas vezes nem sempre coincide com textos – ou textos integrais. No entanto, para além dos textos, escritos ou orais, inteiros ou fragmentários, há um outro produto do sistema literário do qual os textos propriamente ditos são apenas um veículo: um determinado conjunto de normas, opiniões e conhecimentos desejáveis, “como una que ayuda a la sociedad a mantener sus modos de realidad, que a su vez rigen los modelos de interacción interpersonal.”²⁴⁰ Em outras palavras, o produto do sistema literário é um dos instrumentos da sociedade na introjeção do *habitus* – para nos referirmos ao conceito de Pierre Bourdieu, com quem aliás a teoria de Even-Zohar estabelece inúmeros diálogos.²⁴¹

6.1.3 Cãnone e Transformação

O sistema literário não é uma realidade homogênea, como já foi salientado, transmissora de um corpo unificado de valores. Ao contrário, seus elementos e funções, mais que unidades harmônicas, constituem

sistemas de opciones concurrentes parcialmente alternativos. Estos sistemas no son iguales, sino que están jerarquizados en el seno del polisistema. Lo que constituye el estado sincrónico (dinámico) del sistema – ha sugerido Tynjanov – es la lucha permanente entre varios estratos. Lo que constituye el cambio en el eje diacrónico es la victoria de un estrato sobre otro. (...) Un polisistema, no obstante, no debe pensarse en términos de un solo centro y una sola periferia, puesto que teóricamente se suponen varias de estas posiciones.²⁴²

²⁴⁰ Ibid., p. 43.

²⁴¹ Cf., por exemplo, *ibid.*, p. 41-42.

²⁴² EVEN-ZOHAR, *Teoria de los polisistemas...*, p. 6.

Portanto, devemos tomar o cuidado de não confundirmos a totalidade do sistema literário com o seu estrato dominante, isto é, com a cultura oficial promovida e sancionada pela instituição. Even-Zohar recorda que foi Chklovski quem primeiro apontou que na literatura determinadas propriedades são canonizadas e outras não.²⁴³

Desde tal punto de vista, por “canonizadas” entendemos aquellas normas y obras literarias (esto es, tanto modelos como textos) que en los círculos dominantes de una cultura se aceptan como legítimas y cuyos productos más sobresalientes son preservados por la comunidad para que formen parte de la herencia histórica de ésta. “No-canonizadas” quiere decir, por el contrario, aquel las normas y textos que esos círculos rechazan como ilegítimas y cuyos productos, a la larga [em última instância], la comunidad olvida a menudo (a no ser que su status cambie).²⁴⁴

Ora, não existe sociedade sem tensão entre estratos canonizados e não-canonizados. “Como un sistema natural que necesita, por ejemplo, regulación térmica, los sistemas culturales necesitan también un equilibrio regulador para no colapsarse o desaparecer.”²⁴⁵ Qualquer sistema cujos estratos dominantes não sofram a concorrência de estratos não-canonizados entraria em decadência. Sob a pressão destes, os repertórios não podem permanecer inalterados. E é esta dinâmica que garante a evolução do sistema, sem a qual ele se fossiliza e pode mesmo extinguir-se.

As transformações de um sistema literário não se efetuam apenas pelo embate entre “alta” e “baixa” literatura, mas também por aquilo que Even-Zohar chamou de oposição entre tipos primários e secundários. Eis como ele define esta tensão:

Cuando se establece un repertorio y todos sus modelos derivados se construyen de completo acuerdo con lo que permite, nos las habemos con un repertorio (y sistema) conservador. Cualquier producto individual (enunciado, texto) será entonces altamente predecible [previsível], y cualquier desviación se considerará escandalosa. A los productos de tal estado los denomino “secundários”. Por otra parte, el aumento y re-estructuración de un repertorio mediante la introducción de elementos nuevos, como resultado de lo cual cada producto se vuelve menos predecible, son expresiones de un repertorio (y sistema) innovador. Los modelos que ofrece son de tipo “primário”: la pre-condición de su funcionamiento es la discontinuidad en modelos establecidos (o en elementos de ellos). Esta es, por supuesto, una noción puramente histórica. Un modelo “primário” cualquiera no tarda mucho en transformarse en “secundário”, una vez admitido en el centro del sistema canonizado, si se perpetúa durante suficiente tiempo. La lucha entre las opciones primarias y secundarias es tan decisiva para la evolución del sistema como la tensión (y lucha) entre estratos altos y bajos en el sistema.²⁴⁶

²⁴³ Ibid., p. 7.

²⁴⁴ Id.

²⁴⁵ Ibid., p. 8.

²⁴⁶ Ibid., p. 13.

Essas transformações decorrentes da disputa entre o “novo” e o “velho”, o “erudito” e o “popular”, que se passam no nível *intrassistêmico*, também ocorrem no nível *intersistêmico*, 1) com um todo maior pertencente à mesma comunidade, como o sistema cultural no qual o sistema literário se insere, ou 2) um todo, ou partes de um todo, pertencente a outras comunidades, da mesma classe ou não (as relações que um determinado sistema literário nacional exerce com outras literaturas nacionais ou com outros sistemas culturais). Com efeito, qualquer sistema de signos está inserido num sistema semiótico maior, ao qual está subordinado e com o qual estabelece relações isomórficas. Assim, a literatura não é imune às transformações do sistema cultural ou social. Uma alteração na configuração das classes e frações de classes nos estratos superiores de uma sociedade não deixará de afetar sua produção cultural e literária, como sucedeu com a emergência do gênero romanesco quando a burguesia suplantou a aristocracia na Europa Ocidental. Da mesma forma, uma mudança no sistema social proporcionada pela inovação nos meios de produção, como um avanço técnico, tem evidentemente seus efeitos nos sistemas culturais nele compreendidos. Assim, para Walter Benjamin, a era da reprodutibilidade técnica incidiu na perda da aura da obra de arte moderna.²⁴⁷ Neste caso, o surgimento da indústria cultural (um vasto sistema de sistemas) teve como causa uma mudança na correlação das classes dominantes (a ascensão da burguesia), junto a uma série de avanços técnicos (a imprensa, a fotografia, o cinema), em última instância decorrentes também da mesma mudança social.

No segundo caso – as relações que um sistema mantém com sistemas adjacentes, da mesma categoria ou não –, as mesmas hipóteses são válidas. As transformações em sistemas paralelos de outras comunidades (outras literaturas nacionais) ou sistemas contíguos na mesma comunidade (cinema, música, artes visuais) não deixam de ter seus efeitos no sistema literário. Exemplos aqui não faltam: basta ver o influxo das vanguardas europeias no modernismo brasileiro ou o impacto do cinema nos procedimentos narrativos da *lost generation*.

Para que um determinado sistema cultural possa operar sem a necessidade de aportes de sistemas exógenos é necessária uma relativa heterogeneidade. “Aquí, la ley de proliferación parece ser universalmente válida. Esta ley (...) significa simplemente que para satisfacer sus necesidades, un sistema pugna efectivamente por hacerse con un inventario creciente de opciones alternativas.”²⁴⁸ Um sistema que logrou acumular um repositório

²⁴⁷ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

²⁴⁸ EVEN-ZOHAR, *Teoria de los polisistemas...*, p. 18.

significativo de formas e materiais tem grandes probabilidades de se manter e perdurar, caso não ocorram, é claro, mudanças profundas nas suas condições. “Si no, la única solución que queda, o, al menos, la más decisiva, son las transferencias inter-sistémicas, que se llevan inmediatamente a cabo a pesar de la resistência.”²⁴⁹ Daí a importância das traduções em sistemas minoritários ou deficitários. Daí também um dos motivos pelos quais, no mercado editorial estadunidense, o número de obras literárias traduzidas seja de apenas 0,7 % do montante total.²⁵⁰

Nenhum sistema literário começa sem um repertório considerável – e uma vez iniciado aquele, este tende sempre a se proliferar. Isto pode levar a crer que é melhor para o sistema permanecer instável. Todavia, não se deve associar automaticamente instabilidade com mudança, nem por outro lado estabilidade com estagnação. Um sistema com dificuldades de sobrevivência é um sistema instável, ao passo que um sistema que sofre permanentemente mudanças, regulares e bem controladas, pode-se considerar estável, sobretudo porque perdura. Aliás, só os sistemas instáveis dessa ordem logram sobreviver. Crises e catástrofes, se forem controladas pelo sistema, são sinais de vitalidade. Porém, um sistema se põe a perigo quando a mudança se torna incontrolável, como ocorreu no já mencionado sistema literário latino na Idade Moderna. Evidentemente, qualquer abalo ou alteração ameaça os agentes que ocupam posições superiores no sistema, mas não o sistema como tal. O movimento concreto, por exemplo, desalojou de boa parte de seus postos os representantes da Geração de 45, ao mesmo tempo que atestou o vigor do sistema literário brasileiro de então.

6.1.4 O Sistema Literário Galego: Sub ou Protossistema?

A teoria dos polissistemas pode ser um importante contributo para jogar novas luzes sobre a concretude (ou não) do sistema literário galego. Uma série de estudiosos galegos, tão logo teve contato com as formulações de Itamar Even-Zohar, tratou de aplicá-las ao caso

²⁴⁹ Ibid., p. 18-19,

²⁵⁰ BRUM, Eliane. *A língua que somos, a língua que podemos ser*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/01/lingua-que-somos-lingua-que-podemos-ser.html>> Acesso em: 01 fev. 2012.

galego, a começar por González-Millan,²⁵¹ não raro associando-as às teorias do campo literário de Pierre Bourdieu.²⁵² Até que ponto existe um sistema literário galego, em que estágio ele se encontra (caso exista), quais as relações que ele estabelece com outros sistemas, como o sistema literário espanhol, e com o campo do poder – estas são algumas das questões (e angústias) que se intentou desdobrar e esclarecer.

Em primeiro lugar, a literatura galega constitui um sistema literário? Sem entrar no mérito da literatura galega medieval, a qual com certeza constituiu um sistema literário, o galego-português, a seu tempo o de maior prestígio na Península Ibérica,²⁵³ é evidente que desde meados do século XIX, com o *Rexurdimento*, como veremos, assiste-se, não sem contradições e assimetrias, à (re)construção de um sistema cultural não-espanhol na Galiza, no qual o sistema literário insere-se como uma de suas estratégias mais importantes.

Ora, não existe literatura no vácuo – no máximo “manifestações literárias”. Toda literatura se insere num (poli)sistema cultural mais amplo, do qual é elemento e agente, e com o qual interage e sofre interferência dos sistemas – ou campos, para falar como Bourdieu – social e político. O sistema literário, e seu respectivo sistema cultural, embora vinculados a um *espaço social* relativamente delimitável, não é necessariamente homólogo a este. Ou seja, o sistema literário galego (admitamos, de momento, como hipótese a existência de tal sistema) nem sempre foi coincidente com as fronteiras do Reino da Galiza ou com as da atual comunidade autônoma. Pois se dentro deste espaço físico sempre tivemos e temos a produção e o consumo de produtos culturais e literários *espanhóis*, os fatores do sistema cultural/literário galego (produtores, consumidores, instituições, produtos, mercado e repertórios), por uma série de motivos, nunca estiveram adstritos ao território galego. Com

²⁵¹ Por exemplo: GONZÁLEZ-MILLAN, Xoán. Unha etnopoética para unha literatura periférica. In: CARREÑO, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudos Galegos/Proceeding of the Second Galician Congress: homenaxe a José Amor y Vásquez* (Brown University, nov. 1988). p. 339-347. Vigo: Galáxia, 1991. _____. Do nacionalismo literário a unha literatura nacional: hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega. In: *Anuario de estudos galegos*. Vigo: Galaxia, 1994. p. 67-81.

²⁵² Como é o caso de FIGUEROA, Antón. *Nación, literatura, identidade: comunicación literaria e campos sociais en Galicia*. Vigo: Xerais, 2001. Esta noção de campo literário – inserida dentro da teoria mais ampla dos campos sociais do sociólogo francês – reestrutura, em função de uma dinâmica interna, as determinações sociológicas e explica o valor da obra literária por meio da construção social desse valor. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2006. _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

²⁵³ É claro que este sistema literário se configura dentro dos padrões medievais, muito restritos se comparado aos atuais, nos quais os receptores constituem uma pequena fração da elite dirigente e os produtos literários circulam de modo oral e ou/manuscrito.

efeito, boa parte da moderna literatura galega foi produzida – e consumida – em *enclaves* da diáspora.²⁵⁴

Quase é regra geral que todo o sistema literário ultrapassa o espaço social e político originário da sua actividade; e pode mesmo, hipoteticamente, nom atingir a todas as pessoas ou ámbitos do mesmo, como pode atingir, ou ser atingido, por outras pertencentes em origem a espaços sociais e políticos diferentes.²⁵⁵

Assim, a delimitação entre as fronteiras do sistema literário galego e o sistema literário (em) espanhol *na Galiza* não se dá de maneira contínua e visível, coincidindo com as divisas políticas, como ocorre por exemplo com a fronteira entre o sistema literário português e o espanhol (embora mesmo aí possa haver intersecções e porosidade), mas se efetua de maneira *transversal*, ocorrendo não raro interpenetração e sobreposição (por exemplo, um mesmo produtor ou consumidor pode estar simultaneamente nos dois sistemas).

Com isso, deparamo-nos com um problema, quiçá o maior problema para a efetividade do sistema literário galego: suas relações de dependência ou concorrência com o sistema literário espanhol, operante no mesmo espaço social. Assim como não existe bilinguismo harmônico, salvo nas projeções ideológicas do grupo linguístico dominante, as literaturas produzidas num determinado espaço social – onde uma das línguas goza não só de prestígio mas do amparo dos aparelhos do Estado, ao passo que a outra, além de uma posição de desprestígio, não usufrui do mesmo aparato – não deixam de sofrer os efeitos dessa situação diglósica. Em tal ambiente, e ainda levando-se em conta o histórico homogeneizador do Estado espanhol, em si nada distinto dos demais Estados modernos, não pode haver coexistência não-conflitiva – e de fato não há, como a história, inclusive recente, o mostra. Assim, só há duas saídas para o sistema literário galego: ou ele disputa com o sistema literário espanhol posições no mesmo espaço social, e esta disputa não pode se restringir ao âmbito intrassistêmico, mas se estende ao campo do poder, já que é este quem em última instância

²⁵⁴ Enclave é uma “secção do sistema cultural situada num território geograficamente afastado da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituições presentes mantêm relações específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole”. SAMARTIM, Roberto López-Iglésias; RUA, G. Cordeiro. O pensamento cultural galego em referência a Portugal: posición e função de ideias e grupos no tardofranquismo e na transición. p. 179. In: *O pensamento luso-galaico-brasileiro 1850-2000*. Actas do I Congresso Internacional. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Porto: Universidade Católica Portuguesa/Centro Regional do Porto, 2009, p. 171-196. Disponível em: <http://www.poesiagalega.org/uploads/media/samartim_cordeiro_2009_portugal.pdf> Acesso em 20. Fev. 2012.

²⁵⁵ FEIJÓ, Elias José Torres. Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistêmica: sistemas literários e literaturas nacionais, p. 428. In: VARELA, Anxo Tarrío; GONZÁLEZ, Anxo Abuín (eds.). *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela: USC, 2004.p. 419-440.

hierarquiza os repertórios, ou ele se insere no sistema literário dominante como um sistema subalterno e dependente.

Na esteira de Even-Zohar, Elias Feijó propõe os conceitos de subsistema e protossistema para explicar essas duas posições alternativas:

Entenda-se por tais, no primeiro caso, a detecção de práticas tendentes à configuração dum novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado, ou, no segundo, as práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, não pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a ‘literaturas regionais’ tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico).²⁵⁶

Sob este ponto de vista, a literatura galega não constituiria (ainda) um sistema literário autônomo, mas um sistema dependente do sistema espanhol, e apenas o desenrolar de suas virtualidades, e suas relações com os embates no campo do poder, determinariam se este sistema se tornará com o tempo um sistema *independente* (ainda que mantendo relações *intersistêmicas* com o sistema de origem), ou permanecerá como um sistema *subalterno*, ou seja, uma literatura periférica, minorizada ou regional do Estado espanhol. De todo modo, a atual qualificação da literatura galega como sub ou protossistema não deixa de estar condicionada ao ponto de vista do observador e de suas tomadas de posição no campo do poder. Dependendo do ângulo de visão, ele verá um sistema literário realmente constituído, ainda que em fase de consolidação e não sem eventuais carências, ou então não mais que um ramo secundário – um apêndice regional, quiçá exótico ou folclórico – da “multifacetada” literatura espanhola. Com efeito, como acompanharemos a seguir, a literatura galega conta atualmente com um conjunto significativo de produtores (poetas, romancistas, ensaístas, muitos dos quais premiados e traduzidos no exterior) e consumidores (embora em menor escala se comparado a literaturas similares, como a catalã), um repertório amplo e diversificado (gêneros, subgêneros, modelos canonizados), um mercado em expansão (editoras, revistas, espaço próprio nas livrarias) e uma instituição que se beneficia do incentivo (e direção) oficial das autoridades autonômicas. No entanto, muitos desses fatores são deficitários: reduzido número de leitores, baixa visibilidade social de produtos e produtores, e uma presença institucional (sobretudo nas instituições de ensino) ainda bastante precária. Contudo, a história está aberta. E a literatura galega conta desde já, a seu favor, com um considerável acúmulo de forças no campo social – sobretudo um grau de consciência

²⁵⁶ FEIJÓ, op. cit., p. 429.

identitária que, se não chega ao mesmo nível das literaturas basca e catalã, é superior à de outras literaturas periféricas, como a bretã e a occitana.

6.1.5 Literatura Galega: entre o Nacional e Regional

Não constituindo ainda um sistema literário maduro, a literatura galega pode ser definida como uma *literatura nacional*? Ora, um sistema literário não é necessariamente sinónimo de literatura nacional. Se temos, por um lado, um sistema literário brasileiro, estadunidense, angolano, onde as fronteiras do sistema são em certa medida coincidentes com as do Estado nacional, temos também um sistema literário quebequense, basco, iídiche, em que nos dois primeiros casos não há um Estado nacional, e no último caso, embora haja uma língua como expressão de um povo, ou parte de um povo, esta e suas expressões literárias estão dispersas em regiões onde, concomitantemente, atuam outros sistemas literários. Do mesmo modo, houve na Idade Média dois grandes sistemas culturais, o latino e o árabe, que ocupavam vastas áreas geográficas compreendendo uma miríade de Estados e microestados. E mais tarde, o poderoso sistema literário (em) alemão não coincidiu nunca, nem mesmo depois da unificação alemã em 1871, com nenhuma fronteira estado-nacional. A que sistema literário nacional pertenceram os escritores Elias Canetti, originário da Bulgária e de nacionalidade turca, ou o theco Franz Kafka, nascido no então Império Austro-húngaro?

Por sua vez, a literatura nacional é compreendida, pelo menos desde o século XVIII, não apenas como o conjunto da produção literária de um determinado espaço social *auto-imaginado* como nação, mas também como um instrumento – um dos mais importantes e eficazes – de construção e imaginação desta mesma nação.

Isto explica que, entendido o sistema literário dum dado espaço sócio-político como umha rede em que se garante a existência dumha literatura nacional, as balizas que se querem impor para ele sejam as mesmas que as impostas para o *ser nacional*. (...) Como resulta evidente, a literatura constitui um espaço, em ocasiões privilegiado, de luta e difusom de ideias e identidades, também *nacionais*.²⁵⁷

A ideia de literatura nacional é fruto também da historiografia literária oitocentista, praticada sobretudo como *história da literatura da nação*, em busca ora de uma explícita “cor local” que justificasse a existência distinta da nação, ora à procura de um implícito e mais

²⁵⁷ Ibid., p. 432. O grifo é do autor.

sutil “instinto de nacionalidade”, para nos servirmos da célebre expressão de Machado de Assis, cunhada numa época em que a ideia de nação brasileira já se encontrava mais assente.

Quanto à Galiza, sua autoconsciência como *nacionalidade histórica* – reconhecida na constituição espanhola e no estatuto autonômico – é hoje um dado, embora se possa questionar em que sentido o enunciado *nacionalidade histórica* é compreendido por cada um dos agentes envolvidos nos sistemas cultural e social galegos (governantes, partidos políticos, movimentos sociais, entidades culturais). Logo, a literatura produzida neste espaço social – ou em função dele, como nos enclaves galegos da diáspora – é uma *literatura nacional*, assim como para Antonio Candido a literatura árcade brasileira já é literatura nacional, embora ainda não existisse um Estado brasileiro autônomo. Todavia, esta posição não é isenta de problemas: um sistema literário entendido como literatura nacional deve estar assentado – ou pelo menos ter no horizonte a perspectiva de vir a estar – sobre uma significativa autonomia institucional. Se a modernidade consagrou o sintagma Estado-nação é porque se, por um lado, um Estado não se sustenta sem profundos vínculos com uma nação, por outro uma nação sem Estado, ou marginalizada dentro de um Estado plurinacional, não deixará de enfrentar dificuldades na salvaguarda de sua identidade. Como vimos, identidades não são eternas, mas (re)construídas a cada dia.

Do antedito pode deducirse que cando nun determinado espacio cultural non existe un mínimo de institucionalización discursiva, é problemático cualificar de nacional un sistema literario sen analizar previamente as complexas relacións e as necesarias distincións entre literatura nacional, nacionalismo literario e sistema literario. Cando aínda persiste unha superimposición de funcións discursivas, é dicir unha institucionalización discursiva deficiente, e a literatura como entidade social non ten acadado [atingido] a autonomía suficiente, non pode falarse dun sistema literario consolidado e moito menos de literatura nacional. Segundo esta hipótese, a literatura galega dificilmente podería apropiarse desta denominación, incluso no seu estado actual.²⁵⁸

Como se vê, a definição da literatura produzida na Galiza (ou em função da Galiza, em galego) é controversa. A literatura e os sistemas literários, nacionais ou não, são históricos, condicionados por fatores externos, políticos, sociais. E todo olhar sobre o passado é dependente da situação do presente, assim como o olhar sobre o presente dependerá das condições do futuro. A literatura árcade brasileira pôde ser olhada como brasileira porque o espaço social no qual ela se desenvolveu veio a fazer parte mais tarde de um Estado-nação conhecido como Brasil. Se a província colonial de Minas Gerais viesse se tornar um Estado

²⁵⁸ GONZÁLEZ-MILLÁN, *Do nacionalismo literario a unha literatura nacional...*, p. 77.

nacional próprio (separado do restante do Brasil), sua literatura produzida no arcadismo seria compreendida hoje como uma expressão da literatura “nacional” mineira.

O caso da Galiza – e das demais nações sem Estado contemporâneas – é ainda mais complexo. A Galiza já foi um Estado (em que pese o anacronismo ao transladar o conceito de “Estado” para épocas pré-modernas). Não se sabe se voltará a sê-lo, ainda mais quando noções como “Estado” e “soberania” mudam facilmente de sentido em tempos de União Europeia e globalização. (Em todo caso, é bom ter em mente que a recente “desglobalização” ameaça fazer ressurgir o moderno no pós-moderno.) Desse modo, entre o *já* e o *ainda não*, a literatura galega sofre as angústias do que podem ser tanto os espasmos da agonia quanto as dores do parto. Aliás, em casos como este, morte e vida amíde se confundem, como a “ressurreição” do sistema cultural hebraico na Palestina o demonstra.²⁵⁹ Literatura nacional já constituída ou ainda não inteiramente constituída, a posição do observador é novamente fundamental: afinal, todo ponto de vista é a vista de um ponto.

6.1.6 Critérios de Pertença: Normas Sistêmicas e Normas Repertoriais

Como se sabe, no mesmo espaço social, a Galiza – uma porção modesta do Estado espanhol –, operam tanto fatores do sistema literário galego quanto espanhol. Num caso como este, de profunda e conflituosa intersecção de dois sistemas culturais, quais são os critérios para se determinar ou não a pertença de um determinado produtor ou produto literário à literatura nacional galega? Sintetizando uma posição que fora pela primeira vez afirmada pelas Irmandades da Fala em 1917, Ricardo Carvalho Calero declarava em 1963:

Técnicamente, é o idioma empregado o que caracteriza ás distintas literaturas. (...) Nen a nacemento do autor nen os ambientes descritos son criterios axeitados pra determinar a inclusión das obras dentro dos marcos dunha ou outra literatura. (...) Entendo por literatura galega a literatura en galego. Seguimos um critério, pois, filolóxico, que nos parece o mais científico, xa que o idioma é o estormento [instrumento] da literatura.²⁶⁰

²⁵⁹ EVEN-ZOHAR, Itamar. O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948). *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, São Paulo, n. 1, p. 13-32, ago. 1998. Disponível em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/translated/surgimento98.pdf>> Acesso em 21 abr. 2012.

²⁶⁰ CALERO, Ricardo Carballo. *Historia da literatura galega contemporânea: 1808-1936*. Vigo: Galaxia, 1981 (1. ed.: 1963). (Foi somente na década de 1980 que Ricardo Carballo/Carvalho Calero “descatelanizou” o seu nome.)

Assim, por meio deste *critério filológico*, exclui-se de antemão do rol da literatura galega qualquer produção que não tenha por língua o galego – assumindo, com isso, uma clara tomada de posição em relação ao castelhano, “o outro idioma a ocupar espaços sociais na Galiza”.²⁶¹ Torres Feijó denomina esse critério de *norma sistémica*. Para ele, as

normas sistémicas (...) som critérios delimitadores que actuam como princípios básicos que se activam nas práticas culturais dos espaços sociais, e de cuja interpretação e aceitação pola comunidade participante dependem as possibilidades e os modos de obter uso, posição e função nos sistemas culturais.²⁶²

Ou seja, é a assunção do critério filológico como norma sistémica que autoriza determinado produto literário a receber o *status* de literatura galega. Desse modo, escritores galegos que elegeram o espanhol como a língua de sua expressão literária, como Pardo-Bazán (1851-1921), Valle-Inclán (1866-1936) ou Camilo José Cela (1916-2002), ganhador do Nobel de Literatura de 1989, encontram-se automaticamente excluídos do sistema literário galego.²⁶³ No entanto, a aplicação irrestrita desse critério torna-se problemática quando se voltam os olhos para os momentos iniciais de (re)construção do sistema literário galego ou quando as circunstâncias políticas são hostis ao uso público da língua galega.

Que fazer, no caso galego, com os textos em espanhol de Rosalia de Castro ou com a produção galeguista dum ‘pai fundador’ da nação galega como Murguía (...) quando quase toda a sua produção está escrita em espanhol (...)? Admiti-lo no património nacional, na articulação de coerência que se pede entre língua do texto e língua da Nação, equivaleria a admitir, desse ponto de vista, que a literatura galega é bilíngüe e, como consequência que a Nação ou é *bi-lingüe* ou directamente não existe.²⁶⁴

Por outro lado, este critério, quando transposto para outras literaturas, pode resultar incoerente. Camões e Gil Vicente não co-pertencem ao sistema literário espanhol por terem produzido eventualmente em castelhano, nem Fernando Pessoa aos sistemas inglês e francês, por ter uma produção até considerável nessas duas línguas. Do mesmo modo, hoje, os *Seis*

²⁶¹ SAMARTIM, Roberto López-iglesias. Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978). *Veredas: revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, n. 12. p. 81-106, 2009. Disponível em: <http://grupogalabra.com/images/stories/pdf/roberto/critrios%20canonizadores_veredas_12.pdf> Acesso em: 20 jan. 2012. A seguir, acompanharemos de perto as argumentações deste artigo.

²⁶² FEIJÓ, op. cit., p. 430.

²⁶³ Em seu discurso de posse na Real Academia Galega, Ramón Lorenzo, que está longe de ser considerado um sectário, declarou: “(...) coñezo toda a súa obra publicada em galego [de Eduardo Blanco Amor], pero nunca en castelán por unha cuestión de principios, porque desde hai tempo me nego a ler obras escritas en castelán por escritores galegos.” Cf.: LORENZO, Ramón. *Reflexións crítico-eruditas e sentimentais sobre a lingua*. A Coruña: Real Academia Galega; Galaxia, 1999. p. 13.

²⁶⁴ Ibid. p. 437-438.

poemas galegos, de García Lorca, apesar de constarem em muitas antologias de poesia galega, são vistos mais como uma incursão anedótica.²⁶⁵

Nesses casos entra em ação uma regra auxiliar, ou *norma repertorial*. Para Torres Feijó essas regras de repertório seriam “materiais cujo uso fai mais ‘genuíno’ para os macro-factores em jogo os produtos mas que nom delimitam sistemas”.²⁶⁶ Estamos nos referindo ao *critério identitário*, cuja aplicação, de certa forma, flexibiliza o critério filológico. No caso de escritores bilíngues, por exemplo, a obra em castelhano poderia ser avaliada em função de uma melhor compreensão da produção em galego. Devido às vicissitudes da história da Galiza, além de outros motivos, como a enorme força centrípeta do sistema literário espanhol, não são poucos os autores que se enquadram nesse caso. Todavia, mais do que determinar a pertença ou não ao sistema literário, este critério

tem claramente uma função hierarquizadora, de atribuição duma posição mais ou menos central dum determinado repertório no cânone literário galego (isto é, o critério identitário é complementar e opera sobre o conjunto da produção do sistema como uma característica necessária para a seleção dos repertórios que devem ser valorados e reproduzidos).²⁶⁷

Para determinadas correntes da crítica galega, este critério é um elemento decisivo, como o atesta, por exemplo, Francisco Rodríguez (1945), intelectual e político filiado à União do Povo Galego:

(...) é literatura galega a que está feita en galego e responde á consciéncia de Galiza como realidade cultural autónoma, diferenciada. O uso da lingua aparece, pois, como unha condición necesaria, malia [embora] poida non ser suficiente, para focalizar a realidade propia, desde dentro dela.²⁶⁸

Com efeito, a literatura galega, como a brasileira em seus momentos decisivos de formação, é geralmente uma *literatura empenhada*,²⁶⁹ com uma “función pública de primeira

²⁶⁵ Todavia, há limites para essa flexibilidade: os barrocos portugueses que escreverem em castelhano costumam ser alijados do cânone português. Ao contrário, quando a língua autóctone perdeu sua penetração social, não há outro remédio que não aceitar a língua exógena como veículo de sua literatura canônica, como no caso da literatura irlandesa. Quanto aos poemas galegos de Lorca, o próprio Carvalho Calero os reconhecia como integrantes do *corpus* galego – contudo, essa posição não se consolidou na historiografia literária galega.

²⁶⁶ FEIJÓ, op. cit., p. 440.

²⁶⁷ SAMARTIM, op. cit., p. 90-91.

²⁶⁸ RODRÍGUEZ, Francisco. Definición, características e periodización da literatura galega, p. 9. In: ESTRAVIZ, Alberte Ansedo; IGLESIAS, Cesáreo Sánchez (eds.). *História da literatura galega*. Vigo: AS-PG/A Nosa terra, 1996, v. 1. p. 5-32. O grifo é do autor.

²⁶⁹ CANDIDO, *Formação da literatura brasileira...*, p. 28-31.

orde na configuración – histórica – da cultura e do país (...).”²⁷⁰ Enquanto o sistema literário galego não estiver plenamente desenvolvido e consolidado, o campo literário será sempre invadido, em maior ou menor medida, por campos sociais mais amplos, como o da política e o da identidade cultural. O simples fato de um escritor galego poder optar por escrever em castelhano e assim ser catapultado de um sistema de pouco menos de três milhões de falantes para outro de 450 milhões mostra como a mera decisão de escrever em galego já é uma opção política.²⁷¹

Entretanto, mais recentemente, não poucos estudiosos têm criticado a utilização deste critério “perspectivista”, acusando-o de um certo reducionismo, pois, segundo eles, “nega a capacidade de autolexitimación do discurso literario galego e, instrumentalizándoo, impide a súa definitiva autonomización e institucionalización.”²⁷² Em troca, Vilavedra, entendendo a literatura galega como um “sistema autônomo e autóctono”,²⁷³ propõe o que denomina de *critério sistêmico*, o qual, para ela, é “moi axeitado para matizar o filolóxico”.²⁷⁴

En primeiro lugar, porque nos permite incluír nel todos aqueles produtos literarios de intención estética (é dicir, non mimética) (...) que se emiten prioritariamente no espacio público galego e que se someten tamén prioritariamente ós mecanismos de distribución (editoriais), avaliación e institucionalización (premios, crítica, etc.) autóctonos. A isto hebería que engadir [acrescentar] outro requisito: que os produtores e consumidores compartan un mínimo consenso repertorial non tanto entendido este como suma de coñecimentos individuais (...) senón como conxunto de normas estético-literarias colectivamente asumidas.²⁷⁵

Este critério, inspirado na teoria dos polissistemas, não deixa de ser tautológico, pois, para a inclusão de determinado produto no sistema literário galego, é necessário, além de uma “intenção estética” e do compartilhamento de um “consenso repertorial mínimo”, que este produto já esteja incluído no referido sistema por meio da submissão aos “mecanismos de distribuição, avaliação e institucionalização”. Ou seja, para ser considerado sistêmico, o produto tem que... pertencer ao sistema!

Além disso, segundo Roberto Samartim, haveria aqui também uma mistura de papéis:

²⁷⁰ FIGUEROA, op. cit., p. 68-69.

²⁷¹ Aqui não entramos na discussão da normativa ortográfica escolhida pelo autor, outra questão política, nem nas relações entre o sistema literário galego e a lusofonia.

²⁷² VILAVEDRA, Dolores. *Historia da literatura galega*. Compostela: Galáxia, 1999. p. 19.

²⁷³ Id.

²⁷⁴ Ibid., p. 20.

²⁷⁵ Ibid., p. 20-21.

(...) julgamos que existe uma confusão entre a função própria da metodologia (ferramentas teóricas e procedimentais com as quais o agente investigador se aproxima do objeto de estudo e que possibilitam o conhecimento deste) e a função delimitadora ou hierarquizadora das normas que atuam num determinado sistema num dado momento e que são objeto do estudo do pessoal investigador. (...) Como resultado disso, esta representante da crítica dita sistêmica não aplica o “critério sistêmico” apenas como método interpretativo, mas propõe que este funcione como norma sistêmica (...).²⁷⁶

Este critério sistêmico pressupõe, também, que o sistema literário galego já tenha atingido um grau significativo de autonomia – ou de *suficiência sistêmica*, para falar como Torres Feijó. No entanto, não obstante o fato de a literatura galega contemporânea usufruir de uma conjuntura institucional efetivamente mais favorável do que em outros momentos, há “grupos que não reconhecem como *suficiente* a autonomia alcançada em virtude de que (ainda) não foi completado o programa elaborado na anterior situação de (maior) dependência.”²⁷⁷

Nesse caso, em vez do critério sistêmico, que se revela inócuo para os fins repertoriais pretendidos, seria mais apropriado falar, em vistas da (busca de) autonomia do sistema literário, de um *critério estético*, levando-se em conta que os valores estéticos, longe de uma presença imanente na obra, são definidos pelos agentes canonizadores da instituição (críticos, professores, academias, prêmios literários), os quais se movem dentro do âmbito de uma permanente disputa do poder simbólico, muitas vezes em confluência com as disputas que se processam no campo do poder. A diversidade genérica, as experiências vanguardistas, a rejeição do cânone tradicional, a emergência de uma literatura urbana e cosmopolita devem ser contempladas dentro deste quadro em que o critério estético é acionado em busca da superação da heteronomia do sistema.

Assim, as normas ordenadoras das fronteiras e da hierarquia do sistema literário galego seriam o *critério filológico*, na verdade a única norma sistêmica, e os *critérios identitário e estético*, duas normas de repertório. Na verdade, estas normas repertoriais podem funcionar em alguns casos como normas sistêmicas, como nos momentos de formação ou de maior debilidade do sistema galego (como no *Prerrexurdimento* e no pós-guerra) e a sua importância é variável conforme os embates no campo do poder: em momentos de afirmação da identidade, é o critério identitário o mais valorizado; em momentos de distensão política, o critério estético recebe maior consideração da parte dos agentes canonizadores do sistema. Quanto a outras normas repertoriais – como a fidelidade à tradição, a nacionalidade galega do

²⁷⁶ SAMARTIM, op. cit., p. 98.

²⁷⁷ SAMARTIM, op. cit., p. 102. O grifo é do autor.

produtor ou o uso correto (ou mais puro) da língua, incluindo aqui as disputas ortográficas –, cremos que se subordinam de certa forma às duas normas de repertório acima mencionadas. Para os reintegracionistas, por exemplo, o uso de uma ortografia tomada de empréstimo da (ou aproximada à) língua portuguesa é um critério tanto estético (de correto uso do idioma) quanto identitário, já que para esta corrente do galeguismo o intersistema lusófono é um referente decisivo da identidade galega.²⁷⁸ Nunca é demais frisar que o conjunto de normas repertoriais, primárias e secundárias, está sempre em constante alteração (e mesmo a norma sistêmica, como vimos, não é inflexível) e é mais o resultado das disputas entre os grupos do poder do que da imposição do grupo dominante. Só isto explicaria a inclusão no sistema literário galego de um rei castelhano como Afonso X.

6.2 O ESPLENDOR MEDIEVAL

A história da literatura em língua portuguesa se encontra, em suas mais vetustas raízes, com a história da literatura galega, de tal maneira que a sua melhor expressão na Idade Média recebe a alcunha de *galego-portuguesa*. De fato, com a lírica galego-portuguesa, a Galiza (junto evidentemente com Portugal) deixará o seu mais importante legado literário. Entende-se “por lírica medieval galego-portuguesa um conjunto de 1680 cantigas de carácter profano e 426 de temática religiosa, escritas no romance vulgar desenvolvido a partir do latín vulgar”.²⁷⁹ Como veremos, esse romance era igualmente falado, com variações mínimas, nos dois lados do Minho. Além disso, muito mais que uma língua oral, ele correspondia “a un modelo depurado, selecto, culto e refinado, una *Koiné* elaborada para uma finalidade poética.”²⁸⁰

²⁷⁸ Um intersistema consiste num conjunto de sistemas (culturais e/ou literários) ligados por vínculos estreitos, como a língua, nos intersistemas lusófono, hispanófono ou francófono, ou uma mesma origem étnica, como no intersistema judaico que abrangeria os sistemas sefardita e asquenazita. Cf. FEIJÓ, Elias José Torres. Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego. In: GONZÁLEZ, Juan M. Carrasco; GARCÍA, M. Jesús Fernández; LEAL, M. Luísa Trindade Madeira (eds.). *Actas do Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera – I Encuentro de Lusitanistas Españoles*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000. v. 2. p. 967-996.

²⁷⁹ SÁNCHEZ, Anxo Gómez; ZAS, Mercedes Queixas. *Historia xeral da literatura galega*. Vigo: A Nosa Terra, [s.d]. p. 12. Na verdade, são 427 cantigas de carácter religioso, como esse mesmo livro o afirma mais tarde (p. 54).

²⁸⁰ Id.

6.2.1 A Lírica Profana

As origens desse rico e surpreendente *corpus* – (re)descoberto somente a partir de meados do século XIX – são obscuras, embora seja provável que se apoiem sobre uma tradição oral anterior, de cunho popular, de que todavia não restaram provas documentais, à qual se deve acrescentar o decisivo influxo da lírica provençal, a literatura medieval em latim, tanto profana quanto litúrgica, e mesmo a literatura moçárabe. Ademais, é bom termos em mente que, numa época pré-gutenberguiana, essa poesia, antes de sevir para a leitura silenciosa, “posuía acompanhamento musical e estava destinada ó canto”.²⁸¹ Executada nas cortes reais e nas praças das cidades, a lírica galego-portuguesa, como a provençal, era sustentada em grande parte pelo mecenato da alta aristocracia, assumindo assim um caráter acentuadamente cortesão. Os autores das cantigas, quando de estirpe nobre, eram designados trovadores, ao passo que os intérpretes eram os jograis, termo que denotava sua condição profissional e sua origem plebeia. Entre uns e outros, encontravam-se os segreis – figura exclusiva da lírica galego-portuguesa –, provenientes da baixa nobreza e da fidalguia, que interpretavam suas próprias composições. Todavia, essa divisão de papéis não era tão rigorosa, havendo trovadores que executavam suas peças e jograis que igualmente compunham.

É difícil determinar com precisão os marcos de arranque e encerramento de um movimento tão complexo.

En primeiro lugar, os *Cancioneiros* non nos son de axuda á hora de dataren as composicións que reproducen – a penas nomean o trovador/autor de cada composición – e, en segundo lugar, tampouco podemos recorrer ás diferencias de lingua segundo a procedencia xeográfica dos autores, dada a uniformidade lingüística común a todos eles.²⁸²

De toda forma, há um certo consenso de que os limites cronológicos do trovadorismo galego-português podem ser situados, aproximadamente, entre os anos de 1200 e 1350. Ou seja, são cerca de 150 anos de uma experiência lírica, desenvolvida por mais de 160 nomes – e ainda restam alguns textos sem atribuição de autoria – que elaboraram uma refinada e complexa poética.

²⁸¹ VILAVEDRA, op. cit., p. 42.

²⁸² SÁNCHEZ, op. cit., p. 14.

Dentro desse espaço de tempo, o estudioso italiano Giuseppe Tavani propôs uma periodização que conjugasse o conjunto de trovadores e jograis com os principais eventos históricos de seu entorno.²⁸³ Assim, teríamos uma primeira geração que compreenderia desde as primeiras cantigas até 1217, quando ascende ao trono de Castela Fernando III. Este é o momento de aclimação do influxo provençal, trazido sobretudo por nobres lusitanos não raro instalados fora de Portugal, como João Soares de Pavia, Garcia Mendiz de Eixo ou Gil Sanches – aos quais se somam os galegos Meendinho, Nuno Eanes Cerzeo e Rui Gómez, entre outros. A seguir, temos uma geração intermediária, abarcando os reinados de Fernando III (1217-1252) e Afonso X (1252-1284), em Castela, e de Sancho II (1222-1243) e Afonso III (1243-1279), em Portugal. Entre os nomes pertencentes a esta etapa encontram-se Paio Gómez Charinho, Martim Codax, João Arias e Pero da Ponte. Uma terceira geração, conhecida como a Corte Poética de Dom Dinis, compreende o reinado deste monarca e trovador português (1279-1325) e tem entre seus representantes, além do próprio rei, Afonso Sánchez, Joan Zorro e Joan Méndez de Briteiros. Nestes dois últimos grupos geracionais, mas sobretudo entre 1250 e 1300, em torno à corte de Afonso X, conhecido como o Rei Sábio, situa-se o período de esplendor da lírica galego-portuguesa.

Finalmente, a quarta geração já é a dos epígonos, correspondendo aos reinados posteriores ao de Dom Dinis em Portugal e Afonso X em Castela. Entre os autores que aqui se destacam encontram-se Airas Nunes e Fernán Esquio. É um momento de diluição do trovadorismo, fruto ao mesmo tempo do esgotamento do modelo, sem perspectiva de substituição por um outro, do fim do mecenato real e do esmorecimento do papel político e cultural desempenhado até então pela nobreza.

À extensão temporal deve-se acrescentar a extensão geográfica, pois a lírica galego-portuguesa não se restringiu aos limites da antiga *Gallaecia*. Além de trovadores de origem galega e portuguesa, houve também outros, de Castela, Aragão e Leão, que trovaram em galego. E mais: o galego-português tornou-se o idioma lírico por excelência da Península, a ponto de o rei de Castela, Afonso X, o iniciador da prosa castelhana, ter composto mais de 400 cantigas nessa língua, como nós veremos. Com efeito, em seus albores, o galego, longe do desprestígio social de que seria vítima nos séculos seguintes, já atingira o *status* de língua de cultura, plenamente normalizada e capaz de ser portadora de uma vigorosa tradição literária.

Toda esta herança chegou aos nossos dias por meio basicamente de três grandes cancioneiros – códices escritos à mão, acompanhados às vezes de delicadas iluminuras, sob o

²⁸³ TAVANI, Giuseppe. *A poesia lírica galego-portuguesa*. Vigo: Galaxia, 1986.

encargo de um mecenas. O mais antigo é o *Cancioneiro da Ajuda* (CA), datado aproximadamente do século XIII, assim designado por localizar-se na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, em Lisboa. Contém 310 composições em pergaminho, escritas em letra gótica por um só copista. Incompleto, faltam-lhe os nomes dos autores e a notação musical, além de muitas iluminuras encontrarem-se inacabadas. Depois, temos o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* ou *Colocci-Brancuti* (CB). Guardado atualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa, foi executado a pedido do humanista italiano Àngelo Colocci, sendo descoberto na biblioteca familiar do Conde Brancutti de Cagli – daí o nome. Composto por 1560 cantigas, além de outros textos, foi redigido na Itália, na passagem do século XV para o XVI, por cinco ou seis copistas. A terceira coletânea é o *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (CV), onde se encontra na atualidade. Como o anterior, é um manuscrito cartáceo, reunindo 1200 composições numa escritura cursiva e irregular, provavelmente por mão de um mesmo copista. Foi realizado igualmente e à mesma época por ordem de Colloci-Brancuti. A estes três grandes códices deve-se acrescentar ainda o *Cancioneiro de Berkeley*, assim chamado por pertencer atualmente a esta universidade, uma cópia muito fiel do CV, executada entre 1580 e 1615; o *Pergaminho Vindel*, que contém o texto e a música das cantigas de Martim I, dos finais do século XII ou inícios do XIV; e o *Pergaminho Sharrer*, encontrado na Torre do Tombo em Lisboa, em 1990, com a letra e a notação musical das cantigas de amor de Dom Dinis.

Não obstante os problemas não raro complexos da evolução e compilação dessa tradução manuscrita, o que é preciso ressaltar é sua relativa percimônia em comparação com a

occitana (95 cancioneros), coa italiana (máis de cem) ou coa francesa (50 cancioneros) pero perfectamente encadrable na tradición manuscrita das primeiras literaturas íbero-romances que adoito [habitualmente] ficaron confiadas a un único manuscrito, copiado en data moi próxima á da hipotética redacción do texto e esquecido nunha biblioteca rexia ou monástica, o que fanou as súas posibilidades como obxecto de consumo e reprodución (...).²⁸⁴

Junto a este módico legado encontra-se nas primeiras páginas do CB um breve tratado de poética, fragmentário e cheio de lacunas, conhecido como *Arte de trovar*, de autoria ignorada. Nele definem-se os principais gêneros desta poesia – cantigas de amigo, cantigas de amor e cantigas de escárnio e maldizer – e se resumem as regras a que jograis e trovadores deveriam estar sujeitos.

A cantiga de amigo é o gênero mais representativo da lírica galego-portuguesa e, segundo não poucos críticos, o mais perfeito e elaborado. Segundo a *Arte de Trovar*, essas

²⁸⁴ VILAVEDRA, op. cit., p. 50.

composições “*falam na primeira cobra [estrofe] e se move a razón dela*”.²⁸⁵ Em outras palavras: trata-se de canções cujo sujeito lírico é feminino. Aqui se encontra a maior originalidade do trovadorismo galego-português, já que essa modalidade não existe na matriz provençal. Nessas cantigas “asistimos á representación da dor dunha moza que se lamenta pola ausencia do seu namorado – amigo –, pola súa demora, pola súa sorte na guerra ou perante a nula atención que lle presta.”²⁸⁶

Sob o aspecto formal, a cantiga de amigo é bastante homogênea: no *incipit*, geralmente no primeiro ou segundo verso, aparece a palavra *amigo*, a quem a donzela interpela ou de quem se refere. Ao longo da primeira estrofe, a modo de preâmbulo, desenha-se a situação dos namorados, às vezes com indicação de tempo e espaço. As estrofes seguintes não fazem mais que repetir, com ligeiras variações, esse esquema inicial.

A natureza, espécie de *locus amoenus*, é o pano de fundo da ação. Geralmente é uma paisagem bucólica, povoada de pássaros, cervos, fontes e ermidas. Às vezes pode ser também uma paisagem marinha, como na célebre canção de Martim Codax, “Ondas do mar de Vigo”. Se estes cenários, por seu turno, ambientam as cantigas, não raro podem se antropomorfizar, tornando-se confidentes das alegrias ou queixas da rapariga, como por exemplo na não menos famosa cantiga “Ai flores, ai flores do verde pino”, de Dom Dinis, em que as flores respondem e tranquilizam a donzela saudosa de seu do amigo.

Além do amigo ou dos elementos da natureza, outros personagens podem ser os destinatários da cantiga: a mãe, uma irmã, uma amiga ou várias amigas, o “amor”, um auditório indeterminado, Deus ou os santos de sua devoção. De todas essas figuras, porém, assume uma função importante a mãe, sob cuja vontade está submetida a filha, representando assim o peso da coercividade social num ambiente rural e doméstico.

Por conta dessas variantes em que o tema central das cantigas de amigo é desenvolvido, esse *corpus* – com cerca de 500 composições – ainda pode ser classificado em subgêneros que enfeixam determinados ciclos temáticos: as *bailadas*, canções destinadas à dança, que deram ainda origem às cantigas de seguir; as *barcarolas* ou *marinhas*, que apresentam o mar como elemento comum; as *cantigas de romaria*, que têm como cenário um centro de peregrinação; e as *alboradas*, em que a amiga se recorda, ao amanhecer, do encontro com o amado na noite anterior, provavelmente derivadas das *albas* provençais, embora de teor erótico menor.

²⁸⁵ SÁNCHEZ, op. cit., p. 29. O grifo é dos autores.

²⁸⁶ Id.

Ao contrário da cantiga de amigo, em que a voz do trovador – necessariamente masculino – é cedida à mulher, nas cantigas de amor quem fala é o homem. A *Arte de trovar* define essas canções como aquelas “*en que eles falam na prima cobra (...) por que se move a razón d’ele*”.²⁸⁷ Assim, nessas cantigas – que chegam ao número de 750 –, o próprio trovador, ou um sujeito lírico masculino, se dirige a uma dama ou dela se queixa por conta de sua indiferença ou mesmo hostilidade. Derivada da *cansó* provençal, este gênero se inspira particularmente nos códigos do amor cortês, “una concepción do amor que consiste na transposición das relacións sociais do sistema feudal ás relacións amorosas, de maneira que o trobador serve a súa amada – *senhor* – como o vasalo serve o señor feudal.”²⁸⁸ Com efeito, a mulher provençal gozava de um *status* social superior ao das demais mulheres europeias: por exemplo, poderiam herdar e conservar os seus bens, mesmo depois de casadas. Ademais, julgava-se que a plenitude do amor só se podia atingir na maturidade física e psicológica – o que, de quebra, excluía as mulheres solteiras desse ideal. Contudo, este modelo de amor cortês não logrou ser transplantado para a Galiza sem algumas transformações profundas:

O gozo de amar e a desbordante sensualidade que caracterizaban a lírica provençal son substituídos pola coita, a tristeza que no poeta orixina o rechazo da dama. A reiterada expresión deste sentimento (con tódolas súas variantes) dálle á cantiga de amor galego-portuguesa una certa monotonía e ese ton queixoso que lle son tan característicos.²⁸⁹

Como nas cantigas de amigo, encontramos já nos primeiros versos a palavra *senhor* [senhora], que atua como indicativo do gênero, a quem o enunciador geralmente se dirige. Outros destinatários podem ser os amigos do trovador, um determinado auditório, os olhos ou o coração da amada, Deus ou mesmo o rei. Depois de um prelúdio, que determina a temática específica de cada composição, a cantiga se desenrola em torno da relação pretendente/dama, sob a perspectiva da impossibilidade de realização do enlace amoroso. A *coita d’amor* se converte assim no eixo central de uma relação amorosa de caráter platônico cujos efeitos se manifestam amiúde no sujeito enamorado, tais como a loucura ou a morte de amor. O elogio da dama, sua reserva e discrição e o amor do poeta são outros dos campos temáticos sobre os quais a composição se desenvolve.

O terceiro grande gênero da lírica galego-portuguesa engloba as cantigas de escárnio e maldizer. “A *Arte de trovar* distingueas por médio da oposición entre ‘palavras cubertas que

²⁸⁷ Ibid., p. 34. O grifo é dos autores.

²⁸⁸ Ibid., p. 35. O grifo é dos autores.

²⁸⁹ VILAVEDRA, op. cit., p. 51.

ajan dous entendimentos’ e ‘palavras que queren dizer mal e non aver outro entendimento’.”²⁹⁰ Todavia, a diferença visível entre as duas modalidades está no uso de termos abertamente obscenos nas cantigas de maldizer. Daí a prática atual de agrupá-las sob a mesma rubrica. Muito próxima ao sirvintês provençal, este gênero satírico ainda pode ser dividido em três grupos temáticos: a sátira moral, a sátira pessoal e a sátira política. No primeiro caso o objeto da sátira é frequentemente a cavalaria, a nobreza ou o clero. No segundo, o ataque se volta a pessoas concretas, dando-se ênfase amiúde aos seus aspectos físicos. No terceiro e último, o tema gira principalmente sobre dois acontecimentos de grande relevância na época: a guerra dos reis da Inglaterra contra os senhores feudais e a cruzada albigense.

Além destes três grandes gêneros – cantigas de amigo, de amor, de escárnio e maldizer –, encontram-se nos cancioneiros galego-portugueses um conjunto de textos que, ainda que em número reduzido, não se enquandram inteiramente nas categorias anteriores, possuindo uma estrutura temática e formal relativamente autônoma. Entre esses destaca-se a *tenção*, espécie de debate ou desafio entre dois trovadores, a *cantiga de seguir*, construída sobre a estrutura de uma composição anterior, e o *pranto*, canção de luto ou lamento em honra de uma grande personalidade falecida. Ainda pode-se acrescentar a este rol alguns gêneros que sofreram algum tipo de transformação ou contaminação no traslado da Provença para o noroeste peninsular. Entre outros, podemos citar o *descordo*, caracterizado pela mudança em cada estrofe do esquema métrico, a *pastorela*, uma derivação do modelo homônimo provençal em que dialogam um cavalheiro e uma pastora,²⁹¹ o *lai*, livre adaptação de poemas narrativos originários da Bretanha, e a *alba*, com que se confunde a *alborada* já mencionada nas cantigas de amigo. Todavia há ainda muitas controvérsias sobre essa classificação e mesmo sobre a real ocorrência desses subgêneros ou gêneros híbridos na lírica galego-portuguesa.

Todo esse múltiplo universo temático das cantigas galego-portuguesas realiza-se, todavia, sobre um sistema formal relativamente homogêneo, resultado da síntese entre a tradição provençal e a autóctone. Basicamente, havia dois modelos de estrofação: as cantigas de mestria, de maior apuro formal, e as cantigas de refrão, mais ao sabor popular. No primeiro caso não ocorria refrão, seguindo de perto a poética provençal – e talvez esteja aqui a explicação por existirem tão poucas cantigas de amigo nessa fórmula. No segundo caso, o

²⁹⁰ Id.

²⁹¹ Na lírica galego-portuguesa, além de certa perda do tom erotizante, a pastorela tendeu a substituir o diálogo pelo monólogo da pastora enamorada, aproximando-a das cantigas de amigo.

refrão é praticamente independente, inclusive no esquema rimário, do restante da composição, acompanhando quem sabe um substrato poético primitivo.

A homogeneidade formal se estende também ao sistema métrico-silábico. Assim, cerca de metade das cantigas é composta por decassílabos com acento na quarta e sétima sílabas (conhecidos, aliás, como versos de gaita galega). Além disso, o octossílabo e a redondilha maior, própria dos ritmos populares, são utilizados com considerável frequência. Quanto às estrofes, estas são geralmente em menor número e mais breves – de seis a sete versos – que as provençais.

Não obstante uma evidente tendência de simplificação das fórmulas tomadas de empréstimo à lírica provençal, os trovadores galego-portugueses não deixam de valer-se de um sofisticado arsenal de recursos poemáticos, como por exemplo as *cobras doblas*, que repetem as mesmas rimas de duas em duas estrofes, as *cobras unissonans*, quando o mesmo esquema rimário reproduz-se em todas as estrofes, ou as *cobras singulares*, as mais comuns, em que as rimas mudam em cada estrofe, ainda que conforme o mesmo padrão. Outro procedimento de que os autores se serviam para costurar as estrofes era o cavalgamento, que prolongava sintática e semanticamente uma estrofe na outra até que uma nova unidade estrutural, a *finda*, rematava o poema, ou o *leixa-pren*, que consistia, no começo de cada estrofe, na reiteração do último verso da anterior. A tudo isso, acrescenta-se ainda o uso constante de figuras de repetição como a anáfora, a sinonímia, a sinédoque – o que reforça ainda mais o paralelismo como o princípio estruturante da composição –, as quais, associadas às não poucas figuras de retórica, dão ideia do alto grau da complexidade antigida pela poesia galego-portuguesa ainda em sua alvorada.

6.2.2 A Lírica Religiosa

O *corpus* religioso da lírica galego-portuguesa é constituído por um total de 427 composições enfeixadas sob o título de *Cantigas de Santa Maria*, a maior coletânea medieval de cantigas em louvor da Virgem. Este conjunto, atribuído a Afonso X, o Sábio, na verdade foi composto, coligido e organizado por uma equipe de jograis e segreis sob a sua direção – ainda que o monarca tenha sido pessoalmente o autor de muitas dessas peças. A importância dessa coleção reside não apenas em sua qualidade intrínseca mas também no fato de “conter

os únicos exemplos de composicións de temática mariana e os únicos casos de narracións versificadas que conservamos na literatura medieval galego-portuguesa.”²⁹²

Não há dúvidas de que o objetivo do Rei Sábio, com um empreendimento dessa envergadura, foi o de fortalecer o seu poder e influência em um contexto de disputa entre a Coroa e a Igreja. Como Santiago de Compostela convertera-se na época num poderoso centro de peregrinação, governado pela Igreja de forma quase autônoma, Afonso X procura contrabalançar esse prestígio promovendo o protagonismo de Toledo.

E como só a Virxe podía “rivalizar” co Apóstolo na disputa do fervor dos fieis, aquela comeza a ser considerada a mediadora divina en moitos milagres que adoitaban [costumavam] atribuírse a Santiago, dentro dunha estratexia encamiñada a facer de Toledo un centro de peregrinación que eclipsase a supremacía da sé compostelá.

É, pois, evidente que as *Cantigas* foron inspiradas polo afán propagandístico da monarquía toledana. E son estas rivalidades políticas as que explican tamén que Afonso X decidise empregar unha lingua romance nestas composicións: se o latín era o idioma da Igrexa, o rei asumirá o romance como o vehículo de comunicación cos seus súbditos, como consecuencia do seu afán de chegar a un público o mais amplo posible. Pero ¿por que o Rei Sabio opta, entre os diversos romances que agromaban [brotavam] na Península, polo galego-portugués como língua na que redactar as *Cantigas*? A resposta atopámala no feito de estar este idioma (...) especializado como língua do xénero lírico; se a isto lle engadimos [acrescentamos] o feito de que a corte afonsí acollía numerosos trovadores galegos e que na Idade Media a diferenciación lingüística non era en absoluto un factor relevante na delimitación dos Estados, a opción do rei semella a mais lóxica naquel tempo.²⁹³

É preciso situar, além disso, as *Cantigas* dentro do empenho do rei toledano em compendiar os mais distintos ramos do saber, como o direito e a história, e a voga contemporânea de miraculários marianos, disseminada a partir do século XI, primeiramente em latim e, depois, dado o surgimento de um público letrado para além do latim, nas novas línguas vernáculas. Aliás, está aí uma das fontes da lírica afonsina: além da tradição oral e de hagiografias latinas, coleções em língua romance, como *Les miracles de la Sainte Vierge*, do beneditino francês Gautier de Coincy.

As 427 *Cantigas de Santa Maria* conservam-se em quatro manuscritos, todos em pergaminho, originários da corte de Afonso X: o Códice de Toledo (TO), guardado na Biblioteca Nacional de Madri, com 128 composições com notação musical; o Códice da Biblioteca Nacional de Florença (F), com 104 canções sem notação musical e com ilustrações incompletas; e os códices T e E, conservados na Biblioteca do Escorial, o primeiro com 193

²⁹² Ibid., p. 63.

²⁹³ Ibid., p. 64. Por outro lado é evidente que esta tomada de posição no campo político-eclesiástico do monarca (para falar como Bourdieu) se insere em um contexto em que o culto mariano ganhava força em todo o Ocidente.

cantigas com notação musical e 1275 miniaturas, e o segundo com 417 cantigas, com notação musical e 40 iluminuras.

É provável que a composição tenha começado ainda na mocidade do monarca, desenvolvendo-se ao longo de toda a sua vida. Depois de 1257, conforme o dá a entender o prólogo, organiza-se uma primeira coleção com cem cantigas – o que viria a se constituir no códice toledano. Mais tarde, viria a lume uma nova compilação, em data posterior a 1282, pois faz-se alusões a acontecimentos desse ano. Finalmente, os códices T e F representariam novas tentativas de reunião e ampliação do conjunto, inacabadas por conta da morte do rei em 1284.

Não obstante a riqueza temática das *Cantigas*, é possível estabelecer-se uma divisão em dois grandes grupos. O primeiro, formado apenas por 66 composições, é bastante heterogêneo. Além das cantigas que constituem pequenos ciclos, como as das “Festas de Jesus Cristo” ou das “Festas de Santa Maria”, encontram-se as chamadas “cantigas de loor [louvor]”, situadas no início de cada dezena – como as contas grandes do rosário. O segundo grupo, por sua vez, é composto pelas cantigas de caráter narrativo, cuja estrutura segue mais ou menos um mesmo modelo: breve introdução, apresentação do protagonista e de seu problema, intervenção demiúrgica da Virgem e louvor da sua figura. Além disso, com raras exceções, as cantigas são todas de refrão e abandonam os formatos da lírica profana, aproximando-se do *zejel*, de origem árabe: um estribilho (geralmente um dístico), mais três ou quatro versos seguidos de um *verso de volta*. A extensão dos versos, por seu turno, oscila entre sete e quatorze sílabas, com a predominância deste – o que facilita o desenvolvimento narrativo. Quanto à língua, as *Cantigas da Santa Maria* apresentam uma significativa variedade lexical, pois abrangem um leque considerável de atividades do cotidiano tardo-feudal, e, ao lado da lírica profana, constituem o primeiro testemunho de vulto do vocabulário galego-português. E nunca é demais acentuar o quanto é sintomático do prestígio alcançado pelo idioma a sua escolha por um rei castelhano para servir de veículo ao seu projeto de propaganda política.

6.2.3 O Crepúsculo da Lírica e a Prosa Medieval

Como foi visto, uma série de funestos acontecimentos – a peste de 1348, as Guerras Irmandinhas e finalmente a “doma y castración” de Galiza – precipitam o crepúsculo desse

momento de apogeu. No entanto, não é possível conceber que um movimento cultural de tamanha importância – que movimentou uma legião de literatos, músicos, nobres e reis – se dissolvesse de uma hora para outra. Com efeito, é mais crível imaginar que, não obstante toda a série de causas para a sua decadência, o lirismo galego-português encontrasse uma sobrevida, ainda que diluída ou metamorfoseada. E foi o que de fato aconteceu, como o testemunham uma série de cancioneiros dos séculos XV e XVI, entre os quais o mais significativo é o *Cancioneiro de Baena*, exemplo do que ficou conhecido como Escola Galego-Castelhana. Esta coleção, organizada entre 1425 e 1430, mas remontando a 1400, recolhe 576 composições de 56 autores, tanto em galego-português quanto em castelhano. Todavia, já é visível, além da perda do vigor poético e da influência da nova corrente italiana, a mútua contaminação entre os dois idiomas. Entre os autores galegos, temos os nomes de Macias, o Namorado, Fernan Casquicio e Pires de Camões.

Outra derivação do trovadorismo galego-português é perceptível na chamada Escola Castelhana-Portuguesa, que floresceu entre o final do século XV e o início do século XVI – e que está coligida no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, de 1516, compreendendo mais de 1000 composições de cerca de 150 poetas, tanto em português quanto em castelhano. Mas aqui já estamos diante de uma ruptura do binômio galego-português. O sistema literário português, desvincilhado da Galiza, vai seguir o seu próprio caminho a reboque do emergente império lusitano. O sistema literário galego, sem a custódia de um Estado, não gozará da mesma sorte.

Ofuscada pelo brilho e prestígio da lírica trovadoresca, a prosa galego-portuguesa medieval tem recebido não raro menos atenção dos estudiosos. No entanto, não deixa de ser um importante testemunho do incipiente surgimento de dois sistemas literários que, antes de se tornarem dois ramos do mesmo tronco, formavam um único conjunto de indistintas ramas. Com efeito, alguns medievalistas fazem uma distinção entre prosa galego-portuguesa, nos séculos XIII e XIV, e prosa galega e prosa portuguesa a partir do século XV. Além disso, não obstante o fato de esse conjunto de textos não haver alcançado os mesmos patamares de qualidade da lírica, não deixa de ser verdadeiro também que seu *corpus* demonstra não só uma perfeita relação com as tendências dominantes na Europa da época quanto a presença de um desenvolvimento relativamente normalizado da língua – até se ver truncado, como vimos, por uma série de infortúnios sócio-políticos.

Os testemunhos textuais que chegaram aos nossos dias podem ser classificados genericamente em três grandes grupos: escritos hagiográficos, escritos historiográficos e escritos derivados da tradição do *roman*, isto é, de caráter ficcional. Em nenhum dos três

casos, porém, trata-se de criação original, mas de traduções ou versões mais ou menos fiéis de textos latinos ou de outras línguas romances. De toda forma, não custa recordar que a originalidade não era necessariamente um critério de valor na Idade Média.

A literatura hagiográfica tinha por “obxectivo rexistrar por escrito a vida exemplar e os prodixios realizados por um santo para ilustración dos fieis e maior gloria do santuário no que era venerado.”²⁹⁴ A hagiografia galega tem como principal personagem, como não podia deixar de ser, o apóstolo Santiago. Da produção em latim ressalta-se o *Liber Sancti Iacobi* – ou *Codex Calixtinus* –, cujo exemplar mais antigo, de meados do século XII, elaborado provavelmente sob supervisão do Arcebispo Gelmírez, conserva-se na Catedral de Santiago. Livro de grande circulação na Idade Média, uma de suas versões reduzidas está na base dos *Milagres de Santiago*, conservado num códice fragmentário dos inícios do século XV. Esta tradução galega recolhe do *Liber* especialmente a história da viagem de Carlos Magno a *Hispania* e o “Guia do peregrino”, uma espécie de roteiro turístico de Compostela, aos quais acrescenta narrações inspiradas em outras célebres compilações medievais, como a *Legenda aurea*. Ao *corpus* hagiográfico medieval galego ainda se somam quatro fólios encontrados em Santiago. Pertencem a um manuscrito do início do século XV, já com características linguísticas do português, contendo provavelmente uma adaptação da *Legenda aurea*.

A historiografia galega está relacionada, em suas origens, ao labor cultural de Afonso X, quem decidiu substituir o latim pelo castelhano na redação de uma história da Espanha, *Crónica general*, e de uma história universal, *General estoria*, projetos estes que faziam parte, como vimos a respeito das *Cantigas de Santa Maria*, de seu objetivo de assegurar a hegemonia de Castela na Península. Com essa atitude, promoveu-se também a tradução às demais línguas peninsulares dos textos produzidos nas oficinas reais.

Com efeito, as equipes do Rei Sábio trabalhavam refundindo sobretudo duas tradições: a das fontes eclesiásticas, de cunho oficial e estilo sóbrio, veiculadas em latim por meio de versões escritas, e a popular, de sabor novelesco, cujo principal exemplo eram as canções de gesta, transmitidas especialmente por via oral nas novas línguas vernáculas. Como o indivíduo do medievo, ademais, não costumava diferenciar com clareza fato de ficção e vivia de resto numa realidade mergulhada no sobrenatural, não é de se estranhar que o gênero historiográfico medieval se aproximasse muito mais do narrativo e do ficcional do que da historiografia moderna.

Assim, em finais do século XIII ou começos do XIV, verteu-se para o galego uma *Crônica de Castela*. Ao original castelhano, que se perdeu, foram feitos alguns acréscimos

²⁹⁴ VILAVEDRA, op. cit., p. 69.

como uma genealogia real navarra e um compêndio dos reinados de Fernando III, Afonso X, Sancho IV e Fernando IV (1217-1312). A obra resultante, um dos textos em prosa mais antigos não só na Galiza quanto na historiografia vernacular da Península, tornou-se conhecida como *Crônica galega de Leão e Castela*. Sua importância resulta também de que está na base de importantes documentos portugueses, como a *Crônica geral de 1344*, e galegos, como a *Crônica de 1404*. Este último, assim denominado por ter sido concluído neste ano, é o ponto culminante da historiografia medieval galega. Parece que o seu autor pretendia fazer uma tradução ao castelhano, por isso começou nesta língua, ainda que eivado de galeguismos, mas a partir de determinado ponto “abandona o intento e instálase definitivamente no galego.”²⁹⁵ A este rol de testemunhos historiográficos que chegaram até nós, é preciso acrescentar ainda uma versão incompleta da *General estoria* de Afonso X, do primeiro terço do século XIV, a *Crônica de Santa Maria de Iria*, cuja história remonta à sé episcopal da Iria, em 561, e da qual se conserva um manuscrito da segunda metade do século XV. Esta crônica, cujo autor ou copista é um certo Rui Vasques, que não raro demonstra dificuldade para traduzir suas fontes latinas, já carece de valor literário e histórico – o que já anuncia o mergulho da literatura nos chamados Séculos Escuros.

A este conjunto de textos historiográficos ainda seria preciso acrescentar os livros nobiliárquicos: compilações motivadas pela necessidade prática de identificar, para efeitos de matrimônio, sucessão e direitos patrimoniais, a linha genealógica dos ascendentes. Os livros de linhagens, como ficaram conhecidos, apresentam não só interesse histórico como também literário, já que os registros de filiação vêm por vezes interpolados com narrações de episódios históricos ou lendários em que intervêm as personagens biografadas. São quatro que chegaram aos nossos dias: o *Primeiro* e o *Segundo livro velho*, de 1270 e 1340, respectivamente, não mais que uma coleção de genealogias; o *Nobiliário de Ajuda*, que acompanha o cancionero de mesmo nome e contém, além das genealogias, uma descrição da batalha de Salado; e o *Nobiliário do Conde Dom Pedro de Barcelos*, escrito entre 1340 e 1344 pelo filho natural de Dom Dinis, que não só incorpora a genealogia da nobreza peninsular e europeia como também relata episódios históricos e fantásticos relacionados à origem das principais linhagens.

O terceiro grupo de escritos galego-portugueses em prosa se filia a um gênero cuja origem se deu ao norte da França na segunda metade do século XII: os *roman antics*. Resultado da transição da oralidade para a escrita de uma série de tradições das línguas

²⁹⁵ Ibid., p. 78.

romances, este novo gênero procurava dar conta do surgimento de um novo público letrado nas novas línguas europeias.

Estas primitivas novelas traducían-adaptaban ó francés antigo temas tirados da tradición clásica como o *Roman de Thêbes* (baseado na *Tebaida* de Estacio), o *Roman d'Eneas* (que segue de moi preto a *Eneida* de Virxilio) e o *Roman de Troie* de Benoît de Saint-Maure, que cos seus trinta mil versos foi o máis importante dos romans antics.²⁹⁶

A *Crônica troiana*, cujo manuscrito foi rematado em 1373, é a versão galega do *Roman de Troie*. Foi trasladada com base numa tradução castelhana – mas é bem provável que esta versão castelhana tenha como fonte originária uma versão galega anterior.²⁹⁷ A relevância desta obra reside no fato de que “é a novela galega máis antiga e a única medieval que se conserva completa, e cómpre valorala como un dos meirandes [melhores] esforzos literários desenvoltos em nosa língua, tanto polos seus resultados lingüísticos e estilísticos.”²⁹⁸ O ciclo troiano ou clássico, um dos mais populares da Idade Média, também legou um manuscrito da chamada *História troiana*, datado da segunda metade do século XIV. Escrito em castelhano, com bastante interpolações em galego, no primeiro caso acompanha de perto o *Roman de Troie*, no segundo a *General estoria* de Afonso X. Ademais, esses dois textos, que mesclam tanto elementos épicos quanto cortesês, têm uma importância inestimável para a compreensão da sociedade da época: além de nos revelarem a visão medieval do mundo greco-latino, franqueiam-nos uma série de instituições e costumes do regime feudal.

Todavia, a partir de finais do século XII, o ciclo troiano já dava sinais de desgaste e começava a ceder espaço a um novo e original conjunto de narrativas que viria a ser conhecido como matéria da Bretanha ou ciclo arturiano. Este material, de origens celtas – um corpo de histórias sobre o Rei Artur, os cavaleiros da Távola Redonda e a procura do Santo Graal – experimentou um amplo e complexo desenvolvimento na França, de onde, aliás, procedem todas as versões de que se tem notícia na Europa. Em galego conserva-se apenas um fragmento do *Livro de Tristan*, do terceiro quarto do século XIV, muito importante porque se trata provavelmente da tradução de um ciclo textual de que não há outro registro nas literaturas peninsulares. Mais do âmbito português do que galego, conservam-se ainda outros textos, como o *Livro de José de Arimateia* e excertos do *Merlin* e da *Demanda do Santo*

²⁹⁶ Ibid., p. 71.

²⁹⁷ LORENZO, Ramón. Crônica troiana. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e coord.) Lisboa: Caminho, 1993, p. 192-193.

²⁹⁸ VILAVEDRA, op. cit., p. 72.

Graal, todos eles traduções de diferentes seções do ciclo conhecido como Pós-Vulgata ou *Roman du Graal*.

A estas três grandes classes de escritos em prosa – hagiográficos, historiográficos e, na falta de expressão melhor, ficcionais – ainda poderia se acrescentar outra que reuniria um conjunto bastante heterogêneo de textos: os escritos jurídicos, que descreviam as normas e regras que regiam a vida da comunidade, os escritos legislativos, nos quais inclui-se uma versão galega das *Setes partidas* de Afonso X, e a prosa notarial, um conjunto de documentos que se inserem no direito público e privado e se referem principalmente a pleitos e questões de heranças e rendas. De valor mais histórico e linguístico que literário – se bem que não se deve esquecer o quanto o conceito de literatura era mais elástico até o século XVIII –, nesta miscelânea encontram-se os primeiros registros conhecidos do galego-português: a *Notícia de torto*, o esboço de uma minuciosa demanda judicial, que se acredita escrito entre 1211 e 1216, e o *Testamento de Afonso II*, rei de Portugal, datado de 1214.²⁹⁹

6.3 OS SÉCULOS ESCUROS

Enquanto ao sul do Minho, com a alvorada da Idade Moderna, a literatura experimentará um espetacular desenvolvimento do qual o nome de um descendente de galegos, Luís Vaz de Camões, representa um formidável mas não o único ápice, ao norte, agora totalmente submetido à Coroa e aos ditames de Castela, assistir-se-á a um não menos espetacular – no sentido de trágico – ocaso. A marginalização política da Galiza e o seu paulatino subdesenvolvimento econômico são acompanhados, como não poderia deixar de ser, pela perda de prestígio do galego como língua de cultura, de tal forma que a partir de meados do século XV a anteriormente pujante literatura galega estará praticamente apartada dos livros – sobrevivendo, à exceção de uma ou outra manifestação, apenas como tradição oral e popular, num evidente retrocesso às formas de transmissão anteriores ao período trovadoresco. E é bom lembrar que, após a revolução gutenberguiana, a associação entre literatura e palavra escrita (e agora impressa) é ainda mais acentuada. Assim, ao contrário do

²⁹⁹ Recentemente descobertos, o *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* e a *Notícia de fiadores* disputam o título de documento mais antigo do galego-português. Embora não se possa datá-los com precisão, os estudiosos conjecturam os anos de 1173 e 1175, respectivamente, como os mais próximos de sua redação. Todavia, o panorama documental é muito mais amplo e complexo, e hoje cataloga-se no âmbito galego-português uma série de documentos da segunda metade do século XII e primeira do século XIII. Cf. CABO, José António Souto. Inventário dos mais antigos documentos galego-portugueses. *AGÁLIA*, Ourense: Associação Galega da Língua, n. 85/86, p. 9-88, 1 sem. 2006.

Siglo de oro espanhol e do igualmente dourado quinhentismo português, a Galiza mergulha nos chamados Séculos Escuros, um longo e duro exílio literário de quase três séculos.

6.3.1 O Declínio de uma Língua Literária

Ainda que este eclipse cultural tenha sido praticamente completo, o processo não se deu de maneira instantânea. Surgido a partir do século IX, como resultado da assimilação do latim vulgar falado no noroeste peninsular, com aportes lexicais celtas e germânicos, o galaico ocidental – ou galego – viveu uma situação de normalização linguística por cerca de 700 anos. Como era natural, com o tempo ocorreu um progressivo distanciamento dos falantes do novo romance com respeito ao latim, de tal modo que até os escrivães passaram a experimentar dificuldades para a correta utilização do latim, transcrevendo cada vez mais em seus escritos palavras e estruturas linguísticas próprias do galego. Assim, por conta dos problemas de compreensão do latim, o galego se viu convertido, entre os séculos XII e XIII, na língua da escrita, primeiramente em documentos privados, mas logo em seguida também em documentos públicos. Além disso, simultaneamente, o jovem idioma se tornou o canal da emergente literatura trovadoresca, e, com a independência de Portugal, converteu-se na língua oficial do novo Estado, vindo a ser mais tarde conhecido internacionalmente como português. Por outro lado, ao norte do Minho, não obstante a perda da autonomia política, até entrado o século XV, boa parte da documentação ainda é redigida exclusivamente em galego. No entanto, em bem pouco tempo, todo este amplo e complexo sistema literário jazerá desmantelado, esquecido, ignorado – jogado às traças de velhos arquivos e vetustas bibliotecas de paços e mosteiros. Como isto foi possível?

Ainda no século XIII, o galego não era apenas o idioma de todos os estamentos sociais da Galiza e da Lírca peninsular como também, muito provavelmente, a língua das cortes de Toledo, Leão e Castela.³⁰⁰ No entanto o mesmo rei de Castela que compunha cantigas em galego, Afonso X, foi quem consagrou o uso do castelhano como língua oficial da sua corte, utilizando-a inclusive na comunicação oficial com Santiago. Mais tarde, como consequência das guerras sucessórias dos séculos XIV e XV, começa a se instalar na Galiza uma elite forânea com sua respectiva corte, a qual, desconhecendo o galego, vai pouco a pouco impondo o castelhano nas altas cúpulas da administração e da Igreja, ao mesmo tempo

³⁰⁰ MATO, op. cit., p. 35-39.

em que substituí a nobreza autóctone. A partir de 1480, os escrivães galegos são obrigados a prestar um exame de suficiência em castelhano no Real Conselho de Toledo, o que supõe a supressão do carácter “oficial” de que até então gozava o galego. Por outro lado, no campo “(...) da cultura literaria, a carência dun mecenato efectivo e a caída do nível cultural da nobreza [galega] – non suplida por unha burguesía minimamente consolidada – impediu a constituición dunha elite letrada e dun público mais ou menos estable.”³⁰¹

Nos séculos XVII e XVIII, este processo avança, agora com a assimilação da fidalguia e da nobreza galega restante à elite dominante castelhana. Agora, quanto ao comportamento linguístico, podemos distinguir três grandes classes na sociedade galega: um diminuto extrato monolíngue em castelhano, instalado no topo do aparato político-religioso, que atua “como un motor do proceso de substitución linguística, atraendo ó castelan os sectores sociais que procuran ascender socialmente a través da carreira burocrática”³⁰²; um setor médio, autóctone e bilíngue, integrado na elite dominante e que ainda tinha como língua materna o galego; e finalmente uma grande massa galegofalante de camponeses, pequenos artesãos e pescadores.

É neste período que o galego começa a ser associado a uma maneira “natural” de falar, espontânea, tosca, mas sem relação alguma com o âmbito cultural – a memória dos anos de ouro do trovadorismo já estava perdida. Em vez de uma língua própria, irmã das demais línguas românicas da Península, chegou mesmo a ser considerado uma corruptela do castelhano. E tudo isso ao mesmo tempo em que massas cada vez maiores de galegos se deslocavam até a corte castelhana para realizarem os serviços mais desprestigiados. Não tardou para que se fixasse na literatura espanhola uma imagem estereotipada, predominantemente negativa, dos galegos e galegas. Eis algumas amostras:

¡Oh montañas de Galicia
cuya (por decir verdad)
espesura es suciedad,
cuya maleza es malicia!,
tal, que ninguno cudicia
besar estrellas, pudiendo,
antes os quedáis haciendo
desiguales horizontes;
al fin, gallegos y montes,
nadie dirá que os ofendo.
(Góngora)

³⁰¹ VILAVEDRA, op. cit., p. 83.

³⁰² Ibid, p. 84-85.

Hay gallega rolliza como un nabo,
entre puerca y mujer, que baja al río
y lava más gualdrapas que un esclavo,
cantando como carro en el estío;
hay otras que en bailar, mas no lo alabo,
a lo que es desvergüenza llaman brío,
y entre el tendido paño que se seca
van haciendo barreno la muñeca.
(Lope de Vega)

Reino infeliz, país desventurado,
de España muladar, rincón del mundo,
entre tinieblas siempre sepultado,
áspero, duro clima, templo airado,
infeliz, bárbaro trato, signo inundo.
(Anônimo)

Tudo isso para não falarmos nos ditados, verdadeiros repositórios do senso comum: “‘antes puto que gallego’, ‘no fies em perro que cojea [cão que manca] ni em amor de gallega’ ou ‘ni perro negro, ni mozo gallego’.”³⁰³ Os exemplos são inúmeros – o que demonstra sobejamente a dimensão da degradação da imagem pública da Galiza.³⁰⁴ Eis o que diz a respeito um português que tanto estudou a literatura galega:

Uma tradição injuriosa fez do Galego, no conjunto ibérico, um ser moralmente inferior, tosco, inacabado. Tomou-se o delicado melindre da raça, o seu tipo de imaginação, como um estigma de fraqueza e cobardia; e o Galego, aviltado por longa escravidão, acabou por convencer-se da sua inferioridade e procurou disfarçá-la, renegando-se a si próprio.³⁰⁵

Se antes o galego fora uma língua não apenas nobre e exaltada como também útil para os intentos propagandísticos de um monarca castelhano como Afonso X, agora não passava de um bárbaro dialeto, e o seu território, a Galiza, tornara-se um reino infausto, sepultado em trevas, de habitantes sujos, maliciosos e feios. Diante deste cenário, não é de se admirar que o sistema literário galego tenha retrocedido até um estágio quase ágrafo.

³⁰³ MATO, Xosé Ramón Freixeiro; SÁNCHEZ, Anxo Gómez. *Historia da lingua galega*. 2. Ed. Vigo: A nosa terra, 1998. p. 27.

³⁰⁴ FUENTES, Miguel Ángel Teijeiro Fuentes. Galícia y los gallegos en al literatura española del Siglo de Oro. *Scriptura*, Lérida, n. 11. p.203-246. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/Scriptura/artcle/view/94748/142662>> Acesso em: 13 nov. 2011. Os poemas de Góngora e Lope de Vega foram extraídos deste artigo. Há muitos outros exemplos. O poema anônimo foi retirado de MATO, *A historia e a dignidade do galego*, p. 53. Neste último texto há também exemplos de processo semelhante acontecido em Portugal.

³⁰⁵ LAPA, Manuel Rodrigues. Centenário de Pondal. p. 22. In: _____. *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 21-26. Publicado originalmente em Seara nova, n. 425, 1935. p. 259-260.

6.3.2 Poesia: um Tênu Fio na Alma Popular

Mas nem tudo foram sempre *tinieblas* nesses Séculos Escuros. Depois de certo tempo, os setores autóctones inseridos nas novas elites dominantes alcançaram novamente um mínimo de coesão social, preparando o terreno para que pudessem germinar, atrás do castelhano e do latim, algumas obras em galego. Em 1697, por conta das Festas Minervais, foram publicados nove poemas em galego, de sabor tipicamente barroco, selecionados num certame literário. Todavia, tudo leva a crer que esta foi uma manifestação episódica, já que as referidas festas, realizadas em Santiago desde 1536, não revelaram, nem antes nem depois, novas composições em vernáculo. Da mesma forma, na Galiza dos séculos XVI e XVII, não se tem notícias da existência de academias literárias – e mesmo os certames e desafios literários, tão comuns durante o Barroco no restante da Península, eram raros.

A estes nove poemas das Festas Minervais devem-se somar alguns outros de cunho acadêmico, entre os quais podemos citar dois sonetos recolhidos num volume dedicado às exéquias da Rainha Margarida da Áustria, de 1612, a cargo da Real Audiência, de autoria de Gómez Tonel e Pedro Vázquez de Neira; as “Décimas ao Apóstolo Santiago”, compostas pelo Abade Martim Torrado, em torno de 1617, uma sátira contra a pretensão de Felipe IV de equiparar Santa Teresa d’Ávila a Santiago como patrono da Espanha; e um poema de José Nogueirol y Camba, publicado numa coletânea de 1708, em homenagem ao nascimento do Príncipe Luís Jacobo.

Por outro lado, não faz sentido imaginar que a lírica trovadoresca tenha desaparecido por completo, sem deixar vestígios na tradição popular de onde, afinal, emergira séculos atrás. Algumas raras cantigas paralelísticas e vilancetes anônimos que se conservam espalhados em cancioneros castelhanos parecem ser um indício da sobrevivência de uma poesia oral galega nos Séculos Escuros. Aliás, com essa modalidade de temática predominantemente religiosa, vai se dar algo semelhante ao que sucedeu com a lírica medieval: desde o século XVII, o seu cultivo extrapolou as fronteiras galegas e chegou às catedrais de Lisboa, Valladolid, Coimbra e Toledo. Entre os autores desse gênero cujos nomes chegaram até nós encontram-se Carlos Patiño, Frei Francisco de Santiago, Gabriel Díaz, Frei Xerônimo Gonçalves e Manuel Bravo de Velasco. Outros, como Marcos Parcerro, Luís Corral, Antônio Maria de Castro e Jacinto Romualdo López, já nas entradas do século XIX, testemunham que este fio, por mais fino que tenha sido, longe de romper, se estendeu até os albores do *Rexurdimento*.

Dos Séculos Escuros, além da poesia acadêmica e das manifestações poéticas de extração folclórica, conservam-se também alguns poemas de circunstância cuja autoria se perdeu, como o “Pranto da Frouseira”, de finais do século XV, em que se narra a traição e morte de Pardo de Cela, primeiro passo para sua futura transformação em herói do galeguismo; uma cantiga composta em homenagem à visita do casal real Felipe e Joana em 1506, recolhida por um camareiro do monarca; e um poema que relata o saque da vila de Cangas por piratas turcos em 1617, transmitido oralmente até ser transcrito, com prováveis retoques, por um clérigo no século XVIII.

Quanto à dramaturgia, só se conservaram duas peças: uma composta em 1671 por um certo Gabriel Feixóo de Araújo, *A contenda dos lavradores de Caldelas*, que veio a ser conhecida como o *Entremez famoso sobre a pesca do rio Minho*, cujo tema gira em torno das disputas entre pescadores galegos e portugueses quanto ao direito de pesca no rio que lhes serve de fronteira; a outra é a anônima *Entremez do português*, recentemente descoberta, um desafio onde um galego se sobressai a um português, a um francês e a um andaluz. Não é improvável que estes únicos registros dramáticos se integrassem numa corrente hoje perdida de teatro popular originária da Idade Média. Contudo, a ausência de um galego normalizado, a par do incentivo que as companhias castelhanas recebiam do Estado, talvez tenha debilitado ou mesmo feito cessar essa incipiente produção.

6.3.3 Luzes na Escuridão

As luzes que começaram a clarear as ideias na Europa do século XVIII não deixaram de se refletir também na Galiza, ainda que esmaecidas e retardadas. Daí porque este século, comumente incluído dentro dos Séculos Escuros, tem sido ultimamente destacado como um período que em muitos aspectos prepara e antecipa o renascimento cultural do século XIX. Ainda que no plano linguístico tenha-se aprofundado o processo de marginalização social e institucional do galego, despontaram vozes importantes em defesa do idioma e de sua dignidade, entre as quais as mais destacadas foram as de Padre Feijó (1676-1764), Padre Sobreira (1746-1805) e Padre Sarmiento (1695-1772), mencionados aqui mais de uma vez.

A língua, aliás, foi o centro da preocupação dos ilustrados galegos. Padre Feijó, por exemplo, em seu *Theatro crítico*, defendeu a identidade entre o português e o galego, afirmando que aquele passou da Galiza a Portugal. Para ele, a língua lusitana, ou galega, “é

um dialecto da latina e non subdialecto ou corrupción da castelá; é, por tanto, unha lingua neolatina en igualdade de condicións coas demais.”³⁰⁶ Padre Sobreira, por seu turno, trabalhou oito anos na confección de um *Diccionario gallego*, embora não tenha ido além das fichas referentes aos vocábulos das letras A e B. Mas com certeza o grande nome desse período foi o beneditino Martim Sarmiento, o primeiro grande estudioso da língua e dos costumes galegos. Depois de viver em Madri até 1745, realizou uma viagem pela Galiza durante a qual recolheu um numeroso léxico galego. Seu principal trabalho, ainda que inacabado, são 1201 *coplas* do que se ia chamar *Diálogo de 24 rústicos*, “unha popular e viva mestura de referencias históricas, advocacións relixiosas, notas da vida local pontevedresa, descrições de lugares, obxectos diversos, etc.”³⁰⁷

A esta nômima deve-se acrescentar ainda os nomes de José Andrés Cornide y Saavedra (1734-1808), que, além de seus trabalhos lexicológicos, deixou-nos três poemas, entre os quais o célebre soneto “A Filida”, considerado hoje pela crítica “unha das xoias da literatura galega póla habelencia [habilidade] técnica que nel demostra o seu autor e pola delicadeza de sentimentos que expresa”³⁰⁸; Diego Antonio Cernadas y Castro (1698-1777), conhecido como o cura de Fruime, autor de quinze poemas de circunstância, cheios de vivacidade e polémica; Anselmo Feijó Montenegro, irmão do Padre Feijó, autor de “Pranto da frota”, em que lamenta a derrota espanhola ante os ingleses numa batalha naval em Vigo no ano de 1702, e de uma “Glosa” em homenagem aos reis espanhóis que acompanharam a pé uma procissão eucarística em 1722; e María Francisca Isla y Losada, de quem se conserva apenas um poema, o “Romance ao senhor abade de Fruime.”

Enfim, se o número de obras e autores é mínimo, sobretudo se comparado à Idade Média, e a qualidade literária do conjunto deixa a desejar, pelo menos essas manifestações literárias, junto ao trabalho filológico realizado pelos ilustrados, foram capazes não apenas de impedir que o galego sucumbisse inteiramente ao ostracismo que as novas condições sociais lhe impuseram como ajudaram a preparar o cenário para o renascimento cultural do século XIX.

³⁰⁶ MATO, *A historia e a dignidade do galego*, p. 45.

³⁰⁷ VILAVEDRA, op. cit., p. 92.

³⁰⁸ Ibid., p. 93.

6.4 O REXURDIMENTO

Por mais surpreendente que tenha sido o renascimento cultural vivido pela Galiza a partir de meados do século XIX, ele não foi fruto, como vimos ao aludirmos às luzes ao final dos Séculos Escuros, de geração espontânea – e suas causas devem ser buscadas numa série de múltiplos fatores. Comumente se estabelece uma divisão básica quanto a essa época, com ligeiras variações quanto às datas específicas que delimitariam as etapas: o *Prerrexurdimento* [Pré-ressurgimento], que se estenderia de 1808 a 1846; a fase dos precursores, de 1846 a 1863, e o *Rexurdimento* propriamente dito, de 1863 até mais ou menos a década de 1880. Ainda que a cronologia deste período esteja estreitamente atrelada aos acontecimentos políticos, como a invasão francesa em 1808 ou o levante do coronel Miguel Solís em 1846, a dinâmica do campo literário, embora débil e incipiente, tende a manifestar certa independência, o que nos deve levar a usar de prudência ao apontar apenas causas externas para o extraordinário florescimento que a literatura galega experimentou nesse século: com efeito, se o *Prerrexurdimento* é associado ao retorno do uso do galego com objetivos pragmáticos (a mobilização dos camponeses, massivamente monoglotas, contra as forças de ocupação), seu começo deveria ser recuado para “1805, data dunha *Representación* aparentemente dirixida ó rei Carlos IV coa finalidade de protestar pola excessiva presión fiscal que padecían os veciños de Pontedeva (Ourense) e asinada por un tal Pedro Cima de Vila”.³⁰⁹

6.4.1 O Prerrexurdimento

Antes do (re)aparecimento de um discurso literário galego, era necessário que o galego recuperasse a categoria de língua escrita – pois mesmos os ilustrados galegos, que tanto defenderam a dignidade da língua, escreveram em castelhano... Assim, o *corpus* de obras do *Prerrexurdimento* é mais um conjunto de textos que contemplam diversos gêneros discursivos, sobretudo de caráter instrumental, do que necessariamente um corpo de obras estritamente *literárias* – e no século XIX o conceito de literatura já está bem mais próximo do nosso.

³⁰⁹ Ibid., p. 96.

A invasão napoleônica foi o primeiro evento a suscitar o surgimento de uma série de textos em galego com finalidade propagandística, dos quais só nos sobraram duas amostras: *Um labrador que foi sarxento*, de 1808, poema anônimo que procurava incentivar o alistamento, e *Proezas de Galicia explicadas baxo la conversación rústica de los dos compadres Chinto y Mingote*, de 1810, de José Fernandez de Neira, em que a guerra contra o invasor é narrada pelos dois personagens nominados. Como esta última obra foi publicada depois da guerra, o uso do galego deve ser visto mais como ideológico do que pragmático.

Nos anos seguintes, veio a lume um novo conjunto de textos políticos sobre a contenda entre absolutistas e liberais. A intenção comunicativa deu azo a que eventualmente se empregasse o galego, a par de se utilizar de formas singelas e personagens populares com os quais os leitores ou ouvintes pudessem se identificar. Entre outros textos, apareceu em 1813, o poema *Os rogos dun gallego establecido em Londres, dedicados os seus paysanos para abri-lles os ollos sobre certas ñorancias e o demais que verá o curioso leutor*, do clérigo corunhês Manuel Pardo de Andrade.

Por conta da revolução liberal de 1820, outra leva de textos vem a luz, como *La tertulia en la Quintana*, em que se narra o assalto à casa de um livreiro depois da abolição da Constituição em 1814, *Diálogo entre Dominjos e Farruco sobre administrason de xústicia da sua aldea*, ambos de 1820 e atribuídos ao clérigo Manuel Acuña e Malvar, e *Diálogo entre dos labradores gallegos, afligidos, y um abogado instruído*, de 1823, de Pedro Boado Sánchez, em que os camponeses usam o galego e o advogado o castelhano. Este gênero discursivo – *diálogo* ou *tertúlia* – vai experimentar um grande desenvolvimento com a restauração constitucional de 1836. *Tertulia de Picaños*, *En la alameda de Santiago*, *Parola de Cacheiras*, *Tertulia dos Concheiros* e *Coloquio na pontella de Chaínsa*, todos de autoria anônima, são alguns exemplos.

Ao lado desses textos de cunho pragmático, situam-se outros em que já se percebe uma intencionalidade literária, ainda que tenham sido produzidos em resposta a um estímulo externo. Além dos vilancetes de temática religiosa já citados – elos de uma longa e praticamente ininterrupta tradição –, podemos elencar aqui os sonetos satíricos de Arias Antonio Teixeira, compostos entre 1810 e 1812, e a peça *A casamenteira*, de Antonio Benito Fandiño (1779-1831), contra os casamentos arranjados, escrita em 1812 mas somente publicada em 1849. Além disso, dois poemas em galego de um escritor em castelhano, Nicomedes-Pastor Díaz Corvelle (1811-1863), inserem-se aqui: *Alborada*, de 1828, talvez a primeira composição moderna em galego com fins estéticos, e *Égloga de Belmiro e Benigno*.

6.4.2 Os Precusores

Ainda que não seja pacífico o consenso se houve ou não um romantismo galego, o certo é que o romantismo europeu, com seu interesse pelo folclórico e pelo popular, não deixou de exercer uma influência decisiva, junto com o historicismo, o liberalismo e o cristianismo social, sobre os espíritos na Galiza, lançando as condições para o surgimento do provincialismo, o primeiro esboço de uma consciência identitária da Galiza. Ao lado de uma literatura de circunstância que prolonga a do período anterior, esta época assiste ao lançamento do primeiro livro em galego (ainda que com seções em castelhano e latim), *A gaita gallega*, de Juan Manuel Pintos (1811-1876). Publicada em 1853, é uma miscelânea de poemas, diálogos e textos de índole diversa, que denunciam a marginalização social do país e defendem a dignidade da língua galega. Além de uma série de poemas dispersos na imprensa, Pintos é também autor de *Contos da aldeia que parecem historias da vila ou historias da vila que parecem contos da aldeã*, de 1858, um longo poema narrativo de temática amorosa.

Outros precusores do *Rexurdimento* são Francisco Añon (1812-1861), uma destacada liderança do provincialismo, autor de vilancetes natalinos e do hino “A Galicia”, e Alberto Camino (1820-1861), autor de vários poemas de tom elegíaco, entre os quais “Nai chorosa” e “O desconsolo”, que gozaram de ampla repercussão desde a sua publicação em 1845. Nenhum dos dois, porém, publicou livro em vida, mas as suas composições, disseminadas pelos jornais locais, a par do aparecimento de uma imprensa em vernáculo, ajudaram a resgatar o galego como língua culta e a preparar o ambiente para o *Rexurdimento* propriamente dito.

Um dos acontecimentos mais importantes desse período foi a celebração dos primeiros Jogos Florais na cidade da Corunha em 1861 – que mais tarde realizar-se-iam em Pontevedra. Ainda que as composições em galego tenham sido ínfimas, no ano seguinte, junto ao volume que recolhia os trabalhos do concurso, foi publicada uma antologia com quarenta poemas galegos contemporâneos, entre os quais se já se destacavam nomes que viriam a brilhar no *Rexurdimento*, como Rosalía de Castro e Eduardo Pondal.

6.4.3 Primavera Galega

Por conta do impacto causado por *Cantares gallegos*, de Rosalía de Castro, convencionou-se estabelecer a data de sua publicação, 1863, como o início do *Rexurdimento*.³¹⁰ Fruto tanto do influxo tardio do romantismo europeu, que desde o início valorizou as culturas autóctones, quanto do desenvolvimento interno do sistema literário galego, o *Rexurdimento* marca um momento de vigoroso “despertar” – obviamente que num público urbano e culto ainda reduzido – de uma consciência nacional e a busca de sua expressão numa literatura que toma a si o encargo de dar voz a esta nação em processo de construção/imaginação social. Com efeito, a um projeto político, concebido à luz do ideário iluminista, que propunha a recuperação da singularidade econômica, histórica e linguística da Galiza, soma-se agora uma valorização de moldes românticos dos sinais distintivos do povo galego. E a literatura é naturalmente convocada, junto à historiografia, a protagonizar este processo de constituição de uma identidade nacional. Se Manuel Murguía é o grande historiador desse momento, será todavia sua esposa, Rosalía de Castro – nascida em Santiago de Compostela em 1837 e falecida em Padrón, em 1885 – quem será erigida em ícone maior da literatura galega.

Filha de uma fidalga solteira com um clérigo, as notícias sobre sua infância e formação não são muito nítidas. O que se sabe é que em Rosalía se unem uma formação erudita – estava a par do pensamento contemporâneo, lia em francês, participava de tertúlias com os principais intelectuais de sua época – e a cultura popular de sua terra. *Cantares gallegos* foi editado, sem o seu conhecimento, graças ao empenho de seu marido, que vislumbrou no conjunto de poemas um excelente veículo para a disseminação do sentimento galeguista. A esta altura já havia publicado um poemário, *La flor*, e duas novelas em castelhano.³¹¹ A obra, – inspirada no *Libro de los cantares*, de 1852, de Antonio Treba (1819-1889), como Rosalía explica no prólogo – reúne 35 poemas que glosam, à exceção de dois, cantigas populares. No entanto, a poesia de Rosalía vai muito além da mera recriação de formas folclóricas, assumindo muitas vezes a dimensão ética de denúncia contra a condição de humilhação da Galiza, dos galegos e de maneira especial da mulher.

³¹⁰ Cem anos depois, o dia do lançamento do livro, tornar-se-ia o *Dia das letras galegas*, celebrado atualmente a 17 de maio.

³¹¹ *La flor* é de 1857. Em 1859 lançou a novela *La hija del mar* e em 1861, *Flavio*. Ainda lançaria *El caballero de las botas azules*, em 1867. A esta produção em castelhano deve-se acrescentar ainda os seus artigos e quadros de costumes, como *Las literatas*, de 1866, e o volume de poemas *En las Orillas del Sar*, de 1884.

Seu segundo e último livro de poemas em galego, *Follas novas*, lançado em 1880, aprofunda e alarga essa vertente. “Se *Cantares gallegos* marcou um fito [baliza, fronteira] por ser o primeiro livro escrito integralmente em galego, *Follas novas* foino por amosar [demonstrar] na práctica a capacidade deste idioma para desenvolver calquera tema, dende a reflexión metafísica á metaliterária.”³¹² Assim, Rosalía de Castro, com apenas dois livros em galego, escrevendo desde uma nação marginalizada, desde uma língua marginal, desde a condição de mulher e escritora, igualmente marginal na sociedade de seu tempo, logrou elevar a língua de sua pátria, até então vista como um rude dialeto de marinheiros e camponeses, a um patamar à época inimaginado como língua de cultura. E não só: com o conjunto de sua obra, em galego e castelhano, Rosalía granjeou um lugar único não só na literatura peninsular quanto também universal.

Que fose unha Muller quen lle dese o pulo definitivo ó *Rexurdimento* galego cós seus *Cantares gallegos*, que puxese a súa poesía da banda dos mais desfavorecidos ó tempo que com *Follas novas* daba un paso adiante definitivo na ampliación dos horizontes literários e culturais do idioma, foron elementos definitivos na canonización de Rosalía como figura máxima da nosa literatura, pero tamén como nai [mãe] e musa do pobo galego.³¹³

Valentín Lamas Carvajal, nascido em 1849, em Ourense, e falecido em 1906, na mesma cidade, é o autor mais prolífero e multifacetado do *Rexurdimento*. Jornalista infatigável, fundou o primeiro semanário integralmente em galego, o já citado *O Tío Marcos da Portela*, de grande apelo popular, que circulou entre 1876 e 1890. Depois de alguns poemários em castelhano, lança em 1875, *Espiñas, follas e frores*, o primeiro volume de poemas em galego depois de *Cantares gallegos*, a que logo se segue uma continuação – *Ramiño segundo* – no ano seguinte, dado o sucesso editorial. Em 1878 vem a lume um livro com composições em galego e castelhano, *Desde la reja*, e em 1880, *Saudades gallegas*, o volume que o consagraria como o melhor continuador de Rosalía, não obstante a polêmica que lhe moveu Murguía, acusando-o de plágio de *Cantares gallegos*, talvez cioso do protagonismo ocupado por sua mulher no movimento regionalista. Sua obra poética, exaltando os costumes e as tradições galegas, denunciando os seus males, como o caciquismo e a emigração, completa-se com a *Musa das aldeas*, de 1890, saudada com entusiasmo pela escritora galega de expressão castelhana Emília Pardo Bazán (1851-1921). Talvez seja em parte por esse conjunto de fatores – o louvor de Emília, que considerava a língua galega apta

³¹² VILAVEDRA, op. cit., p. 116.

³¹³ Ibid., p. 120.

somente para temas líricos e populares, associado às críticas de Murguía – que a obra de Lamas Carvajal, tão popular em seu tempo, tenha deslizado para uma posição subalterna no cânone galego.

Tão popular quanto Lamas, mas cujo prestígio não esvaneceu com o tempo, foi Manuel Curros Enríquez, nascido em Celanova, em 1851, e morto em Havana, Cuba, em 1908. Jornalista igualmente ativo, de ideais progressistas, depois de alguns poemas majoritariamente em castelhano publicados na imprensa, venceu um concurso em Ourense, em 1877, com três poemas em galego, entre os quais “A virxe do cristal”, com mais de mil versos, que representou um importante passo no cultivo literário do galego, dada a sua índole narrativa. Recolhendo suas composições em galego, às quais se acrescentariam outras nas edições seguintes, é lançado em 1880 *Aires de miña terra*, em que se “combinan tres liñas temáticas: a social (sobre todo a denuncia da miséria no campo e da emigración), a intimista (na que sobrancean as elexías á morte do fillo e da nai) e a costumista (nomeadamente os três poemas gañadores do certame).”³¹⁴ Por conta de alguns poemas de cunho anticlerical, sofre um processo movido pelo bispo de Ourense, o que não o demove de suas ideias, já que em 1888 publica *O divino sainete*, um extenso poema em que satiriza o mundo clerical e algumas instituições e personagens galegos. Todavia, em 1894, dificuldades econômicas e familiares o levam a emigrar para Cuba, onde prossegue em sua atividade jornalística e em seu engajamento na causa galega, sendo um dos principais promotores da criação da Real Academia Galega, em 1906. Testemunha da sua imensa popularidade foi o seu enterro na Corunha, para o qual acorreram mais de 40.000 pessoas.

Junto com Rosalía e Curros, o triunvirato do *Rexurdimento* galego completa-se com a figura de Eduardo Pondal, que nasceu em Ponteceso, na comarca de Bergantinhos, em 1835, e faleceu na Corunha, em 1917. De família fidalga enriquecida pela emigração, Pondal não passou pelos mesmas adversidades financeiras de Curros. De sólida formação literária, é o escritor mais culto de seu tempo. Como estudante na Universidade de Santiago de Compostela, Pondal participou das reuniões do *Liceo de la Juventud*, um ativo círculo de intelectuais da segunda geração provincialista. Mas é entre Ponteceso e a Corunha que transcorrerá boa parte de sua vida, frequentando assiduamente a chamada Cova Céltica, que congregava na livraria de Uxío Carré (1859-1932) o grosso do regionalismo corunhês, como Murguía, Galo Salinas e Manuel Lugrís Freire. Foi a partir das discussões e trabalhos deste grupo que se assentou a ideia da origem celta da Galiza. Ao bardo de Ponteceso caberia o mérito de fazer enraizar num público mais amplo, por meio da força seus versos, essa

³¹⁴ Ibid., p. 128.

“tradição inventada”. A a canção que é hoje o hino galego, “Os pinos”, foi extraída de um de seus poemas.

Depois de alguns anos em que sua produção poética em galego foi mínima, Pondal lança em 1877 o livro bilíngue *Rumores de los pinos*. Mais tarde, em 1886, vem a lume *Queixumes dos pinos*, em que traduz alguns poemas em castelhano do volume anterior e recupera os outros, acrescidos de novas composições em galego (a que se somariam outras nas edições seguintes), numa profunda reformulação métrica, lexical e ortográfica. Sua obra mais pretensiosa, contudo, permaneceria incompleta: *Os Eoas*, uma epopeia que, tendo como uma de suas fontes *Os Lusíadas*, pretendia descrever a descoberta da América. Em vida, só publicou um esboço em 1858. De toda forma, com Pondal, a língua galega atinge um novo e inédito patamar estilístico:

Efectivamente, o esforzo lingüístico de Pondal, un empeño condigno coa súa invención dun mundo literario mítico, heroico, épico, foi notabilísimo. A atmosfera de elevación ideal que envolve ese mundo debía expresarse necesariamente nun *sermo illustris*, nunha lingua acugulada [transbordante] de latinismos e helenismos, que non facía concesión ás deturpacións castelanzantes ou vulgarizantes, e que ofrecía un exemplo de pureza e de decoro.³¹⁵

A (re)conquista de espaços num processo de (re)construção de um sistema literário não se dá a não ser por sucessivas (re)tomadas de território no campo dos gêneros discursivos. Como vimos, o galego, reduzido à língua oral nos Séculos Escuros, aos poucos vai recuperando o seu lugar como língua de cultura que foi ao final da Idade Média e ocupando os novos nichos que iam se abrindo com a modernidade. Primeiro, ele se torna veículo de textos utilitários; aos poucos surge uma imprensa galega, com espaço para a publicação de composições líricas, e então, de Rosalía a Pondal, o galego vai se enriquecendo e demonstrando sua versatilidade numa gama de gêneros que vai da poesia mais intimista ao poema de ressonâncias épicas. Agora, com o *Rexurdimento* já maduro, é a vez da (re)constituição da narrativa ficcional.

Embora tenham aparecido aqui e ali textos de prosa de ficção na imprensa galega desde o alvorecer do *Rexurdimento* (inclusive de Rosalía de Castro, cujo *Conto Gallego* foi publicado em folhetim em 1864), a inauguração da narrativa ficcional de fôlego em galego é atribuída a Marcial Valladares Núñez (1821-1903), com a novela *Maxina ou a filla espúrea*, publicada ao longo de 1880 na revista *La ilustración gallega y asturiana*. Esta narrativa –

³¹⁵ MONTEAGUDO, Henrique. Na procura da “recente pantera”: os escritos galegos e a construción da lingua literaria, p. 56-57. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 50-64, jul./dez. 1995.

que combina os temas da violação com o da órfã de pais desconhecidos, de longa tradição popular – chama atenção por sua diglossia, com os personagens urbanos se expressando geralmente em castelhano e os rurais em galego, e nos dois casos soando excessivamente artificial e literário. No entanto, o autor que recebe o título de verdadeiro pai da novelística galega é o clérigo Antonio López Ferreiro, o qual, ao lado de sua produção historiográfica, publicou em folhetim as novelas históricas *A tecedeira de Bonaval*, *O castelo de Pambre*, ambas em 1895, e *O niño de pombas*, em 1905, ambientadas respectivamente nos séculos XVI, XIV e XII. *A tecedeira de Bonaval*, por sua vez, é considerada pela crítica como “a mellor novela do *Rexurdimento* galego.”³¹⁶

Todavia, em termos de ficção, o que mais proliferou no final do século XIX foram narrativas breves de sabor popular, assemelhadas ao conto folclórico, mais apropriadas tanto para o espaço reduzido dos jornais e revistas quanto para a compreensão de uma sociedade que continuava a considerar o galego mais conveniente para temas e gêneros populares. É neste espírito que aparecem por este tempo coletâneas de relatos como *Gallegada: tradicións, costumes e contos da terriña*, de 1887, do supracitado Lamas Carvajal, *Contos, lendas e tradicións*, de 1891, e *Contos da terriña*, de 1895, de Heraclio Pérez Placer (1866-1926). Porém, o primeiro *best-seller* da prosa galega ficaria ao encargo de Lamas Carvajal, com a obra conhecida como *Catecismo do labrego*, publicada em livro em 1889 (depois de haver saído em capítulos no *Tío marcos da Portela*), que conheceria 13 edições durante a vida de seu autor. Através do único gênero literário então conhecido universalmente na Galiza – o catecismo católico de pergunta-resposta –, Lamas faz uma severa crítica das condições de vida a que o camponês galego estava submetido.

Ao lado dessa prosa ruralista de viés conservador, começa a brotar uma outra, muito mais afim à modernidade que também na subdesenvolvida Galiza começava a se insinuar, representada por um Francisco Álvarez de Nóvoa (1873-1836), autor de *Pé das Burgas*, de 1899, e, na emigração, um Patricio Delgado Luaces (1850-1900), autor de *¡A besta!*, lançado em Havana no mesmo ano, o primeiro romance galego de extração naturalista. Assim, ora tradicionalista, ora com contributos modernos, frequentemente de sabor popular, muito colada à oralidade, o certo é que a narrativa galega finissecular logra dilatar o seu campo de ação, preparando desse modo o terreno para novos avanços qualitativos.

Ao contrário da poesia e da prosa, não se pode falar de um teatro do *Rexurdimento*, já que os poucos autores que se dedicaram ao gênero o fizeram de forma episódica, como Francisco María de la Iglesia (1827-1897), autor da primeira peça em galego de que se

³¹⁶ TARRÍO, Anxo. *Literatura galega: aportacións a unha historia crítica*. Vigo: Xerais, 1994. p. 185.

conhece a data de estreia, *A fonte do xuramento*, encenada e publicada em 1882, e Ramón Armada Teixeira (1848-1920), autor de *Non mais emigración*, um libelo contra as ilusões da emigração, que estreou em Havana em 1886. Tão importante quanto o trabalho dos historiadores para enraizar no passado uma identidade galega foi o teatro histórico que floresceu na última década do século, entre cujos representantes podemos citar Galo Salinas (1852-1921), autor de *A torre de Peito Burdelo*, de 1891, Emilio Álvarez Giménez (1830-1911), autor de *Mari-castaña ou unha revolta popular*, de 1884, e Juan Cuveiro Piñol (1821-1906), autor de *Pedro Madruga*, de 1897. Entretanto, haverá que se esperar até 1903, com a criação da Escola Rexional de Declamación na Corunha, que encenará *¡Filla!* de Galo Salinas, para que se possa falar realmente numa dramaturgia galega contemporânea.

6.4.4 Na Virada do Século

Depois de um momento de surpreendente florescimento, a literatura galega vai viver, na passagem do século, um período de estagnação, senão de refluxo, denominado de “depressão intersecular” por Francisco Rodríguez e situado, convencionalmente, entre os anos de 1891 e 1913.³¹⁷ Neste interregno, junto aos problemas sociais e econômicos que a sociedade galega continua a padecer, inclusive mais agudamente, a literatura experimentará um desgaste das fórmulas do *Rexurdimento*, ao mesmo tempo em que os seus protagonistas, com o objetivo de melhor divulgar os ideais do galeguismo, vão diversificar sua atuação, em detrimento das atividades estritamente literárias.

Por conta, quem sabe, do interesse em ampliar o leque de usos do galego, conquistando novos territórios na prosa e no teatro, a poesia é o gênero que mais vai sofrer uma certa decadência, repisando em grande parte as formas e temas da etapa anterior. Na linha costumista de Lamas, deparamo-nos com Benito Losada (1824-1891), Enrique Labarta Pose (1863-1925) ou Aureliano Pereira (1885-1906). Evaristo Martelo Paumán (1853-1928) e Florencio Vaamonde Lores (1860-1925), por sua vez, devem ser elencados entre os continuadores de Pondal, num formalismo com pendores épicos, do qual *Os calaicos*, publicado em 1894, do segundo – quatro cantos compostos em oitavas, de clara inspiração camoniana – é um marco notável. Já a herança de Rosalía é mais perceptível nas obras de

³¹⁷ RODRÍGUEZ, Francisco. *Literatura galega contemporânea: problemas de método e interpretação*. Pontevedra: Cumio, 1990. p. 50.

Filomena Dato (1856-1926) e Francisca Herrera (1869-1950), sendo que esta última, além de poeta, foi a primeira romacista galega, com *Néveda*, de 1920.

Dois poetas representativos desse período são Manuel Leiras Pulpeiro (1854-1912), autor de *Cantares gallegos*, de 1911, e Antonio Noriega Varela (1869-1947), autor de *Montañasas*, de 1904, e *Do ermo*, – cuja primeira das muitas edições em vida do escritor é de 1920. Os dois, que eram amigos, são conhecidos, respectivamente, como o “Poeta da Montanha” e o “Poeta da Marinha”, conforme o cenário predominante de seus poemas. Noriega Varela, além disso, é devedor do saudosismo do poeta português Teixeira de Pascoaes (1877-1952), de quem era amigo e admirador – demonstrando que os laços dos sistemas literários dos dois lados do Minho, depois de séculos de rompimento, voltavam a se estreitar.

Contudo, o grande vulto deste período de transição é Ramón Cabanillas, nascido em Cambados, em 1876, e falecido na mesma cidade em 1959. Personagem de difícil enquadramento geracional, dada a sua estreia tardia e a sua prolífera longevidade, nele se refletem, pela primeira vez com nitidez, os novos ventos do modernismo hispano-americano, a par da poesia cívica de Curros e do influxo do saudosismo português. Em seus primeiros livros, *No desterro* e *Vento mareiro*, publicados em Havana em 1910 e 1915, para onde havia emigrado, e *Da terra asoballada*, de 1917, agora da volta à Galiza, já se percebiam os ecos da luta do movimento agrarista. Por outro lado, *Noite estrelecida*, de 1926, é um esforço por mesclar, no espírito pondaliano, as raízes cristã e céltica da Galiza na construção de uma mitologia autóctone. O legado de Rosalía de Castro, com aportes do saudosismo lusitano, por seu turno, está na base do lirismo intimista de *A rosa de sem follas*, de 1927. Todavia, depois de entrar na Real Academia Espanhola, em 1929 (desde 1920 já era membro da Academia Galega), Cabanillas, que já se afastara do galeguismo progressista, mergulha num período de silêncio, só o rompendo no final da década de 1940. O intimista *Da miña zanfona*, de 1954, e o religioso *Samos*, de 1958, coroam a sua produção, consolidando a guinada efetuada de um poeta social a um poeta contemplativo que, no outono da vida, passava longas temporadas num mosteiro em Lugo. Todavia, acima de tudo, com Ramón Cabanillas, o idioma galego se assenta sobre novos patamares e as conquistas do *Rexurdimento* se renovam ao sopro de novas correntes da modernidade.

Cabanillas presentouse como ‘Poeta da Raza’, e como tal foi aclamado por polos seus contemporâneos. Por isso, a súa lingua pretende ser algo mais ca um instrumento de expresión dos sentimentos individuais. Quere ser a lingua dunha

historia, dunha cultura e dunha xente, a da Galicia grande, por enriba de provincias e comarcas.³¹⁸

6.5 UM NOVO RENASCIMENTO

Se a literatura, como toda produción cultural, não deixa de refletir ou refratar, de maneira direta ou indireta, fiel ou distorcida, as transformações da infraestrutura econômica da sociedade, isto é ainda mais evidente quando se trata de um sistema literário imaturo, deficitário e que, longe de gozar do amparo estatal, sofre a indiferença ou mesmo a hostilidade de um Estado exógeno, como é o caso da Galiza. Aí são perfeitamente visíveis as ações nos campos político e social e suas reações quase imediatas nos campos artístico e literário. Depois de um momento de arrefecimento criativo – acompanhado, no entanto, de uma ampliação pragmática das áreas de atuação –, a literatura galega experimentará, de 1916, ano de fundação da primeira das Irmandades de Amigos da Fala, na Corunha, até 1936, quando eclode a Guerra Civil, um novo e vigoroso renascimento, que acompanhará palmo a palmo a efervescência política do emergente nacionalismo galego.

As Irmandades da Fala, que cedo se espalham por várias cidades, o reaparecimento, também em 1916, do semanário *A Nosa Terra*, o surgimento da revista *Nós*, em 1920, em meio a uma proliferação de novos periódicos, e a criação do *Seminário de estudos galegos*, em 1923, junto a eventos mais propriamente políticos, como as iniciativas que levaram à fundação do Partido Galeguista, em 1931, constituem, mais que o pano de fundo, o palco onde se desenvolverá a nova literatura galega. Todavia, entre tantos empreendimentos culturais, será a revista *Nós* quem se destacará e emprestará o seu nome – que é também o mesmo de uma editora compostelana e o de um álbum de desenhos de Deniel Rodríguez Castelao – a toda uma *geração* de intelectuais, escritores e artistas que pontificou à época. Para além da discussão se se trata de uma “xeración *strictu sensu* ou foi máis ben unha cuestión de coincidencia epocal”,³¹⁹ o certo é que uma série de fatores biográficos e ideológicos aproximava esses autores: “(...) unha común procedência pequeno burguesa, um inicial desvencellamento da tradición galega, unha rigorosa formación intelectual, o paralelo esforzo de todos eles por elaborar um estilo individual e unha semellante vocación pedagóxica.”³²⁰ A isso deve-se acrescentar um engajamento público e não raro político, uma

³¹⁸ MONTEAGUDO, op. cit., p. 58.

³¹⁹ VILAVEDRA, op. cit., p. 116. p. 172.

³²⁰ Ibid., p. 173.

sólida bagagem cultural, aliada ao conhecimento das mais novas correntes europeias, o caráter frequentemente interdisciplinar e enciclopédico de seus trabalhos, com ênfase no ensaio – e a grande questão da identidade, discussão esta que surgia amiúde como resultado de uma experiência de descoberta da Galiza, com a conseqüente “conversão” ao galeguismo.

Expoñentes dunha época na que a preocupación ética e política ocupan un lugar fundamental na creación literaria, este grupo pasou á historia da nosa cultura por mor do seu polifacetismo e polo alcance e permanencia dos seus logros [conquistas]; son unha pleiade de talentos individuais que hoxe chegan a nós coma envoltos na lenda. A curiosidade destes homes, máis propia de humanistas do Renacemento ca de escritores dos nosos días, foi ilimitada e os resultados de semellante actitude maniféstanse nunha produción tan variada como atractiva. Ensaístas, poetas e narradores de primeiro rango [primeira classe], fixeron dos quince anos que median entre 1920 e 1936, un vizoso xardín literario, os froitos do cal aínda perviven. Cadaquén fixo [cada qual fez] o seu propio camiño, pero formou parte dunha mesma ruta; encadeounos o esforzo común.³²¹

Um das figuras mais emblemáticas dessa geração, ainda que complexa e polêmica dada a sua evolução ideológica, foi Vicente Risco. Nascido em Ourense, em 1884, e falecido nesta mesma cidade em 1963, sua mocidade foi marcada pelos ideais esteticistas do *fin du siècle* e por uma relação não sem contradições com as vanguardas europeias, ao mesmo tempo que demonstrava um interesse pelo orientalismo e pelo ocultismo. Oriundo da média fidalguia, como Otero Pedrayo, em sua colaboração na efêmera revista *La centuria*, em 1917, reivindicava o irracionalismo e um individualismo de cunho elitista. Todavia, Vicente Risco logo adere ao nacionalismo das Irmandades da Fala, convertendo-se numa de suas mais destacadas lideranças. Além de seu protagonismo na revista *Nós* e no *Seminário de estudos galegos*, livros como *Teoría do nacionalismo galego*, de 1920, e *El problema político de Galicia*, de 1930, alçaram-no ao papel de principal teórico do galeguismo até o advento da Segunda República. No artigo “Nós, os inadaptados”, de 1933, a “versão” ensaística de *Arredor de si*, ele expõe a trajetória dessa geração que migrara do mais exarcebado individualismo ao compromisso coletivo do galeguismo. “Nel expón tamén a súa concepción espiritual e ciclíca da historia, na que Galicia aparece definida teleoloxicamente de xeito providencialista, chamada a desempeñar unha misión mesiánica na civilización universal (...)”³²² No entanto, uma estadia na Alemanha em 1930 – por conta de uma bolsa de estudos, que resulta no livro *Mitteleuropa*, quatro anos mais tarde –, marca uma evolução ideológica rumo a um catolicismo e tradicionalismo cada vez mais reacionários. Com efeito, uma espécie

³²¹ SALGADO, Xosé Manuel. O grupo Nós: o Seminário de estudos galegos, p. 97. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 93-114, jul./dez. 1995.

³²² VILAVEDRA, op. cit., p. 177.

de nacionalismo essencialista e biologista, enraizado no determinismo geográfico, já era a base do seu interesse pela etnografia e antropologia galegas. Portanto, não é de se estranhar que as suas ideias tenham se derivado para uma defesa da tradição como um dos pilares da identidade galega, fazendo com que antes mesmo da Guerra Civil já houvesse abandonado o nacionalismo galego, por conta de suas alianças à esquerda, vindo inclusive a colaborar com o novo regime franquista. Sua produção, então, volta-se inteiramente para o castelhano – e só no final de sua vida, por esforços de seu amigo Otero Pedrayo, ocorre uma reaproximação com os galeguistas.

Não obstante sua vocação ensaística, a contribuição de Vicente Risco para a renovação da narrativa galega não foi desprovida de importância. Um dos escritores mais ativos nos suplementos e coletâneas de narrativas breves tão comuns no começo do século, a novela *Do caso que lle aconteceu ó doutor Alveiros*, publicado na imprensa em 1919, recolhe seu interesse pelo esoterismo ao mesmo tempo que rompe com uma literatura passadista e inaugura uma linha de humor macabro que contará com ilustres continuadores na literatura galega, como Castelao e Cunqueiro. Por outro lado, relatos como *O lobo da xente* e *A trabe de ouro e a trabe de alquitrán*, publicados ambos na coleção Lar em 1925, são resultados das pesquisas etnográficas do autor, o narrador não indo muito além da reprodução de contos folclóricos. Na mesma coleção, no ano seguinte vem à luz a novela *A coutada*, em que por meio de uma estrutura dialogada Risco tece duras críticas à fidalguia, acusando-a de causadora da decadência por que passavam os valores do mundo rural.

Mas a maior contribuição de Risco para a literatura galega está num romance que quase não guarda relações com as narrativas anteriores: *O porco de pé*, de 1928. Nesta obra o autor lança seus dardos ainda mais envenenados contra a burguesia local, tendo como alvo central um castelhano que, chegando pobre a uma cidade galega, ascende depois de muito arrivismo à condição de prefeito. Talvez o primeiro romance galego moderno, *O porco de pé* rompe com as convenções da narrativa oitocentista, absorvendo e transformando todo um leque de registros e discursos sociais.

Além da prosa, Risco fez algumas incursões na lírica e na dramaturgia, sem contudo resultados satisfatórios. Os anos de 1918 a 1923 foram os que testemunharam seu maior interesse pela poesia. E quanto ao teatro, deixou-nos uma peça, um drama de viés simbolista, *O bufón d'El Rei*, encenado em 1926 e publicado dois anos depois.

Se a trajetória de Vicente Risco não deixou de ser errática e eivada de contradições, o que tornou sua memória problemática para o galeguismo, o oposto se deu com Alfonso Daniel Rodríguez Castelao, que foi alçado ao patamar mais elevado no panteão dos heróis galegos.

Nascido em Rianxo, em 1886, de extração social mais popular que Risco, e falecido no exílio portenho, em 1950, Castelao teve uma vida extremamente atrelada aos eventos históricos de seu tempo, de modo que nele muitas vezes o artista se viu açambarcado pelo político. Homem de múltiplos saberes e interesses, inquieto, curioso, sua obra não respeitou fronteiras genéricas ou artísticas. Aos onze anos, sua família migrou para a Argentina, onde seu pai já se encontrava. Em 1900, porém, estão de volta à Galiza, onde Castelao cursará medicina na Universidade de Santiago de Compostela. No entanto, se ele se fez médico por amor ao seu pai, abandonou a profissão por amor à humanidade, segundo ele próprio declarou,³²³ dedicando-se a partir de então integralmente à sua vocação artística – desenhista, pintor, escritor – e, mais tarde, galeguista. Segundo Xusto González Beramandi, sua trajetória existencial, conforme a evolução e seu pensamento político, pode ser dividida em três fases: pré-galeguismo (1908-1916), nacionalismo cultural (1926-1929) e nacionalismo político (1930-1950).³²⁴ Se a passagem da primeira à segunda fase está marcada pela adesão ao ideário das Irmandades da Fala, a passagem da segunda à última fase se caracteriza por um engajamento num galeguismo francamente progressista e comprometido em alcançar para o Galiza o seu Estatuto de Autonomia. Ao contrário de outros companheiros de geração, sua atividade política jamais tergiversaria do mais aguerrido compromisso galeguista.

Como artista visual, foi diretor de arte da revista *Nós*, nome também de um conjunto de gravuras expostas em 1919 – e que viriam a ser publicadas num álbum homônimo em 1931. Por essa época também começou a publicar na imprensa local uma série de gravuras caricaturescas, acompanhadas de um breve texto, que seriam mais tarde reunidas em dois volumes, *Cousas da vida*, em 1926, e *Segundo libro de cousas*, em 1929, representando “un exemplo paradigmático de simbiose tanto entre ilustración e texto coma entre xéneros literarios.”³²⁵ Ao longo da vida, Castelao publicaria não poucos álbuns com seus desenhos e ilustrações, entre os quais podemos citar *Galiza mártir*, de 1937, e *Milicianos*, de 1938. Ao mesmo tempo, suas ideias artísticas são expresas em inúmeras conferências e em livros como *Diário 1921*, publicado em 1977, *As cruces de pedras da Bretaña*, de 1930, e *As cruces de pedras na Galiza*, publicado postumamente em 1950 e referente a uma conferência proferida em 1934, quando de sua posse na Real Academia Galega.

Quanto à narrativa propriamente dita, depois de alguns textos esparsos, Castelao publica em 1922 a novela *Un ollo de vidro: memorias dun esquelete*.

³²³ QUINTEIRO, op. cit., p. 23.

³²⁴ Cf. VILAVEDRA, op. cit., p 180-181; SÁNCHEZ; ZAS, op. cit., p. 220.

³²⁵ VILAVEDRA, op. cit., p 183.

Trátase dunhas memorias narradas en primeira persoa por un esquelete nun cemiterio, coa intervención do propio autor no limiar e no epílogo da obra. O incorrupto ollo de vidro do morto permite que este vexa o mundo da ultratumba e poida así contar unha série de historias sucesivas de moi variados defuntos. O humor negro e o macabrisimo non impeden que se repasen crítica e ironicamente algúns dos grandes problemas de Galicia, coma o caciquismo, a anti-galeguismo ou a emigración.³²⁶

Em 1934 é lançado *Retrincos*, uma coletânea com cinco contos, alguns dos quais já publicados anteriormente em revistas. Calcados em vivências autobiográficas e narrados pelo próprio Castelao, concentram todo o seu efeito diegético no final. No mesmo ano aparece *Dous de sempre*, seu único romance, que flerta tanto com o gênero picaresco quanto com o *bildungsroman* e o romance de tese. A narrativa se estrutura – por meio de breves relatos muitas vezes independentes – em torno do percurso paralelo de seus dois protagonistas:

Pedriño, personificación da pasividade absoluta, non ten que saír do país e vive para unha única ambición, a comida; pola contra, Rañolas, tolleito [paralítico] e limitado fisicamente, conta cun afán de superación que, xunto á bondade, intelixencia e imaxinación, o leva a se superar e acadar [atingir] unha vida digna e libre coa consecución dun traballo propio que, posteriormente, o conducirá á autodestrución unha vez que se instaure no mundo burgués dominado polo materialismo, o egoísmo, o poder do diñero e o individualismo.³²⁷

Castelao é autor também de uma obra teatral, *Os vellos non deben de namorarse*, de 1941. Trata-se de uma comédia que descreve a paixão de três idosos por três moças, fundindo tendências modernas do teatro europeu com elementos da tradição popular galega.

Todavía, a maior legado de Castelao está no supracitado *Sempre en Galiza*, o mais alentado ensaio publicado até então em galego, que veio a lume originalmente em 1944, em Buenos Aires, mas que contou com um considerável acréscimo, o livro IV, datado de 1947 e incluído na edição de 1961. Reunindo artigos, ensaios, discursos, conferências, com material pensado especificamente para a obra, *Sempre en Galiza* converteu-se, como já foi dito, na verdadeira Bíblia do galeguismo. Com um texto escorreito, prenhe de poesia e paixão, Castelao discorre sobre a história, a identidade e o destino da Galiza, como na seguinte passagem:

Pedimos que a nosa Terra sexa nosa. Porque somos fillos dela. Porque ninguén máis pode gobernala. Porque ninguén máis pode comprir a súa misión hestórica. Porque

³²⁶ FER, Claudio Rodríguez. Castelao, artista e político que fixo literatura, p. 117-118. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 115-132, jul./dez. 1995.

³²⁷ SÁNCHEZ; ZAS, op. cit., p. 225-226.

levamos o seu nome polo mundo adiante. Porque queremos comprir a postrimeira manda [último mandato] dos nosos irmáns: os que deron a vida pola liberdade.

A nosa Terra é nosa. Xa se ten dito moitas veces. Mais agora decímolo nós, os desterrados. Os desterrados que vivimos en liberdade. Decímolo en nome de moitos miles de galegos que andan polo mundo. Decímolo, tamén, en nome de moitos miles de desterrados na propia Terra, dos que agardan por nós, dos que viven como fillos da morte, contando o tempo por noites.

A nosa Terra é nosa. Nada máis que nosa. Porque somos os únicos capaces de darlle luz á súa noite, pan ás súas demandas, diñidades á súa vida. Porque somos os únicos capaces de enxugar as súas bágoas [lágrimas] de door.

A nosa Terra é nosa. ¿De quen máis podía ser? ¿Dos que a aldraxan [ultrajam]? ¿Dos que lle negan a fala e o pensamento? ¿Dos que a encadean? ¿Dos que a rouban? ¿Dos que asesinan aos seus fillos máis queridos? ¿Dos que a ensumiron [consumiram] na iñoranza? ¿Dos que a queren vender como escrava? ¿Dos que lle negan o dereito a ser libre?

E quen somos nós para falar deste xeito? Somos os galeguistas de tódolos partidos democráticos. Somos os galegos antifeixistas [antifascistas].³²⁸

Por forza da súa palabra, aliada à forza de súa vida – num exemplo de hipóstase quase completa entre o campo literário e o campo político –, Castelao atingiu, ao lado de Rosalía, os postos mais elevados da hierarquia canônica. No entanto, sua heroificação *post mortem* nunca deixou de ser problemática para o poder estatuído. Foi o que se deu quando do traslado dos seus restos mortais para a Galiza, em 1984. Determinados setores consideravam encerradas as reivindicações políticas da Galiza com a consecução do Estatuto de Autonomia em 1981. Assim, o retorno dos restos de Castelao selaria esse processo. No entanto, boa parte dos nacionalistas era da opinião de que a autonomia, tal como ela se dera, não atendia plenamente aos desejos de emancipação do povo galego. Em meio a acirrados protestos e repressão policial, Castelao foi enterrado, a 28 de julho de 1984, no Panteão dos Galegos Ilustres no Convento de São Domingos de Bonaval, em Santiago de Compostela, ao lado do jazigo de Rosalía de Castro. Uma apresentadora de TV sofreu inclusive sanções disciplinares porque, enquanto era transmitida a cerimônia, lia trechos subversivos de... *Sempre en Galiza*.³²⁹

Foram inúmeros os escritores cuja obra foi fecundada pela extraordinária ebulição cultural desse período que precede à irrupção do levante falangista em 1936: além dos já mencionados, podemos elencar Florentino López Cuevillas (1886-1958), Losada Diéguez (1884-1929), Antón Villar Ponte (1881-1936), Xohán Vicente Viqueira (1886-1924), LUGRÍS Freire (1866-1940), aos quais se juntariam veteranos como Victoriano Taibo (1885-1966) e Noriega Varela (1869-1947), e novos como Fermín Bouza Brey (1901-1973), Filgueira Valverde (1906-1996), Xaquín Lorenzo (1907-1989), Ricardo Carvalho Calero (1910-1990),

³²⁸ CASTELAO, op. cit., p. 44-45 (livro I, I).

³²⁹ QUINTEIRO, op. cit., p. 142-144.

Luís Seone (1910-1979) e Blanco Amor (1897-1979). No entanto, um dos maiores nomes dessa constelação será o de Ramón Otero Pedrayo, a quem nos dedicaremos mais adiante.

6.5.1 As Vanguardas e a Literatura Galega: a Geração de 1925

O sopro renovador que varreu a Europa e as Américas nos primeiros decênios do século XX – uma infinidade de “ismos”, com seus sempre bombásticos manifestos –, também atingiu a terra dos mil rios, ainda que a sua repercussão tenha sido aqui relativamente diluída e em composição com outros influxos. Os autores que impulsionaram essa renovação têm sido chamados de *novecentistas*, por terem nascido em torno de 1900, *Geração de 1925*, ano aproximado do início da amizade entre os membros do grupo, ou *Geração de 1922*, data da publicação do manifesto “¡Máis alá!”, assinado pelo poeta Manuel Antonio (1900-1930) e o pintor Álvaro Cebreiro (1903-1956).³³⁰ Neste manifesto faz-se uma crítica acerba tanto aos escritores que, não obstante viverem em pleno século XX, continuavam a seguir o ideário dos mestres do *Rexurdimento*, quanto àqueles que, na esteira do dramaturgo Ramón Maria Del Valle-Inclán (1866-1936), apesar de serem galegos, produziam sua literatura em castelhano.

No entanto, num sistema literário deficiente, em que a luta pela construção de uma identidade cultural é premente, é natural que a relação com as vanguardas, que presumem um relativo grau de autonomia do campo literário, não se desse sem tensões e pactuações. Assim, as atividades vanguardistas na Galiza não terão um aspecto tão rupturista como noutros países, o que explica o predomínio de propostas mais moderadas, que intentam um equilíbrio entre o novo e o tradicional.

Talvez a poética mais próxima à práxis inovadora tenha sido a do supracitado Manuel Antonio, com seu livro *De catro a catro*, de 1928, o único publicado em vida do poeta e não raro associado pela crítica ao creacionismo do chileno Vicente Huidobro (1893-1948). No diálogo com as vanguardas internacionais, ainda podemos citar Álvaro Cunqueiro, que flerta com o cubismo em *Mar ao norde*, de 1932, e com o surrealismo em *Poemas do si e do non*, de 1933. Movimento de maior êxito, porém, foi o hilozoísmo, talvez porque este, longe de romper com a tradição, pretendeu modernizá-la, ao introduzir elementos dinâmicos, como a justaposição de imagens autônomas, na representação da paisagem. Luís Amado Carballo (1901-1927) foi o seu principal impulsionador. Fundador da revista *Alborada*, junto

³³⁰ Cf. VILAVEDRA, op. cit., p. 194-195.

com Xoán Vidal Martínez (1904-1994), outro hilozoísta, deixou apenas dois livros, *Proel*, de 1927, e *Galo*, editado postumamente em 1928, mas sua influência se fez sentir até mesmo depois da Guerra Civil.

Todavia, a escola mais significativa deste período e a que deixaria influência mais duradoura foi justamente aquela que foi buscar o seu ímpeto renovador nas fontes mais antigas da tradição. Referimo-nos ao neotrovadorismo, cujo ponto de arranque foi o lançamento de *Nao senlleira*, de Fermín Bouza-Brey (1901-1973), em 1933. Bouza não se limita em reproduzir as fórmulas da lírica medieval galego-portuguesa, que vinham então sendo redescobertas e integradas ao cânone, mas as renova injetando-lhes elementos de origem popular.³³¹ No entanto, seria Álvaro Cunqueiro, nascido em Mondonhedo, em 1911, e falecido em 1981, em Vigo, o grande protagonista do neotrovadorismo. Em seu livro *Cantiga nova que se chama riveira*, também do ano de 1933, além de lançar mão do paralelismo e de outros procedimentos típicos da poesia trovadoresca, Cunqueiro, mais ainda que Bouza, introduz elementos populares, aliados a um imaginário contemporâneo, vez ou outra surrealista. Depois da guerra, em 1950, ele ainda aprofundaria esta vertente com o poemário *Dona do corpo delgado* – vertente que gozaria de amplo prestígio e contaria com vários cultores ao longo da segunda metade do século.

Não se poderia falar da Geração de 1925, sem fazer menção ainda à abundância de periódicos que serviram de veículo para a divulgação das novas ideias, como por exemplo *Alfar* (1920-1927), *Ronsel* (1924), *Cristal* (1932-1933), *Yunque* (1932) e *Resol* (1932-1936), além da já mencionada *Alborada* (1922), nem de um prosador contemporâneo da mesma geração e a ela associado por conta de sua inquietação estética, Rafael Dieste (1899-1981). Sua coletânea de contos, *Dos arquivos do trasno*, de 1926, considerada por alguns precursora do realismo mágico, une a herança popular galega a modernas técnicas narrativas, onde nem sempre são claras as fronteiras entre o mundo real e o fantástico. A trajetória pessoal de Dieste, escritor simultaneamente espanhol e galego, pertencendo a ambos os sistemas, é sintomática e antecipadora da fissão que a Guerra Civil e o franquismo causariam na obra de não poucos autores galegos desse período. Se a “longa noite de pedra” forçou a todos os que não se exilaram a se afastarem por um longo tempo da língua natal, houve alguns que se apartariam irremediavelmente da esfera cultural galega, como por exemplo Euxenio Montes (1900-1982) ou Evaristo Correa-Calderón (1899-1986).

³³¹ Com as edições de José Joaquim Nunes em 1928 e 1932, os cancioneiros medievais alcançam pela primeira vez uma repercussão além dos círculos eruditos, produzindo no sistema literário galego uma série de efeitos, a saber, o aumento do valor simbólico da língua, a demonstração de sua capacidade para expressões de prestígio e a confirmação da existência de uma tradição literária culta.

6.6 DA GUERRA CIVIL AO NOVO SÉCULO

Mais uma vez eventos externos vêm intervir no frágil sistema literário galego. A sublevação fascista de julho de 1936 e a conseqüente Guerra Civil – com sua esteira de execuções, prisões e expatriações – trunchará toda essa produção literária, já que o novo regime durante muito tempo não permitirá publicações nas línguas minoritárias.³³² Assim, uma longa lacuna de silêncio será aberta num sistema ainda longe de estar consolidado, apenas quebrada pelas vozes provenientes do outro lado do Atlântico, onde a vida cultural galega, entre emigrados e exilados, se esforçará por resistir. Aliás, não seria pequeno o labor dos galeguistas do exterior, com uma série de empreendimentos culturais, como a fundação de revistas e editoras, a que já tivemos a oportunidade de nos referir (capítulo 5.5). Apenas entre “1940 e 1944 publicáanse en América 18 libros en galego, ós que habería que engadirilles [acrescentar-lhes] moitos máis en castelán de autores vivos como Rafael Dieste ou Otero Pedrayo, así como reedicións de clásicos como Sarmiento, Murguía e Vicetto.” Um gênero que corroboraria o caráter propagandista desses autores é a oratória, na qual se destacam Ramón Suárez Picallo, Eduardo Blanco Amor, e Castelao, com a obra máxima nessa área, *Alba de gloria*, discurso pronunciado a 25 de julho de 1948 em Buenos Aires.

Na poesia, por conta das atividades da Galiza exterior, não faltariam vozes ao longo desses anos de chumbo. Emilio Pita, nascido na Corunha, em 1909, e morto em Buenos Aires, em 1981, é uma dessas vozes: *Jacobusland*, de 1942, seu primeiro livro, recolhe toda a barbárie dos anos de guerra e exílio. Um tom mais lúdico e intimista, por sua vez, aparece em *Cantigas de nenos*, de 1944, e em *Os relembrós: as cantigas*, de 1959. Nas pegadas da poesia social de *Jacobusland*, encontramos ainda Lourenzo Varela (1916-1978), com *Lonxe*, de 1954. Outro grande poeta dessa Galiza espalhada foi o há pouco mencionado Blanco Amor, nascido em Ourense em 1897 e falecido em Vigo em 1979, mas que viveu entre 1919 e 1965 na Argentina, com alguns interregnos de estadia, antes da guerra, na Galiza, como correspondente do jornal argentino *La Nación*. Já antes do conflito publicara os poemários *Romances galegos*, em 1928, e *Poema en catro tempos*, de 1931. Seu livro *Cancioneiro*, de 1956, marca seu retorno ao galego depois de vinte anos de exílio linguístico. Além disso, o grande animador da cultura galega no exílio, o multifacetado Luís Seoane (1910-1979), também se destacou na poesia, com livros como *Fardel de eisilado*, de 1952, e *Na brétema, Sant-Yago*, de 1956.

³³² É verdade que o galego seria encontrado em algumas publicações e opúsculos que apareceram durante a guerra, tanto do lado republicano quanto franquista.

O teatro foi outro gênero que experimentou certo desenvolvimento no exílio americano. Depois do êxito de *Os vellos non deben de namorarse*, de Castelao, a dramaturgia galega no exílio seguiu por dois caminhos. Um deles, mais inovador, protagonizado por Blanco Amor, com suas *Farsas para títeres*, escritas originalmente em castelhano e publicadas a partir de 1953, onde se funde um viés vanguardista e uma herança tradicional. Por outro lado, um teatro mais convencional tem como representante o dramaturgo galego de maior êxito, Manuel Varela Buxán (1909-1986), o principal animador do teatro galego na Argentina, com suas mais de trinta peças. Luís Seoane também daria sua contribuição ao teatro, com a obra *La soldadera*, redigida originalmente em galego mas publicada em castelhano em tradução do próprio autor, em 1957.

No entanto, depois de assentada a poeira dos momentos mais dramáticos do conflito, ao mesmo tempo em que o novo regime se sentia mais seguro e consolidado, a literatura em galego começa pouco a pouco a ressurgir na Galiza interior. Ainda no natal de 1936, como um último lapso de uma época encerrada, era publicado *Fala das musas*, um conjunto convencional de poemas, do clérigo Daniel Pernas Nieto (1884-1946). Depois disso, seria preciso o transcorrer inteiro de uma década para o galego ver-se novamente numa página impressa, com o poemário *Cómaros verdes*, de Aquilino Iglesia Alvariño (1909-1961), publicado em 1947.³³³

Ao mesmo tempo, a partir do final da década de 1940, começam a reaparecer as revistas literárias, ainda que de caráter bilingue, como *Mensajes de poesia*, que circulou em entre 1948 e 1952, e *Alba*, que, mesmo que de maneira irregular, prolongou-se de 1948 a 1956. Da mesma forma, começaram a surgir empreendimentos editoriais voltados para o galego, como a coleção de poesia Benito Soto, através da qual vieram a lume 13 livros, muitos dos quais em galego, e Bibliófilos Gallegos e Monterrey, duas editoras nascidas em 1949 e 1959, respectivamente. Também é importante mencionar o suplemento cultural do jornal *La Noche*, de Santiago, que em 1949 abriu suas páginas para contribuições em galego – até que a direção do periódico, precavida, mandasse abortar a experiência.

Todavia, o passo decisivo nesse processo de restauração cultural foi dado com a fundação em 1950 da editora Galaxia:

³³³ Todavia, a presença esporádica do galego já era detectável em obras como *O mar, o vento e outros gozos*, de Ánxel Sevillano, de 1938, a zarzuela *Non chores Sabeliña*, de José Trapeiro Pardo, de 1943, as *Brétemas mariñas*, de Celestino López Crespo, de 1946, ou o bilingue *Soaces de um abade*, de Mariano Piñero Groba, de 1947.

A Editorial galaxia nace como unha alternativa ós outros espacios de publicación existentes, que emitían unha visión nesgada [estreita] e parcial da cultura galega, e inscribese no proxecto “culturalista” de [Ramón] Piñero quen, ante a constatación das dificultades de reorganizar na Galicia interior unha oposición política clandestina, opta – non sen a oposición de parte do galeguismo do exilio – por dirixir as enerxías dos escasos galeguistas que permanecían na terra cara [para] ó obxectivo de transmitir ás novas xeracións o patrimonio cultural que a guerra tan brutalmente pretendiera agochar [abaixar, diminuir].³³⁴

Um dos empreendimentos da Galaxia foi uma publicação de cultura galega no espírito da antiga revista *Nós*. Tolhidos pela legislação que então não permitia o aparecimento de novas revistas, os editores resolveram lançar uma coleção chamada Grial, com “cadernos concibidos aparentemente como independentes, de contido monográfico pero con estrutura fixa e periodicidade trimestral.”³³⁵ No entanto, a censura logo estorvou o projeto, do qual vieram a lume apenas quatro números. Somente em 1963, com um abrandamento do controle estatal, a coleção, agora realmente como revista, voltaria ao público.

6.6.1 A Poesia

Quanto à poesia galega do pós-guerra, a periodização proposta por Luís Méndez Ferrín goza de certo consenso entre os especialistas.³³⁶ Para ele, as três primeiras gerações desse período, por conta da anomalia da guerra e suas consequências, surgem literariamente mais ou menos no mesmo período. A primeira delas, a “Geração de 1936”, compreende escritores nascidos entre 1910 e 1920, surgidos antes do conflito e fortemente marcados por ele. Assim, o já citado Aquilino Iglesia Alvariño, que já lançara *Señardá*, em 1930, e *Corazón ao vento*, em 1933, ainda lançaria, depois de *Cómaros verdes*, *Lanza de soledá*, em 1961. Da mesma forma, outros poetas, com uma obra iniciada anteriormente, prosseguem seus caminhos tão logo as condições o permitam, como o também já citado Fermín Bouza-Brey, com *Seitura*, de 1955, Luís Pimentel (1885-1958), com o póstumo *Sombra do aire na herba*, de 1959, e o igualmente já mencionado Ricardo Carvalho Calero (1910-1990), com *Anxo da terra*, de 1950, *Poemas pendurados dun cabelo*, de 1952, e *Salterio de Fingoy*, de 1961. Álvaro Cunqueiro, a quem já nos referimos a propósito do neotrovadorismo, é o grande nome que serve de ponte entre a herança da Segunda República e os novos poetas do pós-guerra. E

³³⁴ VILAVEDRA, op. cit., p. 211-212.

³³⁵ Ibid., p. 212.

³³⁶ FERRÍN, Xosé Luís Méndez. *De Pondal a Novoneyra*. Vigo: Xerais, 1984.

não só. Seu último conjunto de poemas, *Herba aquí e acolá*, de 1980, exerceria uma grande influência sobre os poetas da década de 1980. Celso Emilio Ferreiro (1912-1979), por sua vez, representaria o grande salto participativo numa época em que a poesia se reaparela para a luta ideológica do tardofranquismo. Desse modo, a poesia social, já presente em *O sonho sugalado*, de 1954, torna-se dominante no célebre *Longa noite de pedra*, de 1962 – e seria, até o final do franquismo, uma das vertentes mais abundantes da poesia galega. Por outro lado, em *Viaxe ao país dos ananos* e em *Cantigas de escarnio e maldecir*, ambos de 1968, Emilio Ferreiro explora sua veia satírica na crítica à mesquinhês de parte da emigração galega na Venezuela, no meio da qual ele viveu durante um tempo. Já em *Onde o mundo chámase Celanova*, seu último volume, de 1975, assistimos a um retorno da nostalgia pela terra natal e da temática amorosa presentes em *O sonho sugalado*.

Por outro lado, a segunda geração, denominada por Méndez Ferrín como “Promoção de enlace”, por servir de ponte entre a primeira e a terceira geração, é mais “unha suma [soma] de individualidades vencelladas por un parentesco vago”³³⁷ do que uma geração propriamente dita. O que os aproxima é o fato de que, nascidos por volta da década de 1920, desenvolveram-se no momento mais sombrio da “noite de pedra”, isolados, reprimidos, com escasso acesso às novidades europeias e às fontes de sua própria tradição, o que os obrigou a uma formação autodidata ou mesmo que elegessem o castelhano para a maior parte de sua obra – ainda que tenham existido autores monolingues em galego nessa época. Os principais nomes desse grupo são Luz Pozo Garza (1922), autor de *O paxaro na boca*, de 1952, e *Códice Calixtino*, de 1986, Antón Tovar (1921), com *Arredores*, de 1962, e *Non*, de 1967, e Manuel Cuña Novás, (1926-1992), autor de *Frauta na noite*, de 1947, e *Fabulario novo*, de 1952.

O último grupo identificado por Méndez Ferrín é a “Geração das Festas Minervais”, que recebe este nome pela participação de muitos de seus membros nas chamadas Festas Minervais, um certame literário, realizado em Santiago de Compostela entre 1953 e 1964, que pretendia restaurar o evento homônimo dos séculos XVI e XVII. O que diferencia esta geração das anteriores é o fato de que seus representantes, nascidos entre 1930 e 1940, terem amadurecido depois da Guerra Civil. Além disso, ou por conta disso, estavam muito mais conectados com as novidades europeias e as mudanças comportamentais que se processavam no Ocidente. Todavia, o que une esses escritores, dando-lhes com mais consistência uma feição geracional, é uma série de empreendimentos coletivos, como a colaboração no jornal *La Noche*, a publicação na coleção “Illa nova”, criada pela editora Galaxia para o lançamento de novos escritores, e a criação do grupo Brais Pinto: um coletivo de universitários galegos

³³⁷ Ibid., p. 225.

residentes em Madri, influenciados pelo existencialismo europeu e pela *Beat Generation* estadunidense.

Por conta deste mesmo influxo existencialista – carregado de angústia e pessimismo –, boa parte de sua produção poética tingir-se-ia de tons herméticos e opacos, constituindo o que viria a ser chamada de Escola da Treba. Além do há pouco citado *Fabulario novo*, de Cuña Novás, Manuel María (1929-2004) é um de seus precursores, com *Muiñero de brétemas* [névoas], de 1950, *Morrendo a cada intre* [instante], de 1952, e *Advento*, de 1954. Não poucos participantes do Brais Pinto se inserem nessa escola, como Bernardino Graña (1932), Alexandre Criebeiro (1936-1995) e o próprio Xosé Luís Méndez Ferrín (1938). Rápido, no entanto, como o próprio existencialismo europeu, esta escola tenebrista se volta para a sociedade, numa visada engajada de que o livro *Documentos personaes*, de 1958, de Manuel María, é um dos exemplos, assim como *Profecía do mar*, de Bernardino Graña, de 1966, aproximando esses jovens poetas dos veteranos da primeira geração. Há ainda autores, que associados originalmente a essa geração, enveredaram por caminhos bastante pessoais, como Uxío Novoneyra (1930), Xohana Torres (1931) e Antón Avíles de Taramancos (1935-1992), entre outros.

Com o fim do franquismo e a abertura política, a poesia galega começa a experimentar uma mudança de ventos. Ainda que já se pudessem perceber sinais de renovação em publicações anteriores, o crítico e poeta Cláudio Rodríguez Fer assinala dois livros como marcos nessa virada, *Con pólvora e magnolias*, de Méndez Ferrín, e *Mesteres*, de Arcadio López-Casanova (1942), ambos do de 1976.³³⁸ Afastando-se do populismo poético, as duas obras enveredam por uma via de exploração das possibilidades formais da palavra. Outros poemários também foram importantes nesse momento em que o campo literário, desassoreado do encargo de resistência ao franquismo, começa a alcançar uma certa autonomia, como o *Direi-vos eu do mister das cobras*, lançado em 1980, de Manuel Vilanova (1944). Na verdade, mais do que o efeito de um ou outro livro, foi um conjunto de circunstâncias que determinaram essa viragem. Ademais, toda esta atmosfera de inquietação estética, manifestou-se na criação de uma série de

(...) colectivos de expresión poética entre os que cómpre salientar o santiagués Cravo Fondo, que manifestaría una clara vontade antioportunista na súa conciencia social e no que podemos ver a transición entre a temática social e as novas preocupacións intimistas; tamén santiagués sería Alén, preocupado pola innovación lingüística de filiación lusista (...); em Madrid actuaban os mozos de Loia que publicarían unha revista homónima, moi inquedados pola proxección plástica da

³³⁸ FER, Claudio Rodríguez. *Poesía galega: crítica e metodoloxía*. Vigo: Xerais, 1989. p. 249-274.

creación literaria e pola práctica transversal das artes, o que os vencella ó máis radical destes grupos, Rompente, que xurdiría en Vigo en 1975 estendendo a súa actividade ata comezos dos anos 80.³³⁹

Aliás, com o coletivo Rompente, atinge-se “a definitiva asunción das vangardas mundiais por parte de nosa literatura, e unha necesaria posta ó día en plantexamentos[porposicións], obxectivos e modos.”³⁴⁰

Assim, a poesía de finais do século XX – fato que não se alterou com a chegada do novo século – é uma poesia que se abre para um amplo leque de temas, do erotismo ao mundo do mito, da reflexão metalinguística ao universo pop, mas com uma presença menor da temática social. O grande número de poetas, e o significativo aumento de vozes femininas, é sinal de que a poesia galega empreende o que foi chamado “un maratón para recuperar o tempo perdido”.³⁴¹ Sem a pretensão de esgotar o rol ou de reproduzir um cânone, que de resto ainda é semovente e instável, enumeramos aqui alguns exemplos. Entre os representantes da chamada “Geração dos 80”, podemos citar Xavier Rodríguez Baixeras (1945), Xosé María Álvarez Caccamo (1950), Luís González Tosar (1952), Ramiro Fonte (1957-2008), Antón R. Reixa (1957), Pillar Pallarés (1957), Lois Pereiro (1958-1996), Manuel Forcadela (1958), Miguel Anxo Fernán-Vello (1958), Román Raña (1960) e Ana Romaní (1962). Há poetas também, da mesma geração, que começaram a publicar antes, como Vítor Vaqueiro (1948), Xesús Rábade (1949), Dario Xohán Cabana (1952), Xavier Seoane (1954), Xavier Rodríguez Barrio (1956) e o já citado Claudio Rodríguez Fer (1956). Mais conhecido como romancista, Manuel Rivas (1957), estreou por essa época como poeta, com o *Libro de entroido*, de 1980.

Entre os poetas que começaram a publicar em livro a partir do último decênio do século podemos destacar Marica Campo (1948), Chus Pato (1955), Isolda Santiago (1960), Fran Alonso (1962), Lixo Braxe (1962), Helena de Castro (1964), Xosé M. Millán Otero (1964), Miro Villar (1965), Marta Dacosta (1966), Rafa Villar (1968), Eduardo Estévez (1969), Celso Fernández Sanmartín (1969), Martín Veiga (1970), Estíbaliz Espinosa (1974), Olga Novo (1975), Estevo Creus (1975), Yolanda Castaño (1977), Emma Couceiro (1977), María Lado (1979), Daniel Salgado (1981) e Lucía Aldao (1982). É bom salientar que Carlos Quiroga é também poeta, tendo estreado nas letras com o poemário *G.O.N.G.*, em 1999.

³³⁹ VILAVEDRA, op. cit., p. 237.

³⁴⁰ MONTEAGUDO, Henrique. Dez anos de poesía galega: 1975-1985, p. 277. *Grial*, Vigo, n. 89, p. 268-297, jul./set. 1985.

³⁴¹ REY, Antonio Domínguez. A última poesía gallega, p. 66. *Zurgai*, Poesía gallega (número especial), Bilbao, p. 62-70, dez. 1993.

6.6.2 A Narrativa

Como já acontecera no *Rexurdimento*, a narrativa só se desenvolveria algum tempo depois da lírica, como que corroborando o velho preconceito de que o galego, dado a sua doçura e musicalidade, era mais afim aos eflúvios da poesia. Assim, a primeira narrativa publicada em galego na Galiza interior foi a novela *A gente da barreira*, de Ricardo Carvalho Calero, que veio à luz em 1951, depois de haver vencido dois anos antes o Prêmio Bibliófilos Gallegos. Ambientada no mundo rural, é uma sucessão de quadros pitorescos tenuamente costurados, e no que diz respeito à temática e à técnica narrativa representa um certo retrocesso – compreensível devido às circunstâncias adversas – em relação ao estágio atingido pela romanesca anterior à guerra. Nascido em Ferrol em 1910 e falecido em Compostela em 1990, Carvalho Calero já havia publicado antes da guerra alguns volumes de poesia. Distinguiu-se também como dramaturgo, ensaísta e pesquisador da língua – e como tal é o grande ideólogo do reintegracionismo, como veremos mais adiante. Ainda no gênero narrativo, no volume *Narrativa completa*, publicado em 1984, deu a conhecer os relatos *Os señores da Pena* e *O lar de Clara*, cujas primeiras versões, inéditas, foram redigidas na década de 1940. Sua última obra de ficção, *Scórpio*, de 1987, cujo cenário é a Segunda República e a Guerra Civil, foi galardoada com o Premio da Crítica Española.

Reaberto o caminho da narrativa no pós-guerra, um dos primeiros a explorá-lo foi Ánxel Fole, natural de Lugo, onde nasceu em 1903 e veio a falecer em 1986, depois de viver muitos anos autoexilado no interior, por conta de seu galeguismo e esquerdismo. Seu livro de relatos breves *Á lus do candil: contos a carón do lume*, apareceu em 1953, depois de obter o prêmio de narrativa do concurso literário promovido pelo Centro Galego de Buenos Aires. Em 1955 é lançado *Contos da solaina*, volume que segue o anterior ao recolher a fala popular e reproduzir características da narrativa tradicional galega, flertando com o fantástico, o humor e o anedótico. Fole ainda publicou outras duas coletâneas de contos, *Contos da néboa*, de 1973, e *Historias que ninguém cre*, de 1981, embora sem a pujança criativa dos livros anteriores.

Álvaro Cunqueiro, o grande nome do neotrovadorismo, é também um dos grandes prosadores do pós-guerra. Seu livro *Merlín e familia*, de 1955, não só acentua a retomada da narrativa ficcional na Galiza como marca um aprofundamento da temática fantástica explorada por Fole, o que o torna um narrador originalíssimo não apenas no campo galego como também no universo castelhano, por ele também frequentado com narrativas como *Las*

moedades de Ulisses, de 1960, e *Un hombre que se parecía a Orestes*, de 1968, entre outras, além das autotraduções de suas obras em galego. *Merlín e familia*, um conjunto de relatos enfeixados por algumas estratégias narrativas, tem como fonte a matéria de Bretanha, a que já nos referimos quando abordamos a prosa gelega medieval, mas este material é inserido no ambiente galego, as terras de Miranda, onde comparecem diversos personagens galegos. O caráter de relato oral é também bastante evidenciado, já que é o pajem do mago Merlín o narrador dos “causos”.

Já na novela *As crónicas do sochantre*, publicada em 1956, além de haver uma unidade maior entre as histórias, o cenário se transfere para a Bretanha francesa, onde um grupo de almas de além-túmulo narra as peripécias de suas antigas vidas ao longo de uma viagem de carruagem. Mas, segundo a crítica, é *Se o vello Sinbad volvesse ás illas*, de 1961, a narrativa de melhor acabamento literário. Neste romance, as memórias do velho marinheiro são transmitidas por “Álvaro, fillo de Xaquín o Galego.” Por meio de uma maior estruturação entre as partes, além de um argumento e um protagonista que evoluem ao longo da trama, “un heroe problemático, asediado polo fracaso e pola nostalxia dun pasado no que se confunden o real e o imaxinario”,³⁴² esta obra atinge um patamar até então inédito na narrativa gelega desde que a guerra interrompera o seu livre desenvolvimento. Ainda no campo narrativo, Cunqueiro deixou três volumes de contos, *Escola de menciñeiros*, de 1960, *Xente de aquí e acolá*, de 1971, e *Os outros feirantes*, de 1979. Ademais, polivalente, não deixou de fazer várias incursões no ensaio e na dramaturgia, além de ter tido uma constante atuação, com poucos intervalos, no jornalismo.

Assim como a poesia e o teatro, a narrativa também gozou de um considerável desenvolvimento na diáspora. Eduardo Blanco Amor, já mencionado como poeta, orador e dramaturgo, é quem se destacará agora como um grande narrador. Depois de uma romance em castelhano, *La catedral y el niño*, de 1948,³⁴³ ele lança em 1959, em Buenos Aires, por conta da censura franquista, *A esmorga*.

Tratáse do relato que Cibrán Canedo, un personaxe pertencente ó subproletariado urbano case marxinal, lle fai a um xuíz anónimo e silente dos fatais e violentos acontecementos protagonizados por el e outros dous compañeiros nun día de esmorga [pândega]. A novela ofrece varias novidades no panorama literário galego: dende o punto de vista temático, a presenza do mundo da xustiza, relativamente frecuente na literatura europea da época, e a do proletariado urbano; dende o punto de vista estrutural, o relato ofrécesenos como unha reconstrucción da declaración de Cibrán feita bastantes anos despois por un narrador que se apoia en documentos escritos e orais (...); deste xeito, a non coincidencia entre punto de vista e voz

³⁴² VILAVEDRA, op. cit., p. 247.

³⁴³ Em 1963 Blanco Amor lançaria ainda outro romance em castelhano: *Los miedos*.

narrativa permítelle a Blanco Amor explotar a fondo as posibilidades subversivas do discurso polifónico.³⁴⁴

Sua narrativa mais ambiciosa seria no entanto *Xente ao lonxe*, de 1972, um *bildungsroman* de estrutura complexa, onde, por meio de um mosaico de vozes e focos narrativos, acompanha-se o amadurecimento do protagonista, membro de uma família de ativos sindicalistas na passagem do século XIX ao XX. Blanco Amor ainda publicou *Os biosbardos*, em 1962, um conjunto de contos em que os narradores e personagens são crianças e adolescentes, numa cidade – a mesma Auria que é o cenário de *Xente ao lonxe* – que é a transcrição literária da Ourense da infância do autor. Com esses livros, a contribuição de Blanco Amor para a evolução da narrativa galega é inestimável, tanto ao ampliar o campo dos personagens para o universo do proletariado urbano quanto por uma elaborada arquitetura romanesca.

Outro grande ficcionista da Galiza exterior é Xosé Neira Vilas, nascido em 1928, numa pequena aldeia no município de Vilar de Cruces, chamada Santiago de Gres, na província de Pontevedra. Emigrou para a Argentina em 1949 e para Cuba em 1961, onde colaborou com a revolução, retornando à Galiza somente em 1994. Sua estreia se deu com o romance *Memorias dun neno labrego*, publicado em Buenos Aires em 1961, até hoje o maior *best seller* galego. Num contexto de experimentação da Nova Narrativa Galega, a que nos referiremos a seguir, o livro chamou atenção pela sua singeleza formal e temática. Neira Vilas prossegue o “ciclo do neno [menino]”, como os críticos o denominaram, com *Cartas a Lelo*, de 1971, e *Aqueles anos de Moncho*, de 1977. Ainda que construídas de modo distinto, as três narrativas giram em torno da formação de um garoto no contexto de miséria do campo galego no pós-guerra. Por outro lado, em obras como o volumes de contos *Xente no rodicio*, de 1965, e *A muller de ferro*, de 1969, e a novela *Querido Tomás*, de 1980, igualmente situados na Galiza, os protagonistas são adultos e o horizonte temático se amplia com questões como a violência e a alienação humana. O problema da emigração assoma nas novelas *Camiño bretemoso*, de 1967, e *Remuíño de sombras*, de 1973, além dos contos de *Historias de emigrantes*, de 1968. Já no romance *Tempo novo*, de 1987, o cenário é Cuba contemporânea, sob o ponto de vista de galegos residentes na ilha. Por outro lado, na novela *De cando Suso foi carteiro*, de 1988, numa Galiza vazia pela partida dos emigrantes, retorna o protagonista infantil.

³⁴⁴ VILAVEDRA, op. cit., p. 249-250.

Os mesmos temas que alimentaram a narrativa de Neira Vilas perpassam também o restante da obra deste inquieto e multifacetado autor. Na poesia, os livros *Dende lonxe*, de 1960, *Inquedo latexar*, de 1969, e *Poesía recadada*, de 1994. Nos livros de memórias, *Lar*, de 1973, *Nai*, de 1980, e *Pan*, de 1993. No ensaio, *Galegos no Golfo do México*, de 1981, *Castelao en Cuba*, de 1985, e *A lingua galega en Cuba*, de 1995, entre outros. Ademais, Neira Vilas é um prolífero autor de literatura infanto-juvenil.

Como reflexo da renovação que se processava na narrativa ocidental – sobretudo com o *nouveau roman* francês –, a partir de finais da década de 1950 surge um grupo de escritores que pretende romper radicalmente com as formas tradicionais da narrativa galega, e a exemplo do movimento francês, é etiquetado de Nova Narrativa Galega. Retomando e aprofundando as pesquisas estéticas que foram abortadas pela eclosão da Guerra Civil, dialogando com grandes renovadores da romance moderno, tais como Joyce, Faulkner e Kafka, esses ficcionistas, mais do que uma vaga corrente, constituem realmente um “movimento literário non só polas características compartidas por un conxunto de obras de acentuado carácter anovador (...), senón polos vencellos [laços] biográficos e ideolóxicos que unen os seus autores”.³⁴⁵ Assim como os poetas igualmente renovadores dessa geração, os nomes da Nova Narrativa Galega possuíam formação literária (ao contrário de boa parte dos escritores das gerações anteriores), participaram ativamente das Festas Minervais, colaboraram nas páginas do *La Noche* e muitos de seus livros foram publicados na supracitada coleção “Illa Nova” da editora Galaxia. A crítica discute as fronteiras temporais do movimento, mas há certo consenso de que ele arranca com os livros *Nasce un árbore*, de 1954, um conjunto de três novelas curtas, e *Memorias de Tains*, um romance epistolar, que veio à luz em 1956, de Gonzalo Rodríguez Mourullo (1935), e se esgota ao final da década de 1960, embora os seus efeitos se prolonguem nos decênios seguintes. Entre as características da Nova Narrativa podemos enumerar, seguindo Dolores Vilavedra, a rejeição da trama tradicional e do conceito de personagem coerente, uma multiplicação dos focos narrativos, aliada ao uso extensivo do monólogo interior e do fluxo de consciência, a diluição tanto do tempo quanto do espaço ficcionais, e uma objetivização radical do ser humano e de seu entorno, à maneira de Allain Robbe-Grillet.

Depois das obras de Gonzalo Mourullo, outro livro importante para o desenvolvimento da escola foi o volume de contos *Percival e outras historias*, de 1958, do até aqui citado como crítico e poeta Xosé Luís Méndez Ferrín, que também viria a lançar em 1961 *O crepúsculo e a formiga*, outra coletânea de contos, em que são experimentadas as

³⁴⁵ Ibid., p. 254.

mais diversas técnicas narrativas, e em 1964, *Arrebaldo do norte*, uma romance que se aproxima do objetivismo de Robbe-Grillet. Esta vereda seria aprofundada ainda mais em *A orelha no buraco*, de 1965, obra de María Xosé Queizán (1939), a narrativa galega que mais se assemelha aos experimentos do *nouveau roman*. Outros autores importantes no movimento são Camilo Gonsar (1931-2008), autor dos contos minimalistas de *Lonxe de nós e dentro*, de 1961, e do romance *Como calquera outro día*, de 1962, e Carlos Casares (1941-2002), com o livro de contos *Vento ferido*, de 1967, e a novela *Cambio en tres*, de 1969. A esse elenco pode-se acrescentar ainda, segundo Camino Noia,³⁴⁶ os nomes de Xohán Casal (1935-1960), com o seu *O camiño de abaixo*, publicado postumamente em 1970, Vicente Vázquez Diéguez, com *As ponlas baixas*, de 1968, Lois Diéguez (1944), com *A torre de Babel*, também de 1968, e a já mencionada como poeta Xohana Torres, com *Adiós, María*, de 1971. Com a entrada da década de 1970, os representantes da Nova Narrativa Galega passam a seguir cada qual um caminho mais individualizado e o movimento, como experiência coletiva, se dissolve, embora não sem deixar uma funda contribuição para a renovação da narrativa galega. Um romance como *Dos anxos e dos mortos*, de 1977, de Anxo Rei Ballesteros (1952-2008) – que é considerado precursor da nova sensibilidade narrativa que se anuncia com *A nosa cinza*, de 1980, um sucesso de vendas de Xavier Alcalá (1947) –, é profundamente devedor das conquistas técnicas da Nova Narrativa Galega.

Com um sistema literário mais maduro e em processo adiantado de autonomização, a narrativa galega gozou, nas últimas décadas do século, de uma consolidação institucional nunca antes experimentada, por conta da ampliação do mercado editorial, do aumento do número de editoras, de prêmios literários e do incremento de subsídios estatais – com todos os riscos daí decorrentes. Estabelecida e subvencionada, a narrativa se diversifica, ensaia novos caminhos, testa novas fórmulas, na busca de fidelização de um público cada vez mais amplo e variado. Os grupos e movimentos, tão importantes até então, dão lugar a uma busca atomizada, sem tendências aglutinantes ou bandeiras coletivas. O pós-moderno, tão decantado nesse período, não deixa de dar as cartas nessa antiga nação periférica, mas agora inserida velozmente na contemporaneidade da então emergente e auspiciosa União Europeia.

Não é de se estranhar, portanto, que gêneros narrativos mais afins à literatura de massas tenham aparecido na Galiza, como o faroeste, em *A morte de Frank Gonzáles*, de 1975, de Xosé Fernández Ferreiro (1931), ou a ficção científica, com *Galou, Z28*, de Lois Diéguez, ou *Homes do espacio*, de Lois Fernández Marcos (1949), ambos de 1976. Mas foi a narrativa policial a modalidade que gozou de maior êxito. Inaugurada em 1984, com o

³⁴⁶ NOIA, Camino. *A nova narrativa galega*. Vigo: Galaxia, 1992.

romance *Crime en Compostela*, de Carlos González Reigosa (1948), que se tornaria um dos *best-sellers* galegos, tem como um de seus principais cultores Aníbal C. Malvar (1964), autor de *A man dereita*, de 1994, e *Unha noite con Carla*, de 1995. Por outro lado, a narrativa erótica não experimentou o mesmo sucesso, não obstante algumas boas incursões no gênero, como os contos de *Anel de mel*, de Xulio Valcárcel (1953), e o romance *Beatum corpus*, de César Cunqueiro (1941), lançados respectivamente em 1991 e 1993. Embora as fronteiras e as definições dos gêneros sejam porosas e flexíveis, ainda podemos enumerar os seguintes subgêneros como tendo praticantes na prosa de ficção galega: o romance de terror, com Paco Martín (1940), Agustín Fernández Paz (1947), Xosé Miranda (1955) ou Xesús Manuel Valcárcel (1955), o romance de humor, com Gonzalo Navaza (1957), Xosé Luís Martínez Pereiro (1959) ou Joel R. Gómez (1959), o romance de aventuras, com os supracitados Xavier Alcalá e Manuel Forcadela, e a narrativa “cor-de-rosa”, com Dora Vázquez (1913-2010), Xosé Manuel Martínez Oca (1942), Úrsula Heinze (1941) ou a já mencionada María Xosé Queizán.

A narrativa de vocação intimista, de inflexão psicológica, também encontrou, como não podia deixar de ser numa Galiza plenamente integrada à (pós)modernidade, vários cultores, como Marina Mayoral (1942), autora de *O reloxo da torre*, de 1988 ou *Querida amiga*, de 1995, além de Xosé Ramón Pena (1945) e Alfredo Conde (1956). Do primeiro são *Paixóns privadas*, de 1991, e *A era de Acuario*, de 1997; do segundo é *Memoria de Noa*, de 1982. Mas a (pós)modernidade também produziu os seus frutos em experimentalismo. *A semancia*, de 1981, de Xoán Ignacio Taibo (1949), e *A ponliña irlandesa*, de 1997, de Margarita Ledo (1951), são pioneiros de uma narrativa transgressora que será acompanhada por autores como Suso de Toro (1956), com *Polaroid*, de 1986, e *Tic-tac*, de 1993, Xosé Carlos Caneiro (1963), com *O infortunio da soidade*, de 1992, ou Xélis de Toro, com *Terminal*, de 1995. O influxo pós-moderno, ademais, é visível na obra de Xurxo Borrazás (1963), sobretudo em *Criminal* e *Eu é*, de 1994 e 1996, respectivamente. A este grupo pode-se acrescentar ainda Carlos Quiroga, o qual, nas narrativas da trilogia *Viagem ao Cabo Nom*, além de inserir fotografias, opera com um sem-número de gêneros discursivos.

Ao mesmo tempo em que a narrativa galega se punha a par dos gêneros contemporâneos, começa “a desenvolverse un discurso de vocación étnica, dedicado a un tempo á revisión dialéctica da nosa tradición e á construción de alternativas simbólicas.”³⁴⁷ O ciclo arturiano, já trabalhado por Álvaro Cunqueiro, é retomado pelos já citados Xosé Luís Méndez Ferrín, com *Amor de Artur*, de 1982, e Darío Xohán Cabana, com *Galván en Saor*,

³⁴⁷ VILAVEDRA, op. cit., p. 299.

de 1989. Os romances *Confusión e morte de María Balteira*, de 1996, da igualmente já mencionada Marica Campo, e *Doncos o pacífico e Informe bestiário*, de 1987 e 1991, respectivamente, de Xoán Ignacio Taibo, a quem acabamos de referir, também pertencem a essa categoria, assim como *Oxalá voltassem tempos idos!*, de 1994, de José-Martinho Montero Santalha (1947), obra que foi escolhida por hispanistas alemães como o melhor romance galego – além de um dos vinte mais significativos do Estado espanhol – do último quartel do século XX.³⁴⁸

Além da recriação de mitos, outro caminho de investigação identitária, como se sabe, é a pesquisa histórica, já que história e mitologia não são tão antagônicas como se pensa. Nesse sentido, a narrativa histórica receberá um grande incremento a partir de começos da década de 1980. Num viés de alegoria nacional, aparecem os romances *A vila sulagada*, de 1981, de Daniel Cortezón (1927-2009), e *Beiramar*, do já mencionado Xosé Manuel Martínez Oca, lançado em 1983. Todavia, *O triângulo inscrito na circunferencia*, de Víctor Freixanes (1951), publicado em 1982, seria o grande ponto de inflexão do romance histórico na Galiza. Esta epopeia sobre os velhos navegadores galegos, metáfora dos destinos da nação, foi considerada pela crítica como um marco literário, “tanto pola súa insólita extensión como pola súa potencia mítica e a súa riqueza discursiva.”³⁴⁹ Outra incursão pela narrativa histórica que foi importante nesse período é *Ouveade, naves de Tarsish!*, de Xoán Bernárdez Vilar (1936), lançada em 1983, a qual, afastando-se da alegoria, atém-se mais ao rigor documental. Entre os autores que enveredaram pelos caminhos da narrativa histórica podemos apontar ainda os recém-citados Alfredo Conde, com *Xa vai o griffón no vento*, de 1984, e Xosé Ramón Pena, com *O reverso do espello*, do mesmo ano, ou o também já referido Manuel Rivas, com *En salvaxe campaña*, de 1993, ou o *Lápis do carpinteiro*, de 1998, que tem como fundo a Guerra Civil, tema que entrou apenas tardiamente na literatura galega.³⁵⁰ Outros romances que têm como cenário a Guerra Civil Espanhola são *Vísperas de Claudia*, de Manuel Guede (1956), de 1987, *O bosque das antas*, de Francisco X. Fernández Naval, de 1987, e *Agosto do 36*, de 1991, do já mencionado Xosé Fernández Ferreiro. Os romances *Os mortos daquel verán*, de 1987, e *Deus sentado nun sillón azul*, de 1996, de Carlos Casares, um dos nomes da Nova Narrativa a prosseguir com uma obra amplamente valorada pela crítica, também têm como cenário a guerra que dividiu o Estado espanhol.

³⁴⁸ BODENMÜLLER, Thomas; SCHEERER, Thomas M.; SCHÖNBERGER, Axel (ed.) *Romane in Spanien: 1975-2000*. Frankfurt: Valentia, 2004.

³⁴⁹ VILAVEDRA, op. cit., p. 300.

³⁵⁰ Este livro teve uma edição brasileira: RIVAS, Manuel. *O Lápis do carpinteiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Quanto a Manuel Rivas, autor prolífero e polivalente, um dos escritores galegos de maior sucesso internacional, cabe ainda mencionar que o seu êxito se explica, segundo Vilavedra, em boa parte

porque posiblemente sexa a súa traxectoria a que mellor sintetiza os complexos retos [desafíos] con que a narrativa galega se tivo que enfrontar nas dúas últimas décadas [1980-1990]: renovación temática e formal, revisión dialéctica dunha tradición que constitúe a súa principal razón de ser e configuración de alternativas simbólicas que contribúen a recompór unha identidade vivida como conflitiva (...).³⁵¹

Manuel Rivas, María Xosé Queizán, Carlos Casares, Marina Mayoral, Xosé Luís Méndez Ferrín, Marica Campo, Suso de Toro, Xohana Torres, Víctor Freixanes, entre a chusma de narradoras e narradores que aquí citamos (sem esquecer as involuntárias e inevitáveis lacunas, sempre abundantes), atestam o grau de relativo amadurecimento – com seu diversificado repertório de gêneros, temas e estilos – a que chegou o sistema literário galego.

6.6.3 O Teatro

O teatro foi provavelmente o gênero mais afetado pela implantação da ditadura franquista, que só permitiu, a partir da década de 1940, que os coros populares – dirigidos geralmente por pessoas ligadas ao sistema – representassem peças de teor folclorista ou ruralista.³⁵² A situação só começa a melhorar na década seguinte, por conta do lento renascimento cultural que se efetua em torno da editora Galaxia: *O desengano de Prioiro*, de Otero Pedrayo, e *A serpe*, de Jenaro Marinhas del Valle (1908-1999), ambos de 1952, serão as primeiras obras teatrais publicadas na Galiza interior. Todavia, por força das circunstâncias políticas, o teatro dessa época será sobretudo um “teatro *literario*, isto é, teatro para ler, dadas as poucas possibilidades de facelo chegar ao seu destino natural: o escenario.”³⁵³

O fato que marcará um novo estágio na recuperação do teatro galego será a publicação e encenação em 1959 da peça *O incerto señor don Hamlet, príncipe de Dinamarca*, de Álvaro Cunqueiro. Nesta obra – que subverte a trama shakespereana, fazendo

³⁵¹ VILAVEDRA, op. cit., p. 302.

³⁵² Os coros populares são grupos corais surgidos na Galiza nos finais do século XIX e que perduraram até meados do século seguinte.

³⁵³ SÁNCHEZ; ZAS, op. cit., p. 312.

de Halmar, o usurpador do trono, o verdadeiro pai de Hamlet – rompe-se com muitos dos paradigmas anteriores, que atrelavam a dramaturgia galega a temas de carácter folclórico. Cunqueiro, que já havia inserido apêndices dramatúrgicos em sua prosa, como *Función de Romeo e Xulieta, famosos namorados*, no volume de *As crónicas do sochantre*, ainda publicaria as peças *A noite vai coma un río*, em 1965, e *Palabras de víspera*, de 1974.

Um dos autores mais prolíferos dessa fase será Carvalho Calero. Depois de duas peças prejudicadas pela Guerra Civil – *O fillo*, escrita em 1935, teve sua publicação sustada pela eclosão do conflito, e *Isabel*, iniciada em 1936, só foi rematada nove anos depois –, produz *A sombra de Orfeu* e a comédia *A árbore* em 1958. Todavia, essas duas últimas, junto com *A farsa das zocas*, seu maior sucesso de público, só seriam publicadas, junto com *Auto do prisioneiro*, em 1971. Carvalho Calero ainda publicaria *Os chefes*, uma sátira ao processo de transição do franquismo à democracia, em 1982.

Outro autor igualmente prolífero – talvez o mais prolífero do teatro galego – foi o já mencionado Jenaro Marinhas del Valle. Seu primeiro texto teatral se perdeu por conta da irrupção da guerra. É considerado um dos iniciadores do teatro social, com as peças *A chave na porta*, de 1964, e *A revolta*, de 1965, abordando nesta última o problema da emigração de um ponto de vista atemporal e universal. Também fez experimentos vanguardistas em *O triangulo ateo*, de 1964, e *Dúas pezas de teatro inerte*, de 1974.

O teatro social, que proliferará na década de 1970, será cultivado igualmente pelos já citados Manuel María, com *Auto do mariñeiro*, de 1961, e *Auto da costureira*, de 1974; Xohana Torres, com *Á outra banda do Iberr*, de 1965, e *Un hotel de primeira sobre o río*, de 1968; Daniel Cortezón, com *Prisciliano*, de 1970, e *Os Irmandiños*, de 1978; e Blanco Amor, com *Proceso en Jacobusland*, de 1974.

Por essa época, uma série de traduções e encenações dos clássicos gregos começam a ser feitas. Talvez por isso, ao lado do teatro de implicações sociais, um outro, de natureza mítica, mas às vezes não necessariamente menos política, será cultivado por autores como Arcadio López-Casanova, já mencionado como poeta, Millán Picouto (1949) e sobretudo Manuel Lourenzo (1943), autor de mais de 150 obras dramáticas, nas quais recua aos tempos da tragédia grega para denunciar os males do presente histórico.

Por esse tempo, também, um conjunto de eventos foram decisivos para o incremento e normalização da dramaturgia galega, como a criação de concursos e companhias teatrais. Entre os primeiros estão o Certame do Minho, realizado em Lugo, em 1960, que premiou autores como Cunqueiro, Cortezón e López-Casanova, ou o Prêmio de Teatro Castelao, celebrado em Santiago de 1963 a 1965, que galardoou nomes como Xohana Torres e Jenaro

Marinhas. No segundo caso, encontram-se as companhias O Facho e Teatro Circo, surgidas, respectivamente, em 1965 e 1967, que impulsionam o teatro independente galego – o qual, à diferença do espanhol, nasceu nas ruas, não nas universidades. Em 1973, a associação cultural O Facho, da Coruña – a mesma que fundara a companhia teatral homônima –, começa a convocar um concurso de teatro infantil. Ao mesmo tempo, surgem em Ribadavia, na província de Ourense, as Mostras de Teatro Abrente, promovidas pela associação do mesmo nome. Suas oito edições, realizadas entre 1973 e 1980, gozaram de um grande sucesso de público e revelaram os primeiros dramaturgos profissionais em língua galega, como o supracitado Manuel Lourenzo, Euloxio R. Ruibal (1945), Francisco Taxes e Roberto Vidal Bolaño (1950-2002). Atualmente, desde de 1984, realiza-se em Ribadavia todo ano a Mostra Internacional de Teatro, com grande afluência de público e repercussão na crítica.

Com a aprovação do Estatuto de Autonomia em 1980, abre-se um novo marco para a atividade teatral. Nesse mesmo ano, inaugura-se na Corunha a Sala de Teatro Luís Seoane, a primeira sala de teatro estável da Galiza. Em 1984, financiado pela Junta da Galiza, é fundado o Centro Dramático Galego, e em 1989, o Instituto Galego das Artes Cênicas e Musicais, consolidando a institucionalização do teatro galego. Contudo, não obstante a existência deste teatro institucional, os grupos amadores continuarão dominando a cena dramática.

Ademais, é preciso assinalar a importância que os certames teatrais exerceram para a normalização da dramaturgia galega, como o Prêmio Álvaro Cunqueiro, promovido pela Junta de Galiza, o Rafael Dieste, a cargo da Deputación da Corunha, e os Prêmios Compostela de Teatro, do jornal *El Correo Gallego*. E entre os novos dramaturgos que têm se destacado, podemos citar, sem a pretensão de esgotar a lista, Xesús Pisón (1954), Miguel Anxo Fernán-Vello (1958), Cándido Pazó (1960), Quico Cadaval (1960), Henrique Rabunhal (1962), Lino Braxe (1962), Raúl Dans (1964), Miguel-Anxo Murado (1965) e Roberto Salgueiro (1966). Como na narrativa e na poesia, a dramaturgia contemporânea galega apresenta um momento que, em comparação a não muito tempo atrás, é bastante alvissareiro, o que aponta para a consolidação de um sistema literário maduro, pelo menos em alguns de seus âmbitos, e não de todo isento de contradições e conflitos. Embora a quantidade nem sempre se traduza em qualidade, é bom lembrar que, segundo a boa e velha dialética, a mudança qualitativa é sempre precedida pela mudança quantitativa.

6.7 A LÍNGUA: ENTRE O CASTELHANO E A LUSOFONIA

Somos o que falamos? Controlamos nossa fala ou é nossa fala que nos controla? Até que ponto nossa linguagem – sobretudo nossa língua materna – determina nosso pensamento, nossa relação com o mundo e, por conseguinte, nossa identidade? Entre outras coisas, hoje em dia, essa questão é associada à hipótese Sapir-Whorf, originada das pesquisas de dois linguistas e antropólogos estadunidenses, Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Lee Whorf (1897-1941). Sua formulação mais dura, o *determinismo linguístico*, afirma que é a linguagem que produz o pensamento. Ou seja, sem palavras, e os conceitos que lhe são relacionados, não existe pensamento.³⁵⁴ Sua versão mais branda, porém, a *relatividade linguística*, declara que são as diferenças entre as línguas que origina em parte as diferentes visões de mundo. Com efeito, no inglês (como no português e em boa parte das línguas europeias) há apenas um vocábulo para designar *neve*, enquanto que para os esquimós existem múltiplas palavras que correspondem às mais variadas qualidades de neve: a neve que cai, a neve no chão, a neve endurecida, a neve ao se derreter etc. Para os aztecas, ao contrário, uma só palavra, ainda que com diversas desinências, representava neve, frio e gelo. Quando passamos de fenômenos da natureza para noções mais abstratas, como tempo, duração ou velocidade, as diferenças entre as línguas e suas respectivas cosmovisões se fazem ainda mais visíveis.

Se esses exemplos tornaram a hipótese Sapir-Whorf muito popular em meados do século passado, atualmente já quase não se encontram defensores de sua versão mais rígida. Como se sabe, é perfeitamente possível traduzir de uma língua a outra. E mesmo a ausência de uma palavra em um determinado idioma não significa que os seus falantes não possam entender o seu conceito – como o termo galego-português *saudade*. Todavia, a versão mais moderada da hipótese ainda é aceita por alguns estudiosos.³⁵⁵ Se a linguagem não determina nosso modo de pensar, ela pode sim exercer efeito em nossa maneira de sentir, evocar e apreender a realidade.

Foi mais ou menos isso que Castela quis dizer a respeito da Galiza e de sua língua própria:

Ningún idioma alleo – por ilustre que sexa – poderá eispresar en nome do noso os íntimos sentimentos, as fondas doores e as perdurables espranzas do pobo galego; se

³⁵⁴ Já Marx já dizia que “a linguagem é tão velha como a consciência”. Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984. p.159.

³⁵⁵ GUMPERZ, John Joseph. The linguistic and cultural relativity of inference. In: GUMPERZ, John Joseph; LEVINSON, Stephen. C. (eds.) *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 374-406.

ainda somos diferentes e capazes de existir, non é máis que por obra e gracia do idioma.³⁵⁶

Com efeito, esta tomada de posição – sem a língua, não há identidade galega – é praticamente hegemônica no nacionalismo galego. Claro, há outros ingredientes nesse *mix* identitário: terra, sangue, história, tradição... Mas ao longo do século XX muitos deles foram perdendo importância (principalmente os dois primeiros, por conta das fatídicas experiências dos nacionalismos que a eles recorreram), ao passo que a língua foi ganhando peso como elemento definidor da identidade.³⁵⁷

El lenguaje no es sólo un vehículo de interacción e intercomunicación o una herramienta práctica puesta al servicio de la administración del estado desde tiempos antiguos. Es también un vehículo cargado de valor simbólico. Mediante la adopción de una lengua determinada, una determinada población o un determinado grupo de la sociedad manifiesta qué identidad desea mostrarse a sí misma y qué identidad desea mostrar al resto del mundo.³⁵⁸

A língua é a *persona* de nossa identidade, o rosto com que nos contemplamos (ou gostaríamos de nos ver) no espelho e o rosto com que nos revelamos (ou gostaríamos de nos revelar) ao outro. O dramaturgo inglês Ben Jonson (1572-1637)

expressou esse ponto essencial na forma de um epigrama, quando declarou (ao estilo de Sócrates) que “a língua em grande parte revela um homem: fales para que eu possa ver-te. Nenhum espelho apresenta a forma ou a aparência de um homem com tanta precisão como sua fala”.³⁵⁹

Assim, por trás do processo de construção da identidade galega, da “imagem” galega, subjaz o processo de afirmação – e (re)construção – de uma língua.

³⁵⁶ CASTELAO, Alfonso Daniel Rodríguez. Prefácio. p. 10. In: LIMESSES, Gerard Álvarez. *Antre dous séculos: versos galegos – obras completas*. v. 1. Pontevedra: Julio Ántunez, 1934.

³⁵⁷ Não estamos com isso pretendendo afirmar que a língua é indispensável na construção da identidade nacional, pois senão povos limítrofes que partilham a mesma língua não poderiam se ver como duas nações distintas, como se dá entre sérvios e croatas. No caso da Irlanda, por exemplo, com a progressiva perda da língua autóctone e a incorporação da língua do dominador, foi preciso o acionamento de outros elementos diferenciadores como a religião.

³⁵⁸ EVEN-ZOHAR, Itamar. Conflicto lingüístico e identidade nacional. Disponível em: < <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/IEZ-ConflictoLinguistico-Identidad.pdf> > Acesso em 15 fev. 2012.

³⁵⁹ BURKE, *Linguagens e comunidades ...*, p. 42.

6.7.1 Rasuras na Memória

Se a essência de uma nação, como queria Renan, “é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas”,³⁶⁰ a história da língua galega também não escapou a esse processo de amnésia programada – ainda mais que durante muito tempo esta foi “unha historia contada en outra lingua”, para citar um verso de Celso Emilio Ferreiro.

O percurso histórico da língua galega non se pode dissociar da propia historia da comunidade en que se xerou. E como a historia da Galiza foi obxecto de ocultamento e manipulación, chegando mesmo á súa negación como reino politicamente relevante na Idade Média para desa forma poder construír o mito dunha Castela xa dominante na altura, tamén o idioma galego se viu afectado por iso.³⁶¹

Exemplo desse processo de “ocultamento” pode ser conferido na renomeação de lugares:

Na Galiza, a castelhanização dos topônimos foi uma das formas usadas pelo poder central para submeter esse território à unidade (que frequentemente, em termos políticos, não é mais do que uniformidade) do Estado. Assim, foram sendo trasladados à língua oficial todos os nomes de lugar: d’A Corunha para La Coruña, de Ourense para Orense, e assim por diante. A castelhanização supõe em alguns casos uma tentativa de tradução, muitas vezes fantasiosa, ignorando o significado dos nomes. Viana do Bolo, por exemplo, passou a ser denominada *Viana del Bollo*, Mesón do Bento foi traduzido erradamente como *Mesón del Viento*, o bairro corunhês da Agrela passou a ser conhecido oficialmente como *La Grela* e, no cúmulo do absurdo, o lugar denominado O Ninho d’Águia como *El niño de la Guía*.³⁶²

Todavia, este “ocultamento e manipulação” não se deu apenas do lado espanhol, mas também ao sul do Minho. Como se sabe, a língua portuguesa não é propriamente *portuguesa*, isto é, originária de Portugal. Em outras palavras, o idioma falado em Portugal e nas comunidades lusófonas ao redor do mundo não nasceu dentro de atuais fronteiras do Estado português, mas é produto da *Gallaecia* romana, no noroeste peninsular, anterior à lírica galego-portuguesa e à criação do *Condado Portucalense*. De fato, pode-se afirmar que havia uma comunidade linguística unindo a atual Galiza, o norte de Portugal (Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes) e a franja ocidental das comunidades autônomas de Astúrias e Castela e

³⁶⁰ Cf. Nota 132.

³⁶¹ MATO, *A historia e a dignidade do galego*, p. 31.

³⁶² DIEZ, Xoán Carlos Lagares. Sobre a noção de galego-português, p. 63. In: *Cadernos de Letras da UFF* (Dossiê Patrimônio cultural e latinidade), Niterói, n.35, p. 61-82, 2008.

Leão. “O essencial, porém, é que se está em presença do mesmo sistema linguístico, embora ocorram algumas diferenças, não essenciais, não só entre a zona galega e a portuguesa, mas também no interior de cada uma das áreas.”³⁶³ Aliás, a realidade linguística da Europa românica pode ser descrita como um *continuum* de variedades dialetais dificilmente segmentáveis, com grandes áreas de transição e diferenças graduais que se fazem mais sensíveis à medida em que se amplia a distância geográfica entre elas. Nesse contexto, determinados eventos ou circunstâncias históricas, como movimentos migratórios, o isolamento de algumas comunidades, o estabelecimento de fronteiras políticas ou a criação de centros administrativos, com suas respectivas zonas de influência, aceleram o processo – em si contínuo – de diferenciação linguística.

Por outro lado, não se pode confundir os Estados-nações contemporâneos com as entidades políticas medievais. Impérios, reinos, principados e condados não guardam a não ser tênues relações – mais narrativas que genéticas – com os países que lhe herdaram o nome e o território. A nação, como nós a entendemos hoje, geralmente associada a um Estado, atual ou virtual, é uma criação moderna, como vimos. Da mesma maneira, as línguas nacionais são “invenções” relativamente recentes. De língua literária, jurídica ou administrativa, utilizada por uma diminuta elite letrada, a língua oficial de um Estado, com toda a sorte de políticas para sua implementação, difusão e manutenção, o percurso foi longo e tortuoso. (O fato de o mesmo rei que determinou o castelhano como língua da administração em sua jurisdição servir-se do galego na composição de suas cantigas seria impensável alguns séculos depois.)

Conforme analisamos, os séculos XVIII e XIX foram a época da emergência do nacionalismo. Engajada nos múltiplos projetos de construção nacional, a filologia procurava, nas origens míticas da nação, as razões do Estado-nação moderno.

Assim, o paciente estudo e descrição de textos do passado à procura dos elementos que permitam delimitar o espaço da língua, isto é, aqueles que fariam possível determinar o que é próprio dela e o que não é, os seus traços “essenciais”, vem contribuir para a delimitação temporal, geográfica e, o que é mais importante, simbólica do território.³⁶⁴

³⁶³ MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986. p. 889-890.

³⁶⁴ DIEZ, op. cit., p. 65.

A ideia de Nebrija, no século XVI, de que “a língua é sempre companheira do império”,³⁶⁵ converteu-se, na era do liberalismo burguês, não somente em ferramenta de centralização política e eficácia administrativa como sobretudo em um dos substratos da ideologia do Estado. Assim, os ideólogos da nação estatal projetavam no passado distante os conceitos recentes de nação e língua – e neste processo era preciso, ao mesmo tempo em que apagavam as diferenças dentro das próprias fronteiras, acentuá-las com respeito aos de fora.

Nesse caso, como Portugal poderia admitir que sua língua nacional fosse originária de uma região pertencente não apenas a outro Estado mas ao grande Estado rival? Aliás, a primeira denominação que o romance do noroeste peninsular recebeu é *galego*, como o catalão Jofre de Foixà o designou em suas *Regles de trobar*, de 1290, ao lado do francês, do provençal e do siciliano.³⁶⁶ Como não era possível negar as origens galega do português, passou-se então a usar como estratégia o argumento de que com a independência de Portugal a sua variante linguística ganhara autonomia e se diferenciara substancialmente do galego. Este argumento já fora esgrimido por Duarte Nunes de Leão em 1606:

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia [abundância] como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza.³⁶⁷

No entanto, no século XVII, o idioma ainda não era um elemento distintivo da nacionalidade (tanto que a corte portuguesa era bilingue, o castelhano sendo a língua de prestígio), representando, antes, numa sociedade fortemente estratificada, um fator de diferenciação social. Nesse sentido, o português da corte lisboeta precisava distinguir-se das variantes do restante do país e da Galiza, onde “nunca” houvera reis e corte. Mais tarde, com a ascensão do nacionalismo, a argumentação em prol da diferenciação do português com respeito ao galego passou a centrar-se na constituição de Portugal como reino independente, arrazoado que foi manuseado pela quase totalidade dos historiadores portugueses (e brasileiros) até há bem pouco tempo. Consequentemente, o galego medieval viu-se metamorfoseado, nessa reconfiguração ideológica, no “português arcaico” ou “português

³⁶⁵ “Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antiguedad de todas las cosas que para nuestra recordacion i memoria quedaron escritas, una cosa hallo i saco por conclusion mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; i de tal manera lo siguio, que junta mente començaron, crecieron e florecieron, i despues junta fue la caida de entrambos.” NEBRIJA, Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. Madri: Junta del Centenário, 1946. p. 5-6.

³⁶⁶ MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da língua galega*. Vigo: Galaxia, 1999. p. 119-120.

³⁶⁷ LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983. p. 220.

antigo”, ao passo que a língua atualmente falada na Galiza, não raro, é rebaixada à condição de “dialeto regional”:

O novo pequeno reino consolidou, por sua vez, como língua nacional o seu romance peculiar, que constituiu a língua portuguesa. No extremo norte do litoral atlântico, porém, a região da Galiza, em que se falava o mesmo romance, continuou politicamente subordinada ao reino de Leão e Castela e até hoje conserva o seu galego como dialeto regional, sob o domínio oficial do castelhano.³⁶⁸

De todo modo, hoje, com exceção de um ou outro diferencialista mais extremado (veremos essa categoria logo adiante), é inegável que, por trás das rasuras e costuras da história, existiu no noroeste da Península, unindo a Galiza e o norte de Portugal, durante muito tempo (sete séculos ou mais) uma comunidade linguística expressando-se no que ficaria conhecido mais tarde como galego-português.

6.7.2 Diferença na Identidade

Com o estabelecimento da fronteira política entre a Galiza, agora cada vez mais satelizada por Castela, e o novo Reino de Portugal, e com a posterior gramatização da língua na corte portuguesa, é natural que as eventuais diferenças diatópicas de ambos os lados da fronteira se acentuassem. Cabe agora indagar se, por conta do ritmo dessa evolução, o galego e o português contemporâneos são duas variantes ou falas de um mesmo diassistema, isto é, dois codialetos da mesma língua, ou se são duas línguas que, embora originárias do mesmo ramo e ainda muito próximas, constituem sistemas linguísticos atualmente autônomos.³⁶⁹ A resposta, com certeza, não é simples, pois a língua, mais que um construto linguístico, é um produto *glotopolítico*.

³⁶⁸ CÂMARA JÚNIOR, José Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985. p. 17-18.

³⁶⁹ Segundo o linguista romeno Eugenio Coseriu (1921-2002), todo diassistema comporta uma estrutura mais ou menos complexa de variedades (dialetos, níveis, estilos), as quais se dão em pelo menos três eixos: o *eixo diatópico*, que compreende as diferenças no espaço geográfico, o *eixo diastrático*, que diz respeito às variações entre os níveis sócio-culturais da comunidade linguística, e o *eixo diafásico*, relacionado às diversas possibilidades de modalidades expressivas, como, por exemplo, entre a língua falada e a língua escrita, a linguagem corrente e a linguagem formal etc. Cf. COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 110-113. Entre os exemplos de línguas pertencentes a um mesmo diassistema podemos citar o sérvio, o croata, o bósnio e o montenegrino (diassistema eslavo do centro-sul), o holandês, o flamengo e o baixo-saxão (diassistema do baixo-alemão), o dinamarquês, o norueguês e o sueco (diassistema escandinavo continental), o catalão, o valenciano e o provençal (diassistema occitano-catalão).

Duas posições, fortemente antagônicas, polarizam o debate, as quais podem ser classificadas sob as etiquetas de *diferencialismo* e *reintegracionismo*.³⁷⁰ A primeira delas, conhecida também como *autonomismo*, *independentismo* ou *isolacionismo* – esta última alcunha dada por seus adversários –, defende que o galego é atualmente uma língua “diferente” do português.

Todos los romanistas coinciden en la existencia de una muy antigua unidad cultural en el noroeste peninsular que se configura, en la evolución del latín, en torno a una lengua romance con identidad propia: el *gallego-português*. Razones políticas, sin embargo, rompen esa unidad. El nacimiento del reino de Portugal convierte el Miño en frontera y acelera, en la consolidación del nuevo estado independiente, los procesos de diferenciación entre las dos ramas del árbol primeiro. Hablamos hoy de una *hermandad gallego-portuguesa*, pero de dos lenguas diferentes, que a partir del siglo XV, sobre todo, marcan distancias definidas.³⁷¹

Numa versão mais radical desse posicionamento, afirma-se que o galego, desde o seu princípio, já era uma língua independente – aliás, na verdade, era a única língua vernácula da região, da qual o português iria mais tarde se desprender. Esta é a posição, por exemplo, do filólogo Ramón Lorenzo:

Eu sempre defendín o galego coma lingua independente e non coma comparsa de ningunha outra, por moi semellante que sexa á nosa. Se me interesa o galego é coma lingua propia, coma lingua que non necesita da tutela de ningunha outra lingua irmá. Por iso concordei de contado coa normativa lingüística que trataba de achega-la escrita o máis posible á lingua falada, porque esa lingua falada, tirados tódolos castelanismos que se lle foron pegando, é a que nos fai ser independentes.³⁷²

Ainda que o diferencialismo tenha se originado, como discurso linguístico e, conseqüentemente, posição política, dos trabalhos do Instituto da Língua Galega (ILG) – um centro de investigação linguística pertencente à Universidade de Santiago de Compostela, criado em 1971 –, suas raízes devem ser buscadas “na recuperação progressiva dos usos

³⁷⁰ Acompanho aqui os estudos de Herrero Valeiro. Cf. VALEIRO, Mário Herrero. Linhas discursivas: as elites e a luta pelo poder simbólico, mas também real sob forma *guerra de grafias*. In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.) *Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios)*. Padrón: Academia galega da Língua portuguesa, 2009, p. 115-139. VALEIRO, Mário Herrero. *Guerra de grafias e conflito de elites na Galiza contemporânea (textos e contextos até 2000)*. Santiago de Compostela: Através, 2011. Cf. também VIDAL, Pablo Sánchez. *O debate normativo da língua galega (1980-2000)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010. Para este autor há três grandes correntes que hegemonomizam o debate: a autonomista, a reintegracionista e a lusofonófila. No entanto, pensamos, com Mário Valeiro, que este último grupo nada mais é que uma posição mais extremada do reintegracionismo.

³⁷¹ MONTEAGUDO, Henrique. El idioma, p. 137. In: FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001. p. 132-153. O grifo é do autor.

³⁷² LORENZO, *Reflexións crítico-eruditas e sentimentais sobre a língua...*, p. 27-28.

escritos do galego no século XIX.³⁷³ No *Rexurdimento*, quando os escritores começaram e empreender a construção de um modelo prestigiado para o uso escrito do galego, até então uma língua basicamente oral, optaram por uma ortografia mais fonética que etimológica, e por soluções tomadas de empréstimo ao castelhano, afinal a única língua em que haviam sido escolarizados. Desde então, a até a sua normalização recente, não obstante as profissões de fé lusista e uma ou outra exceção, o galego, como língua escrita e sobretudo *impresa*, tem sido decalcado, de maneira mais ou menos livre e até anárquica, das normas da língua dominante, o castelhano.

Com a Guerra Civil e a vitória do franquismo, novo avatar do velho centralismo espanhol, o espaço para o debate político se viu interdito (até então *la questione della lingua* nas nações periféricas do Estado espanhol tinha sido uma questão com fortes derivações políticas). Como nós vimos, o movimento galeguista do interior, abdicando da luta política – por estratégia ou por pragmatismo –, concentra-se agora exclusivamente nas atividades de cunho cultural, a única forma então viável de resistência. A Editorial Galaxia, fundada em 1951, tornar-se-ia o principal empreendimento dessa via e o único espaço onde o debate normativo, ainda que desfibrado, pôde prosseguir. Para uso interno, a editora criaria algumas normas, com o emprego quase exclusivo, por exemplo, do grafema *x* para a fricativa pré-palatal surda, no lugar do *j* ou *g* (ante *e* ou *i*) do português.

Na década de 1960, com a chegada de Sebastián Martínez-Risco (1899-1977) à presidência da Real Academia Galega (RAG), dá-se um novo impulso ao processo padronizador através da elaboração e publicação das *Normas ortográficas e morfológicas* em 1970-1971, as quais

consagram algumas das soluções adotadas pelas publicações de Galaxia e na sua sexta página explicitam que: “a actual ortografía galega, como no podía menos de suceder, formouse sobre a castelá”, enquanto na décimo oitava declaravam as normas ortográficas do castelhano como modelo para tudo aquilo que aí não aparecesse tratado.³⁷⁴

Outro fato importante da época é a posse de Constantino García González (1927-2008) na cátedra de filologia romana da Universidade de Santiago de Compostela:

Os trabalhos iniciados por este linguista darão lugar à construção da “teoria diferencialista” e à própria constituição do Instituto da Lingua Galega na universidade compostelana. A formação de uma equipa de investigadores, de

³⁷³ VALEIRO, *Linhas discursivas...*, p. 118.

³⁷⁴ *Ibid.*, *Guerra de grafias...*, p. 108.

orientação quase que exclusivamente dialetológicas, e de uma infraestrutura organizativa ajudarão a que ao final da década [de 1970] o ILG ocupe a posição predominante no processo codificador (...).³⁷⁵

Em 1977 são lançadas, pela RAG e ILG, as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*, as quais, numa segunda edição, em 1980, sofrem significativas alterações no sentido de uma maior diferenciação do galego em relação ao português.³⁷⁶ Entrementes, com a aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza em 1981, é conferido ao novo poder autonômico competência legal para legislar sobre a língua galega.

Com a elaboração e promulgação do Decreto 173/1982 sobre “normativización da lingua galega” (...) o governo autónomo põe fim à luta simbólica, travada ao longo da década de 70, pela oficialização de uma norma linguística para o galego com a aprovação das *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* elaboradas em 1982 por uma *Comisión Mixta* formada por representantes do ILG e a RAG. Esta última instituição aprovara as normas com a oposição expressa dos seus membros pró-reintegracionistas. O reintegracionismo porá em causa a validade do processo de elaboração e promulgação destas normas argumentando que a RAG não era *da língua* nem o ILG era um instituto dotado de autoridade para atuar sobre a padronização, mas apenas uma instituição universitária *de investigação*. Teoricamente, nem uma nem outra instituição estavam estatutariamente legitimadas para atuar sobre a questão da norma. No entanto, com a promulgação da *Lei de Normalización Lingüística* (Lei 3/1983 de 15 de junho) a Junta, através de uma “disposição adicional”, dotará de “autoridade” plena a RAG para decidir em questões de padronização. A partir de então, o “critério de autoridade”, antes só válido no nível técnico-intelectual, passa a ser habitualmente utilizado no discurso oficializado com um valor político.³⁷⁷

Em 1990, avançando no processo de normatização, a RAG e o ILG lançam a primeira edição de um dicionário que se converteria, em 2004, no Vocabulário Ortográfico da Língua Galega, constituindo assim a norma lexical do idioma. De agora em diante, portanto, o diferencialismo, um dos polos que disputavam a hegemonia dessa “guerra de grafias”, será a postura oficial da Junta da Galiza e dos órgãos do governo central, principalmente através da *Dirección Xeral de Política Lingüística*, além de ser igualmente assumido pelas principais agremiações políticas da Comunidade Autónoma: o Partido Popular da Galiza (PPdG), organização local do Partido Popular (PP), o Partido Socialista da Galiza (PSdG), ligado ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), e de parte de coletivos e indivíduos do Bloco Nacionalista Galego (BNG). Além da RAG e do ILG, entidades financiadas pelo poder

³⁷⁵ Id.

³⁷⁶ Na redação de 1977, “diz ser ‘desejável’ o uso etimológico de *g* e *j*, aspecto que já desaparece na segunda redação, e como a solução *-ble* é considerada como castelhanismo em 1977 mas passa a ser uma ‘solução própria’ em 1980.” VALEIRO, *Guerra de grafias...*, p. 108.

³⁷⁷ Ibid., p. 115-116. Os grifos são do autor.

público, como o *Centro da Cultura Galega* e o *Centro de Investigación en Humanidades Ramón Piñeiro*, situam-se nesta esfera.

Assim, a grafia “oficial” do galego, diferenciando-se do português, vai utilizar o *ñ* no lugar de *nh*, o *ll* no lugar de *lh*, a terminação *-ción* no lugar de *-çom* ou *-çãõ*, o *x* para representar a fricativa pré-palatal surda, substituindo desse modo o *j* (+*a, i, o, u*) e o *g* (+*e, i*) do português, como em *xunta* [junta], *xullo* [julho], *lonxe* [longe] ou *xeral* [geral], além do uso de regras de acentuação gráfica assemelhadas ao espanhol, entre outros empréstimos.³⁷⁸ A partir de então, as publicações – jornais, revistas, livros – que não se ativessem à norma oficial ficariam excluídas das significativas subvenções estatais e os professores da educação básica e do ensino médio que porventura optassem por outras normas estariam sujeitos a processos e sanções disciplinares.

No plano identitário, já que neste caso a grafia nada mais é que um índice ideológico, a Galiza aparece, aos olhos da normativa diferencialista, agora *oficialista*,³⁷⁹ mais distante de Portugal e mais próxima da Espanha, menos *nação* e mais *região*, ainda que constitucionalmente autônoma. Contudo, esta associação não deve ser automática, pois, se a visão centralista sempre foi prerrogativa da direita espanhola, há grupos independentistas e marxistas-leninistas, como a Frente Popular galega (FPG), que adotam a posição diferencialista.

6.7.3 Identidade na Diferença

O reintegracionismo, por seu turno, advoga que “não existem critérios linguístico-estruturais suficientes que permitam falar de uma língua galega independente do português.”³⁸⁰ Portanto, para evitar que o galego, língua dominada, de dissolva no castelhano, a língua do dominador, propõe sua “re-integração” linguística (e cultural) na sua matriz lusófona.

³⁷⁸ O professor António Gil Hernández, por seu turno, contesta o *status* oficial dessa normativa. Cf. Junta alega inexistente “normativa ortográfica oficial” para negar subsídios ao *Novas da Galiza*. *Diário liberdade*, Ferrol, 10 fev. 2010. Disponível em: <http://diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=202:junta-de-galiza-alega-a-umha-inexistente-normativa-ortografica-oficial-para-negar-subsidios-ao-nov&catid=14:linguaeducacom&Itemid=44> Acesso em: 24 fev. 2012.

³⁷⁹ VALEIRO, *Guerra de grafias...*, p. 121.

³⁸⁰ VALEIRO, *Linhas discursivas...*, p. 118.

(...) pertencemos a um território de idênticas características geográficas, geológicas, paisagísticas, climatológicas e durante bastantes séculos formamos um mesmo Povo unido política e eclesiasticamente. Isso foi o que nos levou a contarmos com a primeira grande literatura da Península Ibérica. Uma koiné tão perfeita que mesmo os defensores da diversidade idiomática vêem-se obrigados a reconhecerem a sua unidade. (...) E se a Galiza continuasse ligada politicamente a Portugal, hoje o nome do nosso comum idioma não seria outro que o de Galego. Que hoje receba o nome de português, para muitos como eu não oferece problema algum.³⁸¹

Mais do que os diferencialistas, os reintegracionistas se ancoram em um amplo conjunto de pesquisas linguísticas e romanísticas, sintetizadas aqui pelo supracitado Eugenio Coseriu:

No hay duda, pues, de que el gallego es la base del portugués. Este no es sino “gallego modificado por los mozárabes”, o, como quieren algunos, “mozárabe modificado por los gallegos”, aunque esto último sea menos aceptable, dada la gran unidad entre el Norte del Portugal y Galicia y dado que todo lo esencial, en la fonética y en la gramática, había ocurrido ya antes de esta época en la base del portugués.

(...)

Más bien cabe preguntarse si las innovaciones ulteriores, por ambas as partes, son tantas y tales que puedan justificar que se hable de una separación efectiva entre los dos idiomas. Esto no parece ser así, sobre todo si se compara el gallego (y todo el gallego, no sólo un gallego unificado) con el *portugués popular e dialectal*, no con el portugués “normativo”.

(...)

Con todo, o sea, a pesar de que durante siglos no ha habido contactos efectivos, el gallego y el portugués siguen perteneciendo al mismo conjunto, al mismo *continuum* lingüístico. La separación puede, sin duda, establecerse en el plano de la lengua común (...), pero no a nivel popular y dialetal, de suerte que, para la lingüística histórica, sigue teniendo plena vigencia la denominación compuesta “*gallego-portugués*” creada, según parece, por lingüistas alemanes.

Claro que esto no significa que el gallego sea “portugués”; significa más bien lo contrario: es el portugués el que es “gallego”. Historicamente, el portugués es el gallego de la Reconquista y es hasta hoy, en todas sus formas, la continuación de eses gallego. Esto vale también para el portugués literario y común en su relación con el gallego literario medieval, pues la tradición de este gallego ha sido adoptada y continuada por la lengua literaria portuguesa. Se trata, por tanto, del caso, bastante raro en la historia de las lenguas, de una lengua que, precisamente en la forma que se difunde y se constituye en lengua común y gran lengua de cultura, *se llama con otro nome*: ya no gallego, sino portugués.³⁸²

³⁸¹ SANTALHA, José Martinho Montero. A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro. p. 43. In: COMISSOM LINGÜÍSTICA DA AGAL. *Por um galego extenso e útil: leituras da língua de além e de aquém*. Ourense: Associação Galega da Língua, 2009. p. 27-52. (Este trabalho foi apresentado no I Congresso Internacional Identidade Cultural e Cooperação Transfronteiriça, realizado em Vigo, entre 7 e 9 de dezembro de 1995.)

³⁸² COSERIU, Eugenio. *El gallego en la historia y en la actualidad*. p. 798 e 800. In: Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. p. 793-800. A corunha: AGAL, 1989. Os grifos são do autor. É bom recordar que, não obstante os nove séculos de separação política, as fronteiras do período medieval e da Idade Moderna eram bem mais permeáveis, ocorrendo não raro intercâmbios sócio-culturais entre os habitantes dos dois lados do Minho (como o demonstra Camões, neto de galegos), além do fluxo migratório de galegos rumo a Lisboa, bastante intenso no século XVIII, o que não deve ter deixado de exercer efeitos de “regaleguização” no português.

Por seu turno, a formulação mais extrema do reintegracionismo, conhecido como reintegracionismo pleno (seus adeptos são chamados de lusistas, sobretudo por seus detratores), defende que o galego assumira integralmente a ortografia da língua portuguesa – proposta que se sentiu legitimada sobretudo depois que o português ganhou uma ortografia unificada com o Acordo Ortográfico de 1990, que vem sendo implementado nos países de língua oficial portuguesa desde 2009.

Embora surgido, mais ou menos como o diferencialismo, no decênio de 1970, as raízes do reintegracionismo mergulham e se confundem com as origens do galeguismo. Conforme já vimos, Padre Feijó defendia a identidade entre os idiomas dos dois lados do Minho, afirmando que a língua galega era uma “realidad indistinta de la portuguesa, por ser poquísimas las voces [palavras] en que discrepan y la pronunciación de las letras en todo semejante, y asi se entienden perfectamente los individuos de ambas naciones, sin alguna instruccion antecedente.”³⁸³ Embora Padre Sarmiento admitisse uma certa diferenciação entre as línguas, para ele “la lengua portuguesa pura no es otra que la extensión de la gallega”, mesmo que depois ela tenha se carregado “de voces forasteras, moriscas, africanas, orientales, brasileñas, etc.”³⁸⁴

No *Rexurdimento*, Murguía, com toda sua autoridade moral, foi o principal defensor da unidade linguística galego-portuguesa:

(...) no se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, que es la que hablan y entienden cerca de três millones de gallegos, dieciocho millones de habitantes en Portugal y sus dominios, doce en el Brasil.³⁸⁵

Eduardo Pondal, em poema já aqui citado, refere-se à língua galega como “verbo do gran Camoens”, que convocará “os bos fillos do Luso”, “que aló o [além do] Miño están.”

Na primeira metade do século XX, por força do ascenso do debate identitário que engaja as elites da Galiza, multiplicam-se as declarações nesse sentido. Para Correa-Calderón, por exemplo, “ocho siglos de aislamiento [isolamento] oficial no han sido suficientes a separar

³⁸³ FEIJÓ, Benito. Jerónimo. *Theatro crítico universal*. t. 1. Discurso 15, § 6. Madri: Real Compañía de Impresores y Libreros, 1778 (1. ed. 1726). Disponível em <<http://www.filosofia.org/bjf/bjft115.htm>> Acesso em: 26 fev. 2012.

³⁸⁴ SARMIENTO, Martín. Sobre el origen de la lengua gallega. p. 30. In. PENSADO, José. Luis. *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*. Vigo: Fundación Penzol/Galaxia, 1974 (1. ed. 1726). Já o Padre Sobreira (1745-1808) propugnava a diferença entre os dois idiomas. Cf. VALEIRO, *Guerra de grafías...*, p. 92.

³⁸⁵ MURGUÍA, Manuel. Discurso del señor académico presidente. p. 128. *Boletín de la Real Academia Gallega* n. 6-7, p. 125-129, 1906. Apud VALEIRO, *Guerra de grafías...*, p. 96-97.

esa patria espiritual formada por Portugal e Galicia, en la que se habla una misma lengua.”³⁸⁶

Antón Villar Ponte, por seu turno, ao reafirmar essa unidade, traz exemplos similares:

Entre el gallego y el portugués de hoy no hay más diferencias que las existentes entre el castellano de Castilla y el de Andalucía y América y su unificación es tan fácil, sino más que la realizada por flamencos y holandeses con el idioma común, que sólo se diferenciaba en la ortografía y en algunos giros prosódicos.³⁸⁷

Da mesma forma, o maior vulto do nacionalismo galego moderno não poderia ser mais explícito: “O galego é un idioma extenso e útil, porque – con pequenas variantes – fálase no Brasil, en Portugal e nas colonias portuguesas.”³⁸⁸

Essas profissões de fé lusófila não se restringem ao campo teórico ou político, mas se estendem à esfera bem mais chã da ortografia. Desde a recuperação literária do galego, vivia-se (e de certa forma vive-se até hoje, não obstante a normativa oficial) um verdadeiro caos ortográfico, em que cada autor escrevia segundo seu alvitre ou conhecimentos gramaticais. Por conta disso, próximo ao final do século XIX, começou a ouvir-se um clamor em prol da criação de uma entidade que legislasse sobre a questão – o que de fato não viria a acontecer tão cedo, nem mesmo com a fundação da RAG.

No meio de uma polémica sobre as possibilidades de sobrevivência dos que então eram conhecidos como “dialetos”, em 1881 o asturiano Balbín de Unquera propunha, provavelmente pela primeira vez na história, que o galego adotasse simplesmente o padrão do português. (...) Não haveria nada de estranho nesta adoção, pois que para este autor o português seria também próprio dos Galegos.³⁸⁹

Pouco depois, em 1896, um cordobense corroboraria essa sugestão, servindo-se praticamente da mesma linha de raciocínio de que os reintegracionistas se valeriam um século mais tarde:

¿Por qué, pues, ha de querer convertirse ahora, este dialecto en una nueva lengua literaria? ¿No sería mejor que los escritores gallegos (...) asimilasen al portugués su

³⁸⁶ CORREA-CALDERÓN, Evaristo. *Índice de utopias gallegas*. Madri: Compañía Iberoamericana de Publicaciones, 1929. p. 234.

³⁸⁷ PONTE, Antón Villar. La lengua vernácula y la portuguesa, p. 346. In: _____. *Pensamento e sementeira*. Buenos Aires: Centro Gallego de Buenos Aires / Instituto Argentino de Cultura Gallega, 1971. Apud ESTRAVIZ, Isaac Alonso. Identidade lingüística galaico-portuguesa, p. 46. In: *Por um galego extenso e útil: leituras da língua de além e de aquém*. Ourense: Associação Galega da Língua, 2009. p. 41-71.

³⁸⁸ CASTELAO, op. cit., p. 53 (livro I, cap. IV).

³⁸⁹ VALEIRO, *Guerra de grafias...*, p. 97.

lengua escrita, con lo cual ganaría la lengua en elegancia y riqueza, y tendrían los autores un público menos reducido?³⁹⁰

Murguía, num esboço de prólogo a uma coletânea de poemas populares, descoberto somente em 1997, levaria ainda mais adiante este raciocínio:

El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. ¿Por que no aceptar la ortografía portuguesa? ¿Si nos fue comun en otros tiempos, por que no ha de serlo de nuevo? ¿Solo un total olvido entre nosotros, de la lengua hermana, pudo hacer que se alcanzaran y prevaleciesen la especial confusión con que escribieron y escriben el gallego; atendiendo los unos, como es justo, al origen de las voces, atendiendo los otros á lo que da de si la fonética, y en fin mermando los mas sin tino inconsciente ambos sistemas. Para evitar tan grave inconveniente y sobre todo para echar de una vez las bases de una ortografía con la cual podamos y debamos conformarnos, me decidí por de pronto á seguir la portuguesa, modificada en aquella parte a que puede sin peligro asimilarse á la que la usamos.³⁹¹

Não sabemos os efeitos que teria causado no desenrolar do debate normativo a publicação desse texto, dada a importância no cenário galeguista do marido de Rosalía de Castro.

Às vésperas da Guerra Civil, o dramaturgo Ricardo Flores (1903-2002), não somente reitera esses argumentos como também se serve, nessa reiteração, de uma ortografia muito próxima da portuguesa:

A unificação ortográfica das duas linguas irmãs, proporcionaria ao nosso idioma formas mais científicas, robusteceria as asas da nossa cultura, e amplificaria as nossas fronteiras literárias.

(...)

Devemos, pois, abandonar essa atitude incongruente, d'estarmos empregando un-a escrita degenerada; convén pôr couto [limite] ao cultivo de semelhante "patois", e voltarmos ao nosso passado, aos nossos moldes originários, que o feito fatal do roubo da nossa soberania, nos fez ir perdendo.³⁹²

Todavia, não obstante a profusão de manifestações retóricas – das quais reproduzimos apenas alguns exemplos – em defesa da aproximação com a ortografia da língua portuguesa, a prática escrita não foi correspondente.³⁹³ Com raras exceções como o

³⁹⁰ VALERA, Juan. *Obras completas*. v. 2. Madri: Aguilar, 1958.

³⁹¹ Sobre o tema Cf. SOUZA, Ernesto Vásquez. *Destá beira do Leteu: artigos de historia cultural, literatura e sociedade desde o esquecimento*. Santiago de Compostela: Laidvento, 2004. p. 70-83.

³⁹² Apud VALEIRO, *Guerra de grafias...*, p. 103.

³⁹³ Cf. LÓPEZ, Murício Castro. *Manual de iniciación à língua galega: sociolingüística, morfosintaxe, ortografía e léxico*. Ferrol: Fundación Artábria, 1998. PORTAS, Manuel. *Língua e sociedade na Galiza*. 3. ed. rev. e ampl. Corunha: Bahía, 1997. MATO, Xosé Ramón Freixeiro. *Língua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Laidvento, 1997.

texto acima de Ricardo Flores, os escritores galegos continuaram a lançar mão de uma ortografia de caráter muito mais fonético que histórico, mais próximo do castelhano que do português.

Na segunda metade do século, ainda que a prática majoritária continue sendo a de uma ortografia de molde castelhano, não faltarão escritores que ensaiarão uma convergência com o português, como Ernesto Guerra da Cal, que, não sem ousadia, afirmou na abertura de seu poemário *Lua de alén mar*, de 1959:

Empregamos grafia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela podem ser representados sem se deturpar o carácter da nossa peculiaridade idiomática. Movem-nos a isso duas razões, ao nosso ver validamente justificadoras: a primeira é a evidência de que o sistema gráfico vigente até hoje entre nós não tem base alguma respeitável, nem histórica, nem científica; a segunda, e ainda mais importante, é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vínculos tradicionais das nossas letras com o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à qual tanto pelo verbo como pelo espírito pertencemos. (...) De facto cremos que esse é o caminho mais certo para ultrapassar os limites regionais e dialectais que ainda estreitam a expressão cultural galega. Consideramos, pois, ineludível a nossa *reintegração* no perímetro e nas correntes universais do “mundo que o português criou” aquém e além-mar. O verdadeiro meridiano espiritual da Galiza passa por Lisboa e pelo Rio de Janeiro – e quanto antes reconhecamos esta verdade, antes se abrirão à nossa antiga voz recuperada as possibilidades de ecoar fora dos restritos confins comarcais nos que nos estamos fechando, cegos às vastas perspectivas que temos diante dos olhos.³⁹⁴

Em 1966, Ricardo Carvalho Calero, que no ano anterior começara a lecionar língua e literatura galegas na Universidade de Santiago, lança *Gramática elemental del gallego común*. Esta obra, mais do que uma gramática, constituía uma proposta de normatização comum para o galego em vistas de uma possível introdução da língua no sistema educacional. No entanto, na esteira da tradição majoritária, a proposta continuava se estribando na ortografia castelhana. Seria somente em sua sétima edição, em 1979, que a *Gramática* assumiria um projeto de acercamento do padrão português, refletindo a radical viragem de orientação pela qual o autor passara nesse meio tempo. Alguns anos mais tarde, Carvalho Calero, já convertido em um dos principais arautos do reintegracionismo, declararia:

Umha língua tam ameaçada como o galego nom pode sobreviver senom apoiando-se nas demais formas do sistema, quer dizer, reintegrando-se no complexo luso-galaico do qual geneticamente forma parte (...). O galego ou é galego-português ou é galego-castelam (...). Umha concórdia ortográfica, quando menos, e umha inteligência na opção das formas lingüísticas que integrariam, sem prejuízo das peculiaridades do galego, o veículo geral de comunicaçom, seriam indispensáveis.

³⁹⁴ CAL, Ernesto Guerra da. *Lua de além-mar / Rio de sonho e tempo*. Corunha: AGAL, 1991. Nesta edição a ortografia foi adaptada pelo próprio autor para se adequar plenamente ao padrão português. O grifo é nosso.

Deste jeito, seríamos o que somos, voltaríamos a ser o que fomos: o romance mais ocidental, nom esnaquizado em dous anacos isolados, senom reintegrado numha unidade sistemática que nom exclui a autonomia normativa.³⁹⁵

Por essa altura, uma forte contribuição para a configuração do reintegracionismo viria das bandas de baixo do Minho, com Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989). Já na década de 1930, Rodrigues Lapa, em contato com a efervescência cultural do galeguismo, escrevia na revista portuguesa *Seara nova*:

Considera-se o galego um dialecto rústico e não se conhece que esse dialecto foi já portador duma admirável civilização artística e ainda o poderá vir a ser, se for cultivado com inteligência e com amor. E as verdadeiras elites, partindo deste princípio indiscutível, entendem que a única maneira de afinarem o instrumento, de que não prescindem, será pô-lo em contacto com o instrumento português, mais acertado.³⁹⁶

Mais tarde, num artigo de 1973, a respeito de recuperação literária do galego, o filólogo português afiançava: “Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata.”³⁹⁷ Já em pleno processo de discussão do futuro estatuto autonômico, Rodrigues Lapa declarava:

A língua não é apenas um meio simples, imediato, de comunicação; é também, e talvez acima de tudo, em sua forma literária, uma admirável criação artística, de que o homem nem a sociedade, qualquer que seja, poderão jamais prescindir. É este último ponto que hoje está em causa no problema galego: não se trata do idioma vulgar, que continuará a existir, mas da criação ou apropriação de uma forma literária de alto nível que, por sua vez, irá melhorando e salvando a fala corrente. E dizemos “apropriação”, porque o caso galego é uma excepção felicíssima: essa língua literária de que ele carece está feita desde há oito séculos e chama-se hoje português. Os Galegos têm a sorte rara de poderem fazer essa opção, coisa de que se não podem gabar nem bascos nem catalães.³⁹⁸

Ou seja, para o galego elevar-se ao patamar de língua de prestígio não precisaria passar por um prolongado processo de depuração e aprimoramento, como ocorrera às grandes línguas europeias, desde a Baixa Idade Média, mas bastava incorporar-se ao português, o “galego” que por circunstâncias políticas favoráveis não deixara de ser cultivado. E caso a

³⁹⁵ CALERO, Ricardo Carvalho. O português na Galiza, p. 24-25. In: *Letras galegas*. Corunha: AGAL, 1984.

³⁹⁶ LAPA, *Centenário de Pondal...*, p. 23.

³⁹⁷ LAPA, Manuel Rodrigues. Duas atitudes face ao problema do galego. p. 71. In: _____. *Estudos galegos-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 67-71. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

³⁹⁸ LAPA, Manuel Rodrigues. Otero Pedrayo e o problema da língua. p. 90. In: _____. *Estudos galegos-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 79-98. Lisboa: Sá da Costa, 1979. Publicado originalmente na revista *Grial*, Vigo, n. 55, 1977, p. 32-46.

ameaça de extinção assomasse no horizonte, ainda haveria um consolo: “o galego não morrerá, por uma simples razão: é que ele está vivo e razoavelmente puro no português de hoje.”³⁹⁹ Na realidade, para Rodrigues Lapa, esta seria provavelmente a única esperança de sobrevivência do galego: “A verdade, a terrífica verdade é esta: o galego, ou se perde devorado pelo espanhol, ou se salva, incorporado no português, a sua língua natural (...).”⁴⁰⁰

O reintegracionismo contemporâneo soube assimilar, ainda que com matizes (esquivando-se, por exemplo, de seu viés elitista), as lições do filólogo português. Assim, fiel a uma tradição majoritária no galeguismo (ainda que mais retórica que prática), elegeu a comunhão linguístico-cultural com Portugal, a par da diferença com a Espanha castelhana, como o horizonte da identidade galega.

6.7.4 Em Demanda da Lusofonia

Nesse meio tempo, as teses reintegracionistas começaram a deixar o terreno das declarações de princípio e a se materializar em propostas claras, exequíveis. Um decreto de 1975 que anunciava a incorporação das “línguas nativas” no ensino primário, e o conhecido como “Decreto de Bilinguismo”, de 1979, que estabelecia a possibilidade de inclusão do galego no sistema escolar (mas que na prática criava tantos entraves que tornava a sua execução quase impossível⁴⁰¹), são os fatores que impulsionam esse novo ativismo, agora de caráter mais prático que teórico. José-Marinho Montero Santalha, outro pioneiro do reintegracionismo, publicou neste mesmo ano um opúsculo com o título *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*, a primeira proposição concreta para uma convergência progressiva com o português. Ainda em 1979 vem a lume as *Orientacións para a escrita do noso idioma*, elaboradas pela *Asociación Socio-Pedagógica Galega (AS-PG)* – que estabelecerão os marcos de um modelo normativo que virá a ser conhecido como “os

³⁹⁹ LAPA, Manuel Rodrigues. Duas atitudes face ao problema do galego. p. 71. In: _____. *Estudos galegos-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 79-98. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

⁴⁰⁰ LAPA, Manuel Rodrigues. A reintegração linguística galego-portuguesa: um drama que nos afecta a nós todos. In: *Nova Renascença*, Porto, n. 9. p. 321-329, out. 1983. Francisco Rodríguez, desde uma perspectiva marxista, reage a essa proposta: “A solución de Rodrigues Lapa de que escrebamos en portugués, a esperanza de que non morrerá porque está viva a nosa língua na sua filla universal, non soluciona os nosos problemas culturais como povo, como colectividade, nen pode consolar a ninguén que queira ver o seu idioma e cultura normalizados no seu contexto social.” RODRÍGUEZ, Francisco. *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galiza*. 3. ed. rev. e aum. Santiago de Compostela: Laiovento, 1991. p. 39.

⁴⁰¹ “Que saibamos, nen unha soia aula, nen unha soia materia se galeguizou mercé ao Decreto do Bilingüismo, cousa que non surprende á vista de tal morea [montão] de obstáculos”. NEGRO, María Pilar García. *O galego e as leis: aproximación sociolingüística*. Vilavoa: Cúmio, 1991. p. 280.

mínimos” – corrente do reintegracionismo moderado que mantém certos grafemas coincidentes com o espanhol (*ñ, ll*), entendendo tratar-se de um estágio intermediário rumo a um maior achegamento do português. No ano seguinte, promovida pela AS-PG, começa a circular *O ensino*, uma revista de sociopedagogia e sociolinguística, defensora da adoção de uma normativa de base reintegracionista. Em 1980 é fundada também a Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), com o objetivo de estreitar os laços culturais dos povos de ambos os lados do Minho.

Entretanto, em setembro do ano anterior, a Junta pré-autonômica nomeara os integrantes de uma comissão de linguística, presidida por Ricardo Carvalho Calero, encarregada de elaborar uma proposta normativa que atendesse às exigências do “Decreto de Bilinguismo”. O relatório resultante, publicado em junho de 1980, “caracterizava-se pelo seu carácter ‘liberal’, deixando um bom número de escolhas aos utentes, de modo a permitir umha escrita com diferentes graus de proximidade (ou afastamento) com o resto do diassistema.”⁴⁰² Todavia, uma outra comissão – uma certa “Subcomissão de programação de textos” –, atribuindo-se o papel previsto pelo referido decreto de supervisionar a elaboração do material didático para o ensino do galego, prepara uma nova normativa, mais distanciada do padrão português, que é publicada em dezembro de 1980.

Em que pese toda a tecnicidade, os debates nesse período não se restringem aos espaços acadêmicos e institucionais mas transvasam para a imprensa – de modo que o periódico *A nosa terra*, o único à época redigido integralmente em galego, chega a ser apelidado de “gaceta filolóxiga” – e para um público muito mais amplo do que aquele que naturalmente se interessaria por questões dessa natureza. Ao mesmo tempo, a introdução do galego no ensino é extremamente dificultosa, não só por conta da indefinição normativa quanto sobretudo pelos empecilhos colocados pelo “Decreto do Bilinguismo”. É neste cenário que é criada em 1981 a *Associação Galega da Língua* (AGAL), “com o propósito declarado de conseguir umha substancial reintegração idiomática e cultural da língua galega (nomeadamente nas suas manifestações escritas) na área lingüística e cultural que lhe é própria: a galego-luso-africano-brasileira.”⁴⁰³ A AGAL não tardaria em se tornar um dos porta-vozes mais influentes do âmbito reintegracionista, com uma grande interlocução no intersistema lusófono.

⁴⁰² FOUCES, Oscar Dias. Apontamentos sobre a socialização do reintegracionismo, p. 11. In: *Agália*, Ourense: Associação Galega da Língua, n. 67/68, p. 9-34, 2001. Servimo-nos principalmente deste artigo para historiar o reintegracionismo desde a década de 1980.

⁴⁰³ FOUCES, op. cit., p. 13.

Em março de 1982, a AS-PG convoca o I Encontro Nacional da Língua, e em maio o II Encontro Nacional Sobre a Situación da Língua, nos quais são encampadas mais uma vez as teses reintegracionistas, “enquanto as organizaçõs políticas da esquerda nacionalista (PSG, EG, PG) fam questom em dar prioridade a ‘Unha ortografía que foi usada polo povo’⁴⁰⁴ – como se o povo não tivesse utilizado até então a normativa da única língua em que fora alfabetizado, o castelhano. Suas *Orientacións* de 1980 são atualizadas (tornam-se “orientaçõs”) e seu nome é mudado para *Asociaçóm Sócio-Pedagógica Galega*, denotando mais um passo rumo à plena incorporação no sistema linguístico português. Contudo, no ano seguinte, ocorre uma cisão na entidade, ocasionando, de um lado, a AS-PG propriamente dita e, do outro, a *Associaçom Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa* (AS-PGP), que passa a defender os “máximos” reintegracionistas, isto é, uma convergência máxima com a ortografia portuguesa. A revista *O ensino*, agora nas mãos da AS-PGP, tranforma-se na *Revista galaico-portuguesa de sócio-pedagogia e sócio-lingüística* e, em 1989, *Revista internacional da lusofonia de sociopedagogia e sociolinguística*.

Enquanto tudo levava a crer que o cada vez mais próximo acordo normativo assumisse pelo menos em parte as propostas reintegracionistas, a promulgação intempestiva do Decreto 173/1982 – que viria a ser conhecido nos setores reintegracionistas como “Decreto Filgueira”, por ser àquela altura Filgueira Valverde, ex-presidente franquista da Câmara Municipal de Pontevedra, o conselheiro da cultura no governo autonômico da *Alianza Popular* – muda bruscamente a configuração das peças do tabuleiro. De repente, um dos campos do debate – que até então não apresentava um nítido vencedor, mas tinha no reintegracionismo o lado mais dinâmico e militante – é investido de autoridade institucional. Por meio da Direção Geral de Política Linguística, o “Decreto Filgueira” foi aplicado no sistema escolar, com duras sanções para os professores que não se submetessem aos novos parâmetros.

A reação não se faria esperar. Em 1983, a AGAL publica uma análise minuciosa da normativa da *RAG-ILG, Estudo crítico das “Normas ortográficas e morfológicas do Idioma galego”*, que serve de base para o seu *Prontuário ortográfico galego*, de 1985. Nesse mesmo ano a AGAL começa a editar uma revista, a *Agália*, primeiramente trimestral e depois semestral. Reunindo tanto artigos científicos quanto textos literários, resenhas e informações gerais sobre as áreas linguística, literário e cultural, a *Agália*, nos seus até hoje mais de 100 números, se converteria no periódico mais importante e de maior prestígio do luso-reintegracionismo. Entre seus inúmeros colaboradores podemos mencionar estudiosos do

⁴⁰⁴ Id.

porte de Engenio Coseriu, Evanildo Bechara, Joan Coromines, Rodrigues Lapa, Vicent Pitarch, Lluís Aracil, Yvo J.D. Peeters, entre outros. O ano de 1983 ainda assistiria ao aparecimento de duas importantes entidades: as Irmandades da Fala, inspiradas no labor em prol da língua de suas honônimas dos começos do século, e o *Iruinean Sortua*, um grupo de sociolinguistas bascos, catalães e galegos, que fazem divulgar a Declaração de Pamplona, em defesa das línguas minorizadas do Estado espanhol.⁴⁰⁵ No ano seguinte é a vez das Irmandades lançarem o seu próprio *Prontuário ortográfico*.

É por essa época, aliás, que o reintegracionismo tem a sua presença ampliada para além dos espaços académicos da Galiza. Nesse sentido, membros da AGAL se fazem presentes no congresso de constituição da Associação Internacional de Lusitanistas, em 1984, no I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística e no I Congresso de Escritores Luso-Galaicos, ambos em 1985, além de vários encontros promovidos por entidades das outras nacionalidades periféricas do Estado espanhol.

Dentro desta estratégia dos primeiros anos do reintegracionismo organizado, o facto mais salientável será, decerto, a organização p[or] AGAL do *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, entre os dias 20 e 24 de Setembro de 1984. O *I Congresso*, em que participam alguns dos vultos mais destacados das Ciências da Linguagem e da Literatura, nomeadamente do âmbito lusófono, será umna autêntica demonstração da força do Reintegracionismo e do suporte com que conta no âmbito intelectual.⁴⁰⁶

De um Encontro Nacional sobre a Normalización Lingüística, em abril de 1986 – convocado pela AGAL e AS-PG, entre outros coletivos, com a participação de representantes de sindicatos, partidos políticos e inclusive da ILG e da RAG –, surge a Mesa pola Normalización Lingüística, uma organização hoje presente em toda a Galiza, com cerca de 4.000 associados e associadas, e que, transcendendo as polarizações normativas, vem desenvolvendo campanhas em favor da normalização do galego. O encontro também resultou em um “Manifesto por um Acordo Necesário”, assinado por professores de dezenas de instituições de ensino. “O manifesto defende, em síntese, a necessidade de rejeitar as representações gráficas espanholizantes do Decreto 173/1982 e de iniciar um período de distensom para debater as necessidades reais de codificação da língua, longe das imposições vividas nos últimos anos.”⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Cf. ARACIL, Lluís Vincent. Para uma história de *Iruinean Sortua*: comentário à declaração de Pamplona. In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.) *Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios)*. Padrón: Academia galega da Língua portuguesa. 2009, p. 17-35.

⁴⁰⁶ FOUCES, op. cit., p 18. De lá para cá já foram celebrados cinco congressos.

⁴⁰⁷ Ibid., p.19.

Por essa época, um outro fator iria incidir sobre os debates normativos no âmbito reintegracionista. Em maio de 1986, em um encontro celebrado no Rio de Janeiro, seis representantes dos países de língua oficial portuguesa, com a participação de observadores da Galiza (membros das Irmandades e da AGAL), dão um passo importante rumo ao estabelecimento de um amplo acordo ortográfico. Todavia, o projeto do acordo não se revelou satisfatório para todos os grupos reintegracionistas. Enquanto as Irmandades da Fala adotam imediatamente as propostas do encontro, a AGAL, por meio de sua Comissão de Linguística, anuncia que manterá por ora as diretrizes de seu *Prontuário* de 1985. Em outubro de 1990, porém, em Lisboa, com a participação de delegados de sete países lusófonos, mais a presença de observadores galegos, são firmadas as bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – acordo este que ainda levaria uma década para ser ratificado pela maioria de seus signatários. Com efeito, a principal deficiência da argumentação reintegracionista era justamente a ausência de uma ortografia unificada nos países de língua oficial portuguesa. As Irmandades da Fala e a AAG-P aderem ao novo acordo, ao passo que a AGAL mantém sua posição prudente, refratária a qualquer alteração antes de constatar a efetivação do Acordo nos países de língua portuguesa.

O reintegracionismo, contudo, não é um movimento circunscrito a acadêmicos ou profissionais relacionados às questões da língua. Aos poucos, o reintegracionismo foi penetrando também em setores mais amplos da sociedade galega, através sobretudo da criação de uma série de grupos reintegracionistas de base (GRdB), dos quais a Associação Reintegracionista de Ordes, fundada em 1988, foi a primeira, e a Associação Reintegracionista Artábria, criada em 1992, é uma das mais atuantes.⁴⁰⁸ Dezenas de entidades semelhantes começaram a despontar na Galiza, realizando uma atividade cultural que vai desde palestras sobre a língua até projeção de filmes de países da lusofonia. Ainda podemos citar O Movimento de Defesa da Língua, nascido em 1995, e a Academia Galega da Língua Portuguesa, cuja sessão inaugural, em 2008, contou com a participação de representantes de instituições como a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras, a Associação Internacional de Lusitanistas e a Junta da Galiza.

Com o aparecimento da *internet*, essas organizações tornaram-se extremamente ativas na nova plataforma, com destaque para o Portal Galego da Língua Galega, criado pela

⁴⁰⁸ Esta dinâmica ilustra perfeitamente a descrição que Miroslav Hroch dá da transição da Fase A para a Fase B do movimento nacional (capítulo 3.5), quando as ideias de uma pequena elite começam a se disseminar para grupos mais amplos, ainda que na Galiza, mais uma vez, como na década de 1930, esse processo parece truncar-se ou deter-se nesse estágio.

AGAL em 2002.⁴⁰⁹ Ainda é preciso mencionar o mercado editorial reintegracionista, desde o jornal *Novas da Galiza*, que se inicia também em 2002, até editoras como a Laiovento – que, não sendo necessariamente reintegracionista, susteve durante muito tempo uma postura independente com respeito à ortografia – e a *Através*, o selo editorial da AGAL.⁴¹⁰ Ainda que minoritário, não é desprezível o número de escritores que, não obstante os obstáculos mercadológicos e institucionais, optam pela grafia reintegracionista ou mesmo pelo português do novo acordo ortográfico. Além do Carlos Quiroga, podemos mencionar, sem a pretensão de abarcar a todo o conjunto, João Guisan, Paula San Vicente, Raquel Miragaia, Artur Alonso Novelhe, José Manuel Barbosa, Concha Roussia, Alberte Corral, Carlos Figueiras, Carlos Santiago, Félix Rodal, Mário Herrero, Ugia Pedreira, Susana Sánchez Aríns e Sechu Sende. De certa forma, o reintegracionismo – com produtores, consumidores, instituições, repertório, mercado e produtos próprios – constitui um sistema específico, ou melhor, um *microsistema* (sub ou proto?) dentro do sistema literário galego. Seria interessante estudar as condições e as relações desse (micro)sistema com o sistema maior que o abarca e o exclui.

De mais a mais, o projeto de reintegração de uma língua minorizada em uma variante de maior prestígio não é novo na Europa, como o demonstra o exemplo do flamengo, falado em Flandres, no norte da Bélgica, que, não obstante algumas particularidades lexicais, sintáticas e morfológicas, “reintegrou-se”, por meio de um tratado em 1980, ao holandês, assumindo o mesmo sistema ortográfico.⁴¹¹

Quanto às afinidades políticas, o reintegracionismo, situado geralmente à esquerda do diferencialismo,

conta de preferência com o apoio de alguns grupos independentistas como *Nós-Unidade Popular* [Nós-UP] ou a *Assembleia da Mocidade Independentista* [AMI] ou de indivíduos integrados noutros partidos ou coletivos nacionalistas (p. ex. *Mulheres Nacionalistas Galegas*) agrupados ou não no BNG. Acresçam-se ainda alguns pequenos grupos de orientação libertária.⁴¹²

Não obstante os agudos embates travados entre o diferencialismo e o reintegracionismo, nos últimos anos da década de 1990 surgiram alguns sinais de um desejo

⁴⁰⁹ Nas referências, ao final, elencamos uma série de endereços eletrônicos dessas e outras entidades atuantes no galeguismo.

⁴¹⁰ Outras editoras lançaram ocasionalmente livros nas normas “reintegradas”, como a Toxoutos, a Edicións do Castro, a Nova Galicia, a Sotelo Blanco, a Espiral Maior e a Baía Edicións.

⁴¹¹ Movimentos “reintegracionistas” semelhantes encontram-se no moldavo em relação ao romeno e, no Estado espanhol, no valenciano em relação ao catalão.

⁴¹² VALEIRO, *Guerra de grafias...*, p. 128-129. No entanto, o reintegracionismo, tanto política quanto culturalmente, não deve ser visto como um grupo homogêneo, mas antes como um feixe de tendências e correntes não raro em conflito entre si.

de convergência entre a normativa oficial e a denominada “de mínimos”. Assim, em 2001, sob os auspícios da AS-PG, deu-se início a um processo de negociação entre o ILG, a RAG, os departamentos de filologia galega das três universidades autonômicas (de Santiago, de Vigo e da Corunha) e diversas associações, com o intuito de atualizar as normas vigentes em busca de um consenso. Todavia, não se chegou a um acordo e o anteprojeto foi rejeitado pela maioria dos acadêmicos da RAG. Em setembro de 2002, todavia, o diálogo é reaberto. Depois de acaloradas discussões, com muitas capitulações da parte dos que pretendiam uma abertura maior em relação à ortografia portuguesa, a nova normativa, denominada oficiosamente “normativa da concórdia”, foi aprovada pela RAG em julho de 2003. As novas normas, vigentes até hoje, não foram aceitas pelas entidades reintegracionistas “de máximos”, que consideraram a reforma excessivamente tímida. Com efeito, em muitos casos as novas alterações se limitaram a reconhecer como opções factíveis algumas que já eram admitidas como válidas nas normas anteriores, embora consideradas não aconselháveis.

6.7.5 O Poder da Norma

Passados trinta anos da aprovação das *Normas ILG-RAG*, o conflito entre diferencialistas/oficialistas e reintegracionistas/não-oficialistas prossegue tenso, embora muitas vezes sem a visibilidade da mídia, a qual, *oficialista*, não tem interesse em reabrir a discussão. Não raro, ao longo desse tempo, o discurso reintegracionista tem sido eivado de agressividade, o que lhe faz valer a pecha de “radical” pespegada por seus opositores. Em contrapartida, faz parte da estratégia hegemônica a invisibilização ou diminuição do outro. “No processo de ‘normalização’ do padrão diferencialista, as elites dominantes têm desacreditado o reintegracionismo considerando que representa posições minoritárias, de tipo ‘radical’, ‘agressivo’ ou ‘desligado da realidade (...)’” Por outro lado, boa parte do reintegracionismo

considera que a ideologia diferencialista representa uma capitulação ‘pragmática’ de uma parte da *intelligentsia* galega frente ao nacionalismo espanhol dominante: uma ‘traição’ relativamente ao que é compreendido como a ‘doutrina tradicional’ do nacionalismo linguístico galego: a aproximação e a confluência com o português.⁴¹³

⁴¹³ Ibid., p. 76.

No entanto o que está em causa não são apenas duas construções discursivas concorrentes, com peso mais ou menos diverso na arena da configuração identitária. Por trás da disputa pelo capital simbólico oculta-se, evidentemente, a luta pelo controle do capital político e econômico. Com efeito, como se queixam os não-oficialistas, não se pode negar

que existe uma exclusão sistémica dos reintegracionistas dos âmbitos de poder cultural através, no geral, de métodos de controlo (evitar o convite a lusistas para o seu concurso em foros ou projetos culturais, dificultar ou impedir a publicação das suas obras, fechar-lhes os espaços de comunicação de massas) ou, por vezes, disciplinares (sanções diretas a docentes ou indiretas e diretas a discentes) (...). Ser-se lusista não é um crime, já que ninguém é preso ou sofre sanções disciplinares apenas por isso, mas é um impedimento decisivo para se aceder a determinados postos de trabalho, publicar livros, enfrentar investigações precisadas de dinheiro público, etc., ou para conseguir o reconhecimento da própria obra, criadora ou investigadora.⁴¹⁴

Com feito, o domínio da grafia determina o controle não só do imaginário mas também do numerário.

Em que pese todo esse litígio gráfico-identitário, poderia-se perguntar até que ponto a alternativa luso-rentegracionista, depois de tantos anos de uma normativização, é não só desejável como factível. Aliás, é justamente este um dos argumentos do campo oficialista:

(...) dado que o aspecto lingüístico-científico é relativamente doado [fácil] de establecer [isto é, a unidade ou não do galego-português], ¿en que terreos temos que situar o debate? Para a miña idea, estes terreos deben ser o da desexabilidade e o da factibilidade das alternativas en xogo, contempladas respectivamente desde a óptica dos intereses do pobo galego e desde as posibilidades reais de mudar a situación sociolingüística actual (ata onde poidamos establecer uns e prever as outras).

(...)

Para o autor deste relatorio, abondaría con que se demostrase que existen razóns suficientes que fixesen a opción de subordinar o galego ó estándar portugués (ou como din os que defenden esta opción, ‘reintegrar’ o galego no portugués) preferible a calquera outra alternativa; e que ademais me mostrasen en que maneira isto é factible.⁴¹⁵

E é mais ou menos isto o que pondera um observador “externo”:

Y, tratándose de un problema político, es preciso adoptar, junto con el criterio de la conveniencia, el criterio de la f a c t i b i l i d a d (...); porque una solución podría ser conveniente, o más conveniente que otra, pero no ser factible. Y aquí me perdonarán los gallegos “lusitanistas” si me permito señalarles que, en lo práctico y en lo político, la solución lusitanista, a pesar de las razones históricas y, en parte,

⁴¹⁴ Ibid., p. 247.

⁴¹⁵ MONTEAGUDO, Henrique. Modelos de língua: considerações teóricas ó fío do debate sobre a estandarización do galego. p. 16. In: *Cadernos de Lingua*. A Corunha: Real Academia Galega, 1999, n. 16, p. 5-34.

precisamente debido a estas razones históricas, es menos conveniente que la solución “castellanista”. (...)Y aun cuando la solución lusitanista fuera conveniente, no sería, en las condiciones actuales, realizable. Ante todo, es muy poco probable que el Estado español consienta tal solución mientras Galicia sea parte integrante de España. Y tampoco es probable que los gallegos mismos estén dispuestos en su mayoría a romper los vínculos con la cultura en lengua española, a la que ellos mismos vienen contribuyendo en medida decisiva desde hace siglos, para integrarse rápidamente en una cultura [e] en una lengua muy afín, pero que se ha desarrollado, también durante siglos, sin comunicación con ellos.⁴¹⁶

No entanto, para o reintegracionismo, este pragmatismo, essa *realpolitik*, esconderia no fundo um dispositivo de aculturação e desnacionalização da Galiza, ao situar o galego de modo subsidiário ao castelhano, a língua oficial do Estado espanhol.

Como temos visto, diferencialismo e reintegracionismo representam projetos discursivos antagônicos e irreconciliáveis, a guerra de grafias indicando uma luta entre classes e frações de classes em que, de um lado, encontra-se um projeto de inserção subordinada numa estrutura de dominação e, do outro, um projeto de construção ideológica/identitária que possa servir de plataforma para uma (maior) emancipação cultural e/ou política. “Entre a hispanofilia das elites dominantes e a lusofilia de certas elites dominadas (para Bourdieu, uma parte da *fração dominada da classe dominante*), o discurso nacionalista da língua não acha um posicionamento estável.”⁴¹⁷

6.7.6 Etnocídio?

A discussão atual sobre o galego – ou a língua portuguesa da Galiza, como querem os reintegracionistas – se dá entre dois marcos que a condicionam: de um lado, o estatuto jurídico da língua e, do outro, a sua realidade sociolinguística.

O primeiro passo para o galego receber uma chancela legal ocorreu com a Constituição Espanhola de 1978, que, em resposta às discussões que se faziam sobre as línguas periféricas, declarava em seu artigo terceiro:

1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.
2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.

⁴¹⁶ COSERIU, Eugenio. El gallego e sus problemas: reflexiones frías sobre un tema candente. p. 135-136. In: *Lingüística Española Actual*, Madri, v. 9. p. 127-138, 1987.

⁴¹⁷ VALEIRO, *Linhas discursivas...*, p.132.

3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.⁴¹⁸

Mais tarde, em 1981, o Estatuto de Autonomia da Galiza, em seu artigo quinto determinava:

1. A lingua propia de Galicia é o galego.
2. Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.
3. Os poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en tódolos planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilita-lo seu coñecemento.
4. Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua.⁴¹⁹

Em seguida, em junho de 1983, é aprovada no Parlamento da Galiza a lei de *Normalización lingüística*, regulando os dereitos lingüísticos dos cidadáos, principalmente nos âmbitos da administración, educación e medios de comunicación. Depois da promulgação da lei são aprovados diversos dispositivos e decretos que complementam o marco legal, pretendendo assegurar a recuperação do galego na administração local, judicial e militar. Este marco legislativo assegura a presença do galego no sistema escolar e nos documentos oficiais das administrações local e a autonômica. Além disso, o conhecimento do galego é um requisito para o acesso a um emprego público.

Não obstante os inegáveis avanços desse marco legal, a realidade do galego – e estamos falando do galego das *Normas ILG-RAG* – não é tão auspiciosa. No sistema de ensino, boa parte das leis que prescrevem o seu uso são simplesmente descumpridas, a ponto de uma professora do ensino secundário afirmar a respeito da relação entre legislação e prática: “O corpus legal non é pequeno mais a súa aplicación é tan cativa [diminuta] que podemos estar ante o mais flagrante capítulo de desleixo dunha admistración a respecto do cumprimento da súa propia lexislación.”⁴²⁰

⁴¹⁸ CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA. Disponível em: < <http://www.boe.es/aeboe/consultas/enlaces/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf> > Acesso em: 4. mar. 2012.

⁴¹⁹ ESTATUTO DE AUTONOMIA DE GALICIA. Disponível em: < <http://www.xunta.es/titulo-preliminar> > Acesso em: 4. mar. 2012.

⁴²⁰ GARCÍA, Celia María Armas. A língua no ensino: historia dunha imposición, p. 176. In: NEGRO, Maria Pilar García (ed.) *Sobre o racismo lingüístico*. Bertamiráns: Laiovento, 2009. p. 159-188.

Junto a isso, a Galiza continua em um processo acelerado de substituição linguística. Em termos gerais, segundo o último *Mapa sociolingüístico de Galicia*⁴²¹, que reúne dados de 2004, a quantidade de pessoas que utilizam o galego como língua habitual ou preferencial é uma maioria em linha descendente, tendência especialmente acentuada nas três décadas de autonomia. Assim, nos últimos anos têm aumentado as pessoas que se confessam bilíngues; ao mesmo tempo em que cresceram os monolíngues em castelhano e diminuíram os monolíngues em galego. Entre 1992 e 2004, por exemplo, duplicou-se o número de pessoas que afirmam “não falar nunca em galego”, passando de 13% a 25,8 por cento. Ademais, quanto menor é a idade das pessoas, maiores são os índices de monolingüismo em espanhol, amenizado somente por uma pequena resistência dentro de uma faixa juvenil. Desse modo, se a faixa etária entre 25 e 35 anos é a mais castelhanizada da história da Galiza, entre os menores de 20 anos se detecta uma discreta recuperação de galegofalantes. Não obstante, a escola continua exercendo um papel castelhanizador: 10,7% dos menores de 18 anos declaram haver recebido o ensino apenas em espanhol.

Por outro lado, se mais da metade dos moradores dos povoados com menos de dez mil habitantes são galegófonos, frente aos 11% de falantes exclusivos de galego das cidades, nestas os monolíngues em espanhol já somam 34% do total. A passagem de uma economia de base agrária a uma economia de teor secundário e terciário tem os seus efeitos também no idioma, conforme reconhece o estudo. O maior número de monolíngues galegos se encontra no setor rural, enquanto que os indivíduos que falam unicamente espanhol trabalham majoritariamente no ramo de serviços, já constituindo cerca de 35% do montante de trabalhadores do setor.⁴²²

Passando da frieza dos números estatísticos a um testemunho pessoal, Eldemiro Momán, numa crônica publicada no Portal Galego da Língua, exemplifica esse fenômeno ao relatar os usos linguísticos de um colega de residência universitária em Santiago de Compostela.⁴²³ O rapaz falava castelhano com todo mundo, menos com ele, com quem

⁴²¹ GONZÁLEZ, Manuel González (dir.). *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004: lingua inicial e competencia lingüística en Galicia*. v. 1. A Corunha: Real Academia Galega / Seminario de sociolingüística, 2007. Disponível em: < <http://www.udc.es/snl/documentospdf/LinguaInicial.pdf> > Acesso em 4 mar. 2012. Cf. também: *Situación da lingua galega na sociedade: observación no ámbito da cidadanía*. Santiago de Compostela: Observatorio da lingua galega, 2007. Disponível em: < http://www.observatoriodalinguagalega.com/files/OLG_informe_cidadania.pdf > Acesso em: 5. Mar. 2012.

⁴²² Cf. também VALEIRO, Mário Herreiro. Caracterização sociolingüística da comunidade linguística da Galiza: âmbitos de análise do bilingüismo galego. In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.) *Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios)*. Padrón: Academia galega da Língua portuguesa, 2009, p. 142-157.

⁴²³ MOMÁM, Eldemiro. Requiem por um neofalante que não foi. Disponível em: < <http://www.pglingua.org/opiniom/4827-requiem-por-um-neofalante-que-nao-foi> > Acesso em 5. Mar. 2012. As citações seguintes são desse texto.

conversava sempre em galego, com “grande soltura e naturalidade” – mas apenas quando estavam a sós. Se aparecia alguém, mudava logo para o castelhano ou baixava o tom de voz. Eldemiro, por sua vez, nunca deixou transparecer em seu rosto algum sinal de censura. Como neofalante do galego, “compreendia perfeitamente o que se passava pela sua cabeça.” Um dia, o amigo se abriu com ele: “Eu gostaria de falar galego. (...) O tempo todo. Mas não é fácil. Se a gente toda falasse galego eualaria galego. Ou se pelo menos fosse normal...” “Não é *normal?*”, indagou Eldemiro.

“Não é não. Antes falar galego era de *paletos*, agora se falas galego já te perguntan: ¿*Qué pasa, eres del Bloque o qué?* Falar galego não é neutro. Se for neutro, eualaria sempre ou quase sempre em galego.”

Fiquei calado um instante, a reflexionar. Depois sentenciei: “É verdade, mas se todos fazem coma ti, ninguém falará nunca galego e a língua morrerá”.

“Já o sei”. Reconheceu ele. “E é triste, mas eu não posso... é muita pressão... não gosto de ser catalogado de maneira preconceituosa só pela língua que falo”.

E o narrador conclui, não sem uma nota de ceticismo:

Ninguém gosta de ser (pré)julgado continuamente. De que uma atividade que deveria ser o mais natural do mundo, falar, tenha de se converter numa reivindicação constante, num ato de auto-afirmação permanente. Numa atitude de firmeza que nem todos estão dispostos ou se podem permitir o luxo de manter em permanência. Mas cumpre lembrarmos que nós, os que falamos e defendemos a nossa língua, não escolhemos vivermos neste contexto, nesta situação anómala. Nós não criamos os valores dominantes e semelharía que nem estamos a ter força avondo [suficiente] para os mudar.

Esta situação ilustra com perfeição os efeitos da diglossia, quando num mesmo espaço social convivem, ou melhor, *digladiam-se*, duas línguas: uma delas associada aos usos de prestígio, a outra não. A primeira é o castelhano, a língua das elites urbanas, vinculadas desde muitos séculos a Madri. A outra é o galego, estigmatizada, no caso, primeiramente, como uma língua de “caipiras” (*paletos*), depois como o idioma de um grupo político minoritário e “radical” (o Bloco Nacionalista Galego).

A diglossia, como se sabe, é apenas um estágio num processo de substituição linguística.⁴²⁴ Não é absurda a hipótese de que a língua que atualmente é falada por cerca de 250 milhões de pessoas em torno do mundo – e que por contingências históricas é hoje conhecida como português – venha a morrer na região em que ela própria veio à luz há mais ou menos dez séculos.⁴²⁵

⁴²⁴ “A aplicação geral do conceito de diglossia na Sociolinguística Galega tem sido maioritariamente uniforme numa direção da análise, aquela que procede de alguns resultados de Fishman e, no âmbito ibérico, da sua adaptação na Sociolinguística Catalã (...). Deste modo, o valor mais comum que se lhe dará ao significante diglossia será aquele que se patenteia noutros autores que optam por manter o termo *bilinguismo* sob os rótulos de *bilinguismo colonial* ou *bilinguismo substitutório* ou, mais estritamente, *bilinguismo diglósico* (...). Ibid., p. 149.

⁴²⁵ No entanto, ali mesmo no território espanhol há dois exemplos de recuperação linguística: a Catalunha e o País Basco. No primeiro caso, por exemplo, em 1975 74,3% e 53% da população compreendiam e falavam o catalão, respectivamente. Em 1986 esses números já aumentaram para 90,3% e 59,8%. CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002. p. 157.

7 A GALIZA EM TRÊS MOMENTOS

Os conceitos de identidade e nação, a história da Galiza, sua língua, sua cultura, suas relações com a Europa e o Estado espanhol, além de uma série de questões correlatas, convergem inevitavelmente nas três narrativas que serão a partir de agora objeto de nossa análise, *Arredor de si*, de Otero Pedrayo, *Periferias*, de Carlos Quiroga, e *Chão galego*, de Renard Perez. Uma análise meramente interna, *formalista*, dessas narrativas, ainda que revelasse os seus procedimentos, passaria longe dos seus grandes eixos. Com efeito, um sistema literário *deficitário*, como nós vimos, com o constante risco de ser absorvido por um sistema imensamente maior e centrípeto, não pode dar-se ao luxo de pretender uma plena autonomia sistêmica. Ademais, longe de “mortos”, os autores de uma literatura empenhada estão bem vivos em seu empenho político-cultural de afirmação nacional, e sua obra faz parte insofismável desse projeto. Aliás, só foi possível falar da “morte do autor” em literaturas nacionais perfeitamente consolidadas, e mesmo estas não estão livres, por conta da recente voga da autoficção, de seu *Rexurdimento* – a modo de um retorno do reprimido, para falar como Freud. Por conta de sua debilidade institucional, portanto, o campo literário galego é perpassado e contaminado pela urgência de outros campos, como não raro acontece em países em vias de descolonização, e o autor, ainda que morto, com a (ins)urgência de sua literatura, oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos – para falar, agora, como Marx. Este é o caso, obviamente, de Otero Pedrayo. E a obra do contemporâneo Carlos Quiroga é uma resposta, sem angústia, a essa influência (para citarmos outro teórico, este mais recente),⁴²⁶ já dentro de um sistema literário em processo de estabilização, ainda que irregular, nesse diálogo sem fim da construção identitária, em que a literatura não raro oscila entre autonomia e heteronomia, na busca de sua própria afirmação, *contra* outros campos, ou da afirmação de um projeto de construção nacional, *com* outros campos.

7.1 O PATRIARCA DA LÍNGUA

Ramón Otero Pedrayo nasceu em Ourense, a cinco de março de 1888, de uma família pertencente à fidalguia rural – classe cuja lenta decadência numa sociedade em urbanização ele iria tão bem retratar. Seu pai foi um médico dedicado, de postura liberal, que recebia em

⁴²⁶ BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

casa, nos finais do século XIX, grandes nomes da intelectualidade galega. Otero cursou o ensino médio em Ourense, num instituto que hoje leva o seu nome, e após a morte precoce do pai, transferiu-se para Santiago de Compostela e mais tarde Madri, onde concluiu letras e filosofia.

Em 1911, encontramos-lo de volta a Ourense, frequentando uma roda de que também participam Vicente Risco e Florentino Cuevillas (1886-1958). Amigos desde muito jovens, os três passariam por um processo semelhante de tomada de consciência, evoluindo de um individualismo aristocrático a um engajamento pela identidade galega. Todavia, o que para Risco foi uma reviravolta intelectual, para Otero converteu-se numa descoberta quase dolorosa. Decisivo para esta guinada foi o contato com Antón Losada Diéguez, que lhes mostrou o grande potencial das Irmandades da Fala.

Ramón Otero, por sua vez, defendia um empenho de viés mais cultural. Consciente da baixa penetração social do movimento, desconfiava de seu êxito se ele se restringisse apenas à arena política. Em 1923, com o início das atividades do Seminário de Estudos Galegos, assumiu a seção de geografia. Com o advento da II República, em 1931, foi eleito deputado por Ourense, através de um coletivo nacionalista que logo se uniria com outras forças para a formação do Partido Galeguista. Na assembleia constituinte defendeu o federalismo para o Estado e a confessionalidade do mesmo. Não obstante situar-se na esfera conservadora, acatou a posição do partido quando este aderiu à Frente Popular.

Iniciada a Guerra Civil, Otero não escapa aos primeiros expurgos, sendo imediatamente deposto de sua cátedra do Instituto de Ourense. Sem perspectivas, retira-se para o interior, numa casa da família em Trasalba, só voltando a exercer alguma atividade pública em meados da década seguinte, por meio de contribuições na imprensa galega. Em 1949 é restituído à sua cátedra no Instituto; no ano seguinte participa da fundação da Editorial Galáxia, do qual se torna o diretor, e é convidado a lecionar geografia e história na Universidade de Santiago, aonde se aposenta em 1958.

Por duas vezes, este patriarca das letras galegas, como é conhecido, viajou a Buenos Aires, promovendo uma espécie de reencontro entre o galeguismo do exílio e o galeguismo interior. Em Santiago – e mais tarde Ourense, para onde retornou após a aposentadoria –, fez questão de receber a todos que se interessavam pela cultura galega. Não obstante a longa noite da ditadura, sempre tinha palavras de otimismo com respeito a Galiza. Faleceu a dez de abril de 1976.

Junto com Risco, Castelao e Losada Diéguez, Otero Pedrayo é um dos membros da célebre Geração Nós. Homem de vasta cultura, sua obra é igualmente abrangente e

compreende gêneros que vão da narrativa ao ensaio, do teatro à geografia, da história à poesia. Ainda que alguns de seus livros tenham sido escritos em castelhano, a grande maioria de sua obra é produzida em galego, num registro denso de poesia onde são abundantes os ecos da língua oral. Apesar da longevidade, o principal da sua obra literária veio a lume entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira de 1930. Suas primeiras narrativas são as breves novelas *Pantelas, home libre* (1925), *O purgatório de Don Ramiro* (1926) e *Escritos na néboa* (1927), onde já se destacam os temas centrais de sua obra: o ser humano rural, a decadência da fidalguia, as transformações sócio-políticas que alteram a fisionomia da Galiza. Sua trilogia *Os camiños da vida* (1928), publicada inicialmente em três volumes, “Os senhores da terra”, “A maorazga” e “o estudante”, é considerada o primeiro grande romance da literatura galega. Acompanha, com fortes traços galeguistas, a trajetória de duas famílias tradicionais, e os personagens Adrián e Paio Soutelo, que simbolizam as novas gerações, antecipam em certa medida as angústias e a busca identitária do protagonista de *Arredor de si*, de 1930, espécie de *bildungsroman* galego, retrato do despertar da identidade nacional não só no jovem Otero como em toda a sua geração. Em 1932 lança *Contos do camiño e da rua*, conjunto de narrativas curtas em que o urbano é acrescentado à temática rural. Os anos seguintes, igualmente muito profícuos, verão à luz as narrativas *Fra Venero* (1934), *A romeiría de Xelmírez* (1934) e *Devalar* (1935). Às vésperas da guerra, Otero lança ainda *O mesón dos Ermos* (1936), minuciosa descrição dos costumes e da vida rural galega.

A irrupção do franquismo o obriga a um prolongado silêncio, só quebrado por produções em castelhano,⁴²⁷ que só cessaria em 1957 com o livro de contos *Entre a vendima e a castañeira*. No ano seguinte é lançada sua única coletânea de poemas, *Bocarribeira*. Em 1960 surge outra novela, *O señorito da reboraina*, e em 1974, *O Maroutallo*, coletânea de contos. Além de poesia e narrativa, Ramón Otero Pedrayo é autor de obras teatrais, como *A lagarada*, de 1928, e ensaios, como o já citado *Ensaio Histórico sobre a cultura Galega*, de 1932.

7.1.1 Uma Odisseia Galega

Não obstante o tom autobiográfico, *Arredor de si* é narrado em terceira pessoa, ou, para usarmos a terminologia de Gérard Genette, é uma narrativa heterodiegética, isto é, uma

⁴²⁷ *Adolescencia* (1941), *Las palmas del convento* (1944) e *La vocación de Adrián Silva* (1950).

narrativa na qual o narrador está ausente como personagem da história que conta.⁴²⁸ Isto provoca uma certa tensão entre o narrador externo, ainda que vez ou outra intrusão, e um personagem sobre o qual recai boa parte do foco narrativo, entre o distanciamento *a priori* do narrador extra e heterodiegético e a focalização interna que se detém sobretudo no protagonista.⁴²⁹ Esta tensão formal reforça a tensão temática, a história da lenta emergência de uma consciência de pertença nacional – parto ainda mais doloroso se levarmos em conta que a nação referida não é um Estado soberano e não possui plena consciência de suas particularidades culturais. Além disso, a repartição dos temas através dos capítulos acentua ainda mais este tensionamento entre o local e o global, o cá e o lá, o lar e o mundo – um dos eixos estruturantes da narrativa. Com efeito, até o capítulo décimo (de quinze capítulos) a história alterna-se entre a província, berço do protagonista, no interior da Galiza, e os lugares cada vez mais distantes onde ele, Ulisses sem pátria, peregrina em busca de sua identidade perdida.⁴³⁰ (Do capítulo onze ao quatorze, porém, o cenário é cosmopolita, mas ao fim deste e no último o herói já está de volta à terra natal.)

Não por caso, a abertura do romance reúne as figuras do *despertar* (o protagonista, Adrián Solovio, está acordando) e da *viagem* (ele está num trem, chegando à cidade de Ávila). Ora, o *despertar* da consciência não raro se dá numa *viagem*, peregrinação ao mesmo tempo exterior (e aí entra a estrada de ferro como símbolo de evasão) e interior, de retorno a si mesmo, de regresso àquela Ítaca que cada um traz dentro de si. Ademais, neste *incipit*, não somos introduzidos de chofre na realidade exterior, mas, antes, vamos nos familiarizando aos poucos com o que se passa *dentro* e ao redor de Adrián, assim como ao acordar não tomamos contato de imediato com a realidade externa, mas isto se opera paulatinamente, à medida que os resquícios do sono e os vestígios dos sonhos vão se apagando de nossa memória. Aliás, esta abertura do romance já é um indicativo de que a realidade que interessa ser focada aqui não é a realidade exterior, a paisagem do outro lado da janela, mas a interior, psicológica:

Nacía, còma mañá, a terra de Ávila. Luz extraña aos sucos infindos, xeados [cobertos de geadas]. Brilhar ceibe [livre] do día. Dous choupos esquemáticos: a idea do choupo. Puro pensamento materializado na mañá. Pesadelo dunha misticidade obrigada. Desexo de cabalgar todo día por aqueles chans, bebendo luz, sentindo decorrer o sangue polo corpo. Erguemento azul da serra na planura. Soben e baixan

⁴²⁸ GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995. p. 244.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 187-192; 227-229.

⁴³⁰ A alternância só não é perfeita porque o cenário dos capítulos XI a XIV é exterior à Galiza, além dos capítulos VII e VIII comporem uma só unidade, focada nas andanças espanholas de Adrián.

os fios do telégrafo. Contraste da quentura, un pouco de alcoba de enfermo, de noite acugulada [acumulada] e durmiñenta do vagón, co brilhar do día.⁴³¹

Adrián é o fillo mais velho de una familia fidalga da provincia e, apesar dos seus “trinta e tantos anos,”⁴³² “con cabelos brancos nas tempos [têmporas],”⁴³³ vive numa espécie de imaturidade tardia, “à rebours,”⁴³⁴ ainda preso aos ideais e à atmosfera do *fin-de-siècle*, apesar de já entrado no século XX, saturado de referências literárias e livrescas. Aliás, *Arredor de si* é uma miscelânea de citações, por onde desfilam nomes como Ortega y Gasset, Kant, Balzac, Bergson, Unamuno, Sêneca, Stendhal, Spinoza, Hegel, Schopenhauer, Nietzsche, Safo, Antônio Machado, Voltaire, Diderot, Rousseau, Goethe, Renan, Heine, Turgueniev, Rilke, Lamartine, Proust, Novalis, Wagner, Leopardi, Ibsen, Kierkegaard, Marx, Pondal, Joyce, só para citar alguns dos exemplos mais conhecidos. A extensão temporal e geográfica deste arco demonstra tanto o cosmopolitismo quanto a atualização cultural de Adrián. Este galego interiorano, representante de uma classe em vias de extinção e que remontava à Idade Média, está a par do que há de mais novo e sofisticado na Europa de seu tempo. Formado no curso de Filosofia e Letras, não possuía no entanto a vocação acadêmica: “O documento histórico ou lingüístico dáballa unha sensación de mareo [fastio] e de tristeza.”⁴³⁵ Sem profissão, vivendo às expensas das rendas forais da família, ele não está satisfeito, não se sente tranquilo, seguro de si. Talvez como sintoma de sua classe, consciência de seu anacronismo no novo século, ele experimenta um atroz derenraizamento, a que se soma uma abulia e uma difusa sensação de malogro.

“Estarei *demodé*”, pensava Adrián. Tamén á súa idade era *demodé* (tampouco se usaba xa a palabra) facer oposicións [concursos para cargo ou emprego]. Non viña a tiro feito. Como todas as súas ideas era algo neboento. Adrián sufría de fatal vaguedade e falta de pulo [impulso] propio. A súa actitude: a man procurando, angustiosamente, coller algo que borbolea e foxe. Tudo lle fuxía. (...) Tiña o convencemento de non ser capaz de organizar a súa vida. Non se o confesaba por un instinto defensivo diante de si. Viñera procurando un sentido. E atopábase levado a zorro [via-se levado de roldão] por cousas fedorentas e bulreiras. Subíanlle á tona do espírito os lixos da mocidade. Fracasos. Nos esquinais das rúas, nos espellos dos cafés, no escapar das librarías, branquexaban cadáveres de proxectos.⁴³⁶

Essa sua inconstância, porém, contrastava com os voos de seu pensamento e seus altos propósitos:

⁴³¹ PEDRAYO, Ramón Pedro. *Arredor de si*. 5. ed. Vigo: Galáxia, 1985. p. 19.

⁴³² *Ibid.*, p. 30.

⁴³³ *Ibid.*, p. 37.

⁴³⁴ *Ibid.*, p. 25.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 98.

⁴³⁶ *Ibid.*, p. 29-30.

Refuxiado na literatura e na arte, o espírito de Adrián moviase con brillantez, collia síntomas, trazaba sínteses.

(...)

A ambição do mozo galego era demasiado grande e pura: máis que ambición, un orgullo alto de pensamento e dignidade epiritual que de ningún xeito se podía acomparar coa fachenda [presunção] doutros.

E assim, perdido, sem rumo, vazio, Adrián empreende uma viagem em busca de si, de sua identidade ignorada, que ele julga poder encontrar na essência da Espanha. Diz ele a certa altura: “A vida na que quero latexar é na vida do pensamento espanhol. Hai que vivilo primeiro na historia, na arte, na paisaxe, no pobo.”⁴³⁷

Ávila, entrevista pela janela do vagão numa viagem a Madri, é o primeiro ponto neste itinerário: “Nome curvo, rápido, esguio. Punta de lança, brillo de estrela, proa de nau, sangue de caste, rpto místico, fuxida [fuga].”⁴³⁸ No entanto, o apaixonado misticismo de Santa Teresa não foi determinado pela cidade, “demasiado cerebral.”⁴³⁹ Com efeito, a reformadora do Carmelo, “non cavilaba [meditava] na paisaxe nin na misticidade da vila. Faría igual en qualquera outro pobo sen coroa de muros. Vaidade do cerebralismo teimando entender aos místicos.”⁴⁴⁰ Mais uma vez se percebe aqui o mal-estar que esse novo século – americano, pragmático, cerebral – pruduz nesse fruto serôdio da *belle époque* “que non pode esquecer grandes sombras do século dezanove.”⁴⁴¹

Logo que o trem chega à capital, Adrián flana *baudelaireanamente* pelas ruas da grande metrópole, observa os cafés, os cartazes, reencontra um amigo, uma antiga paixão, envelhecida, que parece lhe perguntar com os olhos: “¿Con que balea de señorita de aldea casaria este galego?”⁴⁴² A cidade o faz recordar-se dos seus tempos de estudante, os antigos colegas, os velhos mestres. O sentimento que assoma não é o de nostalgia, mas o de melancolia: “Por alí vivira Adrián, de estudante. Ollabáse bello e fracasado ao pasar pola rúa da Luna. Iguais tendas [lojas]. Bares. A porteira xamona [mulher de meia-idade, encorpada] da casa onde vivira era agora unha vella desfeita, cunha castañeta [espécie de peixe] de moño [coque] no cume da cabeza.”⁴⁴³ Ao mesmo tempo, veem-lhe lembranças da infância, uma não assumida saudade da aldeia natal (“¿Como andaría o governo das terras?”⁴⁴⁴), mesclada a um

⁴³⁷ Ibid., p. 102.

⁴³⁸ Ibid., p. 20.

⁴³⁹ Ibid., p. 21.

⁴⁴⁰ Id.

⁴⁴¹ Ibid., p. 25.

⁴⁴² Ibid., p. 30.

⁴⁴³ Ibid., p. 26.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 30.

difuso sentimento de culpa: “Remoderamento do deber non cumprido.”⁴⁴⁵ Se Madri, por sua vez, ainda não é uma metrópole europeia, não está longe de sê-lo: “Pío Baroja ten razón: é un dos pobos máis bonitos do mundo. Certo que Bergson dixo [disse] no seu cuarto do Palace Hotel: aínda non é unha capital europea, *pas encore* [ainda não].”⁴⁴⁶

Enfim, depois de horas de deambulações ociosas, o jovem recolhe-se ao seu quarto de hotel. Ao adormecer, uma inquietação, uma sensação ainda imprecisa de não pertença àquela bela cidade o leva, a este francófilo de coração, a sonhar com “as fartas campias da Francia, Garonne, Blois, Amboise, Chenonceaux!”⁴⁴⁷

No dia seguinte, novas andanças pela cidade: rua da Estrella, do Marqués de Leganés, Praça do Oriente, Estrada de Extremadura, pradaria de San Isidro, que o faz recordar as cores crepusculares de Goya. Todavia, aquele sentimento de estranheza não o abandonaria. Ao contrário: “Agora non sentía satisfacción de se apalpar no corazón de España.”⁴⁴⁸ Seus pensamentos o levam a inusitadas conclusões:

(...) “non, eu ou sou parvo ou extraño. Para o caso é igual. Endexamais [jamais] entedenderei a España. Non serei nada nela. Levo un vivir de estudante aplicado e apaixonado, de pureza e honestidade mental. Fago o que podo mais fóxeme a realidade do Misticismo, dúrmome lendo a Calderón, sinto o mudexar ruinoso e queimado polo sol que alapa [oculta] as sepulturas. Ou estou morto ou é a Iberia a que está morta.”⁴⁴⁹

De repente, este galego que sempre se julgou espanhol, se permite questionar a unidade cultural da Espanha: “De fixo [de fato] Don Marcelino enganouse escribindo para todos os españois. Quem non sexa castelán non pode sentir a realidade e o imperio da tradición cultural *que se chama* española.”⁴⁵⁰ O caminho de seus pensamentos já anuncia a necessidade de uma reflexão acerca de si mais honesta e profunda: “Téñome que pór cara a cara comigo mesmo”.⁴⁵¹ Entretanto, esta viagem rumo ao *eu* ainda daria muitas voltas *arredor de si*.

Angustiado pelo curso de suas meditações, Adrián por um momento deseja *alienar-se*, esquecer sua alma, de preferência no corpo de uma mulher. “Calquera. Mellor canto máis vileza. Sentirse vivir ao menos como un corpo, esgotarse, esmaciarse num leito

⁴⁴⁵ Id.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 29. O grifo é do autor. Pío Baroja é um romancista basco, membro da Geração de 1898.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 33.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 42.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 46.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 46. O grifo é nosso. Don Marcelino é o escritor Menéndez y Pelayo (1856-1912), autor de livros como *Historia de las ideas estéticas en España*.

⁴⁵¹ Ibid., p. 43.

mercenário.”⁴⁵² No entanto, por força de um andante de Beethoven, ouvido de passagem, seus sentimentos mudam subitamente de sinal. Recordar-se da infância – e da aldeia natal:

“(…) xurdiulle a doce paisaxe do val, xa no empardecer alumada por unha grande estrela, cruzado pela *saudade* dunha cántiga. Foi un instantiño. Viu-se neno [menino] en seráns semellantes debullando os primeiros libros, chorando diante das primeiras inxusticias percibidas.”⁴⁵³

E assim, revigorado pelo lapso de lembrança, ele retorna, agora alegre, para o hotel.

Não obstante ter sido apenas um “instantinho”, é um indício, ainda que passageiro, quase imperceptível, da nostalgia de uma identidade, soterrada sob camadas de civilização espanhola e europeia, a ser buscada, desenterrada, desentranhada, ainda que Adrián de momento não tenha consciência disto. Aliás, a saudade – *soedade*, *soidade*, *suidade* – é um sentimento (e uma palavra) tipicamente galego-português, elemento afetivo que (re)une, mesmo depois de muito tempo do rompimento político, as duas Galizas de ambos os lados do Minho. Com efeito, como afirma Ramón Piñero, “unha das manifestacións culturais que seguimos tendo en común galegos e portugueses é mesmamente a *saudade*. A saudade, como a língua, é unha expresión da mentalidade peculiar que se foi configurando na vella Galicia, tanto na do norte com na do sur.”⁴⁵⁴

No Ateneo, um instituto cultural privado fundado em 1835, Adrián procura reunir forças para uma fé já não muito segura: “Estaba no centro da intelectualidade española. As ideas debían andar por alí soltas, vestidas de luz. Polo menos Adrián aferrábase a estas ilusiões.”⁴⁵⁵ Todavia, ao contemplar as celebridades espanholas na galeria de retratos, o sentimento que experimentava não era de certeza e convicção. “Todas as cabezas de moderados e progresistas, de economistas, académicos, xenerais, poetas, dábanlle a idea dunha España que se perdera no comezos do século XIX e loitaba cega, mais feblemente, por atoparse, por voltar en si.”⁴⁵⁶ Na biblioteca, depois de passar os olhos no livro *De l’amour*, de Stendhal, Adrián põe-se a devanear sobre o amor castelhano, propondo-se a passar a primavera a estudar este tema, espécie de síntese do espírito de Castela: “honor [honra], relixiosidade, traballo, tradición.”⁴⁵⁷

⁴⁵² Ibid., p. 47-48.

⁴⁵³ Ibid., p. 48. O grifo é nosso.

⁴⁵⁴ PIÑERO, Ramón. *Filosofía da saudade*. Vigo: Galaxia, 2009. p. 88. O grifo é do autor.

⁴⁵⁵ PEDRAYO, *Arredor de si...*, p. 66.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 68.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 70.

Todavía, para a busca de raíces, raíces autênticas, como Adrián pretendía, Madri era por demais europeia, cosmopolita, ilustrada. Era preciso partir ao encalço de algo mais profundo, nativo, rústico. Na mesma noite, Adrián ruma para Burgos, novamente de trem, em busca do mítico Reino de Castela, do qual foi a primeira capital e onde se encontra, quem sabe, a primitiva matriz da tèmpera espanhola. “Na Galicia”, ele pensa, “son un corpo vexetal da calidade máis inferior. (...) Só me sinto vertical, aquí, em Castela.”⁴⁵⁸ Daí a necessidade de um núcleo mais rígrado, uma gema mais pura, encontrável quem sabe numa Castela ancestral, infensa a influências posteriores. Entretanto, diante da capela do Condestable, na catedral de Burgos, ele se decepciona: “Este oxival de Castela (...) é xá madureza. Non naceu aquí. Eu procuro unha Castela anterior.”⁴⁵⁹ O que ele quer, com efeito, é a Castela altiva, heroica, antigo cenário das canções de gesta: “Terra que non se deixa amolecer polas chuvias, que non as quere por femininas e cantareiras. En troques, [ao contrário] recibe con fronte sumisa o grave e branco conselho da neve.”⁴⁶⁰ Para ser apreendida e corretamente compreendida, por sua vez, esta terra “esixe a paixón que puider chamarse matemática,”⁴⁶¹ algo bem diverso da “rídica saudade” galego-portuguesa que Adrián experimenta, por exemplo, ao pospor “Galicia” no sobrescrito de uma carta endereçada a sua mãe.⁴⁶² Em busca dos vestígios e resquícios dessa Castela original e originante, Adrián, caminhando pela cidade, toma notas: “anacos [pedaços] de conversas, respostas e ditos de mulleres no mercado.”⁴⁶³

No dia seguinte, numa visita ao mosteiro de Fresdeval, a uma légua da cidade, o jovem galego encontra enfim um vislumbre do que julga procurar:

Recorrendo o mosteiro oxival convertido en pazo e a igrexa de fermosos sartegos [túmulos], disfrutaba Adrián unhas horas proveitosas e ledas. Facia de cicerone a filla do maiordomo, un labrego cor de terra e ovella, de rexas [vigorosas] falas clásicas. A mociña fina e lanzal [esbelta], vestido modesto, ollos fondos e ardentes, tiña algo de espada e trigo. Como un aceiro [aço] ben temperado que se brandeara. Xentil palla de trigo xa branco de pan. (...)

Adrián sentíase namorado. Preso no seu falar cristalino imaxinaba outros nomes: Ximena, Berenguela, Beatriz. Flor de xeadas e de suco [sulco], de ferro numantino [referente à Numância, antiga cidade da Península Ibérica], de paixón. Cun pouco mais, Santa Teresa. Clara, precisa. Xenio das razas que saben o que han facer, e non dubidan endexamais. (...) Aquela noite escribía Adrián a un amigo: Atopei a serrana do Marqués. A fontela [pequena fonte] muller, a primavera dos altos chans.”⁴⁶⁴

⁴⁵⁸ Ibid., p. 71.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 72.

⁴⁶⁰ Id.

⁴⁶¹ Ibid., p. 74.

⁴⁶² Ibid., p. 73.

⁴⁶³ Id.

⁴⁶⁴ Ibid., p. 75-76.

À noite, sob o efeito deste encantamento, começa a rascunhar uma novela: *Nosa Señora das Lavercas* [espécie de cotovia], narrativa que concluirá mais tarde, história de acre sabor castelhano, com ingredientes de paixão amorosa e arroubos místicos. Na noite seguinte, de volta a Madri, perambulando sozinho, por um momento ele pensou ter alcançado a iluminação pretendida: “Non madrileño, castelán. Coidaba ter conseguido a fórmula salvadora.”⁴⁶⁵

Alguns dias depois, aprofundando esta peregrinação tanto espacial quanto íntima, Adrián está em Toledo, a antiga capital da Hispânia visigótica, antes do domínio mouro. Ele “tiña que conseguir heroicamente a súa personalidade, alí, no cerne de España. Unha obra de Reconquista. Sen axuda do Apóstolo Santiago. Pois o que se trataba era de vertebrar con óso e miolo español a mol materia galega.”⁴⁶⁶ Era necessário, também, saber olhar através das camadas de história e cultura, em busca da Toledo primigênia:

Toledo estaba demasiadamente alapeada [ressecada] por soles triunfais ou críticos. Sol do Império, sol da Inquisición, lámpada severa da xeración do 98. Mais antes e por baixo sabía tamén en Toledo outra coisa. Nela atoparía Adrián a súa confianza. A mesma cousa sinxela, forte e eterna que desde os amañeceres do Mío cid decorría ata o cantar das lavercas todas as mañás.⁴⁶⁷

Contemplando os monumentos da cidade, impressiona-se mais uma vez pela severidade das origens espanholas: a influência visigótica de seus primeiros reis, as marcas da cultura mudéjar, a antiga liturgia moçárabe. “Aquela man toledana educada por romanos, por godos, por francos, por árabes, por xudeus, por italianos sobre o tema da espada ibérica, e da ornamentación das cerámicas, dáballle á cidade a verdadeira indiscutible soberanía. Virtuosidade semellante á de Florença.”⁴⁶⁸ Porém, uma ressalva assoma em sua mente: “Con todo, virtuosidade de vello.”⁴⁶⁹ De fato, a cidade marcada pela herança mourisca, jamais de todo extirpada pela Inquisição, de que era a antiga sede, o oprimia. “Sentíase extraño e percibía a extrañeza de Toledo. Considerábase ben lonxe da Europa.”⁴⁷⁰ Ali, no coração da península, eram visíveis os sinais da luta com o Islã: “Triunfou a teoloxia católica. Mais tamén ela se inzou [encheu] na terra mudéjar.”⁴⁷¹ Conversando com um antigo discípulo, um arquivista toledano, Adrián expõe com certo desalento as impressões que a cidade lhe

⁴⁶⁵ Ibid., p. 77.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 106.

⁴⁶⁷ Id.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 108.

⁴⁶⁹ Id.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 110.

⁴⁷¹ Ibid., p. 112.

suscita: “Aquí o que vive non é o Alcázar [fortaleza ou palácio de origem moura], nin a Catedral. Son as portas da Bisagra e do Sol, todo mudéxar e mozárabe. (...) A Sinagoga éche aquí tan do país como a igrexa. (...) Para ser europeo haberá que renunciar a Toledo, a Sevilha, a Granada?”⁴⁷² No entanto, uma carta de sua mãe o obriga a interromper estas reflexões: seu tio, Don Bernaldo, está morrendo.

7.1.2 Cenas da Vida na Aldeia

Ao mesmo tempo em que acompanhamos a jornada de Adrián pelos caminhos da Espanha castelhana – de Madri a Burgos, de Burgos a Toledo – , o romance não deixa de focalizar, em capítulos alternados, como vimos, a vida de seus parentes na pacata aldeia natal, à beira do rio Minho. Seu pai, um médico não muito bem sucedido, que se envolvera na política provinciana, já era falecido. Viviam em casa sua mãe, Dona María, sua avó paterna, também viúva e já acamada, e, do outro lado do rio, o irmão desta, Don Bernaldo, um clérigo igualmente idoso e adoentado. Adrián também tinha um irmão, mais novo que ele, o dinâmico Xacobe, que costumava passar também longas temporadas fora de casa, além de um outro, já falecido, cujo retrato, de olho verdes e cansados, “parecía triste e desenganado.”⁴⁷³

Em contraste com a inquietação interior e a azáfama de trens e carros de Adrián, a vida da aldeia, já a partir de sua cena inicial, é pintada com pinceladas suaves e cores idílicas:

A casa da aldea. Desde a fiestra [janela] traseira un ventiño figura agrandar o estreito horizonte, arrempujando as montañas e levando as grosas encostas poeirentas. Agurgulla o rego nos lameiros. Trema a avea [aveia] no chan enxoiro das viñas como unha verdecente caricia. Xa teñen brotes as hortenzias do paseo da parra e unha longa hora dubidosa cobre a paisaxe daquel anaco de ribeira.⁴⁷⁴

Dona María é uma típica matriarca galega, aferrada aos deveres de sua casta e gênero:

A nai [mãe], aínda nova, atafégase [sufoca-se] na casa. Sobe, baixa, berra coas criadas, conta e reconta as galiñas tan inquedas que nunca se sabe cantas son. Non remata a novela. ¡O que ela fixo [fez] para se afacer [acostumar-se]! Agora decátase

⁴⁷² Id.

⁴⁷³ Ibid., p. 79.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 34.

[dá-se conta] com amor, sem resignación nin melancolía, como aquel vivir da aldea é o seu, o imposto pelo deber.⁴⁷⁵

Embora ela tenha nascido na cidade, habituou-se cedo, por força do casamento e da viuvez precoce, às responsabilidades de sua condição. No entanto, a saudade dos filhos, sobretudo de Adrián, a doença da sogra e do tio cobrem de melancolia o seu monótono cotidiano. Ao entrar no quarto vazio do primogênito, ela se vê chorando, “quediñamente”.⁴⁷⁶

Ao contrário de Dona María, sua sogra é nascida e criada inteiramente na aldeia. O que mais a incomoda do fato de não poder se levantar do leito é ser privada de jogar brisca, um jogo de cartas que costumava jogar com seu irmão, Don Bernaldo, pois não lhe apetece jogar no leito. Além disso, à anciã desgostam as censuras que sua nora faz à gente da aldeia, que seria “desagradecida, murmuradora, contilleira [mexeriqueira], avarenta, mentireira.”⁴⁷⁷

Ao contrário do papel lateral, quase de figurante, da “avoa” de Adrián, seu tio desempenhará uma função axial. Romance de ideias, romance de formação, romance psicológico, *Arredor de si* é uma narrativa onde a intriga e as ações, de baixo teor dramático, como que esmaecem para dar lugar à verdadeira trama que se desenrola na alma do protagonista: o despertar de uma consciência. Don Bernaldo, um proto-galeguista que muito sofreu no passado por conta do um nacionalismo *avant la lettre*, é uma espécie de figura deste despertar e de certa forma engrenagem importante para o desencadear do mesmo.

Morava do outro lado do rio, numa casa paroquial, embora no último inverno quase não tivesse saído de seu espartano quarto. Um dia, antes de se deixar abater completamente pela enfermidade, remexendo em velhos papéis, o velho clérigo se deparou com as seguintes anotações do seu tempo de juventude:

Quixen [eu quis] erguer o sentimento cristiano de Galicia. Xuntar todo o esforzo dos galegos para fundar un Reino. Ningún Rei da Terra. A Nosa Nación soamente presidida por Xesús. Voltar a um cristianismo sinxelo guiado polos grandes taumaturgos do bo tempo: San Martiño de Dumio, San Froitoso, San Rosendo. A enseña [ensinamento] dos concilios de Lugo. Uma nación toda labrega [camponesa] e mariñeira, inimiga da riqueza, unha nación que cantase na fermosa lingua dos campos, coa gloria do traballo a gloria de Deus. Tiven esta arela [anelo]. Prediquei, escribín, avencellei [arregimentei] vontades. Ameazáronme coa pauliña [excomunhão]. Chamábanme tolo os compañeiros. Nas festas afastábanse de min como se fose un gafo [leproso, doente]. Había xente que me seguía. Non tiven [tive] valor. Venceu sen loita a oficina do Provisorato [espécie de tribunal eclesiástico].

⁴⁷⁵ Id.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 36.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 35.

Dimitín [renunciei] o meu beneficio. Choraban algúns patróns de pesca. Vin para casa. 18... Había unha cruz. Significaba o enterro dun vivir.⁴⁷⁸

Como a Galiza foi uma terra de industrialização tardia, os primeiros rebentos da consciência nacional não podiam deixar de se revestir, como aponta este excerto, de tonalidades arcaicas. Vislumbra-se aí, neste projeto de reino comunal-teocrático, reflexos dos movimentos quiliásticos da Baixa Idade Média, de sabor joaquimista.⁴⁷⁹ Com efeito, Don Bernaldo olha para o futuro (a gestação da nação galega), mas com lentes do passado (os ideais milenaristas). Na época dele, numa Galiza agrária, de estruturas ainda medievais, não podia ser de outro jeito – como vimos no quinto capítulo.

Agora, sentindo-se perto da morte, Don Bernaldo indaga-se por que abrisse mão tão depressa de seu sonho. Vista em retrospectiva, aquela submissão lhe parecia “como un pecado. ‘¿Por que nacín fidalgo? Fillo do pobo loitaría. A caste [casta], o medo ou a repugnancia do escándalo, detivéronme’ ”,⁴⁸⁰ refletia. E não obstante a frustração e o malogro do ideal de sua mocidade, vaticina: “ ‘esa Galicia está disposta para un porvir. Chegará. O Santo Apóstolo veu para algo máis que para matar mouros’ ”.⁴⁸¹

Uma noite ele resolve abrir uma caixa há muito tempo fechada em sua gaveta. Ali estavam os folhetos de propaganda de sua utópica Galiza – os quais, aliás, nunca foram impressos. Por um momento, Don Bernaldo chegou a pensar em deixá-los para o seu sobrinho. Mas logo desiste desta ideia: “– Non –. Bulraríase de min. Toladas [tolices] e vaidades...”⁴⁸² Ato contínuo, com grandes berros, o sacerdote manda trazerem mais fogo – e em breve o feixe de papéis é consumido no braseiro, cujas cinzas, no dia seguinte, seriam espargidas⁴⁸³ pelo vento. “Desde aquela noite xa non se ergueu D. Bernaldo en toda a primavera”.

O sobrinho a quem por um momento o ancião pensara em legar seus documentos é, evidentemente, o Adrián, pois nem cogita revelar tais segredos ao Xacobe. Nas conversas com Dona María,

o crego [clérigo] preguntava polos estudos dos rapaces. Considerava con maior simpatía ao Adrián; xulgábao de sentimento, idealista; entristecía cavilando

⁴⁷⁸ Ibid., p. 61.

⁴⁷⁹ Sobre o joaquimismo cf.: FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto. *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*: escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo. Lisboa: Roma Editora, 2005.

⁴⁸⁰ PEDRAYO, *Arredor de si...*, p. 61-62.

⁴⁸¹ Ibid., p. 62.

⁴⁸² Id.

⁴⁸³ Ibid., p. 63.

[meditando] nas desgracias que o agardaban no mundo. En troques, se non apreciaba tanto o inxenio do pequeno compraciábase véndoo forte e seguro de que tería un vivir san e vulgar.⁴⁸⁴

Com efeito, Xacobe é o antípoda do Adrián. Se este é meditativo, inconstante e ligeiramente taciturno, aquele é determinado, enérgico, jovial. Eis como a presença do caçula tranforma o ambiente outoniço daquela casa de viúvas:

Co Xacobe entraba na casa unha esperanza nova. Figuraba que todas as cousas pulasen nun ritmo máis vivo. Madrugaba. Educaba ao can. Cun ollar preciso, o rapaz deuse conta da horta, da viña, da paisaxe. Os criados e jornaleiros [trabalhadores diaristas] oíron unha voz precisa e ordenadora. Traía unha autoridade. Vinã do corpo forte, educado, disposto. Dezasete anos.⁴⁸⁵

E à ninguem passa despercebida essa diferença entre os dois:

A nai [mãe] cavilaba. Adrián na aldea era sempre un ser extraño e sufrinte. Non xogaba como os nenos [meninos]. Non abía falar cos labregos [camponeses]: sempre diante deles sufría dunha timidez invencible. Como se tivese vergonza da propia superioridade intelectual. Sabía que Adrián non se abriría un camiño na vida. Isto acrecía a súa ternura polo fillo lonxano. En troques [ao contrário], ao Xacobe non había máis que miralo. Naqueles ollos non podía pasar nin a máis leviana sombra de dúbida, de perplexidade ou de ensoño.⁴⁸⁶

A opinião de Don Bernaldo é essencialmente a mesma. Eis o que ele diz, em certa ocasião, à Dona María:

Deixa que o rapaz [Xacobe] se adique aos negocios. (...)¿Para que prepararse anos e anos a unha carreira? Xa está preparado para vivir; e traballando afinaráselle este sentido. En troques, que queres que che diga: o Adrián será sempre pobre e triste, pois nin saberá gobernar os bens nin chegará a unha boa posición. Na familia éche o derradeiro da caste miña e do teu home, o derradeiro romántico. Por iso eu o quero máis. Éche unha intelixencia destinada a sufrir.⁴⁸⁷

Da mesma forma, esse antagonismo não era ignorado pelos camponeses, no caso, as camponesas, enamoradas do irmão mais jovem:

⁴⁸⁴ Ibid., p. 51.

⁴⁸⁵ Ibid., p. 78.

⁴⁸⁶ Ibid., p. 79.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 88.

Todas as mozas gababan a llaneza e fachendía do señorito novo. Era amigo de todos os mozotes, xogaba ao balón com eles como compañeiro. ¡Boa diferencia co outro señorito soberbio e calado, que ata lle custaba traballo falar coa xente!⁴⁸⁸

O próprio Xacobe, aliás, sentia um não de todo secreto desprezo pelo irmão mais velho: “¿Que pensaba do Adrián? Debullaba o mellor do diñeiro da casa em Madrid, en estudios e viaxes, e non era capaz de gañar unha peseta.”⁴⁸⁹

Ágil, expedito, asséptico, amante dos esportes e dos automóveis, Xacobe representa a modernidade urbana, cosmopolita e sem raízes, que só assoma na Galiza subdesenvolvida já entrado o século XX. Sem cerimônias, o garoto ousa questionar os métodos antiquados de administração das terras, propondo mudanças que deixam sua mãe ao mesmo tempo receosa e estupefacta:

O rapaz, lápiz na man, demostrulle que as guías [a direção] antergas [antigas] do goberno da casa non levaban a ren [coisa] bo. Eram ridículos os produtos das terras. Traballar as viñas todo o ano para que ao remate o máis lucido [destacado] da venda do viño volvese ás mans dos jornaleiros [diaristas]. Coidar montes [terreno inculto] e bosques para vender por un [sic] poucos pesos unha corta de esquilmo [mato] ou as decotas [podas] de trinta carballos.⁴⁹⁰

Ao contrário da velha aristocracia decadente, esta nova geração, iconizada por Xacobe, resolveu todos os problemas pelo processo mais simples: “non pensando neles”.⁴⁹¹ Não é à toa que ao final do romance, Xacobe, que nunca viu problemas de conviver com os camponeses, quebrará as rígidas hierarquias da província casando-se com uma moça de “casta” inferior, para desgosto de sua mãe, e trabalhará numa agência bancária da cidade. De fato, toda classe ascendente, quando se encontra na plena posse de seu vigor e não se vê mais ameaçada pelas velhas oligarquias nem ainda avista no horizonte sinais de perigo para a conquista da hegemonia, pode dar-se ao luxo de “não pensar”.

Por sua vez, ao contrário do irmão, Adrián “pensa”, ainda que confusamente, e é por isso que ele, representante serôdio da fidalguia galega, buscara tanto – e sem sucesso –, no antigo solo castelhano, as energias que não julgava possuir. A derradeira entrevista com o tio moribundo será importante para, na hora propícia, fazê-lo encontrar, justamente aonde ele menos esperava, as bases que tão angustiosamente andava a procura para a construção de sua identidade.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 115.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 85.

⁴⁹⁰ Ibid., p. 85.

⁴⁹¹ Ibid., p. 88.

Depois de chegar à aldeia, à noite Adrián terá a oportunidade de passar algumas horas a sós com o moribundo. Este, então, pede ao sobrinho que vá ao escritório e traga um grande mapa antigo da Galiza, o qual é pendurado na parede diante de Don Bernaldo. “Os ollos do enfermo reviviron. A man figuraba sinalar horizontes. Unha pura alegría animaba a cara murchiña e branca.”⁴⁹² Com uma vela na mão, Adrián vai iluminando os lugares cujos nomes o tio, com uma voz mortiça, murmura:

A vela alumou longamente un nome e o sitio de Compostela. Adrián lía nomes de montes, de ríos, de pobiños [pequena povoação], de ermidas. A luz ía seguindo os trazados dos camiños.

Naqueles instanes extraños e fondos figuraban lucir no mapa agras marelas [campos amarelos] de centeo, ermos vestidos de flores de toxo [tojo] e de piorno, serras penedosas, campanarios barrocos, xente que vai polos carreiros aos muíños e ás feiras, verdeceres de camposantos, fuxir de augas, praias douradas, galgar de ondas nos cons [penedos], velas que saen roselando [produzindo rosel/ronsel, isto é, a esteira de espuma que se forma atrás de uma embarcação] o mar, orballeiras [garga, umidade produzida pela névoa] sobre as arboredas mestas [densas ou lúgubres], rúas de vellas cidades, soidades de esquecidos mosteiros.

Adrián sentíase conmovido ata o máis fondo do seu ser. Tremándolle a man foi alumado todo o camiño de Santiago, a terra de Ourense, as dúas aldeñias xemeas do val onde eles estaban, parou un instante como un cirio funeral no nome do pobiño no que moría Don Bernaldo e logo foi recorrendo todo o debuxo [desenho] das fronteiras e costas da Galicia. Don Bernaldo xa non falaba. Sorría. Groas bágoas queimaban as fazulas [faces] do Adrián. Tivo que saír á sala e liberar os seus saloucos na fiestra, cara á noite.⁴⁹³

Mais tarde, quando “Don Bernaldo morría docemente, (...) unha negra sombra corría sobre o mapa da Galicia.”⁴⁹⁴

7.1.3 O Luzir do Lar Étnico

Até então Adrián nunca sentira afeto especial pela Galiza ou pelos galegos. Muito pelo contrário. Em Madri, não lhe aprazia encontrar-se com seus conterrâneos. Achava-os

Demasiado vivos, sempre atentos ao lado práctico das cousas. “Galleguito listo [sagaz].” Eran tolerados a medias, sem o aprecio que conseguían os aragoneses por exemplo. Respecto dos galegos Adrián tiña unha opinión, ainda que escuramente sentira que non podía ser a derradeira. Tiña exposto en conversas de café e de Ateneo con brillantez, mais no fondo sempre ficaba só satisfeito dela a medias. Os galegos son listos, traballadores, dados. Bolen moito na España (aquí sufincaba o

⁴⁹² Ibid., p. 119.

⁴⁹³ Ibid., p. 120.

⁴⁹⁴ Id.

seu pensamento coas greas [greis] de ministros, maxistrados, comerciantes e pescadeiros galegos, mais non os citaba por non avergonzarse dun argumento vulgar). Non saben rexir postos directivos. España, quizaís [quiza] estea botada a perder polos galegos.⁴⁹⁵

A própria lembrança da Galiza o perturbava: “A Galicia lonxana. A Provincia. Verba fea, guedelluda [palavra feia, cabeluda].”⁴⁹⁶ Este autodesprezo – tão comum em povos colonizados – se estende naturalmente ao galego. Ainda no trem que o levava a Madri, no começo do livro, Adrián se dirige mentalmente a uma formosa senhora corunhense: “Pois axiña [logo] chegarás a Madrid. Xa non oirás *noxentas falas galegas*. Terás de disimular o acento.”⁴⁹⁷ *Dissimular* o sotaque, a língua, as origens – eis a questão. No mosteiro de Fresdeval, em contato com o límpido castelhano da filha do caseiro, Adrián chegarara a sentir “noxo do acento galego.”⁴⁹⁸

Esta repulsa por tudo o que que diz respeito à Galiza é compartilhada por outros galegos de Madri. O capítulo VII focaliza um desses grupos – composto por “ex-ministros, senadores, deputados, rexistradores, un notario, maxistrados, um médico de sona [renome], e unha personalidade política chegada pola mañá de Galicia”⁴⁹⁹ – cuja conversa girava sobre a terra natal. Não obstante o tempo em que viviam na capital, era visível a satisfação “de se sentir en Madrid, lonxe da terra.”⁵⁰⁰ “Xuntábanse apreciacións de orde práctica con fugas de sentimentalidade ou precisos recordos de persoas e cousas.”⁵⁰¹ Um senador elogiava o inverno madrilenho, que era seco e revigorante; se estivesse na Galiza, estaria “tiritando coa néboa”.⁵⁰² Enquanto um notário manifesta saudade da gastronomia luguense, um registrador o censura:

¡Home, que nos veñas das leccións de bo xantar en nome de Galicia! ¡Empre fuches un rexionalista enrabachado [enfurecido]! Eu sosteño que en Madrid se come mellor que en ningures. Aquí todos somos galegos e pódense dicir as cousas sen que se ofenda a terriña. Ela é bonita e nós somos de aló [dali]. Mais en porca, atrasada, e murmuradora, non hai rexión da España que a gañe. (...) Por algo che somos os máis despreziados dos españois. Algo debe ter Galicia.⁵⁰³

⁴⁹⁵ Ibid., p. 42.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 26.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 20. O grifo é noso.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 76.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 92.

⁵⁰⁰ Ibid., p. 92.

⁵⁰¹ Id.

⁵⁰² Ibid., p. 93.

⁵⁰³ Id.

Vozes de protesto se fazem ouvir: “Home, non tanto – hai que ser justos –, como a paisaxe das Rías Baixas non hai outra na España – e tocante ás mulleres as do Ferrol.”⁵⁰⁴

Todavía, um ex-ministro, categórico, esboça um resumo da imagem da terra e sugere o remédio para os seus males:

– “Señores, Galicia é Galicia, unha das boas terras de España. O que pasa é que moita xente aínda está nos tempos bárbaros e non sabe apreciar máis aló [além] do horizonte do campanario do seu lugar. (...) Cómpre achegar Galicia á Porta do Sol [célebre praça madrilenha] para que Madrid adeprenda a se aproveitar da fermosura e riqueza da Galicia. (...) Levar ás derradeiras vilas e aldeas o sentimento da grandeza da patria. (...) E deixarse dese rexionalismo reaccionario no que figura abondar o señor Notario. (...) O que non quita que se admiren as nosas paisaxes, e se oian as nosas cancións populares e se reciten as poesías de bo fondo escritas no doce *dialecto* da Terriña... (...)”⁵⁰⁵

Nesse momento, quando já parecia ecoar “un lonxano cantar de gaita”⁵⁰⁶ na alma daqueles galegos, achegam-se do grupo duas novas figuras: um jornalista e renomado escritor e Adrián. O rexistrador acrescentava:

“É cousa rara. Os galegos para se facer homes teñen que saír da Galicia. Todos melloran. Igual aquí que na América. (...) Para min o exponente do que vale Galicia é o grande número de políticos e maxistrados e homes de ciencia que se teñen aló criado... Mais todos precisam vir aquí ao centro, o corazón da Península”.⁵⁰⁷

É nesse instante que o escritor, “con ganas de broma [zombaria]”⁵⁰⁸ intervém. Sua fala, cujo conteúdo não nos é revelado, produz na assembléia “caras de espavento [espanto], voces e ademais escándalo”⁵⁰⁹ A reação do rexistrador não se faz esperar:

(...) cos ollos feroces e falando com máis *acento galego que nunca*, berraba alporizado [exarcebado]: “¿Mais, é que se poden consentir esas ideas? ¡Pobre España! ¡Ingratos fillos ten! ¿De maneira que segundo vostede, Galicia debía seguir a guía da Cataluña? ¡Será unha rama desleigada da árbore de España! (...) E logo de onde sacou que o galego é unha lingua?”⁵¹⁰

⁵⁰⁴ Ibid., p. 94.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 94-95. O grifo é nosso.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 95

⁵⁰⁷ Id.

⁵⁰⁸ Ibid., p. 96.

⁵⁰⁹ Id.

⁵¹⁰ Id. O grifo é nosso.

E ainda faz alusão aos homens das Irmandades da Fala, quando menciona “catro vagos [vagabundos] da Coruña que se empeñan en facer o ridículo...”⁵¹¹ Envolvendo aos dois, ao escritor e ao Adrián, com um “ollar de superioridade compasiva”,⁵¹² o ministro remata o assunto com defensiva ironia: “Home, non sabía que vostede viaxaba en xénero catalán.”⁵¹³

Já no bonde, o escritor, que não se deixara intimidar por aquela reação, traça ao Adrián um quadro mordaz acerca de seus conterrâneos: “Son pintorescos estes nosos paisanos. (...) Fauna vella. E con todo galegos ata os miolos. Raposeiros e comenenciúdos [astutos e interesseiros]. Xa se ve como falan de Galicia. Pois alguns deles sonlle os directivos [diretores] do Centro Galego.”⁵¹⁴

Galegos até as entranhas, temperamentais, emotivos, que nos momentos de iracúndia não logravam dissimular o próprio sotaque, compraziam-se eles no entanto em desmerecer e destratar a própria terra – e sentiam-se profundamente ofendidos quando alguém ousava questionar seus preconceitos. Com efeito, a última cidadela a ser conquistada num processo de descolonização é a própria mente, onde frequentemente as assimetrias sociais se internalizam, convertendo-se não raro em auto-ódio. Não por acaso a Catalunha, pioneira na afirmação de sua particularidade cultural, é um contra-exemplo para eses galegos assimilados.

Ante o teor dessas conversações, a reação de Adrián é sintomática:

Adrián entristeciase falando de Galicia. Comprendía escuramente que ela ocupaba, para ben ou para mal, un grande espacio no seu espírito. Endexamais [jamais] se detivera a cavilar [refletir] no xenio e na virtude da súa Terra. Ás veces, en instante de noxo ou de desacougo [desassossego], outras veces conscientemente, quería botala fóra de si. Hoxe, volvendo para casa, por primeira vez se lle representaba como un problema, un máis dos moitos que estaba obrigado a resolver.⁵¹⁵

Todavia, para Adrián, os tempos ainda não estavam maduros: assustado, afastou esta nova inquietação de si. Mesmo quando, mais tarde, descobre a fé galeguista de Don Bernaldo, outras preocupações e compromissos o impedem de se concentrar na resolução do “problema” galego. Quando saíra de Toledo, desapontado por não encontrar a segurança que procurava, enjoado da Espanha, que agora lhe parecia falsa, exagerada, resolvera fazer um périplo pela Europa, que ainda mal conhecia. Quem sabe não estavam aí, ainda mais longe de casa, longe da terra, longe de uma região insuficientemente europeia, as respostas às suas angústias?

⁵¹¹ Id.

⁵¹² Id.

⁵¹³ Id.

⁵¹⁴ Ibid., p. 96-97.

⁵¹⁵ Ibid., p. 97.

Ao passar pelo País Basco rumbo a Paris não deixa de se sensibilizar por conta daquele pequeno enclave ancestral no seio do Estado espanhol:

Modernidade, prehistoria – preespañolismo – dos vascos. Honradez das boinas vermelhas dos Migueletes [guarda civil basca]. Terra de homes, falar da Idade de Pedra, que refresca tanto aos civilizados das cidades como ao balneario, e pon ao descuberto ese intenso senso do mundo que levamos en nós.⁵¹⁶

E uma vez na França, é incontornável a comparação com a Espanha:

Sentiase máis moderno, máis poroso, desque non lle ferían os ollos os vermellos de fogo do mudéxar. Máis húmido. Máis curvas que aristas [arestas], máis matiz que cor, longos crepúsculos de baixa de valor do sol do mediodía.⁵¹⁷

Para Adrián, a conclusão era inevitável: “O fio non está crebado [quebrado] na aparencia como na España. Aló [lá] hai que choutar [saltar] fallas. A auga [água] ocúltase ás veces baixo enxotas tonas [sob enxutas camadas] do chan histórico. Aquí hai unha continuación...”⁵¹⁸ Até o vinho francês, em contraste com o castelhano, era mais prazeroso, mais afim aos prazeres refinados da civilização: “Bebendo viño vermello da Borgoña, grosa esencia do terrón, non paixón calada, temerosa cando estrala do vinõ castelán. En troques unha brandura.”⁵¹⁹ Brandura esta que ainda “amolecería [em Adrián] a verticalidade adquirida na disciplina de Castela.”⁵²⁰

Agora, então, era “deixarse levar polo vento e a gracia da Europa”,⁵²¹ afundar-se “na selva humana, con gusto de se perder e descubrir.”⁵²² Desse modo, flanando entre as multidões de Paris – esta “flor prodixiosa, mimada por todos os Heine, todos os Turgueneff [Turguienev], todos os Rilke”⁵²³ visitando o Louvre, os monumentos e igrejas históricas, os parques, os cafés, sentia-se finalmente na Europa, no âmago da Europa. Às perguntas sobre a essência da Espanha, nunca respondidas satisfatoriamente no estágio anterior de seu périplo identitário, são substituídas agora por interrogações sobre o ser e a origem da Europa. O imperador Juliano aparecia-lhe como o “primeiro europeu. E, como toda idea da Europa,

⁵¹⁶ Ibid., p. 131.

⁵¹⁷ Ibid., p. 133.

⁵¹⁸ Id.

⁵¹⁹ Id.

⁵²⁰ Id.

⁵²¹ Id.

⁵²² Ibid., p. 134.

⁵²³ Ibid., p. 139.

atopa a morte no lindeiro [fronteira] da Asia.”⁵²⁴ A lembrança deste imperador, morto em combate com os persas em 337, conhecido como “o Apóstata” – embora batizado cristão, retornara ao paganismo romano –, não deixa de suscitar questionamentos ao sempre inquieto protagonista: “Para ser europeo hai que refacerse, pasar dunha a outra fé. A que tería que renunciar Adrián?”⁵²⁵

No entanto, se Juliano é o primeiro europeu, a construção da Europa não se daría a não ser por um longo tempo e um complexo processo:

A idea de Europa pasa por moitos prismas. A antigüidade non soubo crear unha Europa. A primeira, a de Carlomagno. A Europa escolástica. A do Renacemento xa consegue outros continentes para se decatar [dar-se conta] ela mellor da súa esencia. Despois seguen outras. A de Rousseau, a de Goethe, a de Nietzsche, a de Renán. Europas que ou viven confiadas [arrojadas], ou latexantes recreándose [recriándose], e coa prosa cara [voltada] ao porvir. Paris – despois de Aquisgram, despois de Florencia – foi quem máis loitou por ser un cerne da Europa. Agora, quizais un pouco [quem sabe] canso [cansada, referindo-se a Paris, vocábulo masculino aquí], deixa que a carreira das follas outonizas se alongue ditosa polos libros, polos parques, polas arquitecturas.⁵²⁶

E mergulhado nesta atmosfera de un decadentismo tardío, Adrián, “levado augas [águas] abaixo, sentía a deixadez [abandono] de ser cosmopolita, home de sensación, de rúa, de novidade, gran egoísta sensitivo fillo de lecturas, de dúbidas e de intensa desesperanza apenas confesaba no sorrir satisfeito.”⁵²⁷ Diante desse espírito parisiense, sofisticado, diletante, Adrián comezava a dudar da solidez do propio espanholismo:

Adrián lembrábase dunha pintura da que non lembraba o autor: o Español en Paris. Gran barba de pastor, dureza do que ten conseguida a verdade, conciencia de se saber extraño tirando deste isolamento un principio inmorrente de confianza. Mais esta enerxía duráballe pouco. Con dor experimentaba como era máis ben filla dun esforzo.⁵²⁸

De toda forma, Adrián, que até então sempre se sentira espanhol, não deixara de agir como um “espanhol” em Paris, pois ainda “camiñaba co ollo castelán, xulgador e valorativo.”⁵²⁹ Estaría em crise esta certeza?

Mas a França não era só Paris. Em contato com um dos “novos mestres” da literatura francesa, Valéry Larbaud, que lhe fez ver a importância não só da capital como da

⁵²⁴ Ibid., p. 138.

⁵²⁵ Id.

⁵²⁶ Ibid., p. 138-139.

⁵²⁷ Ibid., p. 140.

⁵²⁸ Id.

⁵²⁹ Ibid., p. 139.

provincia,⁵³⁰ Adrián logrou divisar uma outra França, para além dos cafés e dos bulevares de Paris:

Aquela noite Adrián maxinaba outra Francia. O mapa debuxaba [desenhava] de fronteira a fronteira, de mar a mar, do Rhin [Reno] aos Pirineus, o tecido dunha colmea (...). Pois aquela figuranza fuxía: un bouquet de flores e de follas púñase no seu lugar. Baixo [sob] o trazado poligonal tremaban as grandes rosas non xeométricas. Elas vivían. Elas tiñan un xenio esencial, inmorrente. A Normandía, a Bretaña, a Lorena, a Touraine, a Provenza, a Borgoña. Cada unha a súa capacidade, o seu estilo, o seu matiz. (...) París non era ningún común denominador. A unidade francesa desfacíase nun coro. O propio París medrou máis que as outras árbores do xardín por recoller os aires da Europa, mais as súas raíces eran da Illa de Francia.⁵³¹

Por trás da unidade do Estado nacional francés, Adrián percebe a diversidade das mais distintas regiões. Aqui, graças à pan-europeia França, racionalista e universal, Adrián teve o primeiro vislumbre da importância da variedade cultural para a beleza de um conjunto.

E é em Paris, cenário privilegiado dos grandes romances, que se iniciará para Adrián um caso de amor – um caso que inclusive tem relações com a Galiza. Tratava-se de Florinda, viúva do Marquês de Portocelos, um velho fidalgo galego cuja árvore genealógica remontava aos suevos, de uma aldeia próxima à casa de Adrián. Se o marido defunto era a representação do fidalgo decadente e anacrônico, sem mais espaço no século XX, Florinda é a encarnação da nova mulher da década de 1920, uma autêntica “melindrosa”: dinâmica, inconstante, superficial, sempre atrás da última moda e da fruição imediata da vida, de preferência sem os filtros da mediação reflexiva. Enquanto ao fidalgo, nas viagens do casal pelo continente, desgostoso ao ver “tantas residencias reais abandonadas”,⁵³² só lhe agradava quando alguma paisagem lhe lembrava a aldeia natal, Florinda, de origem americana (embora o narrador não especifique de qual país) e por isso com “unha beata admiración por Europa”,⁵³³ “percorría os magacines e pisaba os asfaltos da Europa con flores aos mangados [às mãos cheias] nos brazos nus.”⁵³⁴

Ao lado dessa bela e experiente viúva, Adrián, de resto tímido e inseguro, sentia um secreto orgulho: “¡Canto o envexarían os profesores e os literatos seus amigos! Entraba na Europa con bo pé. Franqueáballe as portas a Venus cosmopolita, ulinte [recente] a extractos de cultura, madura e sabia como correspondía a unha plenitude de vida.”⁵³⁵ Além

⁵³⁰ Ibid., p. 141. Larbaud (1881-1957) foi romancista e crítico literário, amigo dos homens da Geração Nós, em especial de Otero Pedrayo.

⁵³¹ Ibid., p. 141-142.

⁵³² Ibid., p. 149.

⁵³³ Id.

⁵³⁴ Ibid., p. 149-150.

⁵³⁵ Ibid., p. 150.

disso, Adrián, que sempre fora extremamente analítico e racional, experimentava em seu íntimo as “sutís artes do laboratorio amoroso.”⁵³⁶

París bailaba a través de prismas novos. Foron quince, vinte días, longos, ditosos, debullados como froitas. Cada hora, deixaba un pouso dourado e a esperanza radiosa do día seguinte. (...) Entraban os dous nos cafés literarios, visitaban as exposicións, oían as grandes misas de Nôtre-Dame e de Saint-Sulpice. (...) Na moitedume [multidão] cosmopolita, Adrian era un pouco mostrado pola marquesa coma ‘le fière espagnol.’⁵³⁷

Mas, às vezes, uma inquietude, uma dúvida, uma culpa o atenazava:

“Aínda estou a facer experiencias elementarias. Sempre lonxe e arredor de min”, cavilaba [refletia]. De todos os anteriores ensaios só un tiña un pouco de eixe rexo [reto]. Só a el podía apelar para sufincarse no chan da Europa: o eixe castelán, español.⁵³⁸

Como vimos, Adrián ainda se via, ou insistia em se ver, como espanhol – e como tal era visto e apresentado por sua companheira. Não deixa de ser significativo que os dois nada falavam da Galiza, do paço de Portocelos, da região ribeirinha do Minho de onde eram provenientes.

Todavia, esse excesso de brilhos e carência de sombras incomodava ao meditativo Adrián. “Aínda nos minutos de estralante [crepitante] paixón caían os dous, primeiro Adrián, de seguida Florinda, en silencios que alonxaban [alongavam] paralelamente. Non tiñan valor para se trazar un futuro.”⁵³⁹ Ao Adrián cabia trabalhar pela redenção da *cocotte* ao seu lado: “Xa que a quero, a miña obriga é darlle ao seu, ao noso vivir as asas da salvación. A culpa soamente é miña. Florinda é boa, intelixente e sensitiva; agarda pola man que a liberte do servo vivir da moda e da tona [superficie] da alma.”⁵⁴⁰ A estratégia elaborada por Adrián é levá-la à Alemanha, berço do idealismo e do romantismo, para, quem sabe, despertar “nela a fibra romântica adormiñada [adormecida] na muller.”⁵⁴¹

Assim, o périplo desde então já longo deste fidalgo galego vai adquirindo um raio cada vez mais extenso, nesta busca/fuga de si mesmo. O rosário de cidades e localidades se avoluma: Colônia (que parece a Adrián ainda demasiado latina), Leipzig, Berlim, Postdam, Nuremberg – e quanto maior é a distância espacial menor é o investimento temporal da

⁵³⁶ Id.

⁵³⁷ Ibid., p. 150-151. *Le fière*: arrogante, orgulhoso.

⁵³⁸ Ibid., p. 151.

⁵³⁹ Ibid., p. 152.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 153.

⁵⁴¹ Id.

narrativa. No entanto, na mente de Adrian, o itinerário é mais amplo ainda e ele, dado a devaneios, faz considerações sobre uma série de povos e civilizações, da Escandinávia à Rússia soviética, da Holanda à Polónia.

A Alemanha de então, não obstante a derrota na Primeira Guerra, ostentava ainda, pelo menos aos olhos de Adrián Solovio/Otero Pedrayo, as aparências de uma grande potência industrial.⁵⁴² Além disso, os estereótipos germânicos, de disciplina e rigor, não deixam de comparecer:

Baixo [sob] o esqueleto intelixente da ponte dos Hohenzollern o Rhin [Reno] figuraba duro e disciplinante. Sobre das rúas asépticas, brillantes, como pezas dunha máquina, dubidaba unha sombra de encaixe da Catedral. (...) O grande bock de cerveza negra (o ensoño dos neo kantistas españois) tiña na chaminea unha podibundes telóxica. De Teoloxía protestante.⁵⁴³

Parado un instante na prodixiosa estación de Leipzig, Adrián dicía: – “Agora apalapa a grande Xermania muscular”. Os aceiros [aços], os vidros, os faros [faróis], os fumes [fumaças], as sirenas tremaban coa mesma vibración metódica. As locomotoras chegaban afiadas da velocidade, usadas e sutilizadas de vencer a resistencia do aire e do camiño. Os expressos do norte e do sur, do oriente e do occidente, cruzábanse obediente á intelixencia que rexía no relóxico infranqueable.⁵⁴⁴

Todavía, esta nova Alemanha não deixa de manter relações com as velhas tribos teutônicas, pois “os seus novos reis da industria disfrutaban como os antigos bárbaros bebendo hidromel antes da conquista.”⁵⁴⁵ E ainda três anos antes da ascensão de Hitler ao poder é possível perceber um espectro de mau agouro:

A pesar da poderosa e baleira [vazia] seguridade da nosa gran burguesía da post-guerra, curado pelo marco-ouro, hai en Berlín moitas sondas botadas [apontadas] ao porvir escuro. Unha ansiedade. Berlín fai ensaios na materia expresiva do futuro con valentía e confianza. Aínda non se pode calcular nin o ton da resposta.⁵⁴⁶

Contudo, não tardam a aparecer desavenças com Florinda que, “elegante e mundana”,⁵⁴⁷ estava obviamente mais interessada no lado turístico da excursão e achava que o seu companheiro “pensaba demais para ser o seu amante derradeiro”.⁵⁴⁸ Ainda no começo da

⁵⁴² O livro, lançado em 1930, ainda não recolhe as consequências da grande crise financeira desencadeada pelo *crash* da Bolsa de Valores em outubro de 1929.

⁵⁴³ *Ibid.*, p. 157.

⁵⁴⁴ *Ibid.*, p. 160-161.

⁵⁴⁵ *Ibid.*, p. 161-162.

⁵⁴⁶ *Ibid.*, p. 163-164.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 168.

⁵⁴⁸ *Ibid.*, p. 169.

viagem à Alemanha ela lhe dissera: “Meu Adrián, polo amor de Deus, non te me poñas pesado coa filosofía.”⁵⁴⁹

Por seu lado, Adrián, depois de ter logrado possuí-la aos vinte dias de Alemanha, perdia o interesse por ela: “A Marquesa ía caendo para o mozo galego na categoría da (sic) cousas sobrepassadas, esquecidas. Vivían xuntos como dous namorados, nementres medraba [enquanto crescia] hora tras hora, ata facerse planetaria, a distancia que os afastaba.”⁵⁵⁰

Uma manhã, na presenza de um amigo americano da marquesa, o assunto Galiza finalmente vem à tona. Na verdade, explode num diálogo repleto de recordações e acusações amargas:

– “A túa terra – dicía Florinda – foi a maior vergonza da miña vida. Naceu para serva. Abonda [basta] ollar aos homes cangados [cansados, curvados] polas estradas. Alí, a porcallada forma parte integrante da paisaxe. Quizais sirva para un pouco de turismo o día que haxa hoteis con auga corrente en Santiago e nalgún recuncho das Rías. Non me fales da túa ribeira, non te poñas cursi co teu decrebar do outono nas viñas e nos piñeirais. *Endexamais serás un europeo, un home moderno*. Todo no pazo do meu home, que en gloria estea, fedía a unha vellez e un provincialismo arqueolóxico”.⁵⁵¹

À medida que falava, iam-se desenhando na mente de Adrián os lugares e os nomes do mapa da Galiza que ele abrira diante de Don Bernaldo, “e outras cousas das que el mesmo se extrañaba ao sentilas xurdir en si con tanta forza e esgrevia [áspera] novidade.”⁵⁵² Enfim, esboçava-se “aquela eterna pregunta sobre o ser da Galicia, que el por medo ou por snobismo, non deixara nin sequera formularse claramente.”⁵⁵³

Adrián, ante a catilanária de Florinda, reage de maneira igualmente agressiva. Profere palabras “sen cálculo, nin medida, obedecendo ao novo poder isospeitado. Estivo fino e cruel botándolle na cara á Marquesa como toda a súa riqueza, e nome, viñan dinha limpa caste de carlistas galegos.”⁵⁵⁴ Em sua reação não havia só despeito e orgulho ferido, mas também “unha arela [desejo] de liberdade, de ser outra volta [outra vez] o ceibe [livre] intelectual errante.”⁵⁵⁵

Assim, alguns días depois, obedecendo a um secreto apelo, que o impelia a fugir do “cerne do bloque continental pechado [fechado]”,⁵⁵⁶ Adrián embarca, agora sozinho, para a

⁵⁴⁹ Ibid., p. 157.

⁵⁵⁰ Id.

⁵⁵¹ Ibid., p. 169-170. O grifo é nosso.

⁵⁵² Ibid., p. 170.

⁵⁵³ Ibid., p. 160.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 170.

⁵⁵⁵ Id.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 170-171.

Bélgica. São outras as vozes que o convocam, não mais o ascetismo do norte, fonte do Idealismo alemão,⁵⁵⁷ ou o hedonismo francês, modelo do cosmopolitismo ocidental, mas vozes mais suaves, familiares: “O Atlântico, as Fisterras, Galicia. E ledamente [alegremente], sen volver a vista á palida árbore kantiana (...), tomou, coa equipaxe lixeira, o tren de Amberes [Antuérpia].”⁵⁵⁸

No começo do capítulo XIV, o penúltimo, assistimos a Adrián, novamente só, em mais uma estação de sua jornada identitária, fumando um cachimbo no cais do porto de Antuérpia. Anima-o agora uma “esperanza cada día máis forte, de salvación.”⁵⁵⁹ Observando a maré subindo pelos canais, ele pensa nas grandes cidades construídas pelo Atlântico, “este mar xeneroso entre todos”.⁵⁶⁰ Dessa vez, a azáfama dos marinheiros, a multidão dos barcos ancorados, a massa prodigiosa de mercadorias provenientes de todas as partes do mundo não lhe transmitem a sensação de um poder cosmopolita – aliás, depois de tantas viagens, parece que Adrián está um tanto farto do cosmopolitismo. Ao contrário, toda aquela movimentação “afirmaba a vitalidade dunha pequena patria, lucense [brilhante] de espírito, necesaria na Economía do mundo. Só nas beiras atlánticas poden vivir os pequenos pobos, ceibes [livres], quizais [talvez] precisamente por estar no centro das correntes do mundo.”⁵⁶¹ Aliás, o porto, o ancoradouro, o cais são um tema e um cenário caro à literatura contemporânea de trânsitos e mobilidades culturais.

Súbito, chega aos ouvidos de Adrián uma cantiga, numa língua desconhecida, rude, áspera, mas também “extrañosamente doce e lonxana [distante] como se fosse unha lingua bañada no orixe lonxana e mitolóxica de algo que vivía na alma de Adrian.”⁵⁶² Eram marinheiros do País de Gales e no seu canto Adrián cuidava perceber “un lucir de lar étnico.”⁵⁶³ Recorda-se então do celtismo de alguns escritores galegos, que tanto o emocionava na escola – antes de, maduro, envergonhar-se daquilo que passara a julgar provinciano e antiquado. Seu coração se confrange. Dá-se conta, então, do que há de diferente nele e nos galegos que ele julgara “inferiores e desgraciados”,⁵⁶⁴ e compreende finalmente por que nunca pertencera de fato às culturas que conheceu e nas quais procurara desesperadamente se inserir.

⁵⁵⁷ “O deserto roxo e quente foi pai do monotéismo, dixo Renan. Puidesese engadir [acrescentar] como o deserto ártico CREA a tendência ás filosofías do absoluto. Abstracción e Idealismo. Tamén Finlandia, Xermania, Rusia, Polonia, Inglaterra e Holanda teñen un pouco de paisaxe espiritualmente ártica.” *Ibid.*, p. 166.

⁵⁵⁸ *Ibid.*, p. 171.

⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 172.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 172.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 173.

⁵⁶² *Ibid.*, p. 173-174.

⁵⁶³ *Ibid.*, p. 174. Galeeses e galegos têm a mesma origem céltica.

⁵⁶⁴ *Id.*

Mas agora é tarde, pensa com tristeza. A Galiza “está condenada sen remedio”.⁵⁶⁵ É a primeira vez que se refere à personalidade de sua terra, vendo-a como um “espírito magoado, dolorido, sen cura.”⁵⁶⁶

Então, voltando profundamente desconsolado, na noite antuerpiana, ouve outra canção, desta vez mais familiar, em sua língua natal:

“Santo Cristo do Fisterra – Santo da Barba Dourada, – dáme vento pra pasar – A laxe de Touriñana.” Desde unha proa invisible respondía, ulinte [recentente] a todos os alcohois dos portos: – Lanchiña que vas en vela – leva brusas [blusas] e refaixos [espécie de saia] – para a miña Manuela”.⁵⁶⁷

De repente, o sofisticado e viajado europeu sente os olhos cheios d’água. “Ao deitar-se, aquelas bágoas [lágrimas] tiñan un sabor de perdón.”⁵⁶⁸

Logo está de retorno à Galiza, no porto da Corunha, depois de uma breve passagem por Bruxelas. Não é mais um europeu nem mesmo um espanhol – mas um galego que está de volta à sua terra. Açodado, dispensa o trem e toma um automóvel. Visita o monumento aos mártires de Carral, no vilarejo de mesmo nome. “Alí, si, unha revolución galega. Polos mediados do século. Don Bernaldo, algún outro vello téñenme falado de fusilamentos. Héroes románticos.”⁵⁶⁹ E descobre que seu pai, assim como o tio, fora um galeguista: “Agora recordo como meu pai – seino polas conversas da miña nai [mãe]–, púñase pálido falando da sangrenta bandeira do Carral.”

O trajeto prossegue. “O chófer vaille dicindo por onde pasan, pois é a primeira viaxe de Solovio polo corazón da Galicia. A ponte Sigüeiro. Máis adiante o chófer anunciálle Santiago. Emoción e sobre todo curiosidade de Adrián.”⁵⁷⁰ Por incrível que pareça, ele nunca estivera em Santiago. O carro entra pela mítica cidade e o que Adrián então experimenta só pode ser designado como epifania:

O chófer métese polas Casas Reais, a praza do Pan, a Azabacharía, a praza do Hospital, a Rúa Nova para saír á estrada de Ourense. Adrián endexamais sentira un asoballamento [assombro] igual. As grandes laxes, as disformes arquitecturas na noite, um cantigar de fontes, a fuga de rúas embozadas [encobertas] en tebras, todo lle producía un deslumamento [deslumbramento], un vértigo [vertigem] grave, de grandeza infinda e ao mesmo tempo familiar. *Adrián decatábase* [dava-se conta] *de*

⁵⁶⁵ Id.

⁵⁶⁶ Id.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 174-175.

⁵⁶⁸ Ibid., p. 175.

⁵⁶⁹ Ibid., p. 177.

⁵⁷⁰ Id.

*que xeito se enchía no seu ser un oco ata entón angustioso, agora cheo de seguridade e eperanza.*⁵⁷¹

Quando, mais adiante, pisa numa estradinha de terra, já à porta de casa, sente uma inopinada segurança como não encontrou “nos asfaltos brilhantes de Europa.”⁵⁷² Finalmente, sua longa e tortuosa epopeia identitária parece ter chegado ao fim. O conteúdo, a solidez que ele buscara alhures, na meseta espanhola ou nas grandes metrópoles europeias estava justo ali, na sua terra, no chão de sua aldeia. Agora já não é mais necessário “aquela paixón por estudiarse e analizarse, fibra a fibra, o seu espírito.”⁵⁷³

Depois do reencontro com a família, de uma noite bem dormida, do despertar com o canto das camponesas, de deleitar-se com as histórias de sua avó, de relatar suas peripécias pela Europa, declara que pretende ficar um ano inteiro na aldeia. Que sua mãe não pense que ele esteja renunciando a sua carreira. “Vou salvar a miña alma,”⁵⁷⁴ diz. Com efeito, a jornada de (re)encontro da identidade de Adrián Solovio é pintada amiúde com as tintas de um itinerário de iluminação espiritual. Adrián, a ovelha desgarrada, o filho pródigo da Galiza, encontra a “salvação” quando, já exausto de tanta peregrinação vazia, retorna ao aprisco da identidade galega.

Num quartinho que serviu de despensa para o seu pai, Solovio (no final, o romance passa a chamá-lo sobretudo pelo sobrenome) encontra uma dúzia de livros galegos do século XIX – que o fazem devanear em como seria o serão de um inverno galego oitocentista. À noite

(...) á luz dunha vela, acompañado pola música da chuvia nos vidros, Adrián recorría un a un os poemas dos *Queixumes*. En Europa, en cuartos confortables, ao pé das rúas onde se fai a actualidade do mundo, Adrián lera aos poetas novos. Non lle producían a impresión do pequeno libro esquecido na alcoba da casa vella, perdida na campía galega. Xurdía unha afirmación de raza e de lingua.⁵⁷⁵

Esta conversão implica necessariamente, além da natural emoção à toda viragem abrupta, uma tomada de consciência. A Galiza, antes invisível aos seus olhos – apenas a província desenxavida de suas origens –, revela-se agora cheia de contradições. Por um lado salta aos olhos (agora abertos, pois antes estavam cegos pelo esplendor espanhol e europeu)

⁵⁷¹ Ibid., p. 178. O grifo é nosso.

⁵⁷² Ibid., p. 179.

⁵⁷³ Id.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 180.

⁵⁷⁵ Ibid., p. 183-184. O livro referido é *Queixume dos pinos*, de Eduardo Pondal, lançado em 1886.

“a beleza da paisaxe e a beleza da historia.”⁵⁷⁶ Por outro, uma alienação oblitera aos galegos – sobretudo os das classes mais abonadas – toda riqueza: “Pesa no ar choviñento [chuvoso] a idea fatalista da provincia. Todo señorío quere imitar no casino a vida de Madrid.”⁵⁷⁷

Junto com a descoberta da Galiza vem, naturalmente, a (re)descoberta da língua. Nas caminhadas que tão logo se põe a fazer pelas redondezas, Adrián não perde oportunidade de conversar em galego com os camponeses. (Aliás, os camponeses da época não falavam outra língua). Experimentava, sobretudo, um especial prazer na conversação com um velho lavrador que vivia no recanto mais escondido do vale, “entre penedos e piñeiros”.⁵⁷⁸

O home tiña unha fala na aparencia ruda e lonxana [rude e distante], e nela as verbas perdían individualidade na rexa fábrica das frases. Mais de seguida se advertía a fermosura e o tino das palabras, sinxelas, expresivas, pintorescas, unhas dum sintetismo completo, outras feitas de matices, incomparables para expresar os momentos decorrentes e fuxitivos da vida e do mundo.⁵⁷⁹

Com efeito, a língua, que não gozava de um grande lastro de erudição, estava viva nos lábios do povo, “agardando unha exaltación triunfal.”⁵⁸⁰ Além disso, o galego era um idioma preche de potencialidade:

Algunhas veces Adrián coidaba oír un baixo latín cheo de mocidade e de futuridade. No comercio cos labregos, o desperto senso crítico de Solovio adprendeu ben pronto a falsedade dunha afirmación na que el, por costume e preguiza, participara: a de ser o galego unha lingua vella, unha ruína, non doada para conter nin fecundar unha idea moderna, impropia para a Técnica e para a Filosofía por exemplo.⁵⁸¹

E mesmo quando os seus conterrâneos se serviam do castelhano, por trás dele, ou do castrapo, vibrava o galego:

Tampouco [Adrián] ollaba a morte diaria do galego nos beizos dos paisanos que falaban castelán por influencia da cidade ou da América. Era un castelán exterior e falso. Na construción da frase, no acento, na alma das verbas [palavras] falaban galego disfrazado doutra coisa transitória.⁵⁸²

⁵⁷⁶ Ibid., p. 183

⁵⁷⁷ Ibid., p. 182. *Casino* tem aqui o sentido de associação privada de carácter recreativo ou cultural.

⁵⁷⁸ Ibid., p. 184.

⁵⁷⁹ Id.

⁵⁸⁰ Ibid., p. 191.

⁵⁸¹ Ibid., p. 184-185.

⁵⁸² Ibid., p. 185.

E nesta retomada identitária, Adrián não estava sozinho. Aos poucos ele, que foi desenvolvendo planos para traduzir suas novas experiências “en Filosofía, en Historia, en Ensino”,⁵⁸³ descobria uma pequena legião de apóstolos – dispersa só na aparência – que vinha trabalhando há algum tempo em prol da cultura galega em diferentes pontos do país, renunciando para tanto aos prêmios efêmeros:

A maior porción daqueles homes e mozos, que Adrián foi pouco a pouco coñecendo e valorizando, renunciaban ás glorias da moda e do tempo; o seu reino non era o deste mundo presente e fuxitivo, senón dunha Galicia que pola derradeira xustificacón dos tempos debía lucir nun futuro, quizais [quem sabe] non tan lonxano [distante].⁵⁸⁴

De todos esses heróis anônimos da galegitude – e mais aqueles que ainda viriam se ajuntar –, Adrián era uma espécie de *protótipo* cuja validade não se restringia apenas ao plano local mas se abria, com notas hegelianas, a todo o universo:

De igual a igual, Adrián pensaba ser o tipo dunha xeración, e con optimismo coidaba que no inverno outros galegos, todos os ben intencionados, todos os que pensasen con lealdade, chegarían á súa liberación que era a liberación da Galicia en ben da Europa, do Mundo e do Espírito Inmorredoiro.⁵⁸⁵

Todavia, como era de se esperar num país “colonizado”, nem todos estavam de acordo com essa visão, como Xacobe, seu irmão, imagem da “modernização conservadora” da nova geração.⁵⁸⁶ Certa feita, retornando os dois irmãos do quarto da avó, que falecera naquele mesmo inverno, o caçula reage da seguinte maneira àquele súbito fervor galeguista:

Si, hai algúns que falan e escriben en galego. Ninguém lhes dá tino [razão]. Que gañan con iso? Hoxe hai que traballar ben e vivir o mellorciño que se poida, entendes? Ti débelo saber mellor ca mim, pois viaxaches por Europa. Non sei como ti aturas ese fedor de esterco do curro [curral] da casa e esas anqueiras [trabalhos] do viño.⁵⁸⁷

⁵⁸³ Id.

⁵⁸⁴ Id.

⁵⁸⁵ Ibid., p. 193.

⁵⁸⁶ Na modernização conservadora – conceito elaborado por Barrington Moore Jr. – a revolução burguesa se processa através de um pacto político entre a burguesia ascendente e a oligarquia rural, pacto sem rupturas violentas, que é celebrado sobretudo para evitar o acesso ao poder estatal por parte das outras classes emergentes, como o médio campesinato e o proletariado urbano. Cf. MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

⁵⁸⁷ PEDRAYO, *Arredor de si...*, p.189.

Uma vez, ao contemplar de longe o estado desmazelado do Paço de Portocelos, a antiga propriedade de sua companheira de passeios pela Europa, administrado agora por caseiros, Adrián o toma como um símbolo de certa elite galega: “por culpa dos galegos toda a Galicia estivera a piques de ser un xardín a bravo [bravio].”⁵⁸⁸

E ao contrário desses galegos, cheios de desprezo por sua terra, Adrián, que cruzara de trem vastas extensões da Europa, ignorando amplamente a Galiza, agora sentia um desejo de perscrutá-la, palmilhá-la, conhecê-la em todos os seus recantos e recônditos. Assim, ele, tomado de um novo entusiasmo, ora desbravava a pé a costa galega, ora, provido de um cajado e um bernal, atravessava as serras das adjacências, além de passar dias inteiros em Santiago, onde ele se “coidaba na Europa e máis galego que nunca.”⁵⁸⁹ Com efeito, “por Galicia e na Galicia era Adrián europeo e planetario.”⁵⁹⁰ Ademais, na capital, a “sensación do Estado español estaba para el ausente da cidade.”⁵⁹¹

E esta descoberta da galeguidade, que em Adrián já assumia o quadro de uma jornada espiritual de tons milenaristas, como vimos, se recobre de nítido messianismo nas páginas finais do livro, mas não um messianismo provinciano ou etnocêntrico; no mundo novo sonhado por Adrián Solovio/Otero Pedrayo haveria espaço, numa espécie de amplo e vago federalismo, para a livre determinação de todos os povos e nações:

A novidade de Europa, a que ela agarda, a que xustificará para sempre no mundo, non é nin a fórmula política aplicada en grande senso, a mesma do século XIX, nin a técnica, senón o descubrimento e maioría de idade de todos os pobos que a compoñen, o xurdimento de todas as almas colectivas, nacionais.

(...)

Adrián, sentado ne pequena fonda do porto diante un vaso de branco espadeiro, imaxinaba o futuro mapa da Europa. As fronteiras non eran liñas de aduanas senón vitais zonas de transición entre as harmoniosas conciencias dos pobos. A voz das terras do Rhin [Reno] non precisaba pasar por Prusia para oírse no mundo. O alpino do lago de Como non se avencellaba [sujeitava] co ardente calabrés baixo [sob] a mesma etiqueta do Estado. Mellor que Estado cada terra era un ceibe [livre] conxunto de municipios e ninguén dominaba a ninguén.⁵⁹²

A utopia de *Arredor de si*, com seus olhos postos num futuro indistinto, como toda utopia, é também nostalgia de uma idade de ouro, *saudade* do paraíso perdido. Na verdade, todo sonho de futuro busca num passado, de preferência remoto, para além das brumas do presente, as energias vitais de seu dinamismo – esta é a uma das bases, como vimos, dos

⁵⁸⁸ Ibid., p. 186.

⁵⁸⁹ Ibid., p. 192.

⁵⁹⁰ Ibid., p. 190.

⁵⁹¹ Ibid., p. 192.

⁵⁹² Ibid., p. 192-193.

movimentos nacionais em seu processo de construção da comunidade imaginada. E estas energias podem ser encontradas, para Otero Pedrayo, em ordem crescente de importância, na raça, na terra e na língua. A primeira é representada pelas míticas origens célticas, que a distinguem do denominador latino: o dominador espanhol/castelhano. A segunda é iconizada pelo mapa da Galiza, aquele que foi a razão das lágrimas epifânicas do agonizante Don Bernaldo. A última perpassa todo o livro, escrito obviamente em galego, mas se torna autoconsciente no final, com a (re)descoberta da Galiza, sua terra, seu povo, sua história, amalgamados entre si e diferenciados das demais terras e povos e histórias da Espanha pela argamassa de uma língua própria – saltando, ainda em estado bruto, das falas dos labregos e dos marinheiros para as páginas do seu romance. Com efeito, o idioma de *Arredor de si* é um galego rústico, quase selvático, eivado de espanholismos, dos quais parece que o autor tenta se desvencilhar lançando mão de uma série de arcaísmos e termos ainda não dicionarizados.

Ramón Piñeiro (...) se referiu nos seguintes termos à língua do escritor de Tresalva: “rica mas desordenada e totalmente despreocupada”; poderia dizer-se com justiça que a prosa de Otero Pedrayo é boa para aprender a escrever *em* galego, mas nada boa para aprender a escrever *o* galego. E terminava assim a sua análise magistral: “O seu papel histórico na evolução das nossas letras é o de fazer entrar, quase que em cachoeira, a língua popular nos usos requintados e subtis da vida cultural.”⁵⁹³

De fato, para Otero, a verdadeira língua é aquela que brota dos lábios puros dos camponeses e que recebe no romance em tela uma magistral definição: “Está viva no pobo, sempre pronta a choutar [saltar] na risa [riso], no pensamento, na festa e na meditación.”⁵⁹⁴

Curiosamente, nesta obra em que se faz tanta menção a povos e nações, não se cita Portugal.⁵⁹⁵ Com efeito, para Otero Pedrayo, a nação do outro lado do Minho não funciona como um referente de afirmação da identidade, como ocorre com muito outros galeguistas da Geração Nós.⁵⁹⁶

⁵⁹³ LAPA, op.cit., p. 94. A citação de Ramón Piñeiro é procedente de *Homenaxe a Ramón Otero Pedrayo no 70º aniversario de seu nacemento*. Vigo: Galaxia 1958. p. 188-189.

⁵⁹⁴ PEDRAYO, *Arredor de si...*, p. 191-192.

⁵⁹⁵ Salvo em duas passagens. A primeira, à página 19, na abertura da narrativa, não é uma alusão lisonjeira: numa estação ferroviária, um rapaz anuncia “Portugal” e Adrián sente saudade do “ele” pronunciado em Castela. A segunda, na página 163, Galiza e Portugal são citados juntos numa alusão a um determinado estilo de barroco encontrável nesses dois países: um barroco “mollado malacolóxico” (referente à *malacologia*, parte da zoologia que trata dos moluscos). Ao contrário deste romance, em *Ensaio histórico sobre a cultura galega* (op. cit.) Portugal recebe uma amorosa atenção, ainda que breve.

⁵⁹⁶ Inclusive, numa carta ao amigo Rodrigues Lapa, Pedrayo afirmará: “Doeme dicilo, mais o galego e os galegos foron esprezados em Lisboa e Coimbra como em Madride e Valladolid.” LAPA, *Otero Pedrayo e o problema da língua...*, p. 83.

O final do romance, longe de encerrar o enredo no universo da ficção, não raro mais seguro, estável e controlável, abre-se para a experiência da vida, múltipla, dinâmica, pulsante, embora improgramável e irregular:

Aquí remata o primeiro, longo e trágico estado do vivir de Adrián Solovio. A súa vida desde agora identificase coa vida da Galicia; xa non é novela, nin experiencia psicolóxica. Xa é historia. Pois a Galicia tamén comeza a ser outra volta [outra vez] historia desque adeprende [aprendeu] os camiños para atopar [encontrar] a súa conciencia e deixou de andar como unha cega, arredor de si.⁵⁹⁷

E aqui, para o bem ou para o mal, um produto de um sistema literário incipiente e frágil dissolve-se num campo mais amplo, se bem que perigoso e movediço, onde se mesclam e contaminam política e cultura, ideologia e estética. Para alguns pode parecer panfleto, perda da autonomia artística, da finalidade sem fim da arte segundo Kant... Mas, vamos ser sinceros, é possível separar em compartimentos estanques aquilo que no universo cultural já é gerado como mistura? *A Flauta Mágica*, de Mozart, *Os miseráveis*, de Vitor Hugo, ou *O encouraçado Potemkin*, de Eisestein, serão menos artísticos por encamparem uma bandeira?

7.2 UM GALEGO NA LUSOFONIA

José Carlos Quiroga Diaz nasceu em Escairón, um pequeno vilarejo da província de Lugo, em 1961. É professor titular de literaturas lusófonas na Universidade de Santiago de Compostela. Foi bolsista de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 1991 e 1992, e do ICALP, atual Instituto Camões, entre 1992 e 1993. Também foi bolsista da *Università Italiana per Stranieri*, em 1983. Em 1995, sua tese, *Lexicometria e vocabulário em Pessoa ortónimo e heterónimo*, granjeou-lhe o prémio extraordinário de doutoramento. Além de diversos trabalhos publicados em revistas e antologias, lançou em 1999 *G.O.N.G.*, livro de poesia e fotografia;⁵⁹⁸ *A espera crepuscular*, texto e fotografia,⁵⁹⁹ primeira parte da trilogia *Viagem ao Cabo Nom*; *O castelo da lagoa Antela*, vencedor do prêmio Mostra de Teatro Infantil de Ferrol-Terra, em 1988, editado na Itália, em edição bilingue, em 2004;⁶⁰⁰ *O*

⁵⁹⁷ PEDRAYO, *Arredor de si...*, p. 193.

⁵⁹⁸ QUIROGA, Carlos. *G. O. N. G.* : mais de 20 poemas globais e um posfácio esperançado. Ferrol: Fundação Artábria, 1999.

⁵⁹⁹ QUIROGA, Carlos. *A espera crepuscular / viagem ao cabo Nom*. Santiago de Compostela: Liovento / Quasi, 2002.

⁶⁰⁰ QUIROGA, Carlos. *Il Castello nello stagno di antela: racconto per Il teatro e nos solo*. Quaderni de via Montereale, Pordenone, n. 12, 2004.

regresso a arder, também texto e fotografia, terceira parte da supracitada trilogia⁶⁰¹ (a segunda está inédita); *Inxalá*, novela, com a qual ganhou o Prêmio Carvalho Calero, na edição de 2005;⁶⁰² e *Venezianas*, relato de viagens com fotografia, em 2007.⁶⁰³ Seu romance *Periferias*, objeto de nosso estudo, foi lançado em 1999, por conta do Prêmio Carvalho Calero,⁶⁰⁴ e veio a receber uma edição brasileira em 2006.⁶⁰⁵

Ademais, Carlos Quiroga é fundador de várias revistas, como O Mono da Tinta, e Agália, revista de ciências sociais e humanidades da Associação Galega da Língua, da qual foi editor durante bom tempo. Transitando por entre múltiplas linguagens, realizou experiências no campo do áudio-visual, mesclando música, vídeo e palavra, como no curta-metragem EU-KA-LO, de 2005. Também é um dos dois fotógrafos que acompanham a antologia de relatos *Saudade: un murmullo intraducible*,⁶⁰⁶ de autores mexicanos e portugueses. Tem participado de inúmeros congressos e seminários de índole acadêmica ou cultural, inclusive no Brasil.

Galeguista militante, colabora com frequência na imprensa local e portuguesa, escrevendo sobre assuntos relacionados a literatura e lusofonia, nos quais toma partido por uma reaproximação mais estreita entre Galiza e o universo lusófono. Neste sentido, Quiroga se coloca dentro do arco do reintegracionismo, movimento linguístico-cultural que sustenta que o galego pertence com todo o direito à língua histórica conhecida mundialmente como português e que por este motivo adota uma norma gráfica que, salvaguardando algumas peculiaridades galegas, se aproxima da norma culta do português.

7.2.1 Três Viagens, um Destino

Sob o título *Periferias* encontram-se agrupadas três narrativas relativamente autônomas – cada uma delas, divididas por sua vez em sete seções –, com características estilísticas próprias. No entanto, para além de as três estarem enfeixadas no mesmo livro, e ligadas por vínculos não só temáticos como diegéticos, como veremos, há liames que as unem

⁶⁰¹ QUIROGA, Carlos. *O regresso a arder / viagem ao cabo Nom*. Santiago de Compostela: AGAL / Famalicão (Portugal): Quase Edições, 2005.

⁶⁰² QUIROGA, Carlos. *Inxalá*. Santiago de Compostela: Laivento, 2006.

⁶⁰³ QUIROGA, Carlos. *Venezianas*. Famalicão (Portugal): Quasi Edições, 2007.

⁶⁰⁴ QUIROGA, Carlos. *Periferias*. Santiago de Compostela: Laivento, 1999.

⁶⁰⁵ QUIROGA, Carlos. *Periferias*. Vinhedo: Horizonte, 2006.

⁶⁰⁶ ORTIZ, Horacio; REBOLLEDO, Rojas Rebolledo (Org.) *Saudade: un murmullo intraducible*. México D. F., Conculta, 2009.

quanto ao enfoque narrativo: as três são narradas em primeira pessoa, ou, para aludirmos outra vez à classificação genettiana, são três narrativas autodiegéticas, ou seja, narrativas em que o narrador não apenas está presente como personagem na história que conta como é o protagonista desta história.⁶⁰⁷ Esta característica lhes empresta um viés confessional, um pacto de cumplicidade entre narrador e narratário, o que se acentua ainda mais na segunda narrativa, em que o narrador-protagonista se assemelha do autor extradiegético, este como aquele um estudante galego no começo da década de 1980 – o que, além disso, a aproxima do que se tem frequentemente chamado de autoficção.⁶⁰⁸

Na edição brasileira, o autor procedeu a algumas alterações. A maioria foi de índole morfossintática e lexical, além de ortográfica, de modo a tornar o texto mais familiar ao leitor brasileiro. De todo modo, foram alterações mínimas, devido também ao fato de que a normativa reintegracionista já é em si uma aproximação do galego à norma culta da língua portuguesa. Vejamos um exemplo em que essas alterações são mais visíveis:

E razoando-se assi sobre esta novidade, três dos meus dos mais fortes e valentes tiveram o atrevimento de se certificar de tamanha dúvida. E meteram-se em um pequeno batel dos que costumávamos empregar para a pesca, e que é feito todo de um pau cavado, sem outra nengumha adiçom. E vinheram assi um grande pedaço pola água contra onde a caravela seguia sua rota; e os que iam dentro nom pudérom ter que nom aparecessem a bordo.⁶⁰⁹

E ouvindo esta novidade, três dos meus, dos mais fortes e valentes, tiveram o atrevimento de esclarecer tamanha dúvida. E meteram-se em um pequeno batel como os que costumávamos empregar para a pesca, e que é todo feito de madeira cavada, sem nenhuma outra adiçom. E foi assim um grande pedaço pela água em direção à caravela que seguia sua rota; e os que iam dentro dela não se contiveram e apareceram a bordo.⁶¹⁰

Em algumas passagens, sobretudo na segunda narrativa, estas alterações vão além da mera adaptação. Parágrafos longos são desmembrados em parágrafos menores, como o último parágrafo da quinta seção do segundo relato. Inclusive, detectamos algumas alterações mais concretas, ainda que epidérmicas. Veja-se o seguinte exemplo:

A soledade facturava toneladas de compaixom desde aquele cais, e eu deitava-a impiedoso a um mar de esquecimento, em desconsolada olhada. Vinha por fim a

⁶⁰⁷ GENETTE, op., cit., p. 244.

⁶⁰⁸ Para uma introdução a essas questões: KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

⁶⁰⁹ Edição galega, p. 19.

⁶¹⁰ Edição brasileira, p. 19.

água, vinha, no neónio azul recintilando anil como um aquecedor de luz à enxurrada (...).⁶¹¹

Eis como este fragmento ficou na edição brasileira:

A solidão a faturar toneladas de compaixão naquele cais, e eu a jogá-la impiedoso num mar de esquecimento, em desconsolado olhar. Um olhar a procura de fogo. Mas era da água. Achava água. Porque vinha por fim algo e era a água, vinha, no neón azul recintilando anil como um aquecedor de luz na enxurrada (...).⁶¹²

Flagramos aqui, na transposição de um diassistema a outro, o ato criativo em plena ação. Mas esses momentos são poucos: na maior parte das vezes a edição brasileira é *fidel* à letra da edição original. De toda forma, não estaremos nos detalhes dessa “tradução”, atendonos em nossa análise ao texto da edição galega, salvo uma ou outra exceção, quando a versão brasileira for importante para o esclarecimento de alguma passagem.

7.2.2 Língua e Império

A primeira das três narrativas é vazada num português com traços quinhentistas, a modo das antigas crônicas de viagem, cujos títulos dos capítulos funcionam à guisa de sumário do conteúdo compreendido, como o atesta por exemplo o título da primeira seção: “A chegada da frota de Diogo Cam, como me embarquei na terra do Congo, com que vento navegamos para a ilha de Sam Tomé.” A data deste relato é 1499, e ele narra, como o título supracitado dá a entender, as vicissitudes de um negro transplantado das terras de Congo à capital do reino de Portugal. Eis como esta primeira seção se inicia:

Antes que eu partisse de Lagos, como V. S. sabe, pediu-me o Senhor Girolamo Sernini, por carta enviada de Florença, que logo que eu tivesse chegado a Lisboa, lhe transcrevesse de algumas das minhas memórias, que eu tinha dito a V. S. que trazia comigo, toda a viagem que nós, pretos, figemos desde a terra que os portugueses chamam de Manicongo, acompanhando a frota que Diogo Cam levou por primeira vez para aqueles lados da Etiópia. E isto, porque home vindo de debaixo da linha equinocial, onde fica a dita terra, lhe parecia cousa admirável e digna de ser conhecida por qualquer estudioso.⁶¹³

⁶¹¹ Edição galega, p. 62.

⁶¹² Edição brasileira, p. 68.

⁶¹³ QUIROGA, Carlos. *Periferias*. Santiago de Compostela: Laidvento, 1999. p. 19.

As memórias do escravo anônimo são transcritas por um criado de nome Baltasar, “que conhece direito a arte de escrever”,⁶¹⁴ o que explica o estilo castiço na boca de um africano recém-expatriado. De início já se percebem várias refrações: entre o relato oral de um escravo – cativo há quatro anos, que o faz para atender aos pedidos de um humanista italiano – e o destinatário, há a mediação de um redator, branco evidentemente, metáfora precisa dos filtros impostos aos colonizados pelo ângulo de visão do colonialismo moderno então nascente. Isto se torna evidente um pouco mais adiante:

Depois, sendo-me lida e meditando sobre ela, imediatamente me persuadim que nom era digna de ser ouvida por tam grande home de ciência, como é o Senhor Girolamo, disso sendo testemunho os livros por ele compostos que V. S. me deu à minha partida de Lagos. E assi, estava resolvido a pôr a minha obra de parte, nom a mostrando a ninguém. Porém, lembrando-me V. S. novamente esta minha dívida, deu-me um enorme estímulo, e fijo-me perceber que se não obedecesse aos seus rogos, que som como ordens para mim, pareceria mal-agradecido por tantos benefícios e cortesias que tenho recebido, e que realmente som infinitos. *Motivo pelo qual escolhim ser antes reputado como home de nengum saber e tosco, do que ingrato e desobediente.*⁶¹⁵

E é o relato de seu périplo do Congo ao coração do nascente império Português que este africano *des-locado* vai narrar, périplo este que se dará não sem contratempos e dolorosas incompreensões – mas também não sem o fascínio e o medo que o novo e o outro sempre exercem. Por exemplo, o primeiro contato que o narrador e os seus companheiros tiveram com os portugueses é descrito da seguinte maneira:

Mas, como o meu povo sempre foi pacífico, e como havia aquela novidade mútua de ver-nos tam diversos, e porque os portugueses queriam saber de nós e que terra era aquela, e nós queríamos saber dos portugueses e de que terra ou céu é que vinham aqueles barcos, logo procurámos entender-nos. Os portugueses traziam com eles um negro que mandárom falar com os nossos, e ele bem procurou fazê-lo, mas a language era moito afastada umha das outras, polo que nos nom pudérom entender de todo. Mas o pouco bastou, e a eles oferecemos manjares e presentes, os melhores que encontrar pudemos, e eles também nos presentes e por seu modo nos mostrárom as suas intençõs, que nom eram fazer mal, mas saber do estado e condiçõs da terra.⁶¹⁶

No entanto, em breve apareceriam as diferenças entre europeus e africanos:

E isto do trabalhar porque sim é umha matéria que eu tardei em compreender nos brancos. Porque nós, africanos, nom conhecíamos trabalhar movidos por ambiçom e

⁶¹⁴ Ibid., p. 18.

⁶¹⁵ Ibid. p.17-18. O grifo é nosso.

⁶¹⁶ Ibid., p. 19.

lucro, e mais que ter cousas prezamos encontrar com pessoas, e só cuidamos de alimentar a nossa família e entregar a tribo o que é devido.⁶¹⁷

Ao longo desta travessia, porém, o viajante vai assimilando a cultura do explorador, a qual, pouco a pouco, passa a ser também a sua, a ponto de que ao final do relato poder declarar: “E se V. Sa. não ficar satisfeito com esta minha mal composta e confusa informação, culpe por isso o fato de se ser um negro não nascido nesta língua que agora é *nossa comum*, e pouco prático em ditar.”⁶¹⁸ E esta cultura, como não poderia deixar de ser, traz os traços ainda fortes de sua origem além do Minho:

Neste tempo que passei na Mina, que foi quase de dous anos, aprendim um tanto dos costumes e da língua portuguesa. E as cousas que melhor me lembro desta minha primeira estada em terra entre portugueses som todas feitas dos deslumbramentos de criança diante de tanta novidade como se me apresentava naquele castelo e no meio daquelas gentes. Assi, um dos primeiros dias em que ali me achava, lembro-me que ouvim um som maravilhoso de música que vinha do pátio, e era o som dumha dessas vossas gaitas de foles, que um marinheiro que chamavam de Galego tocava.⁶¹⁹

Todavia, este maravilhamento é contrabalançado pelo primeiro contato com a realidade da escravidão:

Aquí venhem inúmeras caravanas de negros, com ouro e escravos para vender, umha parte dos quais foram aprisionados na guerra, sendo a outra posta à venda polos próprios pais e mais [mães], que assi pensam estar-lhes a fazer o maior benefício do mundo, ao mandarem-nos deste modo habitar noutros países onde abundam víveres. Som conduzidos completamente nus, tal como nasceram, assi os machos como as fêmeas, como se fossem um rebanho de gado.⁶²⁰

Mais adiante, quase ao fim do relato, essa impressão vai se acentuar ainda mais quando em Lagos, um dos últimos pontos antes da sua chegada a Lisboa:

Porque naquele campo vim mouros de razoável brancura, outros menos brancos que queriam semelhar pardos, e outros tam negros como eu som, e uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo moi dolorosamente, esguardando [contemplando] a altura dos céus, bradando altamente; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se estendidos em meio ao chao; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra; e todos acrescentavam o seu infinito dó quando aqueles que tinham cárrago da partilha [os encarregados da partilha] começavam de

⁶¹⁷ Ibid., p. 21.

⁶¹⁸ Ibid., p. 42. O grifo é nosso.

⁶¹⁹ Ibid., p. 24. O lugar onde ele então se encontra é Castelo de São Jorge da Mina, construído pelos portugueses, no último quartel do século XV, no litoral da África Ocidental, atual Gana.

⁶²⁰ Ibid., p. 25.

os partirem uns dos outros, porque se afastavam filhos dos pais, e mulheres dos maridos, e uns irmãos dos outros.⁶²¹

Talvez por isso, o impacto da nova relação que se instaurava entre os dois continentes, o jovem escravo, não obstante a assimilação da língua e dos costumes do colonizador, nunca perderá sua condição de “ex-cêntrico”:

Mas, voltando ao assunto, direi, para terminar, que os portugueses de Lagos me tinham prevenido das maravilhas da capital, em que havia escravos negros ou acobreados nas ruas, produtos exóticos na casa da Mina, dragoeiros da Guiné nos jardins, peles de crocodilo, cobra e lobo-marinho expostas em lugares públicos, camelos no pátio do palácio real, leões no castelo e macacos e papagaios na cidade. Mas tudo isso eu não podia admirar; antes me dava certa aflição de ver aqueles animais tão longe de sua terra, porque muitos morriam depois de um tempo; e porque eu próprio era uma dessas coisas que as pessoas olhavam com surpresa.⁶²²

Longe de sua terra e de seu povo, o africano expatriado não deixará jamais de ser um *objeto* exótico, um estranho, um *outro* que ostentará sempre, aos olhos do dominador europeu, as marcas de sua origem periférica.

7.2.3 On the Road

O segundo relato de *Periferias* data de 500 anos depois: 1999. É novamente uma história de viagem: só que dessa vez não no bojo de uma nau mas sobre o lombo de uma motocicleta. E a extensão do trajeto é bem menor: cerca de 500 quilômetros, a distância entre Santiago de Compostela e Lisboa. O narrador-protagonista é um galego que descreve, de Lisboa, para o filho, sua primeira ida a esta cidade, no início dos anos 1980, por ocasião de um curso de verão numa faculdade lisboeta para o qual lhe fora concedida uma bolsa de estudos. Eis como se inicia o relato: “Que onde está Lisboa, perguntavas, aos teus cinco anos. Porque ela aparecia entre nomes nos mapas de jogos, e perguntavas por ela. E eu simplificava, fugia de contagiar prematuramente alguma febre antiga e perigosa nos pormenores.”⁶²³

O que motiva o relato deste protagonista igualmente inominado foi uma noitada no Pavilhão Chinês, um famoso bar em Lisboa. Instigado por um amigo que ele chama de Y,

⁶²¹ Ibid., p. 36. O que está em colchetes pertence à edição brasileira.

⁶²² Ibid., p. 41-42.

⁶²³ Ibid., p. 43.

desinibido pelo álcool, ele conta às pessoas da mesa as peripécias de sua primeira ida à cidade:

E entom eu seguim falando. E entom o pecado de contar, nessa quinta-feira de há dous dias. Contar para ele e para os outros, contar na verdade para mim, como fora a minha primeira visita à cidade, quinze ou dezasseis anos antes. (...) E acabei prometendo escrever, esse pecado que sempre segue ao anterior.⁶²⁴

Sim, ele conta principalmente para si, para fixar a memória sempre fugidia, para calcar a descoberta da identidade sempre em fuga, para “viver dessa recordação muito tempo.”⁶²⁵ Mas também para o filho: “Por trás da escrita tinha que haver mais, a justificar o papel estragado. Estares tu. Estás sobretudo tu.”⁶²⁶ Ainda que criança, o filho, ao ler o relato um dia, poderá conservar, preservar em si a experiência paterna. E o relato oral, uma vez fixado no papel, à espera de ser lido um dia, cria esta esperança de concretude, de permanência, ainda que ilusória, que é a base da identidade num mundo de certezas cada vez mais líquidas:

Este é o momento da escrita. Sei que inevitavelmente me vou lembrar outra vez como foi, e me vou contar imediata e fluidamente como no Pavilhão Chinês. Mas mais consciente, lúcido do passado que me levou a mim. A ti. A perder-me de ti. A recuperar-te aqui, nesta escrita algum dia. (...) E porque te tomo como pretexto final, por se um dia quero que saibas. E porque o movimento da escrita antecede a idade da razão. Porque o banido como irracional na verdade se organiza. E fundamenta as nossas construções ditas racionais.⁶²⁷

Se a escrita é o momento da racionalidade, suas raízes partem não raro do aleatório, do acaso, como o foi a noite no bar lisboeta. Da mesma forma, a viagem que se vai narrar não é apenas um trajeto geográfico entre dois pontos no mapa, mas também uma viagem iniciática, de descoberta da identidade.

Desse modo, a partir do *Momento 2* (pois assim é que são chamados os capítulos dessa seção), passa-se a narrar esta aventura de dezesseis anos atrás, a qual, não obstante seu prosaísmo e até quixotismo, não deixa de se revestir de tons épicos – não desprovidos de ironia, já que só é possível um *epos* (pós)moderno através das lentes da paródia.

Antes, no entanto, é preciso reportar as condições que antecederam a viagem. O então jovem protagonista não é de família abastada. E naquela época, em famílias modestas

⁶²⁴ Ibid., p. 44.

⁶²⁵ Ibid., p. 45.

⁶²⁶ Ibid., p. 44.

⁶²⁷ Ibid., p. 46.

como a sua, “era simplesmente absurdo qualquer pedido de moto para sentir-se dono do mundo.”⁶²⁸ Todavia, além da economia, havia duas razões que afastavam as motocicletas de seu horizonte. A primeira era que seus pais, que haviam sido motociclistas, não guardavam boas lembranças dessa época. A segunda era o caso do Luizito, da cidade vizinha, que, aos 18 anos, num acidente com sua motocicleta nova, teve o seu pé direito afastado “do resto da perna para toda a vida.”⁶²⁹

Não obstante esses obstáculos, o jovem, agora estudante em Santiago de Compostela, continua a acalentar o seu “sonho secreto.”⁶³⁰ Como não podia contar com os pais, acaba descobrindo uma maneira original de amearhar o dinheiro necessário:

A fonte oficial de ingressos estava nas bolsas anuais de estudo, controladas polos pais. Daí podia recortar [retirar] escassamente algo. Mas havia outra fonte particular menos controlada, que tinha a ver com uma espécie de trabalho simultâneo. O futebol, já sabes. Sem gostar especialmente do jogo, iniciara a duvidosa carreira que deves conhecer polas velhas fotografias. Sei que tua mai guarda algum símbolo daquelas glórias.⁶³¹

Então, ao fim do quarto ano da faculdade, com o pretexto de uma bolsa de férias em Portugal e a cumplicidade do irmão, que lhe empresta o valor restante, o protagonista logra alcançar o seu objetivo, adquirindo uma “modesta Yamaha SR250, do primeiro desembarco sigiloso dos japoneses.”⁶³²

A viagem, contudo, não seria fácil:

Ir de Compostela a Lisboa por estrada já nom é o martírio de alguns anos atrás. Sabes que tenho feito este percurso desde aí várias dezenas de vezes, e agora conheces como resulta quase monótono. Mas nalgum tempo, para além dos arredores do Porto, só havia uma confusa auto-estrada nas proximidades do Tejo, precedida de horas e horas de buracos e curvas. E ir até lá numha 250 virgem era como mínimo ousado, em especial se nom saíras nunca de casa.⁶³³

E assim, numa época anterior à abertura das fronteiras da União Europeia, o jovem deixa Compostela. Marcara de se encontrar, numa praça em Coimbra, com mais três bolsistas galegos, que saíram no mesmo dia, de carro, de Vigo. No entanto, este encontro só se daria mais tarde, em Lisboa, depois de não poucos desencontros. A travessia da fronteira está cheia de carga simbólica:

⁶²⁸ Ibid., p. 47.

⁶²⁹ Ibid., p. 49.

⁶³⁰ Id.

⁶³¹ Ibid., p. 49-50.

⁶³² Ibid., p. 50.

⁶³³ Ibid., p. 56.

A passagem pela ponte de ferro de Valença, o trânsito a outro planeta. Polo simbólico e polo cosmético, pelos policiais e pelas esquisitas matrículas pretas dos carros portugueses. Tenso e concentrado na moto, esperei por problemas. Já tinha estado ali umha vez e a pé. E naquela oportunidade um amigo ficara sozinho em Tui aguardando pelo resto, com o seu bilhete de identidade caducado. Porque aqueles tipos levavam a sério o controlo. Mas desta vez só olharam por cima o cartom e mandarom passar. A gente ficou impaciente nos carros em fila. Respirei e dei gás ultrapassando tudo. As estradas pareciam melhores, as casas mais limpas. Portugal era mais grande e o sol quentava mais.⁶³⁴

É bom lembrar o simbolismo desta ponte entre Tui, na Galiza, e Valença, em Portugal, levantada em 1886, reaproximando as duas “Galizas”, a *Gallaecia lucense* e a *Gallaecia bracarense*, os galegos do norte e do sul do Minho.

Todavia, as tribulações não tardaram a aparecer. A euforia “durou pouco.”⁶³⁵ “Era a primeira vez que atravessa umha fronteira política por mais de duas horas e tudo era novo para o meu medo ao desconhecido.”⁶³⁶ Ainda que estivesse advertido “contra a loucura das estradas portuguesas”,⁶³⁷ sentia um frio na espinha cada vez que um veículo cruzava em sentido contrário pela sua faixa. “Quando a tensão afrouxava, falava em alto, gritava para afugentar a imagem cada vez mais segura de que no quadro podia aparecer um corpo esmagado na berma da estrada.”⁶³⁸ O que de fato aconteceu. Perto a um pequeno povoado, em meio a “um tumulto de luzes, veículos, pessoas”,⁶³⁹ avistou um motoqueiro que fora atropelado no acostamento por uma ambulância, que vinha, de sirene desligada, em sentido contrário. No meio da confusão havia quem culpasse “os tipos das motos, esse grupo de bandalhos e anormais que andam nas estradas.”⁶⁴⁰ Outro, de capacete na mão, “acusava a ambulância que ainda estava ali, com os seus doentes à espera.”⁶⁴¹ O acidente não podia ser pior presságio para o inexperiente galego:

Engulin saliva, sem ânimo para dizer qualquer cousa, e acabei por alhear-me. Subim discretamente na 250. O seu motor já estava frio. Bem mais que a minha cabeça,

⁶³⁴ Ibid., p. 52. A tradução das duas primeiras sentenças na edição brasileira ficou assim: “A passagem pela ponte de ferro de Valença representava a mudança de planeta. Pelo simbólico e pelo cosmético, pelos policiais e pelas esquisitas chapas pretas dos carros portugueses.” (p. 58.)

⁶³⁵ Id.

⁶³⁶ Ibid., p.53.

⁶³⁷ Id.

⁶³⁸ Id. Ou, segundo a edição brasileira: “(...) gritava para afugentar a imagem cada vez mais certa de que naquele quadro podia aparecer um corpo esmagado no acostamento.” (p. 59.)

⁶³⁹ Id.

⁶⁴⁰ Id.

⁶⁴¹ Ibid., p. 53-54.

podes calcular. Podia ter sido eu, podiam ter sido os meus pais os que tentassem avisar nesse momento.⁶⁴²

A viagem prossegue. Cai a tarde, a hora do *rush*, do regresso ao lar dos operários e camponeses, do jantar junto aos familiares. O protagonista, exausto, faminto, quase um autômato, mal atenta no “brilho escuro” dos rios Douro e Mondego ao lado, na feira de cidades que vai deixando para trás: Viana, Fão, Porto, Coimbra, Pombal, Batalha... Desvia-se de *trailleurs*, que “apareciam de súbito por trás, sem afastar-se um centímetro, enquanto ultrapassavam fazendo estourar atronadoras buzinas.”⁶⁴³ Mas segue firme rumo ao seu destino:

Tivem medo, parecia-me tudo sem sentido. E como o medo nom me matou fijo-me mais forte. Lembro-me mais intensamente disso, do medo, do que qualquer nome de aldeia, vila, população mais grande que depois repassaria durante anos, mas que na altura passava sem dizer-me nada. Levava a ideia fixa de chegar a Lisboa, só Lisboa, e tinha esquecido o estômago, o cansaço, os acenos.⁶⁴⁴

Já era noite adiantada quando chega nos subúrbios de Lisboa. Mas nem por isso suas agruras estavam perto de terminar:

De repente entrava no labirinto almejado e descobria que havia outros perigos piores, equívocos, entroncamentos, rotondas [rotatórias]. Nas confluências várias, nos aparecimentos súbitos de carros, semáforos, ruas, cartazes, no desconhecido e complexo da cidade.⁶⁴⁵

Sua única referência era o endereço do bar de um galego, o ponto de encontro combinado pelos bolsistas vindos da Galiza. Com o nome da rua num papel, mostrava-o aos raros noctívagos que encontrava. Mas ninguém sabia orientá-lo. Até que avistou um policial que, sem tirar os olhos de sua moto, “absolutamente nova em Portugal,” disse que “os espanhóis estavam com toda a certeza em Cascais”.⁶⁴⁶ Como o policial ia precisamente nessa direção, o jovem galego lhe ofereceu uma carona – para mais adiante, quando as luzes da cidade já iam ficando para trás e baixava o marcador do combustível, dar-se conta de que fora ludibriado. Abalado, desacorçoado, só recobra a fé na raça humana quando mais tarde, num posto de gasolina, é atendido por um frentista negro de sotaque francês: “Aquele rapaz foi tam

⁶⁴² Ibid., p. 54.

⁶⁴³ Id.

⁶⁴⁴ Ibid., p. 54-55.

⁶⁴⁵ Ibid., p. 56.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 57.

acolhedor, tam simpático, tam humano, usando apenas de algumas frase e de um enorme, simples, honrado sorriso, que sorrim, com vontade de dar-lhe um abraço.”⁶⁴⁷ E conclui: “O tipo talvez acabava de salvar-me a vida.”⁶⁴⁸

Finalmente, depois de retornar à cidade, perguntando aqui e ali, encontra a rua, mas nem sinal do bar. O jovem, entregando-se inteiramente ao desânimo, “arrasta seus despojos metálicos e humanos”⁶⁴⁹ a uma praça e senta-se na calçada à espera da manhã. Só depois ele ficaria sabendo que foi muita sorte nada lhe acontecer, pois o lugar onde estava, o Cais do Sodré, era muito perigoso naquela época, “onde confluíam as sombras das tascas e o cheiro do mar, o cio e as ressacas do sexo urgente, os gumes agudos da vida marginal.”⁶⁵⁰ Essa sua vigília foi como uma breve estadia no inferno: “E esperei a manhã, numa guarda derrotada que nunca poderei esquecer. (...) Sodré parecera-me uma sigla do Averno.”⁶⁵¹

Depois desta longa espera, ao amanhecer, encontra finalmente o bar, onde toma “um pobre mas reconfortante bolo com café”,⁶⁵² a primeira refeição desde que iniciara a viagem. Com efeito, na noite anterior os seus colegas tinham estado ali, de onde foram encaminhados para um hotel, em que todavia não pernoitaram, como ele conferiu a seguir.

Sem outra alternativa, encaminha-se para a distante faculdade, informando-se da direção ao longo do caminho, não sem presenciar no trajeto uma grotesca briga de família, que atraía até um carro de bombeiros.⁶⁵³ Mas as cenas absurdas ainda estão longe de terminar. O Curso para Estrangeiros no qual ele e seus colegas haviam se matriculado e era a causa desta patética odisseia estava marcado para iniciar às dez horas, conforme lhe confirmara um mau-humorado funcionário da instituição. Ele, que chegou adiantado vinte minutos, segundo o que conferiu no seu relógio, retorna às dez em ponto e o mesmo funcionário lhe informa que já tinha avisado que era “só às dez, e que saísse, que fosse comportadinho.”⁶⁵⁴ Absolutamente sem entender, ele deixa-se ficar, sem forças físicas nem ao menos para esboçar um protesto. Acontece que ninguém lhe “explicarara ainda que em Portugal vigorava umha hora menos da que (...) [ele] levavava ao pulso.”⁶⁵⁵

Todavia, é depois de mais este golpe – aparentemente mais um numa viagem desastrada – que ocorre a epifania, a primeira revelação de sua identidade, proporcionada pela

⁶⁴⁷ Ibid., p. 59.

⁶⁴⁸ Id.

⁶⁴⁹ Ibid., p. 60.

⁶⁵⁰ Id.

⁶⁵¹ Ibid., p. 61.

⁶⁵² Ibid., p. 64.

⁶⁵³ Ibid., p. 64-66.

⁶⁵⁴ Ibid., p. 66.

⁶⁵⁵ Ibid., p. 67.

irrupção do mesmo no outro, da identidade na alteridade. O fato se dá durante a conversa com um estudante africano que viera para o mesmo curso:

Fiquei umha hora como tonto ao sol ali fora, a pé da moto outra vez, começando a derreter as últimas calorias do corpo, as últimas esperanças do gênero humano, que me restaram da viagem e da penosa vigília. E de novo um preto apareceu para iluminar a escura manhã de sol. (...) Eu olhava admirado os seus dentes branquíssimos e ele contava de sair apanhar mel na sua aldeia seguindo um pássaro.⁶⁵⁶

Numa época anterior à explosão multicultural da Europa continental, ele observa: “Havia algo que me impressionava e no momento acreditei que era o seu tremendo vigor físico, a sua pele de aparência metálica, os olhos grandes, o cabelo de cortiça. Nunca tinha visto um preto de tam perto à luz do dia, e pensei que era isso.”⁶⁵⁷ É somente mais tarde que ele se dá conta da verdadeira causa daquele estranhamento: “Só horas depois me lembrei da língua que falava, e era sobretudo a língua. Fora isso. Aquele africano das antípodas tinha estado falando galego o tempo todo.”⁶⁵⁸ Com efeito, o motoqueiro da Galiza ainda não havia percebido a identidade entre a sua língua materna e a língua de Camões e Eça de Queirós. Daí o estupor ao constatar que o jovem de uma ex-colônia portuguesa se utilizava da mesma língua falada em sua obscura província ao norte do Minho.

Em seguida, começam a chegar os demais estudantes. As portas se abrem, os dois acabam se separando em salas diferentes, mas a revelação já havia transfigurado a realidade em derredor: “entrei, tomei conta do meu destino, e comecei a fazer pé na outra loucura, a da aparente realidade. O resto já foi breve processo de ressurreiçom até sentir-me outra vez vivo.”⁶⁵⁹

Seus amigos finalmente aparecem: “vim entrar os rostos desconcertados e conhecidos daqueles que tanto tinha procurado e nada sabiam da minha busca.”⁶⁶⁰ Ainda que esta busca tenha sido, a um primeiro olhar, prosaica – um mero encontro marcado em Lisboa – por trás dela ocultava-se uma outra procura, mais profunda, mais radical, ainda que inarticulada: “Ninguém suspeitava o que eu tinha aprendido naquelas últimas horas. Era como se fosse um outro ser com umha outra confiança diferente da que algumha vez já tivera.”⁶⁶¹ A descoberta da identidade assume muitas vezes as características de uma conversão religiosa:

⁶⁵⁶ Ibid., p. 66.

⁶⁵⁷ Id.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 66-67.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 67.

⁶⁶⁰ Id.

⁶⁶¹ Id.

tal como esta, aquela é experimentada como um novo nascimento, só possível depois de uma dura jornada de tribulações e crise. Com efeito, mais à frente, esta experiência é descrita pelo narrador como o seu “caminho de Damasco.”⁶⁶² Talvez por este motivo, também, uma das epígrafes do livro seja extraída de um tratado medieval de matizes milenaristas:

Antes da mais, é preciso saber que há três estados gerais do mundo. O primeiro durou do princípio do mundo até Cristo. O segundo vai desde a vinda de Cristo até à do Anticristo. O terceiro estenderá-se da morte do Anticristo até ao fim do mundo. (...) E o primeiro estado, que foi o das obras corporais, dizia respeito aos leigos; o segundo, que é o das Escrituras, di respeito aos clérigos; o terceiro, que será o da contemplaçom pura, dirá respeito aos religiosos.⁶⁶³

Finalmente, depois de tantos contratempos, ao fim do primeiro dia de aula, ao jovem galego é permitido uma ducha e algumas horas de sono. Apesar da extrema fadiga, ele estava confiante, seguro de si pela primeira vez desde que saíra de Compostela, “com um vaidoso sorriso de protagonista de filme estampado na boca.”⁶⁶⁴ Mas o caminho da conquista de sua identidade ainda não estava completo. Ele “pensava talvez que já sempre saberia o que tinha que fazer. Estava bem enganado.”⁶⁶⁵

A última seção deste relato retorna ao tempo da narração, dezesseis anos depois, quando o protagonista já não tão jovem, num relato direcionado ao filho, rememora esta história de sua primeira viagem a Lisboa. “A luz agora acabou e começa a escurecer”, diz ele.⁶⁶⁶ Ao fim e ao cabo, o que resta da experiência relatada é muito pouco, é uma busca ainda, travessia não de todo concluída:

Está agora só essa certeza imediata da escrita, do candeeiro. Acender o lume do meu coração desamparado, que algumha brasa reencontrou de novo em Lisboa. Por se algum dia queres saber do meu estado desencaixado de galego aí em cima. Talvez seja a única certeza factual que podó dar-che neste momento, e talvez não tenhamos mais que este momento.⁶⁶⁷

Mais adiante ele recorda outro dia em que no carro, eles – pai, mãe e filho – ouviam músicas do Caetano Veloso.

⁶⁶² Ibid., p. 68.

⁶⁶³ O livro é *De statibus Ecclesiae secundum Apocalypsiuum*, de um autor anônimo.

⁶⁶⁴ Ibid., p. 67.

⁶⁶⁵ Id.

⁶⁶⁶ Ibid., p. 68.

⁶⁶⁷ Id.

Flor do Lacio sambódromo, Lusamérica latina em pó, tudo demorando em ser tam ruim, mas sem ser nada ruim quando íamos assi de corrida... E umha vez a tua mai enfasiada advertindo-che que algum dia compreenderias que louco estava o teu pai. Que fora do mundo. Que fora do que devia ser o teu mundo.⁶⁶⁸

E a recordação das canções de um compositor lusófono, entre as quais encontra-se uma que tematiza a língua portuguesa, o fazem voltar à aquela noite primeira em Lisboa, a noite da primeira descoberta de sua identidade. Este escrito que o narrador agora conclui é um testemunho que entrega ao filho: “A loucura começara alguns anos atrás, umha noite, a noite que acabo de recordar em ti. Toda para ti. Toma a minha loucura passada e presente. O princípio.”⁶⁶⁹ Com efeito, foi neste *princípio* que ele descobrira que sua língua, mais do que mero instrumento de conversação doméstica, é uma língua “extensa e útil”, para usar expressão de Castela: “A brisa da minha aldeia anda na boca fugaz dos pretos moitas léguas ao sul.” E esta língua, agente produtor de identidade, é também força de resistência, como fica patente nas últimas linhas deste segundo relato de *Periferias*:

Um galego necessitado de reconhecer-se nalgum lado, sem pátria, com mátria, querendo só fáttria. Inexistindo na periferia da periferia, resistindo a ser apagado. E a renovada consciência de se reconstruir recordando, agora que talvez necessitava recuperar todos os seus pedaços, aqueles que o construírom e que atrás fôrom ficando, descobriu-lhe que era importante para ele aquele princípio de tudo. Umha força de resistir.⁶⁷⁰

E agora é a vez de seu filho levar adiante este legado: “Por isso volta atrás e deixa essa força, essa desculpa, esse princípio para ti. Definitivamente. Toma.”⁶⁷¹ A memória da singularidade constrói e transmite a consciência da identidade.

7.2.4 À sombra da Floresta, o Futuro do Passado

Se o primeiro relato de *Periferias* é datado em 1499 e o segundo de 1999, era natural esperar que o terceiro fosse de 2499, seguindo o intervalo de 500 anos. Mas não. A data deste último é 2099 – talvez porque fosse mais difícil um exercício de imaginação que ficcionalizasse o mundo daqui a meio milênio. De toda forma, o mundo que aparece neste

⁶⁶⁸ Ibid., p. 70.

⁶⁶⁹ Id.

⁶⁷⁰ Id.

⁶⁷¹ Id.

último relato vem carregado das cores da ficção científica, sobretudo do universo *cyberpunk* do escritor estadunidense William Gibson, autor de *Neuromancer*,⁶⁷² como podemos ver no seguinte exemplo:

No teste de ADN [DNA] nom invasivo, a que submetiam os passageiros, os soldados com fardas de trabalho e caras de menino alinhárom-nos à medida que saímos do tapete de borracha da passadeira. (...) Os soldados estavam a retirar amostras de cabelo e a verificar os passaportes das pessoas. Nunca tinha visto isto, mas imaginei que era para provar que éramos quem dizíamos ser, porque o ADN estava no passaporte, convertido numha espécie de código de barras. O verificador de amostras era um pequeno tubo prateado que aspirava as pontas de alguns fios de cabelo e as cortava. (...) O soldado afixava-o como aguardando algum movimento estranho. Mas só guardou a mão no bolso e entom o soldado olhou para o céu e gritou, em alto, algo como: “Os implantes cranianos, mesmo autorizados polo governo, podem sofrer fugas perigosas neste tipo de voos, está bem?”⁶⁷³

Da mesma forma que os anteriores, este relato também gira em torno de uma viagem. Se o destino é o mesmo dos outros dois, Lisboa, o ponto de partida dessa vez não é periférico: os Estados Unidos da América, ainda uma potência mundial em 2099. Mas o narrador, ou melhor, a narradora, traz em sua história as marcas da periferia. Ela é uma estadunidense, filha de um brasileiro que emigrara ao “país das maravilhas” em busca do sonho americano: “Nascim e crescim do outro lado da fronteira que o meu pai atravessou na calada da noite com a minha mãe grávida, para viver no ‘centro do império’, ele dizia, e eu agora entendo.”⁶⁷⁴

E ela escreve em português, como sob uma injunção; assim já o declara no *incipit*: “Tenho imperiosamente que dizer. E fazê-lo na língua do meu pai, porque só nela podia ser.”⁶⁷⁵ E um pouco mais à frente, ela realça outra vez essa necessidade:

Só esse tempo bastou para eu entender que somente na língua pobre do meu pai eu poderia falar, escapar ao controle dos “limpos”, somente fora do país, reclamar este lado da duna e a língua do Quinto Império. Um império feito sobretudo ou só de espírito e língua. (...) Mas é que apenas a herética língua do meu pai pode restituir algumha verdade.⁶⁷⁶

Com efeito, nem sempre sua relação com a língua paterna fora tranquila: “Eu crescim ouvindo e renegando a língua do meu pai, ‘*Mas olha lá*’, me revoltei contra ela, quigem destruí-la, e agora preciso dela para contar o que ouvim.”⁶⁷⁷

⁶⁷² Como vem mencionado numa nota da edição galega (não reproduzida na edição brasileira) à página 11.

⁶⁷³ *Ibid.*, p. 83.

⁶⁷⁴ *Ibid.*, p. 75.

⁶⁷⁵ *Id.*

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p. 76.

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 75.

O local da narração é o Brasil: “Estou longe (...). Voltei para a terra de meu pai, de onde ele tinha escapado (...).⁶⁷⁸ Mais precisamente, é em Manaus onde ela se encontra, uma Manaus em ruínas: “Nom importa agora contar como cheguei a esta casa de madeira sobre palafitas. Só dizer que daqui vejo as ruínas de imponentes construções da época áurea de Manaus.”⁶⁷⁹

E ela está grávida, um sinal de esperança em meio a esse cenário apocalíptico: “O meu filho vai crescer como essas plantas. Ele vai ser um verdadeiro manauara. (...) Ele vai falar a nossa língua. E vai ver de pé outra vez o Teatro Amazonas, que o leite da seringueira levantara ha dous séculos (...).”⁶⁸⁰

A narração se dá, também, como no relato anterior, dezesseis anos depois dos fatos transcorridos. Ora, seu pai morrera, num acontecimento nebuloso, quando a protagonista contava 14 anos.⁶⁸¹ E a seguir ela diz: “Fou dous anos depois, em oitenta e três, que arrisquei tudo numha brincadeira que me descortinou o caminho. Tinha exactamente os anos que agora passaram.”⁶⁸²

E é essa “brincadeira que lhe descortinou o caminho” que é o tema desse terceiro relato, escrito pela protagonista – novamente sem nome – a pedido de amigos seus portugueses. Ela, junto com alguns amigos norte-americanos, é afeccionada por música: “Gostávamos de música. Faziámos música. Isto davámos um ar algo louco e marginal dentro dos esquemas bem comportadinhos.”⁶⁸³ Este seu gosto por música a leva a um já então obsoleto instrumento musical:

Desde os antigos programas de síntese de som para computador, entrou-nos a curiosidade pola produção primária, pura, de sons. E, com os sons, a procura de arcaicos instrumentos, tam obscuros como as flautas transversas. (...) De modo que era fabuloso ter localizado umha assi, que se vendia, que se podia arranjar nalgumhas horas e por nada de pasta [dinheiro].⁶⁸⁴

Acontece que esta flauta devia ser adquirida em Lisboa. “Nom havia outro meio, nom podia entrar no país alegremente, nom podia ou queriam mandar alguém com ela.”⁶⁸⁵ E

⁶⁷⁸ Ibid., p. 75.

⁶⁷⁹ Ibid., p. 76.

⁶⁸⁰ Id.

⁶⁸¹ “Foi aos meus catorze anos que ele afogou no rio Chamkhar Chhu, quando da chegada a um novo trabalho, a que se encaminhou sozinho, numha plataforma de manutenção de sondas espaciais no Butám. Passou por acidente, mas eu sempre achei que havia algo de voluntário.” Id. Mais à frente, a morte de seu pai é mencionada explicitamente como suicídio: no começo do segundo capítulo, à página 78.

⁶⁸² Ibid., p. 75-76.

⁶⁸³ Ibid., p. 78.

⁶⁸⁴ Id.

⁶⁸⁵ Ibid., p. 79.

ela era a única, no seu círculo de amizade, que podia se ausentar por alguns dias, além de dispor de passaporte, de modo que o acaso, mais uma vez, está movendo os seus cordéis para que esta personagem, como os anteriores, parta não só em busca de um objeto material mas sobretudo em busca de sua identidade. No voo, senta-se ao lado de um meio-oriental, cujo nome, Fon-Tao-Kamoze, só viria a saber mais tarde, em Lisboa. Para distrair-se, através de uma aparelho chamado *BlackSaints*, transporta-se virtualmente para sua casa. Aí, passando os dedos pela lombada dos livros na prateleira da sala, depara-se com um que fora presente de seu pai, *Costa da morte*, “o único que tinha gostado e frequentado regularmente”, sobretudo “em particulares momentos de desamparo, que entom eram muitos.”⁶⁸⁶ Ao abrir o livro – livro virtual que reproduz o livro virtual/real presente em sua casa –, a paisagem da Costa da Morte, no litoral da Galiza, se descortina ante sua mente. Ela vê a praia de Carnota, a pequena ilha ao lado do cabo, hotéis abandonados, casas em ruínas, pinheiros, o farol – no qual sobe, “para daí ter a visom aterradora do mar.”⁶⁸⁷ Em seguida, depois de ter descido à praia, ela recebe *O Marinheiro*, personagem igualmente virtual que “fora construído digitalizando imagens de marinheiros reais,”⁶⁸⁸ diante do qual ela acaba se masturbando: “(...) tiveram que fazer grandes esforços para nom evidenciar escandalosamente o quadro no aviom adormecido.”⁶⁸⁹ Aquietada, conversa com o Marinheiro, faz-lhe perguntas sobre a Costa da Morte e, estupefacta, descobre que fica próxima a Lisboa para onde se dirige.

E mais. Quando perguntei pola gente, costumes, história, o Marinheiro informou que na Galiza se falara a língua geral! (...) Nesse canto distante nascera a fala da zona “sem nada”, a terra de que vinheram meus pais, a língua que me dera meu pai.⁶⁹⁰

E é nesta língua remota que ela julga ouvir o Marinheiro, antes de desaparecer, cantando uma cantiga popular na língua de seu pai “mas com sabor mais arcaico, *galego*.”⁶⁹¹

Ao chegar a Lisboa, que fora recentemente reconstruída após um terremoto, e depois de uma rápida passagem pelo hotel, ela se encaminha ao local do encontro para a compra da flauta, a *Kapital*, uma “reproduçom de umha antiga discoteca”,⁶⁹² com ares futuristas:

Havia umha espécie de palco deserto, em forma de astrolábio, com piso de cristal que emitia vagas luminosas de luz vermelha. (...) As paredes, a espaços

⁶⁸⁶ Ibid., p. 87.

⁶⁸⁷ Id.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 88.

⁶⁸⁹ Id.

⁶⁹⁰ Ibid., p. 88-89. A língua geral, neste caso, é o português.

⁶⁹¹ Ibid., p. 91. O grifo é do autor.

⁶⁹² Ibid., p. 94.

transparentes, repetiam motivos do mundo dos oceanos. Num grande écran hemisférico que ocupava toda umha parede passavam devagar e com baixa iluminação cartas de navegação pintadas a mão e mapas antigos do planeta terra.⁶⁹³

A seguir, na sétima e última seção deste relato, a narradora, que partira para Portugal em busca de uma flauta mítica, metáfora da identidade perdida e reencontrada, reata-se com a língua e a cultura de seu pai, a língua que na sua infância tanto a incomodara. O condão deste reencontro identitário foi mais uma vez a língua. Referindo-se aos portugueses com os quais se reuniu por conta da flauta, ela declara: “Pensastes que sem aparelho de tradução podíades matraquear-me à vontade com as vossas conversinhas matreiras. Conversinas na língua de meu pai. Foi umha descoberta, o milagre da noite.”⁶⁹⁴ Este milagre é a experiência do *reconhecimento*, reconhecimento que religa passado e presente ao mesmo tempo que cria promessas de futuro, epifania da identidade, novamente com colorações religiosas:

Aquela noite e aquela descoberta, tam inesperada para vós como para mim, foi o princípio doutra vida, e o anúncio doutras descobertas rotundas. Falamos durante horas, com muitas cautelas de princípio, as flautas já postas de parte. Mas, ao tempo que eu ia sabendo mais de de vós, de vossa vida, eu me ia descobrindo a mim própria por dentro, me ia acendendo luzes. Depois essas luzes me cegariam, mais tarde, e acabaria por querer puxá-las fora, colocá-las à volta da minha vida. Minha nova vida.⁶⁹⁵

Com efeito, nesta vida nova, esta estadunidense sofisticada do final do século XXI está levando agora uma vida despojada na terra de seu pai, numa Manaus derruída mas ainda pujante e vibrante de vida, à sombra da Amazônia. Ela está grávida, e o pai é outro ser periférico, Fon-Tao-Kamoze – sim, seu companheiro oriental na viagem à Lisboa.

A flauta da prata veste de claridade sonoro ao cair da tarde por cima de tudo isto, e tenho os olhos do Fon nos meus. [Contemplação.] Ele é o pai do meu filho manauara. [Obra corporal.] E a nossa língua vai viver às portas da floresta por moitos anos. [Escrituras.] Viver aqui está sendo o último milagre. Venham ver-nos à periferia.⁶⁹⁶

Todavia, um pouco antes, é revelada a chave que une as três narrativas de *Periferias*. Ela conta que, ao vasculhar as coisas que o seu pai lhe deixara, ela se deparou com um CD – objeto já há muito obsoleto –, no qual, entre outros arquivos, encontravam-se duas histórias, a

⁶⁹³ Id.

⁶⁹⁴ Ibid., p. 96.

⁶⁹⁵ Ibid., p. 96-97.

⁶⁹⁶ Ibid., p. 98. O que está entre colchetes são acréscimos presentes na edição brasileira (p. 110), o que conecta este final à epígrafe supracitada.

história de uma viagem da Galiza à Lisboa, narrada pelo bisavô dela ao seu filho (o segundo relato) e a história da ida de um dos primeiros africanos a Lisboa (o primeiro relato), também da autoria de seu bisavô galego. Assim ele o explica:

O pai desse avô contara-lhe umha história dumha viagem desde a Galiza a Lisboa, e ele guardara-a. Nom sei se foi passando de filho em filho até chegar a mim. É evidente que meu pai renovou a cópia atualizando-a em formato digitalizado. Esse pai que conhecim melhor depois de morto. Ele achou e reconstrui também umha história similar dalguém que tinha feito umha viagem parecida, um dos primeiros africanos cuja vida deu a volta, toda a volta, por ter ido a Lisboa, alguns centos de anos antes, e juntou no CD. Agora é a minha vez de juntar. E mandar para vocês (...).⁶⁹⁷

Aqui os três fios da trama se encontram, as três narrativas de *Periferias* confluem. De três pontos distintos no tempo – passado, presente e futuro – e no espaço – África, Galiza e Estados Unidos –, três viajantes se deslocam de suas periferias em direção ao centro simbólico da lusofonia: Lisboa. Este périplo identitário triplo tem como meta não uma religião, um Estado, uma etnia, mas uma *língua*, pois, ao fim e ao cabo, esta odisseia pela identidade galega é concluída na “capital” da língua que irmana os galegos a todos os mais de 250 milhões de lusofalantes do mundo. Como cantou um famoso expatriado espiritual: “Minha pátria é a língua portuguesa.”

Ademais, este centro imaterial da lusofonia não é opressor da periferia, como outrora o fora a metrópole em relação às suas colônias. Ao contrário, ele sustenta e revigora simbolicamente as periferias onde se comunga da mesma língua. Ou como diz o narrador do segundo relato: “Um galego que necessita reconhecer-se nalgum lado, sem pátria, com mátria, querendo só fáttria. Inexistindo na periferia da periferia, resistindo a ser apagado.”⁶⁹⁸ De maneira igualmente eloquente é o que declara a sua bisneta, que ao final foi viver em Manaus, no fim do terceiro relato: “E a nossa língua vai viver às portas da floresta por moitos anos. Viver aqui está sendo um milagre. Venham ve-nos à periferia.”⁶⁹⁹

⁶⁹⁷ Ibid., p. 97.

⁶⁹⁸ Ibid., p. 77.

⁶⁹⁹ Ibid., p. 98.

7.3 EM BUSCA DA IDENTIDADE PERDIDA

Nascido em 1928, na cidade de Macaíba, no Rio Grande do Norte, Renard Quintas Perez ainda na infância se mudou para Fortaleza, no Ceará. No Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1943 por conta do trabalho do pai – um imigrante galego que se tornou um próspero empreendedor –, completou o ensino secundário e se formou em direito. Ainda muito novo, em 1945, começa a publicar na imprensa local: uma pequena novela, *Quando eu morava no norte*, além de contos esparsos. Sob a liderança de Dinah Silveira de Queiroz, integra o grupo Café da Manhã – mesmo nome de uma coluna diária no jornal *A manhã* mantida pela escritora –, com outros jovens intelectuais, como Fausto Cunha, Samuel Rawet e Luís Canabrava.

É de 1952 sua estreia em livro, com a novela *O beco*, razoavelmente bem recebida pela crítica. Dois anos depois viria à luz *Os sinos*, e em 1961, *O tombadilho*, duas coletâneas de contos que o confirmam como uma revelação da narrativa breve brasileira. Em 1967, lançou *Começo de caminho: o áspero amor*, com o qual ganha, no ano seguinte, o Prêmio Nacional de Ficção, da Prefeitura do Distrito Federal, Brasília. Depois de *Chão galego*, de 1972, seu livro de contos *Irmãos da noite*, publicado em 1979, é contemplado com o Prêmio de Ficção da Fundação Cultural do mesmo Distrito Federal, em 1981. *Trio*, também um volume de narrativas curtas, é lançado em 1983, depois de haver conquistado no ano anterior o segundo prêmio na categoria conto da Primeira Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. Seu último livro até agora é *Creusa, creusa*, de 1998, também um conjunto de contos.

Muitos de seus contos foram traduzidos para o francês, o italiano e o polonês, além de integrarem diversas antologias do gênero publicadas no Brasil, como *Contos brasileiros de futebol*, de 2005, da editora L.G.E., e *Travessias singulares*, de 2008, da editora Casarão do Verbo.

Além de ser ficcionista, Renard dedicou-se também ao jornalismo cultural, trabalhando ao longo da vida em diversos veículos, como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Última Hora* e os semanários *Manchete*, *Leitura* e *Revista da Semana*. Além disso, entre 1953 e 1986, como funcionário do governo do estado do Rio de Janeiro, trabalhou na rádio Roquete-Pinto, realizando programas voltados para a cultura. A pedido de José Condé, que organizava a página literária do *Correio da Manhã*, realizou neste jornal, de 1955 a 1958, uma série de reportagens com escritores brasileiros, que resultam mais tarde nos dois volumes de *Escritores brasileiros contemporâneos*, que vieram a lume em 1960 e 1965. Também organizou, em 1971, uma *Antologia escolar de escritores brasileiros de hoje*. Em

2003, foi galardoado com a medalha Antônio Houaiss oferecida pelo Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, e em 2007, *Chão galego* recebeu uma segunda edição, “bilíngue”, galego e português, com o patrocínio da Junta de Galiza.

Não obstante uma carreira consideravelmente bem sucedida como autor e jornalista literário, Renard anda meio esquecido nos meios literários contemporâneos. Uma dura comprovação deste ostracismo nos revela o relato do escritor Urariano Mota, que contactou o autor potiguar para a supracitada antologia *Travessias singulares*:

(...) quando localizei o escritor Renard Perez, (...) muita gente [o] tomava como perdido, desaparecido ou morto. Aos 80 anos, no Rio de Janeiro, Renard só se comunicava com o mundo pelo telefone, que nem sempre atendia. Estava sozinho, imagino que em depressão, porque havia perdido a esposa há poucos meses. Quando lhe pedi algum contato, algum email de amigo, ele me respondeu: “eu não tenho amigos”.⁷⁰⁰

Isto é um exemplo da dinâmica dos sistemas literários, que costuma marginalizar os produtores e produtos que não são reciclados numa remodelização do cânon, para nos valermos da teorização de Itamar Even-Zohar. Todavia, ainda longe de ser um inventor ou um mestre (para nos referirmos à célebre classificação de Ezra Pound), a prosa densa, enxuta e plástica desse apreciador de Machado de Assis e Graciliano Ramos é uma amostra de um modelo de repertório cujas propriedades já gozaram de muita consideração no sistema literário brasileiro.

7.3.1 Viagem, Memória, Resgate

Chão galego é o relato da viagem de um brasileiro, filho de pai galego, à pátria de seus antepassados, um mergulho geográfico e sentimental nas suas raízes galego-espanholas. Ainda muito antes desta viagem se realizar, no começo de 1969, ela foi sonhada, imaginada, antecipada pelo narrador quando garoto numa resplandecente tarde de Fortaleza. Eis como abre o livro:

Vejo-me olhando o mapa da Espanha. Que idade tenho? Dez, onze anos. O mapa, grande, encontra-se sob o vidro que recobre a escrivaninha de meu pai, onde faço meus deveres, enquanto minha mãe administra a casa lá embaixo, meus irmãos se

⁷⁰⁰ MOTA, Urariano. *Pais e filhos, o conflito*. Cronópios. Disponível em: < <http://www.cronopios.com.br/site/resenhas.asp?id=3515>> Acesso em 12 ago. 2009. O artigo é de 12 set. 2008.

encontram em um lugar qualquer. Além da varanda, um trecho da Praça Cristo Redentor, por cima um céu muito puro – um pedaço da tarde de Fortaleza. Em tudo, uma grande tranquilidade. Somente que não faço meus deveres, é o mapa que olho – com suas sugestões, com seus chamados.

O dedo avança sobre o mapa, atravessa negras linhas sinuosas, alcança uma área laranja – lá em cima, à esquerda, onde está escrita em caracteres grandes e espaçados, uma palavra já bastante familiar: Galícia. E uma sensação indefinível, quase aflita, que toma conta de mim. Mas a área laranja divide-se em áreas menores, e o dedo penetra numa delas, a mais abaixo de todas, detém-se num círculo preto: Orense. E aquela sensação, que cresce ainda mais. Foi aí – em um lugar qualquer nas proximidades desta palavra, no interior daquelas linhas mais finas – que meu pai nasceu.⁷⁰¹

Um dia ele conhecerá essa terra, ele então pensava. Seu pai o prometera. Todos iriam, o pai, a mãe, seus três irmãos. Mas a Guerra Civil, e depois a grande conflagração mundial, os impediam. Agora, trinta anos depois, ele está na Galiza, “dentro já daquela área alaranjada”⁷⁰² do mapa de sua infância, após três meses de viagem pela França, Inglaterra e Portugal. De trem, ele e sua esposa, Helena, vislumbraram o estuário do Minho, atravessaram a ponte que une as duas fronteiras, passaram por Tui, a primeira cidade do lado galego. Só que nem seu pai nem sua mãe estão juntos. “Já morreram.”⁷⁰³

A chegada a Vigo é um quadro cheio de luz e plasticidade:

Porriño, pouco depois Redondela, e de repente o horizonte a rasgar-se. E a paisagem soberba: lá embaixo a vastidão das águas – aquela serenidade de lago – e, a envolvê-la no recorte de pequenas baías, a sucessão dos montes – suas encostas a morrer, maciamente, na liquidez. E a pureza e o contraste das cores: o verde dos dorsos, o branco do casario a pontilhá-lo, a orla amarelada de pequenas praias. É a ria de Vigo. Por muito tempo vai margeando o trem aquela visão – de espaços abertos no ar transparente. Novo núcleo habitado – Chapela. Uma igreja sobre um topo – é a Virgem da Guia. E sempre aquela nitidez de azul, que os verdes envolvem e barcaças pontilham. Mais alguns minutos e estamos em Vigo. Descendo na estação. Pisando solo galego.⁷⁰⁴

No entanto, uma vez na cidade, a impressão não é necessariamente das melhores. Vigo fora a cidade de onde o seu pai partira quando emigrara. “E este fato me fazia pensar nela, desde pequeno, como a grande porta da Espanha – sua porta oficial. Mais: como uma espécie de cidade-símbolo do país.”⁷⁰⁵ Mas agora, aquele “encontro com edifícios pomposos, seu estilo trabalhado, a se sucederem na longa rua reta”⁷⁰⁶ o decepciona. Numa casa de chá, de nome *Flamencos*, ao invés de música espanhola, como ele esperava, ele se depara com um

⁷⁰¹ PEREZ, Renard. *Chão galego*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 2.

⁷⁰² *Ibid.*, p. 3.

⁷⁰³ *Id.*

⁷⁰⁴ *Ibid.*, p. 5.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁰⁶ *Ibid.*, p. 10.

conjunto de iê-iê-iê. Mais tarde, num restaurante, ao solicitar uma informação sobre uma *paella*, respondem-lhe com rudeza. “Decididamente, não estamos com muita sorte em Vigo. Será, tal procedimento, assim hostil, a maneira natural desse povo?”⁷⁰⁷

O próximo ponto do itinerário é Pontevedra, um pouco mais ao norte. No caminho, ele avista um dos símbolos da Galiza:

Nas margens em declive (...) aqueles chalés em miniatura, em geral também de pedra, a frente da cumeeira encimada por pequena cruz. São os *hórreos*, depósitos para cereais. Construções típicas da região, que acabarão familiares no trajeto.⁷⁰⁸

Ao contrário de Vigo, a cidade mais povoada da Galiza e o porto mais importante da península, Renard se sente à vontade em Pontevedra, uma cidade com então 40 mil habitantes.⁷⁰⁹ São várias as manifestações de sua satisfação: “Estou fascinado com Pontevedra – sua arquitetura, sua atmosfera (...).”⁷¹⁰ “Sinto um grande bem-estar, ali. (...) Essa integração na cidade – não mais a sensação de estrangeiro que senti em Vigo.”⁷¹¹ “Estou feliz com Pontevedra, amando Pontevedra.” Os dois caminham pela cidade, visitam igrejas, o Museu Provincial, topam com a casa em que viveu o escritor galego-espanhol Valle-Inclán, com uma estátua de Cristóvão Colombo – mais tarde lhe afirmam, inclusive, que o descobridor da América era galego. Conversam com um garçom que tem vários parentes no Brasil e, mais adiante, num outro bar, depois de Helena ter se recolhido, Renard, entre várias taças de vinho, entretém-se com um rapazinho cujo rosto se enche de encantamento ao saber que o interlocutor é do Brasil.

Mas Pontevedra ainda reservaria uma grande surpresa aos dois visitantes, algo que nunca experimentaram nem experimentaríamos no Brasil:

Acordo pela madrugada com a cama a tremer: creio ser algum movimento de Helena, ao lado. Depois tudo se acalma e adormeço outra vez. De repente, desperto novamente com a cama, todo o quarto estremeando – e um ruído estranho, que parece vir das profundezas da terra. Helena vira-se, pergunta o que é. E eu, tranquilamente:
– Um terremoto.⁷¹²

⁷⁰⁷ Ibid., p. 14.

⁷⁰⁸ Ibid., p. 15. O grifo é do autor.

⁷⁰⁹ No entanto, para os padrões galegos, não é uma cidade pequena. Atualmente é a sétima mais populosa da Galiza.

⁷¹⁰ Ibid., p. 20.

⁷¹¹ Ibid., p. 24.

⁷¹² Ibid., p. 28.

No dia seguinte, a confirmação. Na estação rodoviária, à espera do ônibus para Ourense, deparam-se com a manchete no jornal local: “*Pontevedra Sacudida por Dos temblores de Tierra*”⁷¹³

A próxima estação, portanto, é a cidade de Ourense, a terceira mais populosa da Galiza. Até então a imagem que assomava da Galiza era a de subdesenvolvimento. Mesmo para quem viera do Brasil, um país com amplas desigualdades sociais, a figura de um garoto de aparentemente doze anos, trabalhando de carregador de bagagens no hotel em que se haviam hospedado em Vigo, o choca, revelando-lhe “a necessidade de trabalho, na Espanha.”⁷¹⁴ Agora, em Ourense, despontam os primeiros sinais da progresso que em pouco tempo mudariam radicalmente não só o cenário galego mas o de toda a península. Já antes de chegar, Renard avista, em vez de velhos sobrados e de torres de igrejas, como em Pontevedra, “o vulto de grandes construções”⁷¹⁵ Ao saber que são o arredores de Ourense, a cidade e a província de seus parentes, é com outro interesse que ele se põe “a olhar aqueles edifícios de oito ou mais andares, alguns ainda na estrutura, e vejo aquela febre e o ruído dos enormes guindastes em lento movimento.”⁷¹⁶ Da janela do hotel em que se hospedam, ele contempla a praça e à direita “o enorme edifício do *Hotel San Martin* – quase vinte andares. O edifício parece recém-construído, e se eleva soberbo sobre os demais prédios da praça, de três e quatro pisos.”⁷¹⁷ Pode não parecer muita coisa para quem morava em Copacabana, como o autor, mas pelo jeito, no meio de um país periferizado, do qual uma multidão emigrara em busca de oportunidades, como o seu pai, já era um sinal alvissareiro. Aliás, uma testemunha privilegiada do célere século XX, que foi muito à Espanha a partir da década de 1950, flagrou este quase imperceptível ponto de inflexão:

A Espanha era pobre e faminta no início da década de 1950, talvez mais faminta do que em qualquer outra época na memória dos vivos. (...)

A Espanha se sentia infeliz. (...) as pessoas diziam coisas assim: “Este é o pior país do mundo”, ou “Neste país a gente é mais pobre do que em qualquer outro lugar”. (...)

A presença avassaladora de um passado aparentemente imutável, inclusive o passado recente, escondia as forças, tanto internas como externas, que estavam prestes a transformar o país de maneira mais dramática e irreversível do que qualquer outra nação da Europa no decurso das décadas seguintes.⁷¹⁸

⁷¹³ Ibid., p. 29.

⁷¹⁴ Ibid., p. 7.

⁷¹⁵ Ibid. p. 32.

⁷¹⁶ Id.

⁷¹⁷ Ibid. p. 34. O grifo é do autor.

⁷¹⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 377-378.

Renard Perez está justamente neste ponto em que a velha Espanha – e especialmente a Galiza, uma de suas porções mais depauperada – começa a dar lugar à pujante nação (ou melhor, à *nação de nações*, termo amiúde utilizado durante a transição democrática) que desabrochará no último quartel do século XX. Assim, de um lado, ao longo de seu percurso, ele verá a todo instante sinais de uma Galiza arcaica, rural, tradicional, com seus *hórreos*, seus casarões de pedras, seu povo de rosto curtido, como no ônibus que o levou a Ourense, cheio daquela “gente simples, com embrulhos, a maioria mulheres de preto e lenço à cabeça”.⁷¹⁹ E de outro, construções recentes, como o hotel *San Martin*, atestando o *boom* econômico que o Estado espanhol começava a experimentar.

Ourense, uma cidade aparentemente sem atrativos turísticos, é o objetivo principal da viagem. “(...) foi para conhecer Orense [este é o nome em espanhol] que vim à Espanha. Foi num pequeno povoado desta província que meu pai nasceu, tenho parentes aqui.”⁷²⁰ Agora, o filho está prestes a concluir o sonho do pai, morto “em 1951 sem fazer a grande viagem que se prometera: visitar a Espanha com a família, ou pelo menos com minha mãe (...)”.⁷²¹

Depois de se instalarem no hotel, por volta das três horas da tarde, tomam um táxi a caminho da casa de Aurélio, primo de Renard. Pelo trajeto, as construções, modernas e feias, vão dando lugar a “pequenos edifícios de três e quatro andares, tipo popular”.⁷²² A visita será inteiramente uma surpresa, já que nenhum cartão ou notícia foi enviado antes.

Abre-se a meio a porta, uma mulher ainda jovem surge na nesga. O vestido preto, os cabelos violentamente pretos também, e dois grandes olhos na expectativa. Um belo tipo de mulher.

– *Es La casa de Aurélio?*

A mulher confirma, a mão ainda protegendo a porta. E o olhar a observar-nos, a ir de mim para Helena, já novamente a fixar-me, profundo.

– *Usted es Anita?*

Diz que *si*, e continua naquele jeito intenso, e existe em seus olhos um brilho – talvez já remota suposição de quem possamos ser.

Português e castelhano se embaralham, na informação:

– *Yo soy su primo, do Brasil.*

O brilho que aumenta, o sorriso insinuado a descerrar-se de vez:

– *Usted es Rossoni. O usted es Renard? Si, usted debe ser Renard!*

E abre toda a porta, e esfrega as mãos no vestido, para o grande abraço. Um abraço intenso e um beijo quente, que quase me põem a chorar.

– *Esta es mi mujer, su prima Helena!*⁷²³

⁷¹⁹ PEREZ, op. cit., p. 31.

⁷²⁰ Ibid., p. 33.

⁷²¹ Id.

⁷²² Ibid., p. 35.

⁷²³ Ibid. p. 35-36.

Aurélio, marido de Anita, não está. Voltara da Venezuela, onde passava temporadas, mas no momento encontrava-se no trabalho do campo, no *pueblo*, Porqueirós, o diminuto povoado em que nasceram, ele e o pai de Renard. Logo, aparecem as crianças, um casal de filhos. Não são os únicos, há mais três, um pequeno, dormindo ao lado, e os outros dois na escola – sinal de que não obstante as modestas condições e vida, a fertilidade galega continua alta. As crianças cumprimentam os visitantes, mas não permanecem por muito tempo, pois têm também que ir à escola. Em seguida, chegam uma senhora, Obdúlia, e seu filho, Paco – também primos de Renard. Conversam, trocam notícias, informações sobre os parentes, as galegas numa viva loquacidade. Renard distribui as lembranças que trouxe do Brasil, uma série de vistas do Rio, discos brasileiros – mas logo descobre, decepcionado, que eles não têm vitrola.

Só de tardinha se encerra essa primeira visita, mas não a curiosidade e ansiedade de Renard. Deixam Helena no hotel – que estava ligeiramente indisposta – e, Renard, acompanhado de Anita, Obdúlia e Paco, dão uma volta pela cidade. Visitam a Catedral, uma portentosa construção românica iniciada no século XII, atravessam ruelas irregulares no centro histórico da cidade, visitam outras igrejas e chegam à *Plaza Mayor*, um “enorme quadrado, as quatro faces ladeadas por prédios erguidos sobre galerias de colunas.”⁷²⁴ “O local encontra-se atravancado por trabalhos de restauração, mas bem se sente a sua majestosa beleza”.⁷²⁵ E finalmente, já quase noite, levam-no a uma das maiores atrações de Ourense: as Burgas, mananciais de águas termais, de poder medicinal, “a extravazar do cálice de pedra, ou a brotar dos orifícios no chão circunvizinho, junto à névoa de vapor.”⁷²⁶

Mais tarde, às onze horas, depois de um descanso no hotel, outro passeio, agora só Renard e Paco. O programa: a noite de Ourense. Depois de se depararem com um bando de motoqueiros de *blue-jeans* e blusões de couro – não, nenhum país, por mais fechado ou autoritário que seja, está imune à globalização dos costumes – , entram num modesto estabelecimento chamado *L’Oreja*, cujo principal prato são, com efeito, orelhas de porco, as quais, entrelaçadas, pendem do teto e das paredes como “pequenas estalactites”.⁷²⁷ Alguém toca guitarra, acompanhado de palmas. É o *fandango*, explica Paco, uma modalidade do *flamenco*. Mas os dois não se demoram muito – e prosseguem a peregrinação por outros bares.

⁷²⁴ Ibid. p. 41.

⁷²⁵ Id.

⁷²⁶ Ibid. p. 42.

⁷²⁷ Ibid. p. 45.

Estudante de economia, Paco é um rapaz “inteligente e instruído.”⁷²⁸ E enquanto os bares e tabernas se sucedem, o jovem vai pondo o forasteiro ao par da situação da Espanha e especialmente da Galiza.

A Galícia é uma região pobre, onde a vida é difícil. Não há quase trabalho, os homens têm que emigrar.

Durante séculos, talvez, foi esta uma região abandonada – Paco explica. Mas, há pouco, principiou-se a olhar melhor para a área, a aproveitar-lhe os recursos naturais, o potencial hidráulico sobretudo. Foram construídas represas, instalam-se usinas hidroelétricas, que começam a trazer benefícios e dar trabalho ao homem do campo. Mas é uma melhoria a longo prazo, os homens ainda têm de emigrar.

Refere-se à situação de Aurélio – nosso primo é bem um exemplo do homem do povo galego. Deixou Orense e passou vários anos na Venezuela, trabalhando duro. Conseguiu juntar bom dinheiro, voltou para Ourense. (...) Aqui, durante muito tempo, viveu o primo das economias acumuladas. Mas, acabado o dinheiro, novo mergulho para a América. (...) Sua vida se mantém nesse círculo vicioso: ir para a Venezuela, voltar para a Espanha, e viver aqui, até o dinheiro acabar.

Pergunto por que não emigrou para mais perto – Bélgica, Holanda, onde encontrei tantos espanhóis. Explica que exigem mão-de-obra especializada, e Aurélio, no fundo, é um homem do campo. Há, também, o problema da língua.

Existe o *pueblo*, onde a mãe tem a *finca*. Naquele exato momento está ele em Porquerós, trabalhando no campo. Mas a situação aí é demasiado precária (...). Para as tias, que sempre viveram ali, a existência é possível. Mantém os mesmos costumes primitivos desde que nasceram, recusam-se mesmo a morar na cidade. Mas para os filhos de Aurélio, para Paco, o campo é hoje quase que exclusivamente um pouco romântico, onde vão nas férias, em certos fins de semana.

Quanto a estes – a nova geração, que está conseguindo estudar, a situação já é diferente. Formados, terão facilmente colocação, se não ainda em Orense, pelo menos em Madri, em Barcelona. O mesmo para toda a sua geração, de modo geral. (...)

Além daqueles empreendimentos de base, para longo prazo, que vêm sendo feitos, a Galícia começa também a ser preparada num outro âmbito, que a beneficiará ainda mais: o do turismo. (...) O atual ministro do Turismo, galego, tem olhado carinhosamente para a região.⁷²⁹

Com efeito, conforme o relato de Paco, não são poucos os indícios de que aquela Espanha visitada por Hobsbawm em princípios da década de 1950 estava em franca transformação, ainda que o seu resultado só fosse plenamente perceptível muitos anos depois.

No dia seguinte, depois de mais uma volta pela cidade, que culmina com uma subida ao restaurante panorâmico do Hotel San Martin, finalmente ocorre o encontro com o primo Aurélio. Na verdade um reencontro, já que ambos se conheciam de uma breve estadia dos primos e das tias em Fortaleza há tantos anos atrás – o que suscita em Renard uma série de recordações e reflexões de teor um tanto quanto melancólico. Aurélio, agora, é “um homem

⁷²⁸ Ibid. p. 46.

⁷²⁹ Ibid. p. 46-47. Quanto ao ministro galego, refere-se a Manuel Fraga (1922-2012), que assumiu o Ministério da Informação e Turismo entre 1962 e o final de 1969. Depois da democratização, Fraga foi presidente da Junta de Galiza de 1990 a 2005.

de voz calma, gestos pausados”⁷³⁰, tão diverso do rapazinho de “dezesseis anos, quando esteve no Brasil”⁷³¹. Renard não devia estranhar a diferença, afinal, são trinta e quatro anos que os separam daquele tempo.

Mas um pouco me constrange este homem de pouca fala, sorriso meio cansado, quando o lembro na vida despreocupada com meu irmão, na chácara de Fortaleza. Naqueles cinco ou seis meses que passou entre nós. Sei, a vida não foi fácil para ele. Apenas um ano de seu regresso à Espanha, a guerra o pegou, lutou nela dois anos. Embora menino, lembro-me dos ecos dessa época dura, pela vaga correspondência trocada entre meu pai e as irmãs. (...) Mas haveria ainda uma carta de Aurélio para minha mãe, sondando-a sobre a possibilidade de sua vinda para o Brasil. Mas então já não era possível essa vinda. Foi a essa altura, acredito, que Aurélio partiu para a Venezuela.⁷³²

Aurélio conta como foi sua vida nesse país: a primeira vez, junto com a esposa, o retorno à Galiza, o fim das economias, a volta à Venezuela, dessa vez sozinho. Enquanto ouve, Renard relembra aquele período em Fortaleza e se pergunta: “Não sei se agora, diante de mim, Aurélio não estará pensando também naqueles tempos antigos. Poderá imaginar que, se tivesse ficado conosco, sua vida seria outra.”⁷³³

Combinam para o dia seguinte a ida ao povoado, onde ainda vivem as tias. Resolvem alugar um carro para esse trajeto um tanto acidentado, um Dodge 69 “– de luxo, vermelho, imenso –”⁷³⁴, por insistência de Aurélio, mas quem paga o aluguel é Renard.

Finalmente, no dia seguinte, a grande viagem ao *pueblo*. No carro, além do casal de brasileiros, Aurélio e Anita, com seu filho Aurelito. Passam por Celanova, onde avistam uma estátua do poeta Curros, conforme informa Aurélio – sinal de que os signos do galeguismo não estão completamente esquecidos. Passam por Bande, o nome “que se colocava no sobrescrito das cartas, destinadas a Porquerós”⁷³⁵. Atravessam o rio Límia. “Lá longe, cumes nevados de montanhas. Ali é Portugal – do outro lado já é Trás-os-Montes. E Aurélio diz que se pode ir da cidade de Calvo até lá, sem nenhuma formalidade de fronteira”⁷³⁶. O caminho era cada vez mais íngreme e irregular.

⁷³⁰ Ibid. p. 53.

⁷³¹ Id.

⁷³² Ibid. p. 53-54.

⁷³³ Ibid. p. 54.

⁷³⁴ Ibid. p. 55.

⁷³⁵ Ibid. p. 58.

⁷³⁶ Ibid. p. 59.

Finalmente chegam a Porqueirós – e, se em Ourense, Renard pudera ver marcas de uma modernidade emergente, aqui, neste minúsculo povoado,⁷³⁷ ele se depara com uma Galiza imobilizada no tempo, rústica, primitiva, austera. “Casas e muros inteiramente de pedra, a confundir-se com a rocha, em perfeita integração.”⁷³⁸ Sem esgoto, sem sanitários, sem água encanada. E este é o cenário do encontro com as tias:

Lá em frente, meio escondida pela vegetação, o muro alto, uma porta de madeira, onde acaba o caminho. Uma figura de preto se aproxima, lépida, na minha direção, logo após uma outra, mais lenta, manquejando no barro. São as tias, *sei* que são as tias – alguém as terá avisado de nossa vinda. Os braços abertos, o rosto acobreado, o vestido preto, esta é Pepa, sei que é Pepa esta fisionomia curtida, de olhos iluminados, esse corpo que agora aperto contra o meu, é Pepa que eu abraço. E esta agora é Áurea, que também trago contra mim, enquanto em seu rosto as lágrimas escorrem.⁷³⁹

A casa onde moram é igualmente simples:

A sala. As grossas paredes nuas – quase três palmos de espessura, a lâmpada pendente do forro, as imensas tábuas do chão. Uma mesa redonda no meio do aposento, cadeiras em torno, um divã e um antigo aparador encostados à parede. Há três janelas que dão para o pátio, envidraçadas, e este é o único elemento mais requintado naquela simplicidade. Tudo sumário e primitivo, mas sólido, feito para durar uma eternidade.⁷⁴⁰

Conversam. As tias perguntam sobre os parentes, sobre Helena. Mas logo a conversa se volta para aqueles tempos em que as duas viveram em Fortaleza com seus filhos. Renard se surpreende com a nitidez das lembranças delas – e entende que, para quem nunca mais saiu do *pueblo*, “aquela aventura, no outro lado do mar, deve ter sido o fato mais sensacional de suas vidas.”⁷⁴¹

Daí a pouco chegam duas mulheres, primas em primeiro grau: Lupe, irmã de Obdúlia, e Blacinda. Novos abraços. Em seguida, aparece outra mulher, de que Renard não guardou o nome. Todas de negro, todas – parece – viúvas. A casa vai se enchendo de parentes, o povoado é praticamente formado de parentes. Renard é cercado de primos e sobrinhos dos quais nunca antes imaginara a existência. De repente, as mulheres estão

⁷³⁷ Esta característica se mantém até hoje: em 2011 Porqueirós tinha apenas 85 habitantes. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ine.es/nomen2/index.do?accion=busquedaAvanzada&entidad_amb=no&codProv=32&codMuni=51&codEC=9&codES=0&codNUC=0&L=0> Acesso em: 22 jan. 2012.

⁷³⁸ PEREZ, op. cit. p. 60.

⁷³⁹ Id.

⁷⁴⁰ Ibid., p. 61.

⁷⁴¹ Ibid. p. 62.

discutindo, aos gritos, sobre qual delas teve o ventre mais fecundo, qual tem o ventre estéril – para constrangimento de Helena, que não teve filho.⁷⁴²

Renard, que está fascinado com o ambiente, levanta-se para conhecer a casa: os quartos das tias, os poucos e modestos móveis, os utensílios, igualmente rústicos, uma grande bacia sobre o tampo da mesa, conchas, alguidares, caçarolas de cobre... “Dos interstícios das tábuas do assoalho vem um ruído – são os porcos focinhando no vão embaixo da casa.”⁷⁴³ E tudo isso, *a priori* tão estranho àquele brasileiro que vive no conforto de uma cosmopolita Copacabana, lhe parece familiar, lhe “dá uma obscura sensação de reencontro com algo já vivido. (...)”⁷⁴⁴ E ele exclama: “Eu moraria aqui, meu Deus, eu sei que eu moraria aqui.”⁷⁴⁵ Mais adiante, ressurge a mesma impressão de *deja vú*:

O calor do fogo, a voz calma de Pepa, aquele aconchego. Lá fora a garoa caindo, sob o telhado do pátio o manto alvacentos. E da sala, as vozes das mulheres, de Aurélio, dos meninos, de vez em quando a de minha mulher. Coisa singular, novamente a sensação de que já vivi tudo isso, esta cena é semelhante a uma outra, em qualquer lugar do passado. Parece que já conhecia de sempre este aposento, este grande fogão de pedra, onde a lenha crepita.⁷⁴⁶

Depois das tradicionais fotografias com os parentes, um sino anuncia a missa – sim, há uma igreja naquele pequeno povoado, uma capela de proporções tão diminutas que parece “difícil crer que caiba alguém em seu interior.”⁷⁴⁷ Um pequeno séquito é formado e segue rumo à igreja. Um pouco depois de iniciada a celebração, Renard sai e dá uma volta em torno da construção de pedra, tirando fotografias. No adro, depara-se com as lápides, ao nível do chão, dos parentes ali enterrados: mais de uma vintena de Quintas e Perez – avós, tios, tias – jazem ali.

Finda a missa, um pequeno círculo se forma na calçada. Lupe apresenta o brasileiro a alguns senhores. Súbito, as expressões e os apertos de mão protocolares se transformam em vivas manifestações de afeto: é que Renard é mais que um estrangeiro, um forasteiro, um visitante, aquele brasileiro é o filho de Jaime (este o nome de seu pai, que aqui aparece pela primeira vez). Em seguida, depois de ter sido levado por Lupe a um antigo amigo de seu pai – que se comove até as lágrimas –, ela o conduz até sua casa. Ela diz: “Era esta a casa em que

⁷⁴² Em nenhum momento isso é afirmado, mas este fato é perfeitamente subtendido das lacunas e silêncios da narrativa.

⁷⁴³ PEREZ, op. cit. p. 64.

⁷⁴⁴ Ibid., 64-65.

⁷⁴⁵ Ibid., 65.

⁷⁴⁶ Ibid., p. 71.

⁷⁴⁷ Ibid., 66.

seu avô morava, antes de ser adquirida a outra, onde as tias agora vivem.”⁷⁴⁸ Acrescenta, “suavemente: – Foi aqui que seu pai nasceu.”⁷⁴⁹

A um ângulo, num tear, uma belíssima colcha, em fase de acabamento. (É a primeira vez que vejo um tear assim primitivo.) Lupe aponta o trabalho, me explica: – Eu estava tecendo esta colcha para mandar para o seu pai, quando veio a notícia de sua morte. – O trabalho encontra-se exatamente como foi deixado vinte anos atrás, quando ela o interrompeu.⁷⁵⁰

E a propósito dessa colcha e do tear que a teceu, Renard faz um analogia numa das mais belas passagens do relato:

Em Porquerós muita coisa continua sendo feita como no passado, pelos mesmos processos caseiros e ancestrais. Do mesmo modo que o alimento vem, quase todo, do próprio chão que o dono semeou, ou de sua pequena criação, a lã vem ainda do próprio redil familiar; e é fiada na roca, dobada na dobadora e tecida no mesmo tear doméstico pelas mesmas mãos, numa operação lenta e amorosa, no mesmo processo dos tempos bíblicos. Aliás, me pergunto, não há muito dos tempos bíblicos em tudo isto aqui, nesta paisagem, nestas habitações de pedra, nesta simplicidade de vida, em união quase integral com a natureza?⁷⁵¹

E a recordação daqueles breves meses em que as tias e os primos viveram em Fortaleza retorna como um sonho:

Volto à sala, à mesa onde a garrafa de aguardente e os copos, muito transparentes, são a única decoração. A fisionomia de Áurea, a conversa dos meninos. Nunca esquecerei este momento, este minuto, este gesto de Áurea a levantar o copo, este riso de Aurélio. Súbito, esse grupo é muito mais moço, trinta e cinco anos mais moço, Aurélio um menino de dezesseis anos, Áurea não tem uma ruga. E o cenário, é o da chácra de Fortaleza. Mas da mesma maneira que veio, a visão se desfaz – acaba o sortilégio.⁷⁵²

Depois do almoço – o cozido galego, “aquela mistura cheirosa e fumegante de presuntos, chouriços e batatas”⁷⁵³ –, da distribuição de cortes de fazenda que Renard trouxe de Paris, da retomada da conversa sobre a longa lista de parentes e sobretudo sobre Jaime, o pai de Renard, este manifesta interesse em saber notícias sobre Raquel, filha de Áurea, sua companheira dos tempos de Fortaleza, sobre quem até então, misteriosamente, pouco se falou. Raquel mora em Calvo – lhe informam –, uma pequena cidade vizinha, junto à fronteira de

⁷⁴⁸ Ibid., 69.

⁷⁴⁹ Id.

⁷⁵⁰ Ibid., 70.

⁷⁵¹ Id.

⁷⁵² Ibid., 72.

⁷⁵³ Id.

Portugal. “E eu não posso vê-la?” – indaga Renard. Há evidentemente um pequeno mal-estar no ar. Todavia, Aurélio logo se prontifica a levá-lo lá e pergunta se Áurea não quer ir junto. “Ela diz que sim, e tão rapidamente, que mostra como estava a todo momento a desejar aquilo.”⁷⁵⁴ Os outros preferem ficar, inclusive Helena, que, por conta do frio extremo e do excesso de condimentos da comida, novamente não está se sentindo bem.

Cerca de meia hora e o *Dodge* vermelho chega a Calvo: “Casas de alvenaria intercaladas com outras, de madeira – passagens estreitas, cheias de curvas, que mal dão espaço ao tamanho do automóvel.”⁷⁵⁵ Depois de algumas voltas encontram a casa: “uma construção meio tosca, uma fachada de madeira numa elevação, à qual dá acesso rústica escadaria.”⁷⁵⁶ Na janela um vulto feminino, rechonchudo, também de roupa negra: Raquel. No entanto, um incidente perturba a recepção de boas-vindas: um cachorro avança e abocanha a perna de Áurea. Depois do susto, e enquanto Raquel aplica um curativo no ferimento da mãe, Renard pergunta à prima se sabe quem ele é. Tranquilamente, ela responde: “*Usted es Renard.*”⁷⁵⁷

Agora eles estão sentados em torno da mesa. Enquanto conversam, Renard observa a anfitriã:

Então esta é Raquel, minha famosa prima Raquel. Que idade terá? Creio ser apenas um ou dois anos mais moça que eu – deve ter há pouco entrado nos quarenta. Não ficou bonita. O rosto redondo da mãe, pequena saliência de gordura abaixo do queixo.⁷⁵⁸

Ao olhar em volta, o primo julga compreender as reticências da família com respeito ao casamento de sua antiga amiga de infância: “O cômodo é acanhado, de modo algum insinua larguezas de vida.”⁷⁵⁹ O marido, um português de um povoado não muito além da fronteira, não se encontra, está num bar ali próximo. Áurea fala do sobrinho, diz que foi por insistência dele que vieram vê-la. Raquel sorri. “Você se lembra de mim, do tempo de Fortaleza?” – pergunta Renard.⁷⁶⁰ “Ela diz que *si*, acenando com a cabeça.”⁷⁶¹ E recorda de uma queda que os dois tiveram quando resolveram pegar uma carona no carro do pai de Renard, sem este saber, trepados no para-choque. Já na rua, o automóvel ganhou velocidade.

⁷⁵⁴ Ibid. p. 82.

⁷⁵⁵ Ibid. p. 83.

⁷⁵⁶ Ibid. p. 84.

⁷⁵⁷ Id.

⁷⁵⁸ Ibid. p. 85.

⁷⁵⁹ Id.

⁷⁶⁰ Ibid. p. 86.

⁷⁶¹ Id.

Apavorados, saltaram nas pedras do calçamento. Voltaram a pé para casa, mancando, Raquel aos berros, cheia e escoriações.

Com a recordação da travessura e da bronca que levaram depois, todo aquele mundo, esmaecido na memória de Renard, ressurgiu com poderosa clareza: a casa, a chácara, o ambiente em torno, e “ao lado das figuras familiares – Raquel e eu.” Tudo isso, com uma nitidez e uma riqueza de detalhes, aparece em sua mente, como há muito não acontecia. Com efeito, em 1956, quando visitara Fortaleza, depois de um longo intervalo, esse cenário já não existia mais: no lugar do casarão, plantado em um enorme terreno, construíram uma vila. Além disso, toda a redondeza havia sido modificada. E nem aí ele conseguira visualizar os lugares de sua infância com a precisão com que o faz agora, suscitado pela menção da prima – espécie de *madeleine* a disparar o gatilho da memória involuntária. E como ocorrera em relação a Aurélio, em Ourense, ele pensa em como teria sido a vida de Raquel caso ela tivesse permanecido no Brasil. Mais: “Quem sabe se, das brincadeiras infantis, não nasceria entre nós algo além de simples companheirismo. E então o diferente não seria apenas o seu futuro – seria o de nós dois.”⁷⁶²

Depois de uma rápida passagem no bar onde se encontrava o marido de Raquel, retornam para Porqueirós. No *pueblo*, despedem-se de todos – com abraços “não tão violentos quanto os da chegada” – e voltam para o hotel em Ourense.

No capítulo seguinte – “Em Madri” –, como o nome indica, Renard relata a continuação da viagem agora pela capital espanhola. Ao contrário de Porqueirós, um rústico povoado perdido no tempo, e mesmo de Ourense, uma cidade relativamente modesta, Madri impressiona pelo seu fausto e monumentalidade: suas praças, suas *calles*, seus palácios deslumbram o narrador que antes confessara que das cidades espanholas Madri era a que menos o atraía. Entretanto, o que mais o assombra é uma tourada a que assiste na *Plaza Monumental de las Ventas*. Enquanto sua mulher experimenta certa repulsa, virando o rosto no momento mais dramático, Renard contempla, maravilhado, aquele “duelo primitivo, de coragem, inteligência contra força bruta.”⁷⁶³ E ele vê, “sobretudo, a beleza. A beleza suprema.”⁷⁶⁴ E compreende Goya, Picasso, Hemingway, que transpuseram para a tela e o papel aqueles movimentos.

De repente, a estocada – um segundo – e a lâmina penetra, por inteiro, no cachaço do touro. Aquela massa a estrebuchar – mãos, roupa do matador tintos de sangue. E,

⁷⁶² Ibid. p. 88.

⁷⁶³ Ibid. p. 109.

⁷⁶⁴ Id.

finalmente, o touro que tomba. A assistência em peso que se levanta, já refeita, a apoteose. Lenços brancos, chapéus, flores arremessadas na arena, o toureiro de braços levantados.⁷⁶⁵

Mas algo mais o impressiona além dos touros e toureiros ali naquela arena. É que “lá estava, no camarote presidencial – nada mais nada menos que o Generalíssimo.”⁷⁶⁶ E pelo jeito a emoção que aquela presença desperta não é pequena:

Olho a figura de Franco, a poucos metros apenas de onde me encontrava, nos *tenidos bajos*. Aquela figura mítica de minha infância e adolescência – aquela face que tantas vezes eu vira, nos jornais, nos selos das cartas das tias. Ali, carne e osso. (...) Peço um binóculo a meu vizinho – quero ver melhor a figura do Generalíssimo.⁷⁶⁷

Aliás, a presença do ditador era quase onipresente na Espanha de então. Em Ourense ela já já via observado: “parece haver uma Gran Via Generalíssimo Franco em todas as cidades espanholas (...)”⁷⁶⁸ E mais adiante:

Também há em todas em todas as cidades espanholas, ao que parece, uma *calle* José Antonio. Paco explica que José Antônio foi o primeiro mártir da Guerra Civil; era filho de Primo de Rivera, e fundou a Falange Espanhola.⁷⁶⁹

Não há nessa passagem nenhum viés crítico ao designativo *mártir* aplicado ao fundador da nefasta Falange e filho de outro ditador (*mártir* poderia vir simplesmente entre aspas para mostrar discordância entre o narrador e seu interlocutor). No entanto, Renard não ignora a natureza do regime. Em Vigo ele avistara num quiosque o romance *Por quem os sinos dobram*, de Hemingway, com uma faixa que explicava ter sido o livro finalmente liberado pela censura. “A obra é de 1940! Somente trinta anos depois de publicado, é que o espanhol pode ler em seu país, livremente, esse romance sobre sua Guerra Civil.”⁷⁷⁰ Mais tarde, em Madri, ao conversar com seu primo Jayme, membro da Guarda Civil, recorda que García Lorca foi assassinado por homens dessa corporação:⁷⁷¹

⁷⁶⁵ Ibid. p. 110.

⁷⁶⁶ Ibid. p. 107.

⁷⁶⁷ Ibid. p. 108.

⁷⁶⁸ Ibid. p. 35.

⁷⁶⁹ Ibid. p. 38.

⁷⁷⁰ Ibid. p. 31.

⁷⁷¹ A morte de García Lorca continua obscura. Perdura a dúvida se teriam sido falangistas locais a abatê-lo ou a Guarda Civil, ridicularizada em um dos poemas do poeta.

Olho-o, sei-o da *Guardia-Civil*, e não posso deixar de pensar na singularidade deste fato: que tenho um primo na *Guardia-Civil Española*. A famosa Guarda-Civil Espanhola! E, insensivelmente, lembro-me de Lorca. Foi a *Guardia-Civil* que o matou. Foram homens com uma farda como a de Jayme que mataram o poeta.⁷⁷²

Todavia, em seguida, Renard ameniza o seu julgamento:

E agora é um daqueles homens [da Guarda Civil] que tenho diante de mim, e este homem não me aparece como símbolo algum de um crime – é um moço como outro qualquer, um espanhol como os outros e, ainda por cima, um parente meu.⁷⁷³

Com efeito, o regime ditatorial na Espanha não parece perturbar muito este brasileiro – proveniente, aliás, de outra ditadura, a qual, inclusive, havia recentemente apertado ainda mais as tenazes de seu controle social e político com o Ato Intitucional nº 5, promulgado a 13 de dezembro de 1968.

Depois de seis dias em Madri, ciceroneados por Jayme, o casal prossegue a sua viagem pela Espanha, onde os novos pontos do itinerário serão Saragoça, Barcelona, onde visitarão o poeta João Cabral, Valencia, e mais adiante, rumo ao Sul, Granada, Málaga, Sevilha, em Andaluzia. No entanto, assim como a sua viagem ideada na infância sobre o grande mapa da escrivaninha paterna terminava em Madri, o seu relato também termina aqui, na capital da Espanha: “E verifico que a viagem está realizada, e creio que positivamente, e exatamente no tempo devido: quando eu já estava preparado para ela.”⁷⁷⁴

7.3.2 Em Busca do Pai

No entanto, *Chão galego* não é apenas um relato de viagens *geográfico*. Ao refazer – ao reverso – o percurso que seu pai, quase meio século antes, fizera da aldeia natal às terras brasileiras, Renard Perez não se reduz a um turista em visita à terra de seus antepassados. Esta viagem de regresso à Galiza é também uma viagem *temporal*, um mergulho em busca de um resgate. Mais do que meramente conhecer o lugar de origem de seu genitor, Renard pretende desvelar a figura um tanto quanto enigmática de seu pai. Aliás, a viagem que ele faz agora é a viagem que seu pai sempre resolvera fazer com a família. Ele se lembra de, quando pequeno, ao deslizar o dedo sobre o mapa da Espanha, ele, Renard, dizia: “Um dia conhecerei essa

⁷⁷² PEREZ, op. cit., p. 115.

⁷⁷³ Id.

⁷⁷⁴ Ibid. p. 121.

terra. Meu pai prometeu, ouvi-o falar à mesa, uma noite, solenemente. Iremos todos – ele, mamãe, meus três irmãos.”

O tempo passou e agora ele estava ali, junto a sua esposa, realizando de certa forma esta promessa, ao mesmo tempo em que buscava se reconciliar com a imagem paterna. Pois, com efeito, como muitas vezes acontece, aqui também, entre pai e filho, muitos vãos de incomunicabilidade e incompreensão foram abertos ao longo do tempo:

Quando meu pai morreu, em inícios de 1951, eu já tinha vinte e dois anos. No entanto, não havia entre nós a menor intimidade, uma grande distância nos separava. Esta situação resultou, basicamente, da diferença de temperamentos, da própria educação que me deu, de sua figura autoritária e fechada, que, desde pequeno, me fazia intimidado em sua presença. (...) Intimidação que cresceria com o tempo e acabaria por criar a incompreensão entre nós. Nunca pude ser amigo de meu pai.⁷⁷⁵

Porém, esta mútua e crescente hostilidade encontrou, um pouco antes do instante final, um movimento de refluxo:

Somente uma vez em toda a vida ele se abriu comigo. E isto, justamente, às vésperas de sua morte. Já quase na agonia, creio que antevendo o fim, chamou-me em particular. Nós dois sozinhos no quarto, eu próximo do leito – falou durante longo tempo. E disse algo que eu jamais esperaria saísse de sua boca, algo que me deixou interdito. Disse do muito que esperava de mim. E esta foi a maior surpresa que tive na vida.⁷⁷⁶

Com o tempo, a ferida com o pai já cicatrizando, Renard começou a sentir vontade de compreender melhor este personagem que em vida, por força das circunstâncias, ele mal conhecera. Contudo, nove anos depois, a morte levou-lhe também a mãe, a pessoa obviamente mais indicada para essa tarefa. Por sua vez, seus irmãos, alguns parentes, sabiam tão pouco quanto ele. No entanto, na Espanha, as irmãs de seu pai ainda viviam, ali estava sua aldeia natal, sua terra, as origens de sua história. Então, o desejo de visitar essa região, conhecê-la, começa a aflorar, a amadurecer, a se tornar um projeto. Agora, finalmente, diante de suas tias e de outros parentes, na aldeia de onde partira seu pai – “aos treze ou quatorze anos”⁷⁷⁷ –, as lacunas, pelo menos algumas delas, poderiam ser preenchidas.

E não sem surpresa, o filho descobre que ali na Galiza a imagem do pai está envolta numa aura de admiração e fascínio. A primeira viagem de volta é particularmente rememorada:

⁷⁷⁵ Ibid., p. 74.

⁷⁷⁶ Ibid., p. 75.

⁷⁷⁷ Ibid., p. 39.

(...) meu pai muito jovem, o dinheiro transportado em saquinhos escondidos pelo corpo, por baixo das roupas – recurso contra os assaltos na longa travessia; e essa distribuição que fez da fortuna – ele, que era moço e solteiro, e não tinha, como os irmãos já casados, obrigação com ninguém.⁷⁷⁸

A imagem de seu pai, então, começa a assumir aos seus olhos, uma nova e quase mítica proporção:

E agora eu creio entender muito particularmente o que, na vida dessas mulheres, em sua difícil viuvez, não terá representado a figura de meu pai. E como sua lembrança pôde ficar sempre tão amada, a ponto de atingir essa auréola, que hoje a envolve. Seus maridos tinham emigrado – justamente devido às dificuldades – e tinham morrido. Mas meu pai não só não morreria, como, solteiro ainda, começara a enriquecer. E as irmãs lhe escreviam, contando suas notícias. E, em resposta àquelas notícias, meu pai lhes mandava roupas, dinheiro. Remessas essas constantes, que se estenderam até o fim de sua vida – e que agora bem estou a ver o que deveriam significar.⁷⁷⁹

Mas nesta viagem ao coração da Galiza, o autor não se depara somente com uma imagem desconhecida do pai, surpreendentemente positiva, com quem de certa forma postumamente se reconcilia. É neste reencontro além do tempo, porém no seio do primitivo espaço paterno, carregado de densos simbolismos, que Renard julga descobrir a fonte de sua vocação literária. Ao terminar de redigir seu relato, ele recorda as reflexões que lhe vieram no trem, entre Madri e Saragoça (pois o périplo não se resumiu à Galiza):

Não sei, se ele estivesse vivo, se nos entenderíamos agora. Mas isto já não vem ao caso. O que importa, porém, é reconhecer que foi sua atitude que moldou o homem que sou, é verificar que foi justamente o terror que me causava que motivou o encontro com minha vocação. Foi ele próprio, com seu ar ditatorial, quem, fazendo-me refugiar em mim mesmo e nas leituras, concorreu para levar-me ao caminho literário. Que não era, positivamente, aquele que imaginava para mim. (...) E não deixa também de haver certa ironia em reconhecer que seria aquele ódio, aquela dor que sua autoridade fez germinar em mim – motivando essa compensação literária – que me levaria a vir procurá-lo, a tentar descobri-lo e, nesta descoberta, e através destas páginas – como que o redimir.⁷⁸⁰

Não deixa de ser interessante frisar a semelhança com o conto “A morte do pai”, do livro *Os sinos*, o qual se revela com fortes traços biográficos:

Pensava na literatura, que lhe viera naturalmente, insensivelmente, resultado da presença do pai como sentinela na sala, a fazê-lo refugiar-se no quarto, entre as velhas brochuras perfiladas.

⁷⁷⁸ Ibid., p. 77.

⁷⁷⁹ Ibid., p. 78-79.

⁷⁸⁰ Ibid., p. 120.

(...)

Fechado. Ilhado. Aos poucos, secretamente, foi rabiscando as próprias histórias. Era agradável: o tempo corria, esfumava-se a figura aterradora do pai, suas rudezas distancadas.⁷⁸¹

Porém, ao contrário de *Chão galego*, no conto (por sinal o mesmo conto escolhido para a antologia Pais e filhos mencionada acima) não ocorre nenhuma espécie de reconciliação póstuma. Diante da sepultura paterna, o filho pródigo, que não retornara a tempo de ver o pai vivo, não consegue experimentar senão despeito e mágoa:

Seu pai estava ali. Procurava vê-lo com serenidade, manso, como surgira das palavras de Catarina [sua irmã]. O pai que sempre desejara. Acessível. Humano. Mais via o outro, o velho da despedida, com o garfo na mão, na ameaça – a atitude que o arruinara. (...)

Catarina pedia tão pouco. Só dizer: “papai, eu lhe perdo”. (...) Era tão simples. Uma força o retinha. Não disse nada. Voltou devagar pela alameda, o passo natural, atravessou o largo portão gradeado. Sem remorsos.⁷⁸²

A reconciliação que não foi possível na *ficção*, concretiza-se nesse relato de viagens, gênero geralmente periférico no sistema literário. Mas, como se viu, *Chão galego*, não é apenas o relato de uma viagem por uma Espanha ainda no outono franquista e por uma Galiza ainda primitiva, rural e mais subdesenvolvida do que o Brasil, à época iniciando o que se chamaria o milagre econômico. É também a história da busca das raízes de uma identidade lá na mesma região onde há quase um milênio nascia aquela que seria conhecida como a língua portuguesa.

7.3.3 O “Vazio Galeguista”

Todavia, Renard Perez, ainda que filho de galego, parece desconhecer inteiramente a realidade histórico-cultural da Galiza. No começo do relato, em Vigo, ao entrar numa casa cujo nome é significativamente *Flamencos*, ele se decepiona ao perceber que a música tocada ali dentro pelo conjunto é iê-iê-iê. De volta ao hotel, pergunta:

(...) onde há, em Vigo, um lugar típico para se ir? Um tablado flamenco, qualquer coisa no gênero, essencialmente espanhola? A resposta do moço vem num tom quase agressivo, é como se eu tivesse indagado uma monstruosidade: “– Claro que

⁷⁸¹ PEREZ, Renard. *Os sinos/O tombadilho: contos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 31.

⁷⁸² *Ibid.*, p.34-35.

acá no existe nada de eso” – E continua, na maior brutalidade: “– Entonces piensa usted que acá es Andaluzia, donde toda la gente es gitano y vive en las calles a cantar?”⁷⁸³

Em outra parte, ele se refere à língua galega como um dialeto.⁷⁸⁴ Mas adiante, ao evocar a temporada que seus parentes passaram em Fortaleza, recorda-se das brincadeiras com sua prima Raquel e surpreende-se de que não tenham experimentado problemas de comunicação: “O curioso é que não tenho a menor ideia de que a diferença de idiomas haja entravado nosso relacionamento.”⁷⁸⁵ O que ele ignora é que provavelmente a prima falava com ele em galego.

Além disso, para ele, a Galiza é apenas uma “província” e Vigo “a grande porta da Espanha.”⁷⁸⁶ Numa época em que o galeguismo a custo ressurgia, depois de ter sido quase inteiramente destruído pelo franquismo, ele parece sentir prazer em “falar espanhol (...), em tomar esse vinho, fazer essa primeira refeição espanhola.”⁷⁸⁷ Ricardo Carvalho Calero, que resenhou o livro, com muita propriedade apontou:

O autor semella percurar o español en Galicia, sen decatarse que o que el considera español só pode ser atopado como forma auténtica de vida nalgunhas rexións españolas, pero non en todas. A confusión antre o preconceito do español e a realidade de Galicia é causa de moitos equívocos. Perez ten un concepto demasiado oficial da terra de seus antepassados, e esto impídelle, en xeral, formarse unha auténtica imaxe do que se presenta á súa consideración.⁷⁸⁸

Obviamente, não podemos culpar o autor por essa ignorância. Como vimos, a perspectiva galeguista apenas começara a se irradiar das elites nacionalistas para setores mais amplos da sociedade quando este processo foi violentamente abortado pela Guerra Civil. É provável que em seu pai o conhecimento desse processo também não existisse, ou, caso existisse ainda que em estágio incipiente, não fora transmitido ao filho, já que, como salientamos, o diálogo entre pai e filho sempre fora precário. Renard Perez, portanto, como tantos filhos e filhas de emigrantes galegos no Brasil, foi privado do acesso a essa construção da identidade galega como *pertença a uma comunidade nacional imaginada*. E por conta

⁷⁸³ Ibid., p. 13.

⁷⁸⁴ Ibid., p. 63.

⁷⁸⁵ Ibid., p. 87.

⁷⁸⁶ Ibid., p. 9.

⁷⁸⁷ Ibid., p. 8.

⁷⁸⁸ CALERO, Ricardo Carballo. Recensão crítica a *Chão Galego*, de Renard Perez. In: Revista Colóquio/Letras, Lisboa, n. 16, nov. 1973, p. 96-97. Disponível em <<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=16&p=96&o=r>> Acesso em 12 ago. 2009.

desse “vazio galeguista”,⁷⁸⁹ a imagem que ele tem à mão, na configuração de suas raízes identitárias do lado paterno, é justamente a imagem estereotipada e homogeneizada da Espanha:

(...) o que eu via era a Espanha – o solo paterno, objetivo principal desta viagem: a Espanha a representar tudo o que reminiscências de conversas da infância, em associação com conhecimentos posteriores, criaram dentro de mim: castelos árabes, velhas catedrais, casarões com jardins – de misturas com pequenos *pueblos* perdidos entre as montanhas. E música, vinhos, touradas.⁷⁹⁰

Convenhamos: touradas e castelos árabes, elementos centrais da Meseta espanhola, não se adéquam às culturas da Galiza, País Basco e Catalunha. Com efeito, Renard Perez, quando pensa na Galiza – ou *Galícia*, conforme ele grafa, na forma castelhanizada –, vê a Espanha, e uma Espanha *re-construída* segundo os elementos disponíveis do estereótipo. E mesmo quando, estando concretamente na Galiza, a paisagem *real*, diante de seus olhos, não corrobora exatamente a sua pré-concepção do país, é a imagem *imaginária* de uma Espanha homogeneamente *imaginada* a que prevalece. A “inexistência de terra firme” se traduz na inexistência de *identidade firme*.⁷⁹¹ Uma imaginação se sobrepõe a outra. Uma lembrança apaga a outra.

⁷⁸⁹ QUINTELA, Antón Corbacho. *A aculturação e os galegos do Brasil: o vazio galeguista*. Santiago de Compostela, 2009. 938 f. Tese (Doutorado em Filologia Galega) – Departamento de Filologia Galega, área de português, da Universidade de Santiago de Compostela. Disponível em <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2596/1/9788498872583_content.pdf> Acesso em 31 jan. 2012. O autor faz uma breve análise de *Chão galego* nas páginas 199-200.

⁷⁹⁰ *Ibid.*, p. 6. Os estereótipos, porém, não são só de uma parte. Num bar de Pontevedra ele travou com um rapaz o seguinte diálogo: “De onde é o senhor?” E à minha informação, um ar de quase encantamento: ‘Do Brasil?’ ‘Não é de lá que tem uma festa onde o povo passa uma semana cantando e dançando na rua, dia e noite, só a cantar e beber, e dançar?’ Diz que viu um retrato numa revista. E fala que não entende, e pergunta como é: ‘mas o pessoal não se cansa, não vai para casa dormir?’” *Ibid.*, p. 26.

⁷⁹¹ PERES, Elena Pajaro. *A inexistência de terra firme: a imigração galega em São Paulo – 1946-1964*. São Paulo: Edusp, 2003.

8 A GUISA DE (IN)CONCLUSÃO

O romance *Arredor de si*, de Otero Pedrayo, espécie de *bildungsroman* galego, como foi apontado, revela de maneira até didática as teorias por nós expostas acerca do surgimento da consciência de uma identidade nacional. De certa forma, o jovem fidalgo Adrián Solovio é um representante (isto é, uma *representação*) da elite intelectual galega, na qual primeiramente emerge a consciência da nação. A construção da comunidade nacional imaginada será feita, como exemplifica o romance, a partir da coleta, seleção e reelaboração de elementos do passado cultural coletivo. Aí entra também a invenção de tradições, como por exemplo as origens “célticas”, quando hoje se sabe que os celtas foram apenas uma das etnias responsáveis pela formação do povo galego. Terra, raça e língua são então acionados para constituírem a nação galega, e esta é construída sobretudo em contraposição à Espanha, simbolizada por Castela, e com o auxílio do modelo de outras pequenas nações encontradas por Adrián no seu périplo europeu. No entanto, a Galiza, no romance de Otero, não avança além de uma figuração mental do protagonista, ainda que partilhada por um ou outro companheiro. Não há nenhum projeto de estabelecimento de um Estado ou de estruturas autonomistas para conferir estabilidade e segurança a esta frágil comunidade.

Os camponeses, por sua vez, são meros depositários da língua e dos costumes agrários galegos. Não são sujeitos nem são convidados a sê-lo. É claro que o olhar paternalista de que eles são alvo reflete a posição com que Solovio/Pedrayo os olha. Ou seja, o *ponto de vista* com que os camponeses são focados é condicionado pela *vista do ponto* de Adrián/Otero. E este ponto, esta posição, este posto de observação não é abstrato ou aleatório, mas determinado socialmente: é o lugar da fidalguia da província, que vive num regime de exploração da terra (e da mão de obra que trabalha a terra) pré-capitalista. A modernidade burguesa ainda está longe da Galiza nas primeiras décadas do século XX, ou pelo menos suficientemente afastada do olhar de Otero Pedrayo. De certa forma, Xacobe, o irmão de Adrián, aponta para esta nova realidade – mas timidamente, já que Xacobe é mais um pequeno aristocrata deslumbrado com a modernidade do que um signo da industrialização que poderia instaurar a modernidade na Galiza. Além disso, Xacobe recebe uma valoração negativa: é o irmão “superficial”, em comparação ao inquieto e “profundo” Adrián.

De fato, a Galiza é (e será até o último quartel do século XX) uma região subdesenvolvida, ainda mais se contrastada às outras regiões do Estado espanhol em que também se manifestam movimentos periféricos de construção nacional, como o País Basco e

a Catalunha. Talvez seja por este motivo que a consciência nacional – um dado moderno – se revista em Otero Pedrayo de elementos pré-modernos: teocráticos, milenaristas, nostálgicos. Com efeito, a utopia nacional em *Arredor de si* tem traços de saudade, um sentimento bem caro a galegos e portugueses – embora, como frisamos, Portugal não seja evocado em momento algum na configuração da comunidade imaginada da Galiza.

Não é o que ocorre em *Periferias*. Nesta tríplice narrativa, Portugal, representado por seu centro político-cultural, Lisboa, é o fim (no duplo sentido de termo e meta) das três peregrinações que compõem os três relatos do romance. Além disso, o elemento terra aqui é esmaecido (Galiza é apenas cenário, e mesmo assim parcial, da segunda narrativa), a raça desaparece (o nacionalismo étnico, depois da tragédia nazifascista, é desalojado de grande parte dos programas dos nacionalismos minoritários), enquanto a língua é superdimensionada a ponto de se converter no elemento hegemônico da construção identitária. A galegidade, em *Periferias*, é definida quase que exclusivamente pela língua, língua esta que a irmana aos mais de 250 milhões de lusofalantes do mundo e lhe garante a salvação de um eventual extermínio cultural.

E esta opção lusófila de *Periferias* não se manifesta apenas no nível diegético mas também no nível *gráfico*. Os leitores galegos que se deparam com esse livro não somente *leem* sobre essas três viagens com destino a Lisboa mas também *veem a lusografia* no sistema ortográfico – as normas reintegracionistas da AGAL – escolhido pelo autor. Lisboa e a lusofonia, mais do que elementos expressos da trama, são sinais *impressos* no texto.

Ademais, no romance de Carlos Quiroga, o galego, que se compreende como habitante da periferia europeia, se empatiza com todos os seres igualmente periféricos do mundo globalizado: os emigrantes, os expatriados, os *outsiders*. Daí os protagonistas dessas narrativas serem um escravo africano, um jovem motoqueiro e uma filha de emigrantes e mais tarde emigrante ela mesma. Da terra, raça e língua, como elementos decisivos da construção da nacionalidade, passamos a uma identidade basicamente construída pela língua: “minha pátria é minha língua”.

Já em *Chão galego*, o olhar sobre a Galiza é externo, quase epidérmico, como o de um turista. E ainda que Renard Perez seja filho de um galego e, em visita a terra e à aldeia natal de seu pai, tenha se emocionado verdadeiramente, sua visada não deixa de vir mediada pelos filtros dos pacotes de turismo e da propaganda oficial. Como já falamos, estando na Galiza, ele não vê a Galiza e sim a Espanha – e uma Espanha tingida de tons anedóticos, romanescos. E, como já falamos também, ele não pode ser imputado por essa não-visão, pois de fato a Galiza nessa época estava *invisibilizada*. Em Barcelona, para onde se dirigiria

depois, em visita a João Cabral de Melo Neto, o narrador, provavelmente, também não avistaria mais do que a Espanha. Aqui está patente um dos efeitos das políticas centralistas dos Estados modernos, o apagamento dos índices de alteridade, a começar pelos mais visíveis e externos: os topônimos. *Rua vira calle, Ourense fica Orense, a Corunha se converte em La Coruña*. É verdade que após o fim do franquismo e a aprovação do Estatuto da Autonomia na Galiza, algo desse processo se reverteu. Até que ponto essa reversão é uma tendência ou apenas uma pausa numa marcha mais profunda de substituição linguística e cultural não é possível afirmar com precisão, embora a segunda possibilidade não esteja fora do horizonte em vista das medições sociolinguísticas. De toda forma, o olhar de Perez sobre a Galiza não penetra além do véu das aparências: ele vê a pobreza, não a opressão, ele vê o ditador, não a ditadura.

Confrontando-se essas obras, percebem-se três Galizas relativamente distintas: a Galiza “diferencialista”, a Galiza “reintegracionista” e a Galiza “espanhola”. Qual delas vai prevalecer só o tempo e as circunstâncias o dirão. O que nós podemos afirmar é que Adrián Solovio, o protagonista de *Arredor de si*, e o narrador e protagonista inominado do segundo relato de *Periferias* não são apenas um reflexo refratado de seus autores em dois momentos distintos da construção da identidade coletiva galega. Não. Adrián e o motoqueiro de *Periferias* são também retratos de um tipo específico de pessoa: o “pioneiro” da nação, o primeiro ou um dos primeiros a interpretar os traços culturais diferenciados de seu espaço social como passíveis de identificarem uma nação.

Como Miroslav Hroch demonstrou (capítulo 3.3), todo processo de construção nacional tem início em um grupo, inicialmente reduzido, de ativistas que lideram o que ele denominou *movimento nacional*. Conforme o grau de sucesso desse núcleo em transmitir suas reivindicações a setores sociais cada mais amplos e importantes da comunidade, esse movimento pode se converter num processo eficaz de constituição nacional. Adrián e o jovem de *Periferias* recordam todos aqueles intelectuais galegos que, desde os *Rexurdimento*, começaram a pensar a Galiza como uma região com identidade nacional própria. Para estes, assim como para os personagens de Pedrayo e Quiroga, a descoberta/invenção dos traços distintivos da nação galega foram fundamentais (afinal, sem alteridade não há identidade): a geografia, a história, a língua.

Todavia, em *Arredor de si* e *Periferias* ainda estamos no limiar desse processo: Adrián e o motoqueiro, depois de um longo e doloroso trajeto, tanto existencial quanto geográfico, descobrem-se como portadores de signos identitários que os unem a outros homens e mulheres do mesmo espaço social ou comunidade linguística. As outras fases do

processo de construção nacional – a propaganda nacionalista, a arregimentação de simpatizantes, a luta política – podem ser apenas subsumidos. Mais em Pedrayo do que em Quiroga:

De igual a igual, Adrián pensaba ser o tipo dunha xeración, e con optimismo coidaba que no inverno outros galegos, todos os ben intencionados, todos os que pensasen con lealdade, chegarían á súa liberación que era a liberación da Galicia en ben da Europa, do Mundo e do Espírito Inmorredoiro.⁷⁹²

Ao contrário, em Quiroga não há a esperança de encontrar outros “galegos bem intencionados”. Daí que, em seu personagem, o despertar dessa consciência não deixa de ser acompanhado por uma crise da razão: “A loucura começara alguns anos atrás, umha noite, a noite que acabo de recordar em ti. Toda para ti. Toma a minha loucura passada e presente. O princípio.”⁷⁹³

Esta aparente involução – o otimismo ingênuo do um e a solidão desenganada do outro – pode ser explicada pelo fato de que entre 1930, ano de *Arredor de si*, e 1999, ano de *Periferias*, temos a “longa noite de pedra” da Guerra Civil e do franquismo, quatro décadas em que se praticou uma política de profunda erradicação da alteridade – política esta, diga-se de passagem, que sempre foi, em maior ou menor medida, aplicada pelos Estados-nações centrais que emergiram da modernidade. Ainda que esta política não tenha apagado todas as “diferenças” dentro das fronteiras do Estado espanhol – e o estado das autonomias implantado após a nova constituição está aí para provar isto –, pelo menos na Galiza o grau de construção identitária retrocedeu para níveis inferiores a 1936. Está aí a razão do pessimismo do personagem da narrativa central de *Periferias*. Sua luta, longe do sonho de conquistar a “libertação da Galiza, para o bem da Europa e o bem do mundo”, se reduz a não querer ser apagado.⁷⁹⁴ No último relato de *Periferias*, por sua vez, a redenção consiste apenas na esperança de sobrevivência da língua no Brasil: “E a nossa língua vai viver às portas da floresta por moitos anos.”⁷⁹⁵ Aliás, ante o medo da absorção do galego pelo castelhano, este parece ser o consolo dos reintegracionistas, como vimos. Consolo vão, todavia, pois, conforme Castelao, se os galegos ainda são “diferentes e capazes de eisistir, non é máis que por obra e gracia do idioma.”⁷⁹⁶ Aí esta a razão, insistimos, do pessimismo de *Periferias*. Em

⁷⁹² PEDRAYO, *Arredor de si...*, p. 193.

⁷⁹³ QUIROGA, *Periferias...*, p. 70.

⁷⁹⁴ Id.

⁷⁹⁵ Ibid., 98.

⁷⁹⁶ CASTELAO, Alfonso Daniel Rodríguez. Prefácio, p. 10. In: LIMESES, Gerard Álvarez. *Antre dous séculos: versos galegos – obras completas*. v. 1. Pontevedra: Julio Antunez, 1934.

contrapartida, Otero Pedrayo escreve *Arredor de si* em plena ebulição nacionalista na Galiza. Depois da guerra já não mais encontraríamos o mesmo entusiasmo em sua obra.

De toda forma, ainda que Adrián revele-se esperançoso quanto aos destinos da Galiza, não o vemos em ação *galeguista*. Ele continua solitário, conversando em galego com os “labregos”, fazendo longas viagens de exploração pela Galiza, lendo Pondal ao som da chuva nas vidraças... Por quê? Porque o movimento nacional na Galiza foi sempre muito débil e quando parecia que passaria finalmente da Fase B, de agitação nacionalista, para a Fase C, quando o nacionalismo emergente se converte em um movimento de massas, segundo a classificação de Hroch, estourou a Guerra Civil. Ou seja, a construção da comunidade imaginada da Galiza nunca foi muito além da Fase A, quando as energias dos militantes são “sobretudo dedicadas à investigação culta e à disseminação de uma consciência dos atributos linguísticos, culturais, sociais e, às vezes, históricos do grupo não dominante.”⁷⁹⁷

As razões dessa debilidade não são difíceis de detectar. Por um lado, a Galiza foi a região não-hispanófonoa que mais conservou o vernáculo como língua viva, ainda que esta língua tenha estado por muito tempo longe dos domínios oficiais e ecultos. Esta preservação da língua poderia ser o indicativo de uma consciência identitária mais arraigada do que, por exemplo, entre bascos e catalães, os quais em muitos aspectos tiveram que empreender um processo de recuperação linguística. Entretanto, não foi assim. O reino mais antigo da Península sempre apresentou dificuldades em seu processo de construção identitária. Quando começaram-se a “inventar” as nações modernas, a Galiza estava privada de autonomia (o processo assimilacionista na Catalunha iniciaria dois séculos depois, quando os seus traços distintivos já estavam mais bem firmados).⁷⁹⁸ Quando a Galiza finalmente conquistou uma autonomia política, ainda que limitada, a primavera das nações já favia se transformado no inverno da globalização...

Se a passagem das sociedades agrárias às sociedades industriais foi decisiva para a irrupção do nacionalismo, como pretende Ernst Gellner, a industrialização tardia e incompleta da Galiza pode ter sido uma das causas para as limitações dessa irrupção, ao contrário, mais uma vez, do que ocorreu no País Basco e na Catalunha, regiões de industrialização precoce. Sem uma burguesia local que defendesse os seus interesses, a propaganda nacionalista na Galiza não encontrou o mesmo terreno favorável que os seus congêneres. Daí porque Adrián é

⁷⁹⁷ HROCH, *Do movimento nacional...*, p. 88-89.

⁷⁹⁸ CASTRO, Maurício. *Galiza e a diversidade linguística no mundo: subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolinguística galega*. Santiago de Compostela: Abrente, 2001. p. 28.

solitário. Daí o porquê da “loucura” do jovem motoqueiro. Daí talvez porque Renard Perez não tenha visto a Galiza na Galiza.

Solidão e insanidade – dois sintomas de um processo de construção nacional incompleto. De solidão – *soidade* – veio o vocábulo galego-português “saudade”. E a loucura, como sabemos, é um dos ingredientes dos milenarismos, como o sebastianismo em Portugal. Entretanto, como afirmou o sebastianista Fernando Pessoa: “Sem a loucura que é o homem / Mais que a besta sadia / Cadaver addiado que procria?”⁷⁹⁹ Se o Quinto Império sonhado pelo Padre Antônio Vieira e pelo autor de *Mensagem* é a língua portuguesa, esta língua nasceu na Galiza – *e enquanto ela existir haverá não apenas uma saudade do passado como também uma história do futuro.*

* * *

⁷⁹⁹ PESSOA, Fernando, *Obras completas...*, p. 10.

REFERÊNCIAS

- AGÁLIA. Ourense: Associação Galega da Língua, n. 85/87, p. 294, 1. sem. 2006.
- AMIN, Samir; HOUTART, François. *Mundializaçãp das resistências: o estado das lutas* 2003. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARACIL, Lluís Vincent. Para uma história de *Iruinean Sortua*: comentário à declaração de Pamplona. In: In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.) *Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios)*. Padrón: Academia galega da Língua portuguesa. 2009, p. 17-35.
- BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-192.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 209-225.
- BARREIRO, José Luís Barreiro. *Pensar em Galicia: identidade na diferença*. A Corunha: Ediciós do Castro, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEIRAS, Xosé Manuel. *O atraso económico da Galiza*. 3 ed. Santiago de Compostela: Laiovento, 1995.
- BELLO, Walden. *Desglobalização: idéias para uma nova economia mundial*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BEM-PORAT, Ziva; HRUSHOVSKI, Benjamin. *Poética e estruturalismo em Israel*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.
- BERAMENDI, Justo G. A visión de Galicia na historiografía galeguista (1840-1940). *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 201-204, jul./dez. 1995.
- BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma razão política*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

BODENMÜLLER, Thomas; SCHEERER, Thomas M.; SCHÖNBERGER, Axel (ed.) *Romane in Spanien: 1975-2000*. Frankfurt: Valentia, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 155-184.

BRUM, Eliane. *A língua que somos, a língua que podemos ser*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/01/lingua-que-somos-lingua-que-podemos-ser.html>> Acesso em: 01 fev. 2012.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: UNESP, 2010.

CABO, José António Souto. Inventário dos mais antigos documentos galego-portugueses. *AGÁLIA*, Ourense: Associação Galega da Língua, n. 85/86, p. 9-88, 1 sem. 2006.

CAL, Ernesto Guerra da. *Lua de além-mar / Rio de sonho e tempo*. Corunha: AGAL, 1991.

CALERO, Ricardo Carballo/Carvalho. *Historia da literatura galega contemporânea: 1808-1936*. Vigo: Galaxia, 1981

_____. O português na Galiza. In: *Letras galegas*. Corunha: AGAL, 1984.

_____. Recensão crítica a *Chão Galego*, de Renard Perez. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 16, nov. 1973, p. 96-97. Disponível em <<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=16&p=96&o=r>> Acesso em 12 ago. 2009.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JÚNIOR, José Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador: FCJA, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – 1750-1880*. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CARREIRA, Anselmo López. *O reino de Galiza*. Vigo: A Nosa terra, 1998.

CASTELAO, Alfonso Daniel Rodríguez. In: LIMESES, Gerard Álvarez. *Antre dous séculos: versos galegos – obras completas*. v. 1. Pontevedra: Julio Antunez, 1934.

_____. *Sempre en Galiza*. Vigo: Galaxia, 2004.

CASTRO, Maurício. *Galiza e a diversidade linguística no mundo: subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolinguística galega*. Santiago de Compostela: Abrente, 2001.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA. Disponível em: <<http://www.boe.es/aeboe/consultas/enlaces/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>> Acesso em: 4. mar. 2012.

CORREA-CALDERÓN, Evaristo. *Índice de utopias gallegas*. Madri: Compañia Iberoamericana de Publicaciones, 1929.

COSERIU, Eugenio. *El gallego en la historia y en la actualidad*. p. 798 e 800. In: Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. p. 793-800. A Corunha: AGAL, 1989.

_____. *El gallego e sus problemas: reflexiones frías sobre un tema candente*. p. 135-136. In: *Lingüística Española Actual*, Madri, v. 9. p. 127-138, 1987.

_____. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. 2. ed. Petrópolis: 2008.

DIEZ, Xoán Carlos Lagares. Sobre a noção de galego-português, p. 63. In: *Cadernos de Letras da UFF* (Dossiê Patrimônio cultural e latinidade), Niteroi, n.35, p. 61-82, 2008.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Cicilização Brasileira, 2005.

ESTATUTO DE AUTONOMIA DE GALICIA. Disponível em: < <http://www.xunta.es/titulo-preliminar> > Acesso em: 4. mar. 2012.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Conflicto lingüístico e identidade nacional. Disponível em: < <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/IEZ-ConflictoLinguistico-Identidad.pdf> > Acesso em 15 fev. 2012.

_____. El “sistema literário”. In: _____. *Polisistemas de cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Primeira versão publicada sob o título de *Polysystem theory* em *Poetics today: internacional journal for theory and analysis of literature and communication*, Durham, vol. 11, n. 1, p. 27-44, abr./jun. 1990. Disponível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf> Acesso em 10 jan. 2012.

_____. O papel da literatura na criação das nações da Europa. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (ed.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. Ponte Guimarães (Portugal): Opera Omnia, 2011, p. 77-99.

_____. O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948). *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, São Paulo, n. 1, p. 13-32, ago. 1998. Disponível em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/translated/surgimento98.pdf>> Acesso em 21 abr. 2012.

_____. Teoría de los polisistemas. In: _____. *Polisistemas de cultura*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2007-2011. Primeira versão publicada sob o título de *Polysystem theory* em *Poetics today: internacional journal for theory and analysis of literature and communication*, Durham, vol. 11, n. 1, p. 9-26, abr./jun. 1990. Disponível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf> Acesso em 10 jan. 2012.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *The coming of the book: the impact of printing – 1450-1800*. Londres: New Left Books, 1976.

FEIJÓ, Benito. Jerónimo. *Theatro crítico universal*. t. 1. Discurso 15, § 6. Madri: Real Compañia de Impresores y Libreros, 1778 (1. ed. 1726). Disponível em <<http://www.filosofia.org/bjf/bjft115.htm>> Acesso em: 26 fev. 2012.

FEIJÓ, Elias José Torres. Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistêmica: sistemas literários e literaturas nacionais, p. 428. In: VARELA, Anxo Tarrío; GONZÁLEZ, Anxo Abuín (eds.). *Bases metodológicas para unha história comparada das literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela: USC, 2004.p. 419-440.

FEIJÓ, Elias José Torres. Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego. In: GONZÁLEZ, Juan M. Carrasco; GARCÍA, M. Jesús Fernández; LEAL, M. Luísa Trindade Madeira (eds.). *Actas do Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera – I Encuentro de Lusitanistas Españoles*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000. v. 2. p. 967-996.

FER, Claudio Rodríguez. Castelao, artista e político que fixo literatura. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 115-132, jul./dez. 1995.

_____. *Poesía galega: crítica e metodoloxía*. Vigo: Xerais, 1989.

FERREIRO, Borja Colmenero. Galiza e o direito à autodeterminação. *AGÁLIA*. Santiago de Compostela: Associação Galega da Língua, n. 85/87, 1 sem. 2006. p. 294.155-172.

FIGUEIREDO, Eurídice; Jovita, Maria Gerheim Noronha. Identidade nacional e identidade cultural. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FIGUEROA, Antón. *Nación, literatura, identidade: comunicación literária e campos sociais em Galícia*. Vigo: Xerais, 2001.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

FOUCES, Oscar Dias. Apontamentos sobre a socialização do reintegracionismo. p. 11. In: *Agália*, Ourense: Associação Galega da Língua, n. 67/68, p. 9-34, 2001.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto. *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa: escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.

FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001.

FUENTES, Miguel Ángel Teijeiro Fuentes. Galícia y los gallegos en al literatura española del Siglo de Oro. *Scriptura*, Lérida, n. 11. p.203-246. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/Scriptura/artcle/view/94748/142662>> Acesso em: 13 nov. 2011

GARCÍA, Celia Maria Armas. A língua no ensino: historia dunha imposición, p. 176. In: NEGRO, Maria Pilar García (ed.) *Sobre o racismo lingüístico*. Bertamiráns: Laivento, 2009. p. 159-188.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção dos nacionalismos*. São Paulo: Conrad, 2005

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

GONZÁLEZ, Manuel González (dir.). *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004: lingua inicial e competencia lingüística en Galícia*. v. 1. A Corunha: Real Academia Galega / Seminario de

sociolingüística, 2007. Disponível em: <<http://www.udc.es/snl/documentospdf/LinguaInicial.pdf>> Acesso em 4 mar. 2012.

GONZÁLEZ-MILLAN, Xoán. Do nacionalismo literário a unha literatura nacional: hipóteses de traballo para um estudo institucional da literatura galega. In: *Anuario de estudos galegos*. Vigo: Galaxia, 1994. p. 67-81.

_____. Unha etnopoética para unha literatura periférica. In: CARREÑO, Antonio (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudios Galegos/Proceeding of the Second Galician Congress: homenaxe a José Amor y Vásquez* (Brown University, nov. 1988). p. 339-347. Vigo: Galáxia, 1991.

GOOLISHIAN, Harold A.; ANDERSON, Harlene. Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 191-199.

GUMPERZ, John Joseph. The linguistic and cultural relativity of inference. In: GUMPERZ, John Joseph; LEVINSON, Stephen. C. (eds.) *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 374-406.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 38.

HOBBSAWM, Eric John. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1780 a 1914. In: *A invenção das tradições*. HOBBSAWM, Eric John; RANGER, Terence (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. p. 271-316.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: *A invenção das tradições*. HOBBSAWM, Eric John; RANGER, Terence (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. p. 9-23.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro; paz e terra, 2008.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

HOBBSAWM, Eric John; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: companhia das Letras.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional da Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.85-105.

_____. (entrevista) *Tensões mundiais*: revista do Observatório das Nacionalidades. Fortaleza: v. 3, n. 4, p.10-33, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.ufc.br/artigos/Revista%20No%204/Entrevista.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>> Acesso em: 01 ago. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/tabla.do>> Acesso em: 01 ago. 2011.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. p. 123. In: _____. *Linguística e comunicação*. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

JIMÉNEZ, José. Sem pátria: os vínculos de pertinência no mundo de hoje – família, país, nação. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 138-144.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: Zizek, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 97-103.

LAPA, Manuel Rodrigues. A reintegração linguística galego-portuguesa: um drama que nos afecta a nós todos. In: *Nova Renascença*, Porto, n. 9. p. 321-329, out. 1983.

_____. Castela e a Galiza. In: _____. *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 5-16. Publicado originalmente em *Seara nova*, n. 309, 1932. p. 327-330.

_____. Centenário de Pondal. In: _____. *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 21-26. Publicado originalmente em *Seara nova*, n. 425, 1935. p. 259-260.

_____. Duas atitudes face ao problema do galego. In: _____. *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 67-71. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

_____. Otero Pedrayo e o problema da língua. p. 90. In: _____. *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. p. 79-98. Lisboa: Sá da Costa, 1979. Publicado originalmente na revista *Grial*, Vigo, n. 55, 1977, p. 32-46.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 1983.

LETAMENDÍA, Francisco. *Nacionalismos no mundo*. Compostela: Laidvento, 1997.

LIMA, Luiz Costa. A concepção de história literária na *Formação*. In: _____. *Pensando nos trópicos: dispersa demanda II*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 149-166.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LÓPEZ, Murício Castro. *Manual de iniciación à língua galega: sociolingüística, morfosintaxe, ortografía e léxico*. Ferrol: Fundación Artábria, 1998.

LÓPEZ, P. La Guardia Civil detiene a tres independentistas con una bomba. *El País*, Madrid, 15 dez. 2007. Disponível em <http://elpais.com/diario/2007/12/15/Galicia/1197717488_850215.html> Acesso em: 20 abr. 2012.

LORENZO, Ramón. Crónica troiana. In: *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e coord.) Lisboa: Caminho, 1993, p. 192-193.

_____. *Reflexións crítico-eruditas e sentimentais sobre a língua*. A Coruña: Real Academia Galega; Galaxia, 1999.

LUZÓN, Javier Moreno. A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas. *Análise Social*, Lisboa, vol. 41, n. 178, p. 9-29, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n178/n178a01.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2011.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer, p. 312. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 311-334.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 10 ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

MATO, Xosé Ramón Freixeiro. A história e a dignidade do galego: de língua enxalzada a língua mortificada. In: NEGRO, Maria Pilar García (ed.). *Sobre o racismo lingüístico*. Bertamirás: Laidvento, 2009. p. 31-66.

_____. *Língua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Laidvento, 1997.

MATO, Xosé Ramón Freixeiro; SÁNCHEZ, Anxo Gómez. *Historia da lingua galega*. 2. Ed. Vigo: A nosa terra, 1998.

MAURO, Tulio de. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Roma: Laterza, 1963.

MOMÁM, Eldemiro. Requiem por um neofalante que não foi. Disponível em: <<http://www.pglingua.org/opiniom/4827-requiem-por-um-neofalante-que-nao-foi>> Acesso em 5. Mar. 2012.

MONTEAGUDO, Henrique. Dez anos de poesía galega: 1975-1985, p. 277. *Grial*, Vigo, n. 89, p. 268-297, jul./set. 1985.

_____. El idioma. In: FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001. p. 132-153.

_____. Na procura da “recente pantera”: os escritos galegos e a construción da lingua literaria. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 50-64, jul./dez. 1995.

_____. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

_____. Modelos de lingua: consideracións teóricas ó fío do debate sobre a estandarización do galego. p. 16. In: *Cadernos de Lingua*. A Corunha: Real Academia Galega, 1999, n. 16, p. 5-34.

_____. Na procura da “recente pantera”: os escritos galegos e a construción da lingua literaria, p. 56-57. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 50-64, jul./dez. 1995.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construción do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOURÃO, José Augusto. *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa: escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.

MURADO, Miguel-Anxo. *Outra idea de Galicia*. Barcelona: Debate, 2008.

MURGUÍA, Manuel. Discurso del señor académico presidente. *Boletín de la Real Academia Gallega* n. 6-7, p. 125-129, 1906.

_____. Discurso nos jogos florais de Tui. In: *En prosa: textos en galego*. Corunha: Orsreiro-Arteijo, 1996.

NEBRIJA, Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. Madri: Junta del Centenario, 1946.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

NEGRO, María Pilar García. *O galego e as leis: aproximación sociolingüística*. Vilavoa: Cúmio, 1991.

NOIA, Camino. *A nova narrativa galega*. Vigo: Galaxia, 1992.

ORTIZ, Horacio; REBOLLEDO, Rojas Rebolledo (Org.) *Saudade: un murmullo intraducible*. México D. F., Conculta, 2009.

PAÇOS, Bernardo Valdês. *A Constituição Europeia e nós*. Ourense: AGAL, 2005.

PAZ-ANDRADE, Valentín. *A galegidade na obra de Guimarães Rosa*. São Paulo: Difel, 1983.

PEDRAYO, Ramón Pedro. *Arredor de si*. 5. ed. Vigo: Galáxia, 1985.

_____. *Ensaio histórico sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia, 1982.

PERES, Elena Pajaro. *A inexistência de terra firme: a imigração galega em São Paulo – 1946-1964*. São Paulo: Edusp, 2003.

PEREZ, Renard. *Chão galego*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____. *Os sinos/O tombadilho: contos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

PIÑEIRO, Ramón. *Filosofia da saudade*. Vigo: Galaxia, 2009.

_____. Vicisitudes históricas da cultura galega. In: *Cuadernos del Laboratorio de Formas de Galicia*, n. 4. A Corunha: Edicións do Castro, 1975, p. 21-35.

PONDAL, Eduardo. *A fala*. Disponível em:
<http://mazaricos.net/_documentos/EDUCACION/Escolma%20de%20textos.pdf> Acesso em: 21 jan. 2011.

PONTE, Antón Villar. La lengua vernácula y la portuguesa, p. 346. In: _____. *Pensamento e sementeira*. Buenos Aires: Centro Gallego de Buenos Aires / Instituto Argentino de Cultura Gallega, 1971.

PORTAS, Manuel. *Língua e sociedade na Galiza*. 3. ed. rev. e ampl. Corunha: Bahía, 1997.

QUINTEIRO, Carlos Méixome. *Castelao: unha historia do nacionalismo galego*. Vigo: Cumio, [2001?].

QUINTELA, Antón Corbacho. *A aculturação e os galegos do Brasil: o vazío galeguista*. Santiago de Compostela, 2009. 938 f. Tese (Doutorado em Filologia Galega) – Departamento de Filologia Galega, área de português, da Universidade de Santiago de Compostela. Disponível em <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2596/1/9788498872583_content.pdf> Acesso em 31 jan. 2012.

QUIROGA, Carlos. *A espera crepuscular / viagem ao cabo Nom*. Santiago de Compostela: Laiovento / Quasi, 2002.

_____. *Il Castello nello stagno di antela: racconto per Il teatro e nos solo*. Quaderni de via Montereale, Pordenone, n. 12, 2004.

_____. *G. O. N. G.* : mais de 20 poemas globais e um posfácio esperançado. Ferrol: Fundação Artábria, 1999.

_____. *Inxalá*. Santiago de Compostela: Laivento, 2006.

_____. *O regresso a arder / viagem ao cabo Nom*. Santiago de Compostela: Agal / Quasi, 2005.

_____. *Periferias*. Santiago de Compostela: Laivento, 1999.

_____. *Periferias*. Vinhedo: Horizonte, 2006.

_____. *Venezianas*. Famalicão (Portugal): Quasi Edições, 2007.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> Acesso em 9 jan. 2011.

REY, Antonio Domínguez. A última poesía gallega, p. 66. *Zurgai*, Poesía gallega (número especial), Bilbao, p. 62-70, dez. 1993.

RIVAS, Manuel. *O Lápis do carpinteiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

RODRÍGUEZ, Francisco. *Conflito lingüístico e ideoloxia en Galiza*. 3. ed. rev. e aum. Santiago de Compostela: Laivento, 1991.

_____. Definición, características e periodización da literatura galega. In: ESTRAVIZ, Alberte Ansede; IGLESIAS, Cesáreo Sánchez (eds.). *História da literatura galega*. Vigo: AS-PG/A Nosa terra, 1996, v. 1. p. 5-32.

_____. *Literatura galega contemporânea: problemas de método e interpretação*. Pontevedra: Cumio, 1990.

ROKKAN, Stein. (1975). Dimensions of state formation and nation-building: a possible paradigm for research of variations within Europe. In: TILLY, Charles (ed.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press. p. 562-600.

SAAVEDRA, Pegerto. A “doma” do Reino de Galiza. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 41-50, jul./dez. 1995.

SALGADO, Antonio Balboa. *A Galicia celta*. Santiago de Compostela: Lóstrego, 2007.

SALGADO, Xosé Manuel. O grupo Nós: o Seminário de estudos galegos. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 137-135, p. 93-114, jul./dez. 1995.

SAMARTIN, Roberto López-Iglesias. *Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978)*. Disponível em: <<http://veredas.lusitanistasail.net/ajx/#/sistema-literario-deficitario>> Acesso em: 26 jun. 2011.

SAMARTIM, Roberto López-Iglésias; RUA, G. Cordeiro. O pensamento cultural galego em referência a Portugal: posición e funçom de ideias e grupos no tardofranquismo e na

transiciom. In: *O pensamento luso-galaico-brasileiro 1850-2000*. Actas do I Congresso Internacional. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Porto: Universidade Católica Portuguesa/Centro Regional do Porto, 2009, p. 171-196. Disponível em:< http://www.poesiagalega.org/uploads/media/samartim_cordeiro_2009_portugal.pdf > Acesso em 20. Fev. 2012.

SANTALHA, José Martinho Montero. A lusofonia e a língua portuguesa da Galiza: dificuldades do presente e tarefas para o futuro. In: COMISSOM LINGÜÍSTICA DA AGAL. *Por um galego extenso e útil: leituras da língua de além e de aquém*. Ourense: Associação Galega da Língua, 2009. p. 27-52. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional Identidade Cultural e Cooperação Transfronteiriça, realizado em Vigo, entre 7 e 9 de dezembro de 1995.)

SANTOS, Theotonio dos. *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARMIENTO, Martín. Sobre el origen de la lengua gallega. p. 30. In: PENSADO, José. Luis. *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*. Vigo: Fundación Penzol/Galaxia, 1974.

SEILER, Daniel-Louis. Peripheral nationalism between pluralism and monism. *International political science review*, v. 10, n. 3, p. 191-207, 1989.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-208.

SOUZA, Ernesto Vásquez. *Desta beira do Leteu: artigos de historia cultural, literatura e sociedade desde o esquecimento*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2004.

TARRÍO, Anxo. *Literatura galega: aportacións a unha historia crítica*. Vigo: Xerais, 1994.

TAVANI, Giuseppe. *A poesia lírica galego-portuguesa*. Vigo: Galaxia, 1986.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme: différence et démocratie*. Paris: Flammarion, 1994. p. 41-42. Apud FIGUEIREDO, Eurídice; JOVITA, Maria Gerheim Noronha. Identidade nacional e identidade cultural. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 189-190.

TYNIANOV, Yuri. Da evolução literária. In: EIKHENBAUM, Bóris et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1973.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TODOROV, Tzvetan. DUCROT, Oswald. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

VALEIRO, Mário Herreiro. Caracterização sociolinguística da comunidade linguística da Galiza: âmbitos de análise do bilinguismo galego. In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.)

Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios). Padrón: Academia galega da Língua portuguesa, 2009, p. 142-157.

_____. *Guerra de grafias e conflito de elites na Galiza contemporânea (textos e contextos até 2000)*. Santiago de Compostela: Através, 2011.

_____. Linhas discursivas: as elites e a luta pelo poder simbólico, mas também real sob forma *guerra de grafias*. In: HERNÁNDEZ, António Gil (ed.) *Galiza: língua e sociedade (XIV ensaios)*. Padrón: Academia galega da Língua portuguesa, 2009, p. 115-139.

VALERA, Juan. *Obras completas*. v. 2. Madri: Aguilar, 1958.

VIDAL, Pablo Sánchez. *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.

VIEIRA, Yara Frateschi (org.). *Antologia de poesia galega*. Campinas: UNICAMP, 1996.

VILAVEDRA, Dolores. *Historia da literatura galega*. Compostela: Galáxia, 1999.

VILLARES, Ramón. *História da Galiza*. Lisboa: Horizonte, 1991.

_____. *Historia de Galicia*. Vigo: Galaxia, 2004.

_____. Portugal, Galicia e o iberismo. In: ROMERO, Maria Xosé Agra; RIAL, Nel Rodríguez (ed.) *Galiza e Portugal: identidades e fronteiras: actas do IV Simposio Internacional Lusogalaico de Filosofía*. Compostela: Imprenta Universitaria, 2003. p. 13-28.

_____. Sobre la identidad histórica de Galicia. In: FREIXAMES, Víctor Fernández et al. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001. p. 46-75.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Curitiba> Acesso em: 19 jan. 2011.

XUNTA DE GALICIA. *Estatuto de Autonomía de Galicia*. Disponível em <<http://www.xunta.es/titulo-preliminar>> Acesso em: 8 mar. 2011.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Academia Galega da Língua Portuguesa:

<http://www.academiagalega.org/>

Associação de Amizade Galiza-Portugal:

<http://www.lusografia.org/amizadegp/>

Centro Ramón Piñeiro para a Investigacións en Humanidades:

<http://www.cirp.es/>

Concello da Cultura Galega:

<http://consellodacultura.org/>

Dicionário Electrónico Estraviz:

<http://www.estraviz.org/>

Edicións Laiovento:

<http://www.laiovento.com/>

Instituto da Lingua Galega:

<http://ilg.usc.es/>

Instituto Nacional de Estatística (Espanha):

<http://www.ine.es/>

Irmandades da Fala da Galiza e Portugal:

<http://www.lusografia.org/ifgp/>

Movimento de Defesa da Língua:

<http://www.mdl-galiza.org/>

Novas da Galiza:

<http://www.novasgz.com/>

Portal Galego da Língua - AGAL:

<http://www.pglingua.org/>

Real Academia Galega:

<http://www.realacademiagalega.org/>

Revista Agália:

<http://www.agalia.net/>

Xunta de Galicia:

<http://www.xunta.es/>